Emmanuel Hecht • Pierre Servent

O SÉCULO DE SANGUE

1914-2014

AS VINTE GUERRAS QUE MUDARAM O MUNDO

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra, com o qual não necessariamente concorda. Os Autores conhecem os fatos narrados, pelos quais são responsáveis, assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em
www.editoracontexto.com.br.

Emmanuel Hecht • Pierre Servent
(orgs.)

O SÉCULO DE SANGUE

1914-2014

AS VINTE GUERRAS QUE MUDARAM O MUNDO

Tradução
Angela M. S. Corrêa

editoracontexto

Le siècle de sang © Éditions Perrin, 2014

Direitos para publicação no Brasil adquiridos pela
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa
Tropas alemãs capturadas por britânicos, por E. G. Malindine, 27 de dezembro de 1941

Montagem de capa
Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação
Silvia Janaudis

Preparação de textos
Lilian Aquino

Revisão
Daniela Marini Iwamoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Século de sangue : 1914-2014 –.
as vinte guerras que mudaram o
mundo / Emmanuel Hecht e Pierre
Servent (orgs.) ; tradução de Angela
M. S. Corrêa. – São Paulo :
Contexto, 2015.
Bibliografia
ISBN 978-85-7244-928-1

ISBN 978-85-7244-928-1

Título original: Le siècle de sang: 1914-2014 – les vingt guerres qui ont changé le monde

1. Guerra – História – Séc. XX 2. Revoluções – História –Séc. XX 3. Política internacional – Conflitos 4. História militar.

15-0874 CDD-909.82

Índice para catálogo sistemático:

1. História – Guerra – Séc. XX

2015

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

A Primeira Guerra Mundial: o batismo do século (1914-1918)
Jean-Yves Le Naour

Guerra Civil Russa (1918-1920)
Jean-Christophe Buisson

Guerra Civil Espanhola (1936-1939)
Grégoire Kauffmann

Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)
Jean-Louis margolin

Uma breve história da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
Olivier Wieviorka

A Guerra da Indochina ou o crepúsculo do Império Francês (1946-1954)
Pierre Journoud

A guerra esquecida: Coreia (1950-1953)
Ivan Cadeau

Guerra da Argélia (1954-1962)
Pierre Pellissier

Guerra do Vietnã (1964-1975)
Pierre Journoud

De uma guerra a outra: dos Seis Dias (1967) ao Yom Kippur (1973)
Emmanuel Hecht

As Guerras do Líbano (1975-1990 e 2006)
Dominique Lagarde

A URSS na armadilha afegã (1979-1989)
Marc Epstein

A Guerra Irã-Iraque: primeira Guerra do Golfo (1980-1988)
Pierre Razoux

Guerra das Malvinas (1982)
Emmanuel Hecht

Guerra do Golfo (1990-1991)
Dominique Lagarde

Iugoslávia: o cemitério das ilusões (1991-2000)
Vincent Hugeux

A guerra no Afeganistão (2001-?)
Michel Goya

A Guerra do Iraque: uma vitória-derrota (2003)
Dominique Lagarde

Líbia: da tirania à anarquia (2011)
Vincent Hugeux

Blitzkrieg no Mali (2013)
Pierre Servent

Cronologia seletiva, por Alexia Eychenne

Os autores

A Primeira Guerra Mundial: o batismo do século

(1914-1918)

Jean-Yves Le Naour

Eles não queriam isso. Diante da extensão dos sofrimentos, dos milhões de mortos, da ruína das economias e do naufrágio da civilização, os responsáveis europeus protestaram e recusaram-se a endossar a culpa pela catástrofe. Eles não queriam isso, e todos alegaram que foram os outros que quiseram a guerra, que simplesmente foi necessário se defender, responder à agressão e lutar pela sobrevivência num combate sem piedade. Se é justo considerar que nenhum governo procurava a conflagração deliberadamente, é forçoso reconhecer, com Jules Isaac, que "a obsessão da guerra dominava a todos, os rondava" e que cada um atribuía ao outro os projetos de agressão. Numa palavra, os europeus se julgavam "em estado de legítima defesa", e a guerra podia surgir, no clima de tensão do ano de 1914, como uma solução, uma solução terrível e radical, certamente, mas talvez como a melhor das soluções. Já era o bastante! Após uma "breve tempestade", para retomar os termos do chanceler alemão Bethmann-Hollweg, as nuvens se dissipariam, a Europa seria remodelada e a paz reinaria para sempre. "Nós não desejamos a guerra, mas entraremos nela para acabar com ela", prevenia o general Moltke, a quem eram confiadas as rédeas do exército do Reich. Raymond Poincaré lhe respondia que "é possível a um povo ser pacífico apenas sob a condição de estar sempre pronto para a guerra". É com esse tipo de raciocínio que iam estrangular-se uns aos outros, convencidos da legitimidade de sua causa e da malignidade do adversário. Quando o horror se impôs, e a guerra ficou violenta, devorando incansavelmente as vidas e as riquezas do continente, os olhos se abriram, mas não era mais possível recuar. A máquina infernal estava lançada. Ela condicionaria todo o século XX, um século de ferro e de sangue levado às fontes batismais das trincheiras de Champagne, de Verdun e de outros lugares. Não, os

dirigentes provavelmente não queriam uma tal tragédia, mas não quiseram a paz o suficiente.

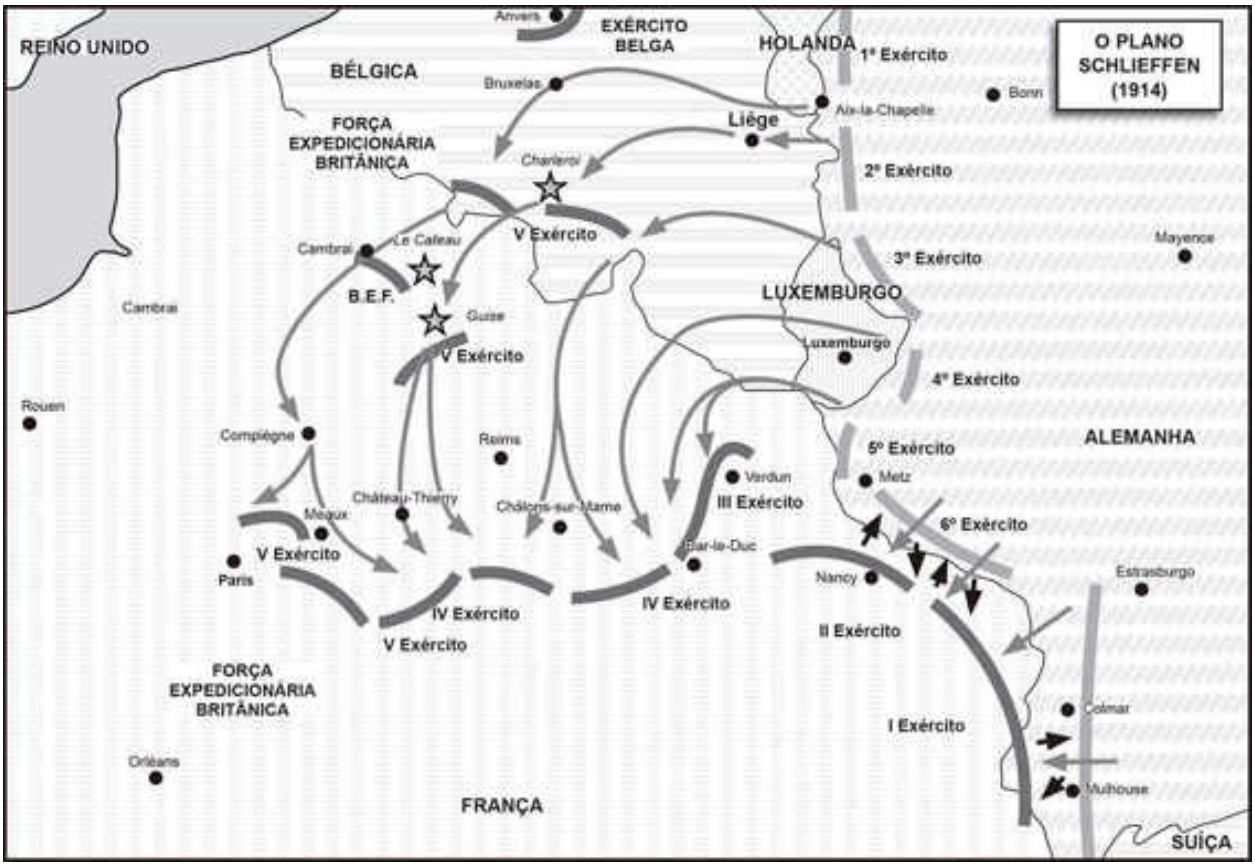
Por quê?

Milhares de obras se dedicaram às causas da Grande Guerra, e, no entanto, estas continuam enigmáticas e escapam às tentativas de análise. Se a Segunda Guerra Mundial é simples de compreender, com a responsabilidade evidente do nazismo e do expansionismo hitlerista, sua predecessora é complexa, e mesmo incompreensível. É verdade que, durante muito tempo, ao mergulhar nas origens do drama, os próprios historiadores não quiseram compreender, mas somente identificar responsáveis. Fazer a pergunta nesses termos equivalia inevitavelmente a responder apontando a culpa da Alemanha para os franceses, e dos russos para os alemães. O artigo 231 do Tratado de Versalhes[1] fazia naturalmente de Berlim o berço do mal, mas essa afirmação nacionalista originária de uma paz de vencedores não tinha sentido histórico. E a Sérvia, que usou de todos os meios para provocar a Áustria, visando a desintegração do império dos Habsburgos? E a Áustria, que usou o atentado de Sarajevo como pretexto para liquidar seu insuportável vizinho eslavo, arriscando arrastar todas as potências a um incêndio que os cérebros fervilhantes acreditavam limitar-se aos Bálcãs? E a Rússia, que tomou para si a responsabilidade de mobilizar-se para apoiar a Sérvia, provocando com isso a mobilização da Alemanha para socorrer seu aliado austro-húngaro? E a França, que nada fez para reter a Rússia, dando a impressão de que apoiava suas decisões mais brutais? É claro que a Alemanha teve sua parte de culpa, e esta foi determinante. Após ter dissuadido a Áustria, que já em 1913 queria acertar contas com a Sérvia – "Os senhores fazem barulho demais com o meu sabre", respondera Guilherme II aos diplomatas austríacos –, Berlim deu carta branca a Viena em julho de 1914 para acabar de uma vez por todas com a agitação sérvia que ameaçava o Império de desagregação. O Kaiser não imaginava que uma guerra europeia poderia acontecer: ele acreditava que a Tríplice Entente recuaria no último momento, e, com essa convicção, jogava dados com a paz.

O sistema de blocos de aliança – Tríplice Entente contra a Tríplice Aliança – era então apontado como a engrenagem fatal que engolia todas as potências quando uma delas se envolvia no conflito. Mas essa explicação não se sustenta: essa mecânica

dos blocos, que espíritos preguiçosos identificam como a causa da guerra, é antes uma consequência do que um fator desencadeador. Na verdade, desde 1908, por várias vezes essa engrenagem pôde ser interrompida. Todas as crises que precederam a de 1914 foram resolvidas pacificamente. Na realidade, a questão é: por que, em 1914, não se quis evitar o confronto? A escolha da guerra foi feita, com ou sem conhecimento de causa, mas foi uma escolha. Ninguém, exceto os britânicos, acreditava na possibilidade de salvar a paz, e ninguém, com exceção de Londres, mexeu uma palha para achar uma solução. Também não há, aí, fatalidade, obrigatoriedade, ou ainda destino inevitável; são simplesmente escolhas assumidas, mas que, diante da precipitação dos acontecimentos, davam a impressão de que eram arrancadas aos dirigentes. Estes, por sua vez, não controlavam mais as forças que haviam desencadeado, as quais, finalmente, eram incapazes de dominar. Guilherme II, o fanfarrão, caiu na própria armadilha, os militares substituíam os diplomatas, estava aberta a caixa de Pandora.

Todas as demais considerações sobre as origens do conflito também são insatisfatórias. A Alsácia-Lorena? Na verdade, os franceses não pensavam mais nisso antes que o confronto fizesse ressurgir naturalmente a velha ferida. A competição colonial? Mas essa tinha oposto de início a França à Grã-Bretanha! O confronto das ambições econômicas na era do capitalismo imperial? Mas isso seria esquecer que os liberais pregavam a paz como mais lucrativa para os negócios e para o câmbio. Finalmente, os fatores objetivos são insuficientes para compreender como a Europa se jogou na fornalha entre 28 de julho e 4 de agosto de 1914. Talvez seja conveniente evocar fatores subjetivos, raramente destacados pelos historiadores, em particular um clima de medo sufocante, de suspeição mútua, à luz do qual são interpretados os menores fatos e gestos dos vizinhos temíveis. Quando a França decide alongar de dois para três anos a duração de seu serviço militar em 1913, é porque está aterrorizada pela Alemanha, que conta com 25 milhões de habitantes a mais. Ora, Berlim vê nessa medida a prova de que a França prepara a guerra, o que reforça pouco a pouco a ideia de que o conflito é inevitável. Foi esse sentimento de fatalidade, progressivamente construído de 1911 a 1914, que tornou a guerra irresistível.



A grande ilusão

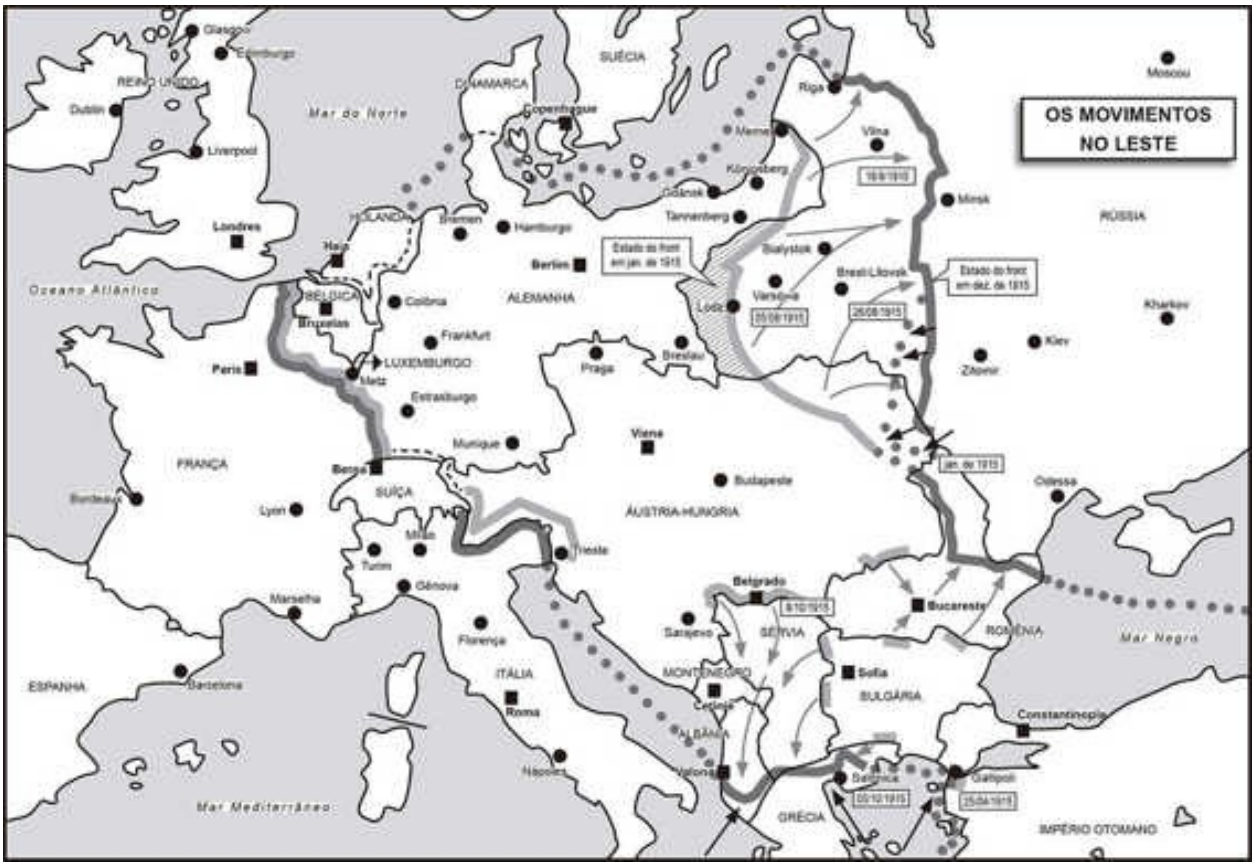
A guerra? No fundo, os contemporâneos não sabiam o que era. Havia mais de quarenta anos de paz armada entre as grandes potências, ninguém imaginava a violência de um conflito na era industrial. Uma grande ilusão preside assim a mobilização: de todos os lados acredita-se numa guerra curta, dura e brutal, sem dúvida, mas que não deveria passar de três a seis meses. Além desse prazo, todos os especialistas, civis e militares, concordam em considerar que significaria a ruína total dos beligerantes, perspectiva apocalíptica julgada inconcebível. Haverá, então, uma ou duas grandes batalhas, formidáveis choques frontais que decidirão o resultado do conflito. Parte-se simplesmente do modelo da guerra heroica do século XIX, os generais sonhando com as furiosas cargas de cavalaria com o sabre desembainhado, e soldados da infantaria armados de baionetas. "Deem-me 700 mil homens e eu dou uma volta na Europa", dizia então o general de Castelneau, quando a Escola de Guerra pregava a estratégia da ofensiva intensa, do ataque permanente que impõe sua vontade ao adversário, do impulso corajoso que faz prevalecer o valor moral

sobre o valor material. Acreditando que a guerra é vencida pelas pernas dos soldados, os estrategistas franceses, que continuavam a se maravilhar com a narrativa das campanhas napoleônicas, têm simplesmente um século de atraso. Entretanto, as guerras da Crimeia, de Secessão e de 1870-1871 já anunciavam essa nova era industrial de guerra baseada na técnica, aliada à rapidez crescente dos deslocamentos. Os estrategistas franceses, levianos demais, confiantes demais, vão logo descobrir a potência do fogo, a da artilharia em geral e a da artilharia pesada em particular, capaz de imobilizar um exército muitos quilômetros antes de chegar ao campo de batalha. Toda a coragem do mundo é inoperante contra o fogo industrial. Os soldados de infantaria franceses, lançados para a frente, serão sacrificados inutilmente, antes que o comando compreenda a ineficácia de suas posições. Mais de 350 mil soldados franceses morrem assim a partir de 1914.

O atolamento

Para dominar o terreno, os exércitos se enterram. A trincheira, na realidade, não é uma invenção de 1914-1918, ela já tinha aparecido em vários conflitos localizados – e principalmente durante as Guerras dos Bálcãs de 1912-1913 –, mas os generais consideraram, pretensiosamente, que essa fixação das frentes de batalha não poderia ser eficaz nos exércitos modernos. No entanto, desde outubro de 1914, a frente permanece bloqueada, atolada, e se fixa quase definitivamente. Um novo mito substitui então o sonho da guerra curta, o da penetração nas linhas inimigas. Na realidade, o alto comando está em descompasso com esse novo tipo de conflito, para o qual não está preparado, e dissimula seu desconforto evocando uma nova estratégia baseada no desgaste. Os múltiplos ataques, sejam restritos ou "em grande estilo", repentinos ou metodicamente preparados, locais ou mais extensos, acabam todos em derrotas. Após as grandes hecatombes de 1914, o ano de 1915 assiste à morte vã e inútil de 320 mil "peludos".[I] Sair das trincheiras é enfrentar a barragem de artilharia do inimigo, embaralhar-se nas redes de arame farpado e servir de alvo para as metralhadoras. E quando as primeiras linhas são conquistadas, o inimigo já recuou para suas trincheiras mais distantes e é preciso recomeçar tudo! Somente no final do ano de 1915 é que o general Joffre decide mudar de método, renunciando aos ataques "em profundidade" e aos objetivos a alcançar "custe o que custar". Levou cerca de 18 meses para descobrir que a artilharia conquista e que a infantaria

ocupa. Acabaram por compreender, simplesmente, que a vitória não era mais uma questão de pernas, de coração ou de estômago, mas antes de obuses, de canhões e de aço.



As Batalhas de Verdun e do Somme inauguram, então, em 1916, uma nova maneira de fazer guerra, procurando esmagar o adversário sob um dilúvio de projéteis, anular toda resistência e, como afirma o general Falkenhayn, que comanda o exército alemão, "andar sobre cadáveres". Ora, essa estratégia de destruição absoluta com tiros de canhão não funcionou. A resistência teimosa e encarniçada dos homens em Verdun, a defesa elástica dos alemães no rio Somme e seus abrigos de concreto venceram as "tempestades de aço". O mais curioso, nesses grandes massacres sucessivos, é ainda a determinação dos homens. De fato, ao mesmo tempo que amaldiçoam a guerra, os soldados esperam que a próxima ofensiva seja a melhor, aquela que, enfim, liberte o país e afaste o invasor. Isso fica evidente no exame do controle postal. Somente no final do ano de 1916, após a derrota no Somme,[2] o retorno à imobilidade na frente russa e a derrota da Romênia, é que o

moral desaba realmente porque não há mais perspectivas. Quando o novo generalíssimo, Robert Nivelle, fracassa no "Chemin des Dames" em abril de 1917, os "peludos" manifestam seu descontentamento, ou sua cólera, por terem sido sacrificados em vão, e é necessária toda a habilidade do general Pétain, que substitui Nivelle, para devolver a calma abandonando o projeto de ofensiva até segunda ordem. Pétain sabe então que, desde que os Estados Unidos decidiram entrar na dança em abril, os Aliados são chamados a se fortalecer materialmente, enquanto a Alemanha, vítima do bloqueio naval britânico, é condenada a uma lenta asfixia. Essa nova estratégia de espera é sem dúvida vantajosa a longo prazo, mas ao contar com o potencial americano, ela confirma, também, o rebaixamento do Velho Continente, que deverá, doravante, contar com uma potência que até então se desinteressava de tudo o que não dizia respeito ao Novo Mundo, mas que busca agora tomar seu lugar ao sol.

Guerra total

Com essa intervenção americana, a guerra torna-se propriamente mundial. É certo que, pela solicitação dos territórios dos britânicos e dos impérios coloniais, incontestavelmente ela já era mundial, mas tratava-se antes de uma questão europeia. Em 1917, a guerra escapa mesmo à Europa. Por um lado, os princípios universalistas do presidente Wilson perturbam o desempenho do Velho Continente, por outro, a Revolução Bolchevique, que acontece em outubro na Rússia, acaba por transformar a guerra nacional em um conflito ideológico. O século XX nasceu, e a Europa, até ali centro do mundo, descobre sua marginalização por dois messianismos antagonistas que têm a intenção de se apresentar como modelos.

Entretanto, não é unicamente por sua extensão nem pelo advento do combate ideológico que a Primeira Guerra Mundial é original. Primeiro conflito da era industrial e democrática, inaugura também a era das guerras totais. Tal designação não existe ainda, prefere-se a expressão de "guerra integral", que se encontra, por exemplo, sob a pena de Clemenceau, mas o significado é o mesmo. Toda a sociedade está em guerra, os *fronts* estão em toda parte, e o combate se desenvolve tanto nas trincheiras, contra o inimigo, quanto na retaguarda, nas fábricas de guerra. Sem dúvida os soldados lutam no *front*, mas a retaguarda – o *"home front"* como dizem os britânicos – está também engajada na frente da produção.

Além disso, o combate se desenvolve também na frente financeira, pois ninguém ignora que o dinheiro é o nervo da guerra e que é necessário, por conseguinte, drenar a poupança dos povos para os bônus da defesa nacional e os empréstimos de guerra. Enfim, existe uma frente psicológica encarregada de manter o moral das populações, o que permite cultivar uma espécie de mobilização permanente. Nem as crianças são poupadas: seus jogos, brinquedos, leituras, desenhos e lições são inteiramente voltados para a guerra. Diferentemente dos conflitos precedentes, não é mais possível viver fora da guerra.

Como os civis são combatentes integrais, e os operários em seus postos de trabalho são como os soldados nas trincheiras, torna-se legítimo para os beligerantes atacá-los indistintamente, a fim de atingir o moral do inimigo e anular sua determinação. A guerra total desemboca, assim, na guerra terrorista. Esta começa muito cedo, em 30 de agosto de 1914, quando Paris é atacada por três bombas lançadas por um avião alemão. O desejo de provocar pânico não teve sucesso, pois, fascinada pela aviação, a população saiu às ruas para seguir o percurso do intruso no céu da capital. Na primavera de 1918, ao contrário, quando esquadrilhas de Gotha irão jogar regularmente suas cargas de bombas sobre Paris, que não é um objetivo militar, os habitantes só terão como recurso refugiar-se nas adegas, nos abrigos e nas estações de metrô. As convenções de Haia de 1899 e de 1907, que se esforçaram por regulamentar o direito da guerra, proibiam esse tipo de ataque contra os civis, mas em tempos de guerra não há regras que se mantenham. Paris não é, aliás, o único alvo da aviação alemã: em dezembro de 1914, um ataque de zepelins causa a morte de 90 pessoas em Varsóvia, e durante todo o ano de 1915 esses aeróstatos gigantes são dirigidos contra a Grã-Bretanha, onde despejam 40 toneladas de bombas. Com 200 mortos, dentre os quais muitas mulheres e crianças, o saldo talvez não tenha sido glorioso, mas trata-se de criar um choque psicológico e, no que concerne aos britânicos, fazê-los sentir que seu isolamento não os protegerá mais.

Diante do aparecimento dessa forma de terrorismo, como os cargueiros afundados em alto-mar pelos submarinos alemães, os Aliados não deixaram de protestar com veemência, reportando-se ao direito, à moral e à civilização e fustigando a barbárie do inimigo, embora, no final, tenham feito a mesma coisa. No começo, os ataques aéreos franceses foram dirigidos para objetivos estratégicos, dos hangares de zepelins de Metz às fábricas de produtos químicos de Ludwigshafen. Não era o bastante. Logo, o demônio das represálias incitou os aviadores a soltar

suas bombas sobre Karlsruhe, Stuttgart ou Treves, isto é, sobre objetivos unicamente civis. A imprensa falou pouco sobre isso, a consciência pesada dos governos levava realmente a não assumir esse tipo de ação pouco brilhante, pois, afinal, foi o outro que começou... Assim, em 31 de janeiro de 1916, logo após um novo ataque de zepelins sobre Paris, o jornal *Le Figaro* não hesitava em justificar uma barbárie que, entretanto, não antecipou o armistício em uma hora nem mesmo em um segundo: "No presente momento que vivemos, todas as regras, a casuística e os escrúpulos não seriam mais do que maneiras covardes de oferecer o pescoço aos gladiadores." Podia-se, devia-se matar. Mesmo civis, mesmo mulheres e crianças. "Sem humanitarismos", proclamava *Le Journal*, que também apelava para "responder imediatamente à barbárie"… com a barbárie.

No *front*, a primeira utilização de gases asfixiantes pelos alemães, em abril de 1915, suscita os mesmos debates. Contra esse novo ataque às convenções de Haia, ninguém para representar os princípios e fustigar a nova desumanidade sem ter a intenção de imitá-la. "Doravante tudo é permitido contra o exército alemão", indigna-se o moderado *Figaro*, que chama ao dever de "ódio" e a esquecer as "abstrações" que são a justiça e o direito. Mesmo o jornal *La Croix* esquece a caridade cristã e clama por vingança: "O caso de legítima defesa está incluído em nossas leis. Nós todos temos o direito de arrancar das mãos de nossos assassinos disfarçados em guerreiros suas armas traiçoeiras para atingi-los." E, afinal, a arma química não é uma arma como as outras? E para justificar as ações mais baixas, haverá sofistas que alegam que não se deve temer ser atroz e agir barbaramente, a fim de que, no futuro a humanidade, tomada pelo desgosto, fuja para sempre da guerra.

O horror e o terror se tornaram, de algum modo, uma forma cínica de pedagogia pacifista. Bismarck não dizia que "a verdadeira filantropia consiste muitas vezes em saber derramar sangue?" Para o deputado católico alemão Matthias Erzberger, todos os meios eram válidos para apressar o fim da guerra: era pois legítimo matar civis se essa má ação pudesse acabar com a grande matança. No jornal *Tag* de 21 de outubro de 1914, aquele que teria a pesada tarefa de assinar o armistício escrevia: "Se achassem um meio de acabar com a cidade de Londres inteira, haveria mais humanidade neste ato do que deixar correr o sangue de um único soldado prussiano no campo de batalha."

Enquanto os Aliados falam de barbárie alemã e de legítima defesa de sua parte,

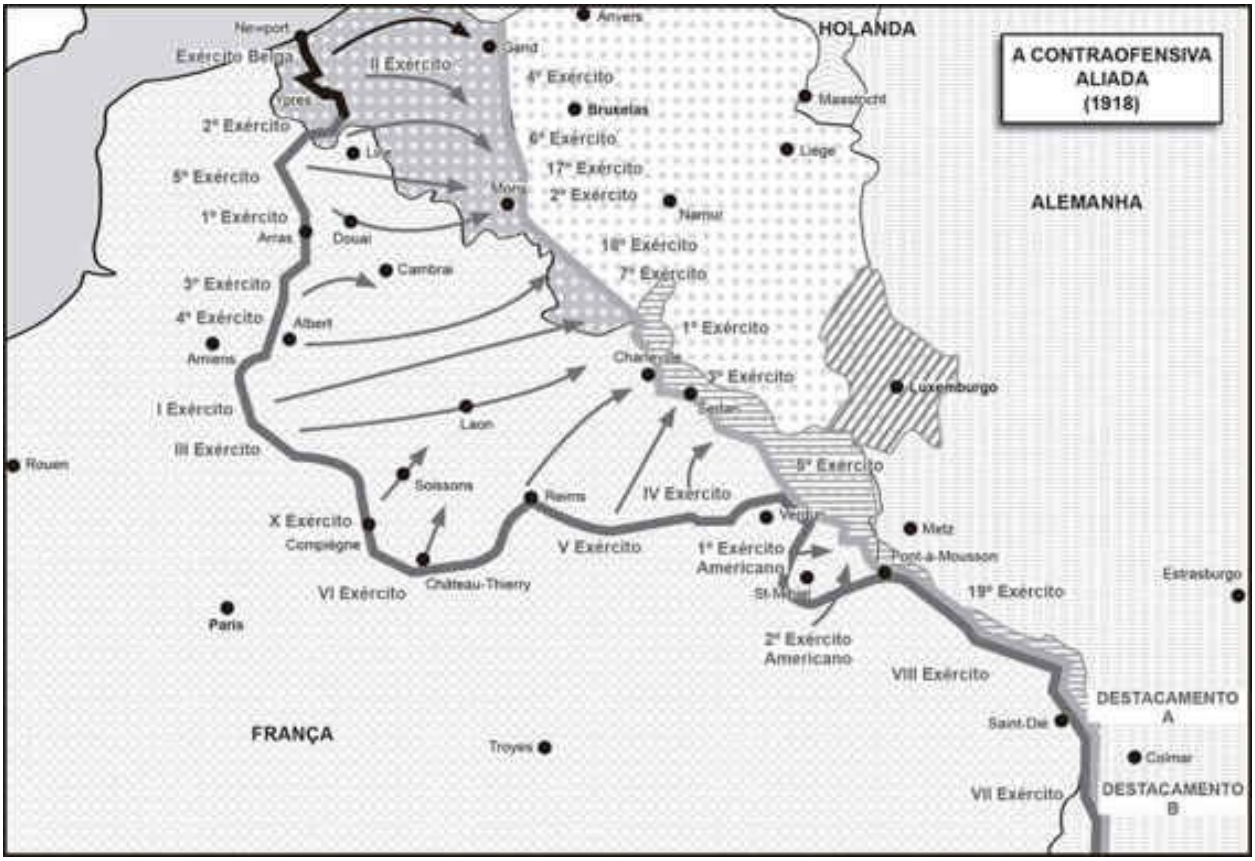
Berlim alega exatamente o contrário. Submetida ao bloqueio naval, a Alemanha denuncia a selvageria britânica que reduz um povo à fome, e considera que está em seu direito torpedear tudo o que navega em direção a um porto francês ou inglês. A adesão dos Estados Unidos, horrorizados com essa guerra submarina,[3] é um escândalo para a Alemanha, pois ela não faz nada além de reagir à desumanidade do adversário. Em nenhum momento os alemães se sentiram como provocadores: eles só queriam se defender. É verdade que nessa guerra, os piores horrores se cometem com a ideia de que se está exercendo um direito e que é o outro o culpado. Ao recusar o papel de vítima, e decidindo recorrer a uma guerra submarina violenta em 1917, os generais Hindenburg e Ludendorff, novos chefes do exército alemão, cometeram um erro: é certo que eles sabiam que Washington tomaria esse pretexto para sair da neutralidade, mas os especialistas garantiam que, em apenas seis meses, o comércio britânico estaria paralisado e Londres hastearia a bandeira branca. Subestimar a resistência britânica custou caro aos estrategistas do Reich. Ao fim do ano de 1917, eles saberiam que seus cálculos estavam errados, mas a Revolução Bolchevique e a retirada da Rússia das fileiras dos beligerantes lhes dariam a última oportunidade de vencer, antes que a superioridade aliada se tornasse irresistível. Livres de toda ameaça a leste,[4] os alemães puderam conduzir o conjunto de suas forças no oeste para uma série de ofensivas de última hora na primavera de 1918.

A última virada

O golpe de aríete lançado em 21 de março de 1918, no ângulo das frentes francesa e inglesa, quase mudou o curso da guerra. O general Ludendorff deu a ordem de se lançar ao ataque no momento em que o bombardeio estivesse mais intenso, a fim de surpreender os defensores e contornar os pontos de resistência em vez de perder tempo em tentar submetê-los. Pequenos grupos fortemente armados abriram o caminho, com a missão de avançar o mais rápido e o mais longe possível. Durante alguns dias, uma lufada de pessimismo soprou sobre os Aliados, alimentada por Pétain em pessoa, que temia que os ingleses recuassem para o canal da Mancha e fossem derrotados em campo aberto antes que os franceses, que se concentravam na defesa de Paris, também fossem vencidos. As divergências entre os Aliados e as incertezas na tomada de decisão são, no entanto, resolvidas pela unidade de comando assumida pelo general Foch em 26 de março. É nessa situação de crise que

se avalia a oportuna autoridade do presidente do Conselho, Georges Clemenceau, determinado a não ceder aos alemães e a impor seu ponto de vista ao alto comando. Para ele, a guerra era uma coisa séria demais para ser confiada aos militares, e afirmara até ter pegado os chefes "pelo cangote" durante essa trágica semana de março de 1918.

Se o espírito ofensivo de Foch é muitas vezes evocado para explicar a mobilização do rolo compressor aliado durante o verão de 1918, convém notar que o exército alemão não foi atingido, que seu *front* não foi rompido, mas que só lhe restava recuar porque estava numa situação evidente de inferioridade. Menos homens, menos canhões, obuses, aviões, com abastecimento difícil: a Alemanha simplesmente chegou ao ponto de ruptura, e não podia avançar em matéria de mobilização econômica e social. Em resumo, como assinala o escritor Jean Guéhenno, "chegou um tempo em que a prata, o ferro, o petróleo, os homens […] chegaram ao cúmulo da falta de prata, de ferro, de petróleo, de homens".



Desde o mês de agosto, Ludendorff já sabia que a partida estava perdida e insistia com os políticos para pedir o armistício a fim de evitar a batalha que, um

dia, castigaria suas forças decadentes. Assim, ele poderia alegar sempre que estas não foram vencidas, mas que foram os políticos os responsáveis pela derrota. Apesar da situação dramática, ele pensou poder resistir ainda por um ano e então conduzir uma batalha de aniquilamento no solo da Alemanha, aquela mesma que Hitler fará em 1945. A deserção brutal dos búlgaros (29 de setembro), depois dos turcos (30 de outubro) e enfim dos austro-húngaros (3 de novembro) perturba os planos dos políticos e dos militares, que acreditavam ter um pouco de tempo para negociar uma paz mais favorável. Ainda por cima, era preciso contar com a população alemã, que resistiu patrioticamente e sofreu todas as privações enquanto acreditou na vitória, mas que, quando parou de acreditar, passou a se insurgir contra os maus pastores que a conduziram ao desastre. Os soldados desertam, se rendem aos Aliados, "esquecem" de voltar dos períodos de folga, se amotinam: a revolução ronda. O Kaiser abdica em 9 de novembro e foge prudentemente para a Holanda, a Alemanha desliza no caos. É hora de parar de se torturar. Em 11 de novembro, às 5h12, os mandatários alemães assinam o texto do armistício, com lágrimas nos olhos. Acabou-se enfim a grande matança. Às 16 horas, Clemenceau, que passa a ser chamado de "Pai da Vitória", é aclamado sem cessar na Câmara dos deputados. As palavras que pronuncia, improvisadas, entram para a história: "Honra a nossos grandes mortos que nos deram essa vitória... Graças a eles, a França, ontem soldado de Deus, hoje soldado da Humanidade, será sempre o soldado do ideal."

Uma vitória-derrota

Ganhar a guerra é uma coisa, ganhar a paz é outra. Na realidade, esta última começou mal, pois as armas continuaram a falar mesmo depois de 11 de novembro de 1918: na Rússia, a guerra civil prosseguiu com força até 1921 e a vitória definitiva dos Vermelhos contra os Brancos; a Polônia, assim que ressuscitou, também se lançou contra seu vizinho russo, sonhando em lhe arrancar a Ucrânia; enfim, foi preciso esperar 1922 para que a guerra greco-turca terminasse definitivamente. E em toda parte, as frustrações, o ódio, a desilusão, mesmo entre os vencedores. Não se havia prometido aos povos que seria a última das guerras, que não haveria mais outras, que se veria a formação dos Estados Unidos da Europa sobre o cadáver dos impérios militaristas, que o futuro seria radioso? A situação é bem outra: com 10 milhões de homens desaparecidos – serão 15 se incluirmos os

mortos da guerra civil russa –, a Europa estava devastada. A vitória custou muito caro para que se possa ficar contente com ela. Vinte milhões de feridos e de amputados, 4 milhões de viúvas, 6 a 8 milhões de órfãos: a vitória tem má aparência, com a cara quebrada. A Europa também está arruinada. Outrora banqueira do mundo, ei-la devedora: o serviço da dívida absorve 40% das despesas públicas francesas, e o padrão-ouro, que assegurava a estabilidade monetária, deu lugar a uma economia de inflação – e mesmo de hiperinflação no caso alemão. Enquanto Victor Hugo dizia que o século XX seria feliz, o cataclismo de 1914-1918 varreu todas as seguranças positivistas e substituiu a ideia de progresso pelo absurdo e pelo pessimismo. Não era a ciência que deveria libertar a humanidade, esta que se colocou a serviço da morte em massa? Entrando no futuro de costas, os contemporâneos, nostálgicos do período antes da guerra – desde então rebatizado de *Belle Époque* –, perderam a fé até mesmo na democracia. Quanto à Paz de Versalhes, assinada em 28 de junho de 1919, não satisfaz a ninguém: nem aos alemães que a consideram dura demais e a denunciam como uma imposição, porque não puderam negociá-la, nem aos nacionalistas franceses que a consideram frouxa demais e sem garantias. Isso porque foi preciso achar um meio termo entre vencedores, entre um Clemenceau que queria simplesmente desmembrar o vencido, e ingleses que desejavam manter uma Alemanha potente para contrabalançar com a França. O presidente americano Wilson, que se considerava um anjo da paz, com seus generosos princípios de parlamento das nações e de Europa das nacionalidades, complicou um pouco mais essa "paz estranha" à qual os Estados Unidos, ao final, não trarão sua garantia, pois o Senado não ratificou o tratado. À desilusão dos vencedores correspondia a cólera ou a frustração dos vencidos, a onda revolucionária que, vinda da Rússia, sacode a Alemanha, submerge a Hungria, desestabiliza a Itália. Assim acaba o sonho de uma guerra feita em nome da democracia e que vê se multiplicarem as ditaduras que são como baluartes contra o bolchevismo. De todos os países oriundos do desmembramento dos impérios, apenas a Tchecoslováquia adota a democracia, uma consolação bem fraca. No final das contas, a Europa está ainda mais dividida do que em 1914. Suas novas fronteiras são contestadas, como o inacreditável corredor de Dantzig que corta a Alemanha em duas; deformada pelas agruras das minorias nacionais, atravessada não por uma cortina de ferro, mas por um cordão sanitário que isola a Rússia bolchevique; gangrenada pelo ressentimento e pelo revanchismo. Sim, os impérios autoritários russo, alemão, austro-húngaro,

otomano haviam caído, mas a democracia não levava vantagem. A balcanização da Europa Central e do Oriente Médio triunfava, a potência americana estava revelada, o comunismo e logo o fascismo anunciavam a entrada na era do totalitarismo, filha da guerra total. Sozinho no deserto, o economista J. M. Keynes propunha em 1919 esquecer o ódio e formar um mercado comum para reunir vencedores e vencidos numa solidariedade para a prosperidade. Em caso contrário, ele previa que o espírito de revanche dos vencidos "não se faria esperar": "Nada então poderá retardar, entre as forças de reação e as convulsões desesperadas da Revolução, a luta final diante da qual se apagarão os horrores da última guerra e que destruirá a civilização." Em 1919, nas entrelinhas de uma paz mal alinhavada, já se desenhava o espectro de um novo conflito que esvaziaria definitivamente a disputa dos países europeus à custa de seu aniquilamento, dando lugar ao confronto americano-soviético que duraria quarenta anos. O século XX era decididamente um filho da Primeira Grande Guerra.

Notas

[I] N.T.: O termo "peludos" é a tradução de *poilus*, designação dos recrutas franceses da Primeira Grande Guerra.

[1] O artigo 231 estipula que a Alemanha é a única responsável pela guerra e que ela deve, pois, arcar com seu custo, pagando reparações aos vencedores.

[2] De julho a novembro de 1916, os franco-britânicos lançam uma grande ofensiva sobre o rio Somme. Em termos de perdas, avaliadas em 1,2 milhão de homens, a Batalha do Somme foi a mais violenta de toda a guerra.

[3] Em 7 de maio de 1915, o torpedeamento do cargueiro Lusitania, que fazia a ligação entre Nova York e Liverpool, provocou a morte de 1.200 pessoas, entre as quais 128 americanos. Por isso, a opinião americana era muito hostil à guerra submarina em geral e à Alemanha em particular.

[4] Os alemães assinaram a paz com os bolcheviques em Brest-Litovsk em 3 de março de 1918.

Bibliografia selecionada

ALARY, Eric. *La Grande Guerre des civils*. Paris: Perrin, 2013.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. *14-18, retrouver la guerre*. Paris: Gallimard, col. "Folio", 2003.

BEAUPRÉ, Nicolas. *La France en guerre*. 1914-1918. Paris: Belin, 2013.

BECKER, Jean-Jacques. *La Première Guerre mondiale*. Paris: Belin, 2003.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *La Grande Guerre des Français*. Paris: Perrin, 2003, col. "Tempus".

FERRO, Marc. *La Grande Guerre*. Paris: Gallimard, 1990, col. "Folio".

LE NAOUR, Jean-Yves. *1914*. La grande illusion. Paris: Perrin, 2012.

_____. *Dictionnaire de la Grande Guerre*. Paris: Larousse, 2008.

LOEZ, André. *La Grande Guerre*. Paris: La Découverte, 2010, col. "Repères".

ROUSSEAU, Frédéric. *La guerre censurée*. Une histoire des combattants européens. Paris: Seuil, 2003, col. "Points".

WINTER, Jay (dir.). *La Première Guerre mondiale*. Paris: Fayard, 2013.

Guerra Civil Russa

(1918-1920)

Jean-Christophe Buisson

Logo após a Revolução de Outubro, explode na Rússia uma guerra civil entre o novo regime e uma oposição armada mais ou menos unida por trás da bandeira branca dos nostálgicos do Império decaído. Graças ao "comunismo de guerra" (terror, propaganda, primeiros gulags...), Lenin e Trotski saem vencedores, ao término de um conflito de três anos que fez centenas de milhares de vítimas e permitiu ao poder soviético fortalecer sua legitimidade. No sangue.

O recrudescimento

"É preciso matá-los, exterminá-los sem piedade. Eles não terão piedade de nós, aliás, nós não precisamos da piedade deles e não adianta nada poupá-los. Ah! Bom Deus! É preciso tirar esses vermes da terra. Como regra geral, nada de sentimentalismo quando o destino da revolução está em jogo. Eles têm razão, esses caras aí."

"Esses caras aí", de que fala o bolchevique Buntchuk, um dos heróis do *Don silencioso*, de Mikhail Sholokhov, prêmio Nobel de literatura em 1965, são dois guardas vermelhos que acabam de abater friamente um oficial "contrarrevolucionário" prisioneiro. A cena, inspirada em fatos reais, acontece no final de fevereiro de 1918 na cidade de Rostov-sobre-o-Don, e que, pouco antes de Novocherkassk, cai nas mãos das tropas comunistas. Com a queda dessas duas metrópoles da região do Don, o último bolsão de resistência acaba de ceder ao triunfo da Revolução de Outubro. Em Petrogrado (ex-São Petersburgo, futura Leningrado), Lenin se rejubila. "A guerra civil está terminada", ele anuncia a seus próximos. Ela acaba de começar.

Antes do derradeiro assalto do Exército Vermelho, 3.423 soldados e oficiais do exército czarista deixaram Rostov. Sob borrascas de neve, iluminados pelo clarão dos incêndios ateados na cidade, eles iniciam uma retirada nas estepes brancas do Don para chegar ao Kuban. Eles se autodenominam o "corpo dos voluntários". Com eles, centenas de civis: todos os prejudicados com o novo regime – ex-deputados da Duma, médicos, burgueses, aristocratas, camponeses pouco abastados, donos de empresas, religiosos – fugindo dos horrores que presenciaram, com o temor de terem, eles também, o destino dessas mulheres grávidas esfaqueadas, desses popes torturados, desses jovens atirados nas fornalhas de usinas metalúrgicas, que tiveram a desgraça de cruzar o olhar ou o caminho dos novos donos da Rússia. Eles perderam tudo, não têm mais nada a perder. Sua errância épica será batizada de "a marcha de gelo". Ela durará oitenta dias. A história se lembrará deles como os primeiros combatentes da liberdade antissoviética.

No comando dessa tropa disparatada, o general Kornilov. Nascido de um pai cossaco e de uma mãe buriata, herói do exército imperial aliado aos princípios republicanos, ele tentou derrubar, no verão anterior, o governo Kerenski, que chegara ao poder após a Revolução de Fevereiro, para impor um regime autoritário nacionalista mas livre dos Romanov. Preso, conseguiu escapar e uniu-se, logo após a Revolução de Outubro, fatal a Kerenski, ao grupo de voluntários contrarrevolucionários organizado na região do Don pelo general Alexeiev: "Nós partimos em direção à estepe para acender a fogueira, para que haja ao menos um ponto luminoso na obscuridade que recobriu a Rússia." Antigo chefe de estado-maior do exército russo, Alexeiev preferiu abandonar o comando militar das tropas dessa prestigiosa instituição, a fim de encarnar a alma política e espiritual do movimento. Uma das primeiras ordens de Kornilov foi de costurar uma faixa branca nas boinas e nos quepes de seus homens (36 generais, 2.320 oficiais, 437 alunos oficiais e somente 630 soldados rasos), uma referência aos *chouans*[I] da Vendeia, que 120 anos antes manifestaram-se contra o horror revolucionário. Mas essa faixa também tinha a finalidade de identificá-los durante os combates que acompanharam sua trajetória: a maior parte das aldeias que atravessaram eram hostis a eles e os obrigavam a combater. E a deixar em seu rastro centenas de vítimas.

No fim de março, os Brancos chegam diante de Iekaterinodar, capital da nova República Soviética do Norte do Cáucaso. Três mil cossacos do Kuban aderem à pequena tropa. O bastante para enfrentar os 18 mil Vermelhos que dominam a

cidade? É o que pensa Kornilov. O assalto é feito e logo fica evidente que está fadado ao fracasso. Mas Kornilov insiste. Até a manhã fatal em que um obus cai sobre a fazenda em que instalou seu QG. Seu assessor é designado para comandar voluntários e ordena um recuo imediato para o norte. O general Denikin soube, então, que os habitantes do Don, cansados do terror bolchevique, das pilhagens, das requisições e dos massacres, também se revoltaram. Com a adesão dos 40 mil cossacos do *hetman* Krasnov, os Brancos puderam alimentar a esperança de uma reconquista. Sob a condição de se organizarem.

De um ponto de vista militar, a coisa parece muito palpável. Provável, mesmo. Além dos cossacos do rio Don, os Brancos dispõem de vários corpos de exército: a leste, o almirante Koltchak, futuro número dois do movimento branco, avança a partir de Omsk em direção ao Ural e ao Volga; no comando das forças de cavalaria do Exército dos voluntários, o general Wrangel progride no Cáucaso; no Grande Norte, o general Miller, apoiado por ingleses e franceses temerosos dos riscos de contágio ideológico que uma vitória total dos comunistas poderia provocar no Ocidente, ocupa Murmansk e Arkhangelsk. Em toda parte, as tropas soviéticas recuam. Sob a pressão dos Brancos, mas não somente. Na Frente Ocidental, aproveitando-se da paz de Brest-Litovsk (março de 1918) assinada entre a Alemanha e o governo soviético, os austro-alemães e os nacionalistas ucranianos ocupam as regiões de Minsk e de Pskov. Auxiliados num primeiro momento pelos batalhões franco-alemães, os países bálticos repeliram o Exército Vermelho até Petrogrado. Ao sul, a Geórgia proclamou sua independência sob a autoridade de um governo menchevique.[1] Uma unidade motorizada britânica conquista as margens do mar Cáspio e se aproxima de Baku. Na Ásia Central e Oriental, além da irrupção de tropas japonesas visando a Manchúria, uma legião tchecoslovaca composta de 70 mil antigos prisioneiros de guerra austro-húngaros, que deviam ser encaminhados pelo Transiberiano até Vladivostok para alcançar a Europa, voltou-se contra os sovietes locais e se lançou, por sua vez, na batalha. Nas mesmas regiões, um improvável barão báltico, Roman von Ungern-Sternberg, conseguiu persuadir os mongóis de que ele era uma reencarnação de Gengis Khan e que era necessário, sob suas ordens, combater a ameaça de sovietização das estepes locais. Quanto aos governos ocidentais, horrorizados pela violência dos bolcheviques, cogitam em enviar verdadeiros contingentes para ajudar a contrarrevolução.

Resultado? No outono de 1918, apesar do massacre da família imperial em

julho, que deveria inflamar o povo e fazê-lo entender que nenhum retorno ao passado seria possível dali em diante, os dirigentes soviéticos mal conseguem ocultar sua inquietação. Apesar de pequenas vitórias em setembro (Kazan, Simbirsk, Samara), eles não controlam mais do que um território do tamanho do grão-ducado de Moscóvia no século XV, e mais: no interior dessas fronteiras, a revolta cresce. Famintos, cansados dos combates e das promessas de reformas que tardam a se realizar, as populações campesinas não veem mais os Vermelhos como salvadores. As deserções se multiplicam, explodem motins, greves são lançadas, insurreições acontecem. Esvaziadas em três quartos de seus habitantes, as grandes cidades só sustentam a revolução da boca para fora. Ou quando a ponta das baionetas fere as costas de seus últimos cidadãos. Pouco falta para que termine, em menos de um ano após sua implantação, a experiência soviética.

Forças e fraquezas

Ameaçados e quase condenados militarmente, os Vermelhos dispõem, no entanto, de uma arma decisiva, da qual seus adversários são desprovidos: um sentido político. Desde cedo, Lenin e Trotski compreenderam como vencer: por um esforço de propaganda eficaz (o apelo a se engajar é um sucesso junto aos operários e aos camponeses, que, por falta de trabalho, encontram aí um meio provisório mas seguro de se vestir e se alimentar); por uma centralização do poder implacável, apoiando-se, economicamente, sobre o "comunismo de guerra" (requisições, fim do comércio privado) que se mostrará não somente como uma resposta à guerra civil mas como "um modo de fazer a guerra civil" (Orlando Figes); e sobretudo, por uma prática do terror permanente – não é essa a via mais rápida para a sociedade socialista, como o professava Karl Marx? Enviado para o *front*, que ele percorre num trem blindado (105 mil quilômetros em três anos, o equivalente a duas vezes e meia a volta da Terra!), o intelectual Trotski organiza suas tropas com uma eficácia (e uma ferocidade) temível, bolchevizando as estruturas militares. Quase todos os soldados do Exército Vermelho é escoltado por um comissário político encarregado de vigiá-lo: para assegurar uma tropa obediente e disciplinada. A fim de enquadrar esses homens, milhares de antigos oficiais do exército czarista são convidados a unir-se aos Vermelhos – que logo serão 75 mil. Alguns deles são motivados tão somente pela vontade de sobreviver, outros por um real patriotismo misto de legalismo, a

maior parte porque suas famílias foram feitas reféns na retaguarda… Em cada unidade, membros da nova polícia política, a Cheka, prendem, torturam, condenam e executam espiões e traidores. Supostos ou reais.

Enquanto isso, os Brancos se digladiam, minados por suas oposições internas entre nostálgicos do Império, nacionalistas antissemitas (as Centenas Negras),[2] democratas moderados, autonomistas cossacos, partidários de uma ditadura militar, aristocratas alérgicos aos camponeses. Se a autoridade política e militar de Denikin – o general Alexeiev morreu em outubro de 1918 – é reconhecida por todos, ninguém toma consciência da necessidade absoluta de uma mobilização de massa para responder ao alistamento militar obrigatório ordenado pelos Vermelhos. Do mesmo modo, ninguém se dá conta verdadeiramente do quanto a revolução modificou em profundidade o estado de espírito do povo russo. Mais nenhum pequeno camponês poderia pensar num retorno às estruturas do Antigo Regime. Ora, não havendo garantia da manutenção da reforma agrária feita por Lenin, as autoridades brancas parecem ambíguas sobre o assunto, privando-se de um entusiasmo popular que lhes permitiria dispor de tropas a comandar. Pois aí reside outro grave problema: os Brancos são e permanecem um exército de oficiais que carece severamente de soldados. E o que pode, afinal, uma tropa de elite diante de uma massa de combatentes (e mais ainda desunida quanto a seus objetivos de guerra)? Outra pedrinha nas botas forradas de pele dos contrarrevolucionários: os cossacos. Orgulhosos de sua independência, rejeitam o centralismo reivindicado pela maior parte dos generais brancos. Pior: fora de suas próprias terras, eles se comportam como conquistadores e se entregam a pilhagens mais frequentes – principalmente nas aldeias judias onde realizam por vezes verdadeiros *pogroms*.

No começo de 1919, entretanto, a esperança aumenta entre os Brancos: os Aliados prometeram aumentar sua ajuda. Era só uma maneira de falar. À exceção do almirante Koltchak, que recebe um socorro material importante, o que lhes chega são apenas algumas centenas de armas e de uniformes cáqui, potes de geleia aos milhares e um monte de palavras bonitas. Na verdade, Paris, Londres e Washington hesitam. Por desconhecimento da situação e do que está em jogo (um Lloyd George pensa, por exemplo, que Kharkov – nome russo da cidade de Carcóvia, na Ucrânia – é o nome de um general!); por cinismo (ao contrário de Churchill, já partidário de uma cruzada contra o bolchevismo, alguns temem um fortalecimento da potência russa se ajudarem os Brancos!); ou para não chocar suas opiniões públicas, que, após

quatro anos de guerra, aspiram à paz e à reconstrução e não se importam nem um pouco com o destino dos mujiques barbudos das margens do Volga. A intervenção francesa na Crimeia é, a esse respeito, exemplar. Enviado por Clemenceau em dezembro de 1918, um corpo expedicionário dirigido pelo general Berthelot desembarca em Odessa a fim de substituir as tropas alemãs que retornaram e expulsar os Vermelhos da Crimeia. Mas ao final de várias semanas, depois de centenas de mortes e vários motins, Paris ordena a retirada de suas tropas.

Enquanto os chefes brancos penam para harmonizar suas estratégias em ação, o Exército Vermelho cresce (3 milhões de homens no final de 1919) e se estrutura. Grandes chefes de guerra se afirmam: Tukhatchevski, Frunze – que empurram os 100 mil homens dos exércitos siberianos de Koltchak para além do Ural. Apesar das deserções massivas, das epidemias de tifo, gripe, varicela e cólera (que fazem mais vítimas do que as próprias batalhas), da emergência de contraguerrilhas locais (nacionalistas ucranianos de Petliura,[3] anarquistas libertários de Makhno),[4] os chefes bolcheviques se felicitam pela continuação da guerra civil. Porque a noção de conflito é um elemento ontológico do pensamento comunista (aliás, Lenin o repete espontaneamente em todos os seus discursos). Porque deixar pensar que o país está dividido em dois campos, o favorável à ditadura do proletariado (o povo) e o favorável à ditadura militar (a antiga elite imperial), só pode levar os russos um pouco mais para o lado dos defensores do povo – eles, os comunistas. Porque sabem que são mais determinados que seus adversários, não tendo nada a perder e tudo a ganhar. Porque estão intelectualmente prontos para realizar massacres de uma extensão inédita: "Matemos nossos inimigos aos milhares, afoguemo-los em seu sangue, façamos correr o sangue dos burgueses: mais sangue, o máximo possível", propunha o *Krasnaia Gazeta* logo após o atentado de Fanny Kaplan contra Lenin, em 30 de agosto de 1918… Jamais, do lado dos Brancos (e isso foi sua honra tanto quanto sua fraqueza), foi cogitada a utilização de métodos tão eficazes quanto os da Cheka: mergulhar as mãos de um prisioneiro na água fervente até que se formem bolhas, depois retirar a pele como se fosse uma luva (em Carcóvia); rolá-lo num barril cheio de pregos (em Voronej); fixar uma gaiola sobre suas costas, tendo, em seu interior, um rato faminto a querer devorar suas entranhas (em Kiev); trancá-lo vivo num caixão ao lado de um morto *etc.* Todos os historiadores concordam neste ponto: em geral, durante os três anos da guerra civil, houve muito mais vítimas no terror ordenado por Lenin do que nos confrontos militares diretos entre Vermelhos

e Brancos.

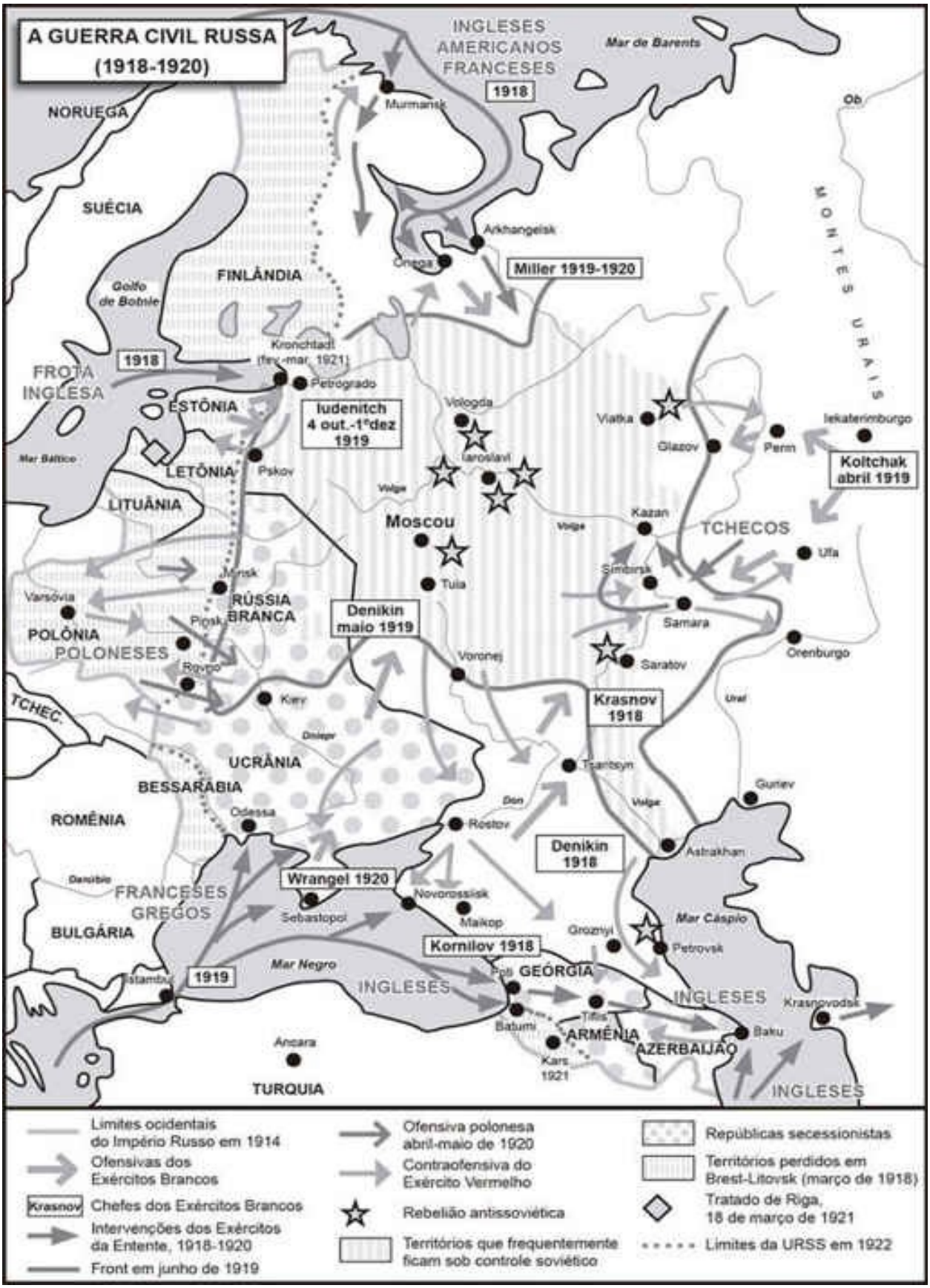
E Stalin? Encarregado de uma missão de abastecimento do Exército Vermelho na Frente Sul, o comissário de 40 anos não está em desvantagem quanto ao uso da violência. Ele não hesita em ordenar que se queimem as aldeias que não concordam em entregar sua produção de trigo aos valentes combatentes revolucionários. Instalado em Tsaritsin, ele não esquece de alimentar, junto a Lenin, uma intriga contra Trotski, cujo "passado antibolchevique" é relembrado em suas cartas. Vê em Trotski um Napoleão Bonaparte em potencial, suscetível de confiscar a revolução em seu proveito. Apesar das aparências, a unidade de comando dos Vermelhos é uma fachada: nos bastidores já se prepara o duelo Trotski-Stalin…

A erradicação

Os últimos meses do ano de 1919 são decisivos. Até então reduzida muitas vezes a uma sucessão de escaramuças locais, a Guerra Civil Russa passou a assemelhar-se aos combates da Grande Guerra. Tanques, aviões e veículos blindados entraram em ação. Centenas de milhares de soldados estão envolvidos. O vento muda em favor dos comunistas. No sul, esporeada pelo slogan de Trotski: "Proletários, a cavalo!", a cavalaria vermelha de Budienni, Timochenko e Jukov faz milagres. Tendo chegado a uma distância de menos de 30 quilômetros das muralhas de Petrogrado, as tropas brancas de Iudenitch são pressionadas até a Estônia depois que esse teimoso general czarista recusou-se a reconhecer a independência da Finlândia, país vizinho que lhe teria trazido, nesse caso, uma ajuda decisiva. Essa vitória dos Vermelhos deve-se unicamente ao gênio militar de Trotski, enviado até lá por um Lenin tomado de pânico. A tal ponto que a cidade de Gatchina, local dos principais combates, é a primeira a ser rebatizada para levar o nome de um comunista vivo: Trotsk.

Na Frente Norte, na mesma época, o general Miller é abandonado pelos ingleses, que reembarcaram em seus navios atracados em Murmansk e Arkhangelsk. Fato ainda mais grave: Koltchak, o "regente supremo da Rússia" que sonhava, há pouco tempo, em operar uma junção com as forças de Denikin em Tsaritsin, às margens do Volga, é obrigado a deixar Omsk, escolhida como sua capital provisória. Se o almirante branco pôde subir no trem imperial em companhia de seu estado-maior, milhares de militares e de civis devem, por outro lado, lançar-se em direção ao leste, num inverno gelado, ao longo da linha do Transiberiano. Razão: decididos

a abandonar com rapidez o teatro das operações, dezenas de milhares de homens da Legião Tchecoslovaca proibiram às famílias dos oficiais brancos o acesso aos vagões da composição ferroviária. A partir de então, são eles que fazem a lei na região, prontos, se necessário, a vender os Brancos e seu trem cheio de ouro aos Vermelhos, em troca de uma passagem garantida até Vladivostok. Eles o farão. Quando pensava que seria recolhido pelos Aliados em Irkutsk, conforme uma promessa do general francês Janin, Koltchak, esgotado, doente, isolado, é entregue pelos tchecos ao soviete de ferroviários de Polovina em 13 de janeiro de 1920. Após uma semana de interrogatórios, é condenado à morte e conduzido à margem do rio gelado Angara. Um buraco foi cavado no gelo atrás dele. Em 7 de fevereiro de 1920, o almirante branco cai sob as balas de um pelotão de fuzilamento da Sibéria. Ele recusou que lhe vendassem os olhos.


A GUERRA CIVIL RUSSA
(1918-1920)
INGLESES
AMERICANOS
FRANCESES
1918
Mar de Barents
Murmansk
NORUEGA
SUÉCIA
Arkhangelsk
Onega
Ob
MONTES URAIS
Miller 1919-1920
FINLÂNDIA
Golfo de Bothnie
Kronchtadt (fev.-mar. 1921)
1918
FROTA INGLESA
Petrogrado
ESTÔNIA
Iudenitch 4 out.-1°dez 1919
Vologda
Viatka
Iekaterinburgo
Glazov
Perm
Koltchak abril 1919
Mar Báltico
LETÔNIA
Pskov
Iaroslavl
Volga
LITUÂNIA
Moscou
Kazan
TCHECOS
Ufa
Minsk
Tula
Simbirsk
Varsóvia
RÚSSIA BRANCA
Denikin maio 1919
Samara
POLÔNIA
POLONESES
Pinsk
Rovno
Voronej
Saratov
Orenburgo
Kiev
Krasnov 1918
Ural
TCHEC.
Dniepr
UCRÂNIA
Tsaritsyn
BESSARÁBIA
Don
Volga
Gurtiev
ROMÊNIA
Odessa
Rostov
Denikin 1918
Astrakhan
Danúbio
Wrangel 1920
FRANCESES
GREGOS
Novorossisk
Sebastopol
Maikop
Mar Cáspio
BULGÁRIA
Grozny
Petrovsk
Kornilov 1918
Mar Negro
1919
Istambul
INGLESES
Poti
GEÓRGIA
INGLESES
Krasnovodsk
Tiflis
Batumi
ARMÊNIA
Baku
AZERBAIJÃO
Ancara
Kars 1921
TURQUIA
INGLESES
Limites ocidentais do Império Russo em 1914
Ofensivas dos Exércitos Brancos
Krasnov Chefes dos Exércitos Brancos
Intervenções dos Exércitos da Entente, 1918-1920
Front em junho de 1919
Ofensiva polonesa abril-maio de 1920
Contraofensiva do Exército Vermelho
Rebelião antissoviética
Territórios que frequentemente ficam sob controle soviético
Repúblicas secessionistas
Territórios perdidos em Brest-Litovsk (março de 1918)
Tratado de Riga, 18 de março de 1921
Limites da URSS em 1922

Antes de ser preso, Koltchak teve tempo de designar Denikin, que já era comandante supremo dos Exércitos Brancos, para sucedê-lo como "regente da Rússia livre". Este só ocupará essa função simbólica por algumas semanas. Atacado pelos guerrilheiros ucranianos sob as ordens de Makhno, abandonado pelos cossacos do Don, pressionado pelo 1º Exército Vermelho de Cavalaria, enfraquecido em seu próprio estado-maior por sua rigidez, sua ausência de carisma e sua falta de habilidade política, Denikin ordena o recuo geral dos Brancos para os portos do mar Negro, onde os esperam navios que os levarão para a Crimeia ou para fora da Rússia, na região dos estreitos. Problema: os soldados terão prioridade no embarque, segundo o aviso das autoridades aliadas que organizam a evacuação; 60 mil Brancos são assim deixados para trás, no Kuban, vulneráveis às represálias dos Vermelhos. Em Novorossisk, o espetáculo é dantesco: impedidas de embarcar nos navios aliados, mulheres e crianças de antigas famílias aristocráticas ajoelham-se chorando no cais, agarram-se aos casacos dos peludos do Oriente, suplicam socorro rolando no chão, brigam entre si como maltrapilhos, mergulham na água negra, preferindo o suicídio público à sua execução provável... A retirada se transforma em derrota. Denikin, sob pressão de seus oficiais, abandona suas funções ao seu velho inimigo, o general Wrangel, que ele havia enviado a Constantinopla algumas semanas antes. O mesmo navio britânico que o trouxe para a Rússia o levará para o exílio.

A ilusão Wrangel dura algumas semanas. Retomando, em abril de 1920, as rédeas de um exército de 25 mil homens desmoralizados, famintos, sem armas nem cavalos ou quase, esse barão de porte majestoso, de olhar intenso, de energia transbordante, orador de talento e estrategista afamado, traz cores para o Exército Branco. Depois de proclamar (e fazer reconhecer pelas capitais europeias um tanto envergonhadas) "a república branca da Crimeia",[5] ele organiza uma contraofensiva de grande porte. Ocupados numa retomada dos combates contra os poloneses na Ucrânia, os Vermelhos diminuíram seus meios militares no sul. Com o apoio de alguns tanques oscilantes e dois ou três velhos aviões, Wrangel expulsa os comunistas de Tauride do Norte (região da Crimeia), faz 11 mil prisioneiros e recupera centenas de armas e 3 mil cavalos. A esperança renasce. Não por muito tempo. Após sua derrota polonesa,[6] o Exército Vermelho está de volta à Crimeia. Em massa. A relação de força é de quatro contra um. Em meados de novembro, após várias semanas de resistência heroica sobre o istmo de Perekop, o general

ordena, com muito pesar, o embarque de seus homens (cerca de 150 mil!) em vários portos do mar Negro. Alguns navios franceses participam da evacuação – perfeitamente organizada, esta. Em 16 de novembro de 1920, o cruzador General-Kornilov, no qual embarcou o último dos comandantes brancos, deixa Sebastopol. A seu lado, o Waldeck-Rousseau, sob a ordem do almirante Dumesnil, comandante da frota francesa no Mediterrâneo, dispara 21 tiros de canhão para saudar pela última vez "a última bandeira russa num mar russo". A guerra civil está oficialmente terminada, mesmo que algumas "Vendeias", em Tambov e na bacia do Volga principalmente (sem esquecer da última agitação asiática do barão Ungern,[7] no verão de 1921), se manifestem nos meses seguintes. Elas logo serão, por sua vez, massacradas.

Dezenas de milhares de vítimas, aldeias e cidades destruídas ou queimadas, uma economia devastada, um território amputado de regiões inteiras (principalmente do lado ocidental), um isolamento diplomático quase total: à primeira vista, a jovem Rússia soviética perdeu com a guerra civil. E se fosse o contrário? E se, no fundo, esses três anos de violência em várias frentes (contra os Brancos, contra os levantes camponeses espontâneos, contra os exércitos estrangeiros) proporcionaram ao novo regime e a seu exército afirmar-se e fortalecer-se mais rapidamente e mais eficazmente do que se precisassem fazê-lo "naturalmente", num período menos tumultuado? O mesmo fenômeno não se produzira na França, 125 anos antes? A luta armada (contra os rebeldes da Vendeia, as revoltas locais, os exércitos estrangeiros coligados) não tinha permitido, já aí, fortalecer a Revolução – como Robespierre acabou por admitir?

Experimentando princípios que se tornarão característicos do regime comunista, Lenin, Trotski e Stalin, com certeza, não conseguiram apenas uma vitória militar em 1920. Eles experimentaram a pertinência de uma regra política de que usaram e abusaram para manter-se no poder: designar inimigos. Externos ou internos. Sobretudo, eles também inventaram uma nova maneira de governar que se desenvolveria no século XX: pela propaganda e pelo terror.

Notas

[I] N.T.: "Chouan" designa, em francês, o camponês do oeste da França fiel à monarquia, que se insurgiu contra a 1ª República (de 1793 a 1800), assim designado por causa do cognome de um de seus primeiros chefes, Jean

Cottereau, conhecido como Jean Chouan. CF.: <http://www.larousse.fr/encyclopedie/oeuvre/les_Chouans/113521>. Acesso em: 12 ago. 2015.

[1] No Congresso de Londres de 1903, o partido operário social-democrata da Rússia se divide sobre a estratégia de conquista do poder entre mencheviques, favoráveis a um partido de massa aberto a várias tendências, e bolcheviques, adeptos, como Lenin, de um movimento fechado e semiclandestino. Após sua participação no governo provisório "burguês" oriundo da revolução de fevereiro de 1917, os mencheviques são expulsos do poder pela Revolução de Outubro. Inimigos dos bolcheviques desde então, eles não hesitarão, por vezes, a se aliar aos Brancos.

[2] Organização nacionalista de choque criada logo após a revolução fracassada de 1905. Seu objetivo: reforçar o poder do czar, ameaçado, segundo seus chefes, por complôs franco-maçons, judeus e estrangeiros. Também conhecidos pelo nome de "Centúrias negras", as Centenas Negras (muitos milhares de membros) se distinguirão por sua participação em pogroms antissemitas. Por seus métodos e sua ideologia, são considerados por alguns historiadores como os precursores russos dos movimentos fascista e nazista.

[3] Simon Petliura (1879-1926) é o fundador do Partido Revolucionário Ucraniano. Após a proclamação, em janeiro de 1918, de uma Ucrânia independente, ele se tornará presidente em fevereiro de 1919; combaterá os Vermelhos, os Brancos, os anarquistas de Makhno e os poloneses antes de fugir para o exílio. Será assassinado em 1926 em Paris por um anarquista judeu que o acusava de ter perpetrado pogroms antissemitas na Ucrânia.

[4] Nestor Makhno (1888-1934) é o fundador do Exército Revolucionário Insurrecional Ucraniano que, após opor-se aos Exércitos Brancos, voltou-se contra o Exército Vermelho. Seus partidários serão chamados de Verdes, em referência a sua origem campesina. Vencido, Makhno fugirá em 1921 para Paris.

[5] Fato notável e desconhecido, o general Wrangel conseguirá em algumas semanas fazer com sucesso, na Crimeia, além de algumas operações militares vitoriosas, uma grande reforma camponesa e uma mudança profunda das instituições locais.

[6] Após acampar às portas de Varsóvia, o Exército Vermelho é rechaçado em 15 de agosto de 1920 ("o milagre de Vístula") por uma contraofensiva das tropas do general Pilsudski, apoiadas pela missão militar do general Weygand (da qual participa um certo Charles de Gaulle). Os Vermelhos recuam a mais de 200 quilômetros da linha Curzon, a linha de demarcação proposta algumas semanas antes pelos Aliados para delimitar as fronteiras entre a Rússia e a Polônia.

[7] Tendo abandonado Urga por uma hipotética reconquista da Sibéria oriental, "o barão louco" ficou, em maio de 1921, isolado de sua capital e cercado, com seus 4 mil fiéis, por uma tropa de soldados vermelhos mongóis e russos quatro vezes mais numerosa. Provavelmente traído por seus tenentes, é capturado, julgado e executado em 15 de setembro de 1921.

Bibliografia selecionada

AVENEL, Jean-David. *Interventions alliées pendant la guerre civile russe, 1918-1920*. Paris: Economica, 2010.

BABEL, Isaac. *La Cavalerie rouge*. Paris: Gallimard, 1983, col. "Folio".

BOULGAKOV, Mikhail. *La Garde blanche*. Paris: Robert Laffont, 2012.

BOURDIER, Jean; Grey, Marina. *Les Armées blanches*. Paris: Dualpha, 2004.

BRÉHÉRET, Yves. *Les Cosaques*. Paris: Balland, 1972.

BROUSSILOV (Général). *Mémoires.* Paris: Hachette, 1928.

CHOLOKHOV, Mikhail. *Le Don paisible*. Paris: Omnibus, 1999.

FIGES, Orlando. *La Révolution russe.* Paris: Gallimard, t. II, 2009, col. "Folio Histoire".

FLEMING, Peter. *Le Destin de l'amiral Koltchak.* Paris: Plon, 1967.

GAUCHER, Roland. *L'Opposition en* URSS*, 1917-1967*. Paris: Albin Michel, 1967.

GREY, Marina. *Mon père, le général Denikine*. Paris: Perrin, 1985.

_____. *La Campagne de glace.* Paris: Perrin, 1998.

JEVAKHOFF, Alexandre. *Les Russes blancs*. Paris: Tallandier, 2011, col. "Texto".

KENEZ, Peter. *Civil War in South Russia,* 1918: *The First Year of the Volunteer Army*. University of California Press, 1971.

_____. *Civil War in South Russia, 1919-1920: The Defeat Of The Whites*. University of California Press, 1978.

MAXIMOV, Vladimir. *L'Amiral blanc. P*aris: Olivier Orban, 1989.

MELGOUNOV, Serguei. *La Terreur rouge en Russie, 1918-1924.* Genève: Éditions des Syrtes, 2004.

PASCAL, Pierre. *En communisme, mon journal de Russie, 1918-1921.* Lausanne: L'Âge d'Homme, 1976.

ROSS, Nicolas. *Aux sources de l'émigration russe blanche: Gallipoli, Lemnos, Bizerte (1920-1921).* Genève: Éditions des Syrtes, 2011.

_____. *La Crimée blanche du général Wrangel (1920).* Genève: Éditions des Syrtes, 2014.

SERVICE, Robert. *Trotski.* Paris: Perrin, 2011.

_____. *Lénine.* Paris: Perrin, 2012.

_____. *Staline.* Paris: Perrin, 2013.

TROTSKI, Léon. *Ma vie.* Paris: Gallimard, 1973, col. "Folio".

VENNER, Dominique. *Les Blancs et les Rouges.* Paris: Pygmalion, 2010.

WELTER, Gustave. *La guerre civile en Russie, 1918-1920.* Paris: Payot, 1936.

WRANGEL, Pierre (Général). *Mémoires.* Paris: Tallandier, 1930.

Guerra Civil Espanhola

(1936-1939)

Grégoire Kauffmann

Raramente um conflito armado esteve tão estreitamente associado a um "prelúdio" – as guerras, em geral, são consideradas mais como consequências. Prelúdio à Segunda Guerra Mundial, ao duelo entre Hitler e Stalin, à oposição entre fascismo e comunismo. Prazer antecipado da aliança das ditaduras contra as democracias. Começo da ação heroica de uma resistência francesa, pois alguns de seus membros integraram as Brigadas Internacionais antes de combater o ocupante nazista. Para outros, prefiguração total da dependência das democracias populares a Stalin após sua vitória sobre a Alemanha: a satelitização dos republicanos espanhóis pela União Soviética não anunciava a sorte reservada aos países do Leste durante a Guerra Fria? Tomadas no jogo deformante de memórias concorrentes, essas explicações tendem a fixar os atores do drama espanhol num determinismo enganador. Ora, uns e outros flutuaram ao sabor de circunstâncias extraordinariamente complexas. Suas motivações imediatas não eram condicionadas nem pela eventualidade de uma guerra mundial, nem por um enfrentamento maniqueísta entre fascismo e comunismo. Se suas repercussões sobre as relações internacionais foram consideráveis, o drama espanhol foi de início e sobretudo um conflito nacional, opondo uma revolução e uma contrarrevolução.

A engrenagem

As raízes do conflito mergulham num século XIX feito de violência e de golpes de Estado, marcado pela intervenção repetida dos militares nos assuntos políticos e pelo crescimento dos antagonismos sociais. O contraponto ao anticlericalismo exaltado que ganha força nos meios operários e nas classes médias é um catolicismo arraigado em defesa da "hispanidade". A restauração da República em 1931 só fez aumentar as

tensões entre uma esquerda já exacerbada por seus elementos mais radicais e uma direita heterogênea que se une contra a ameaça do "perigo vermelho". Marcadas pela vitória das forças conservadoras, as eleições de novembro de 1933 desencadearam, em reação, um movimento insurrecional que culminou com a revolta das Astúrias, massacrada por um certo general Franco. Muitos aspectos colaboram para fazer desse episódio o "primeiro ato" da Guerra Civil: repressão cega do exército, crimes cometidos pelos revoltosos contra os religiosos, união realizada, pela primeira vez, entre os movimentos revolucionários – socialistas da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Partido Comunista, marxistas antistalinistas do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), anarquistas da CNT (Confederação Nacional do Trabalho). Em Madri, Barcelona, Sevilha, a rua se transforma em teatro de enfrentamentos sangrentos entre militantes de extrema esquerda e membros da Falange, a formação de inspiração fascista fundada por José Antonio Primo de Rivera. O presidente da República, Alcalá Zamora, escolhe esse contexto explosivo para anunciar, em janeiro de 1936, a dissolução das Cortes e a realização de novas eleições. Decisão leviana, cujas consequências vão se revelar dramáticas. Apesar das tensões acumuladas, a guerra da Espanha não tinha nenhum caráter de fatalidade. Sem o ato de força presidencial de Alcalá Zamora, teria ela jamais acontecido? Tão logo informada dessa medida, a direita se agita, em todo caso, com a ameaça de uma guerra civil e ouve, cada vez mais benevolente, os militares tentados por uma solução armada. Num jogo mimético, as forças de esquerda também se radicalizam, instigadas pelos comunistas, que afirmam em alto e bom som sua vontade de transformar a Espanha em república dos sovietes.

A curta vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936 cava um pouco mais o fosso entre os dois campos. Apoiada pelos socialistas, pelos comunistas, pelo POUM e pelos anarquistas, a coalizão liderada por Manuel Azaña fez campanha sobre a defesa da laicidade, a aceleração da reforma agrária e o estatuto de autonomia da Catalunha. Um programa aquém das expectativas expressas pelas forças revolucionárias que se levantam no país logo após o escrutínio. Primeiramente nomeado chefe do governo, Azaña é eleito, em maio, presidente da República. O aumento da violência que sacode a Espanha, após a vitória da esquerda, denota sua impotência. Incêndios de igrejas e de conventos, estupros de religiosas, ocupações ilegais das terras pelos camponeses, assassinatos políticos: o Estado se revela incapaz de manter a ordem. Nas Cortes, a exaltação dos ânimos é

tal que Angel Galarza, deputado socialista, declara ao conservador José Calvo Sotelo, líder do Bloco Nacional e odiado membro do novo governo: "A violência, em alguns momentos, é uma reação legítima. E quando eu penso no senhor, senhor Calvo Sotelo, eu a vejo como perfeitamente justificada, inclusive num atentado que lhe tirasse a vida!". Em 13 de julho, o assassinato do homem em questão, em represália ao de um militante antifascista, acaba com as últimas hesitações dos generais facciosos. Desde o golpe de Estado fracassado do general Sanjurjo em 1932,[1] o exército não deixou de conspirar, menos contra as instituições da Segunda República[2] do que em reação aos excessos cometidos pelos Vermelhos. Para esses generais horrorizados pelas greves insurrecionais e os ataques à propriedade, a instituição militar constitui o último bastião da velha Espanha, o fundamento da tradição contra as forças rebeladas do comunismo e do anarquismo. Sob a autoridade do general Sanjurjo, então exilado em Portugal, um novo plano de insurreição é elaborado. Seu principal autor é o governador militar de Pamplona, Emilio Mola, expert nos métodos de polícia desde 1930 quando comandou a terrível repressão contra os revolucionários de extrema esquerda. Espírito político inquieto, formado na cultura católica, Mola não poupa esforços para aliar aos conjurados "o mais jovem general do exército espanhol", Francisco Franco y Bahamonde, então servindo nas ilhas Canárias. Contrariamente a uma imagem recorrente, Franco não esperou o último momento para pender para o lado dos rebeldes. Sua extrema prudência, acompanhada do cuidado em não comprometer uma carreira promissora, a consideração realista das forças em presença e suas dúvidas quanto às oportunidades de sucesso podem ter dado a impressão de que ele tergiversava. Desde 11 de julho, dois dias antes do assassinato de Calvo Sotelo, Franco já está decidido a intervir, como prova sua intenção de ir para o Marrocos espanhol onde será desencadeada a insurreição. Legalista por temperamento, mas profundamente hostil ao socialismo, homem de ordem e de tradição, combativo e mesmo brutal, o futuro ditador poderia se contentar com uma República conservadora, preservando os interesses das classes abastadas. A vitória da Frente Popular e os tumultos que se seguem enterram seus últimos escrúpulos. Desprovido de crueldade pessoal, mas manifestando desprezo total pela vida humana, lógico, enfadonho, ambicioso, Franco vai demonstrar sua excepcional capacidade de tirar friamente vantagem das circunstâncias.

Golpe de Estado e repressão

Chegando ao Marrocos espanhol, Franco lança a insurreição em 17 de julho de 1936. A rebelião se estende à metrópole no dia seguinte. Em Sevilha, o general Queipo de Llano engaja suas tropas num combate encarniçado de rua contra os bairros operários. Uma semana após o golpe de Estado, o mapa da Espanha corresponde com fidelidade ao das eleições do mês de fevereiro, desenhando uma divisão entre forças republicanas e bastiões conservadores que caíram sob o domínio dos militares. Os golpistas detêm o poder nas altas terras de Castela, da Galícia, da Navarra carlista, de Aragão, com algumas cabeças de ponte em Andaluzia, nas Canárias e no Marrocos espanhol. O restante do território, ou seja, os dois terços do país, permanece fiel ao governo. Os republicanos detêm o controle das grandes cidades industriais, Madri, Valença e Barcelona, onde a revolta das guarnições nacionalistas pega fogo. Os rebeldes, entretanto, conseguiram a adesão de dois terços dos efetivos do exército, das tropas disciplinadas e dos 30 mil soldados do exército da África, os quais Franco – para quem todos os olhares se voltam desde a morte acidental de Sanjurjo, o chefe da rebelião, em 20 de julho – prepara para levar à metrópole, graças ao apoio logístico da Alemanha e da Itália.

Nos dois campos, os acertos de contas se multiplicam com uma ferocidade igualmente compartilhada entre nacionalistas e governistas. Nas zonas que passaram para o controle dos rebeldes, os oficiais suspeitos de simpatia para com a Frente Popular são impiedosamente executados. Bernanos descreveu em *Les Grands Cimetières sous la lune* a sinistra prática dos *paseos* (literalmente "passeios") conduzindo à morte os republicanos (verdadeiros ou apenas suspeitos). Em Navarra, no tumulto da ofensiva nacionalista, cerca de 7 mil pessoas são friamente executadas, entre as quais um contingente de padres que continuavam fiéis ao governo… Mais de 4 mil têm a mesma sorte após a tomada de Sevilha em 19 de julho de 1936. Do lado republicano, as represálias são assumidas pelos sindicatos e pelos partidos operários. A simples suspeita de pertencer às classes "burguesas" era muitas vezes suficiente para justificar uma execução; milhares de padres e de religiosas são assassinados. Na diocese de Barbastro, em Aragão, monsenhor Asensio Barroso é castrado antes de ser fuzilado. A violência das perseguições anticlericais incita numerosos católicos a tomarem partido pelos revoltosos, mesmo que, inicialmente, tenham-se mostrado céticos quanto à insurreição, por escrúpulo de

lealdade tanto quanto por desconfiança em relação às soluções de força. “Aqui se fuzila como se derrubam árvores”, escreverá Antoine de Saint-Exupéry. Nos dois lados, cada um se prepara para uma guerra longa…

Ao lançar os militares ao ataque da República, os facciosos acreditavam que impediam a revolução. Vão, ao contrário, provocá-la. Atingido em cheio no coração pela revolta, tomado de inércia sob a violência do choque, o governo da Frente Popular entrega de fato a resistência armada às milícias operárias. Por todo lado surgem comitês revolucionários que fecham as igrejas, ocupam as terras e coletivizam as empresas, como na Catalunha, onde os militantes anarquistas da CNT são, há muito tempo, majoritários no seio do movimento operário. Na Andaluzia, comitês de autogestão chegam mesmo a decretar a abolição da propriedade e da moeda. Esse “verão anarquista” marcará por um bom tempo a memória libertária, mesmo que, já aí, se desenhe uma fratura entre os partidários de uma revolução

social imediata e um setor mais moderado, que considera a derrota de Franco um preâmbulo à revolução. Precipitada pela internacionalização do conflito, a adesão dos comunistas apoiados por Moscou vai redistribuir as cartas e opor-se a todo movimento anarquista.

A internacionalização do conflito

Desde julho de 1936, as potências estrangeiras se convidam para a guerra civil, nova causa de discórdia no tabuleiro europeu. Uma leitura sumária diria que a Alemanha e a Itália, de um lado, a União Soviética e a França, do outro, teriam premeditado sua intervenção, como se o conflito, desde sua origem, devesse prefigurar a Segunda Guerra Mundial. Essa reconstrução *a posteriori* não resiste à análise – quando se constata a improvisação dos gabinetes diante de uma conflagração que surpreende todas as chancelarias.

Na França, o governo da Frente Popular se mostra espontaneamente disposto a ajudar os republicanos. Desde o começo das hostilidades, vai encaminhar para a Espanha várias dezenas de bombardeiros. Se, do lado franquista, contatos sólidos fazem prever um apoio de Berlim e de Roma, essa intervenção francesa tem por efeito liberar Hitler e Mussolini de seus últimos escrúpulos. Assim, eles não vão mais economizar sua ajuda. O primeiro envia ao local instrutores militares, uma força aérea ultraequipada e uma dezena de milhares de soldados; o segundo fornece aos nacionalistas cerca de 50 mil homens, 900 tanques e quase a mesma quantidade de aviões. Se a proximidade ideológica dos dois ditadores com Franco foi evidentemente decisiva, sua ajuda não é desinteressada. A Alemanha obtém importantes vantagens nas sociedades mineradoras espanholas, fontes de matérias-primas indispensáveis a seu rearmamento. Quanto a Mussolini, espera aproveitar-se do conflito para estabelecer novas bases estratégicas no Mediterrâneo.

Enquanto a ajuda alemã e a italiana se definem, o governo Blum enfrenta uma dupla pressão que o obriga a fazer uma revisão de sua política: a pressão da direita francesa, inflamada pela campanha do *L'Écho de Paris* que revelou a ajuda da Frente Popular ao campo republicano; a pressão da Grã-Bretanha, onde os conservadores no poder e o mundo dos negócios temem o advento de uma ditadura marxista na Espanha e se mostram contrários a toda ideia de intervenção. O dilema, ao menos na aparência, é logo superado por um Léon Blum preocupado em preservar a

entente franco-britânica face ao rearmamento alemão. É o começo da política dita de "não intervenção", aprovada pela maior parte dos países europeus e destinada, no papel, a impedir qualquer envio de armas à Espanha. O baile dos hipócritas pode começar: se a Alemanha e a Itália tentarão com dificuldade dissimular sua ingerência na guerra civil, a França adotará como saída uma série de manobras financeiras para facilitar a passagem das armas para a Espanha via México e União Soviética...

Quanto a Stalin, até então ele não havia investido na Espanha, onde o Partido Comunista continuava marginal. Os primeiros dias da Guerra Civil não parecem modificar sua atitude. Que interesse ele teria em apoiar uma revolução feita pelos anarquistas e os marxistas antistalinistas do POUM? Que vantagem ele teria em se opor ao pacto de não intervenção oficialmente proposto pela França e pela Grã-Bretanha? Diante das ambições hitleristas, o Kremlin não procura quebrar o isolamento diplomático da União Soviética na Europa? A ajuda fornecida a Franco por Hitler e Mussolini, mas também o formidável sentimento de solidariedade suscitado no mundo, e mais particularmente nos meios comunistas ocidentais pela resistência da República espanhola, acabam por vencer as reservas do Kremlin. O maná russo será faturado a preço alto. Em nome da "luta antifascista", e em contrapartida de seus aviões, tanques de assalto, canhões, metralhadoras, Stalin exige e obtém, em outubro de 1936, a transferência para Moscou das 510 toneladas de ouro do Banco da Espanha.

A vassalização do campo republicano pelo Komintern está em processo. Stalin "despeja" sobre a Espanha milhares de "conselheiros", que supervisionam a luta armada e vigiam o governo legal. Não se trata, para Moscou, de sustentar um processo revolucionário na península. O objetivo é vencer Franco e encorajar um governo da Frente Popular no qual a influência do Partido Comunista seria preponderante. Uma maneira de tranquilizar a França e a Grã-Bretanha mantendo a ficção de um Estado Democrático de Direito. Vontade, também, de restabelecer as prerrogativas do poder central para coordenar a luta armada e, então, fechar o parêntese revolucionário das primeiras semanas. A difícil solução deste impasse passa pela eliminação das forças de extrema esquerda antistalinistas…

As Brigadas Internacionais: mito e realidades

A ingerência soviética inaugura a epopeia das Brigadas Internacionais,

recrutadas, organizadas e encaminhadas para a Espanha pelos serviços do Komintern. Esses voluntários antifascistas vindos de cerca de cinquenta países vão participar de todas as grandes batalhas da Guerra Civil. Contrariamente à lenda, os intelectuais serão um pequeno grupo entre os combatentes que vieram defender a República. A maioria é de origem operária e – precioso aporte para o campo do governo – já prestaram seu serviço militar. Incensados pela memória antifascista, a coragem e o idealismo das Brigadas não devem levar a ocultar uma realidade mais sombria. Peça chave do dispositivo stalinista, os brigadistas pagam pela paranoia de seu chefe, o comunista francês André Marty. Eles vivem sob a ameaça permanente dos expurgos que dizimarão centenas deles. Ao chegar em Albacete, o quartel general das Brigadas, o polonês Sygmunt Stein deixará um testemunho impressionante sobre a atmosfera de medo e de delação criada por Marty, a brutalidade dos comissários políticos, a amargura e o desespero de milhares de voluntários que, como ele, verão desaparecer suas ilusões no lamaçal da Guerra Civil Espanhola. Uma realidade bem distante da ação internacionalista cantada por Malraux em *L'Espoir* (1937), que tanto contribuiu para elevar a luta antifranquista ao nível de mito universal. Um Malraux que, no dizer de Antony Beevor, teria usurpado sua reputação de aviador intrépido no comando da esquadrilha España. O historiador britânico cita relatórios soviéticos que descrevem um mercenário regiamente pago, subtraindo ao governo republicano salários exorbitantes para seus pilotos, os quais tomavam a precaução de ficar afastados dos combates…

As operações militares e a derrota da República

O domínio crescente dos comunistas sobre o aparelho de Estado leva à incandescência a rivalidade com os outros movimentos revolucionários. Assim, os comissários soviéticos atiçam os enfrentamentos de maio de 1937 em Barcelona, verdadeira guerra civil na Guerra Civil: as forças governamentais eliminam pelas armas a oposição dos anarquistas e do POUM, cujo chefe, Andrés Nin, será executado pela polícia política de Stalin. O restabelecimento progressivo do Estado central é acompanhado pela erradicação das forças revolucionárias não comunistas. Chefe do governo desde setembro de 1936, o socialista Largo Caballero é substituído em maio de 1937 por Juan Negrín, julgado mais dócil por Moscou. A satelitização da República por Stalin, entretanto, não é sinônimo de retorno à ordem. Apesar de o

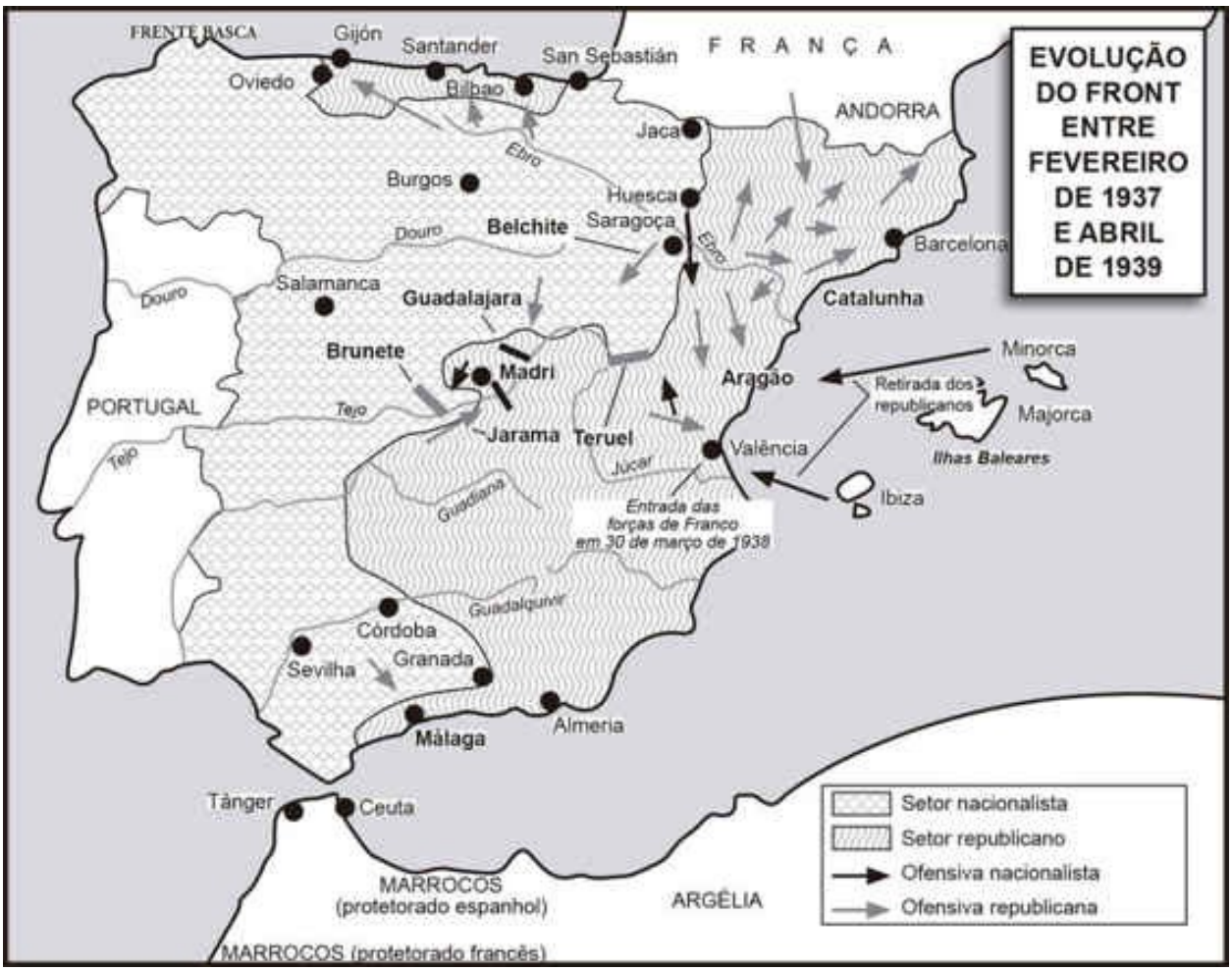
Estado ter retomado a condução da guerra, a indisciplina e a falta de coesão prejudicam muito o andamento das operações. A própria direção comunista é atravessada por disputas internas, enquanto o governo legal tenta, quando ainda é possível, preservar o pouco de autonomia que lhe resta.

Depois de levar uma ofensiva relâmpago à capital saindo de Sevilha, voar em socorro aos insurretos do Alcazar de Toledo, fracassar às portas de Madri e sofrer pesadas perdas em Guadalajara, o comando nacionalista adota a estratégia dos "pequenos passos". Ao sul, ele se concentra nos bolsões de resistência republicanas de Andaluzia; ao norte, nos do País Basco, da Cantábria e das Astúrias. Málaga cai em 17 de fevereiro de 1937, Bilbao em 19 de junho, Santander em 26 de agosto, logo seguidas de Gijón e Oviedo. No final do ano, os exércitos republicanos retomam a ofensiva a Teruel, terrível batalha travada num frio glacial. A manobra de acercamento parece, de início, coroada de sucesso; a cidade é tomada e retomada antes que as linhas republicanas cedam brutalmente diante da superioridade aérea do campo adverso. O exército nacionalista prossegue sua ofensiva em direção ao Mediterrâneo, que é alcançado em 6 de abril de 1938. A zona controlada pelo governo republicano acha-se então dividida em duas.

Com essa mistura de esperteza e brutalidade que o caracteriza, Franco se impôs como o chefe inconteste da rebelião. Investido de plenos poderes desde 1º de outubro de 1936, livre de seu principal rival, Emilio Mola, que morre num acidente de avião em junho de 1937, o Generalíssimo lança os fundamentos de uma ditadura da qual os dois pilares principais continuarão a ser o Exército e a Igreja. No plano militar, ele é beneficiado pelo bom treinamento das colunas motorizadas italianas e dos Junkers da legião Condor, que efetua um bombardeio sistemático na pequena cidade de Guernica em 26 de abril de 1937. O martírio desse lugar importante para a identidade basca, que será imortalizado por Pablo Picasso, suscita uma enorme comoção no estrangeiro. Esse drama faz pender a opinião internacional em favor da República, mas tarde demais...

Com a energia do desespero, as forças governamentais lançam uma derradeira ofensiva de envergadura no vale do Ebro em 25 de julho de 1938. Guerra de desgaste e de trincheiras, esse "Verdun espanhol" esgota a potência militar da República. A crise de Munique, em setembro, conclui o "abandono" do campo republicano pela França e pela Grã-Bretanha. A União Soviética pensa, também, em abandonar a disputa. A vitória dos nacionalistas no rio Ebro, em 15 de novembro,

prepara a derrota dos republicanos na Catalunha. Barcelona é atacada em 26 de janeiro de 1939, Madri em 27 de março. Em 1º de abril, Franco anuncia que a guerra acabou. Nesse ínterim, o governo republicano tomou a rota do exílio. Manuel Azaña e Juan Negrín se refugiaram na França, logo seguidos por milhares de fugitivos que afluem em direção à fronteira dos Pireneus. A ditadura franquista só terá fim com a morte do "*Caudillo*" em 1975.



O drama espanhol foi o "primeiro ato" da Segunda Guerra Mundial? Para os soviéticos, assim como para a Alemanha e a Itália, esse conflito foi realmente um laboratório, precioso terreno de experiência cujas lições saberão guardar. Ao colocar as incursões motorizadas conduzidas pelos nacionalistas sob o controle de seus instrutores militares, o Reich testa na Espanha sua estratégia da Blitzkrieg (guerra-relâmpago). O bombardeio de Guernica inaugura igualmente a estratégia do terror sobre as populações civis por uma aviação moderna. A Espanha é também, para

Stalin, o terreno de experimentação de armas novas, e, principalmente, faz tomar consciência da novidade constituída pelos blindados.

Concluído cinco meses após a vitória de Franco, o pacto germano-soviético convida, entretanto, a relativizar as intenções belicosas de Hitler e de Stalin: os dois ditadores não terão então nenhuma dificuldade em provar sua amnésia quanto à sua oposição na Espanha. A partir do verão de 1938, o afastamento progressivo das potências estrangeiras envolvidas na guerra civil mostra também que, para elas, esse conflito passou para um segundo plano, bem longe das preocupações relativas às ambições alemãs na Europa do Leste. Quanto à França e à Grã-Bretanha, nunca consideraram os nacionalistas de Franco uma ameaça direta. Como destaca Philippe Nourry, a Guerra Civil "não colocou em conflito uma democracia e um fascismo, mas uma revolução e uma contrarrevolução primordialmente no âmbito de um conflito interno cujas causas e os interesses em jogo eram prioritariamente nacionais". O que fica é que, ao despertar paixões na opinião internacional, e porque foi teatralizada tanto pelos atores do drama quanto por escritores como Hemingway, a guerra da Espanha, com seu cortejo de ruínas e de atos de crueldade, foi imediatamente investida de uma forte carga mítica, ainda hoje disputada por memórias concorrentes, e sem dúvida irreconciliáveis.

Notas

[1] Passando para a posteridade sob o nome de Sanjurjada, o *pronunciamient*o tentado em 10 de agosto de 1932 em Sevilha pelo general Sanjurjo é motivado por sua hostilidade às forças de esquerda e à reforma militar. Preso após o fracasso da sublevação, ele é condenado à morte. Sua pena é, em seguida, comutada em prisão perpétua. Libertado em 1934, ele se exila em Portugal.

[2] Proclamada em abril de 1931 após as eleições municipais, a Segunda República espanhola substitui a monarquia de Afonso XIII, que se exila na França.

Bibliografia selecionada

BEEVOR, Antony. *La guerre d'Espagne*. Paris: Calmann-Lévy, 2006.

BENNASSAR, Bartolomé. *Franco*. Paris: Perrin, 1995, rééd. "Tempus", 2002.

BERDAH, Jean-François. "Épuration et répression politique en Espagne pendant la guerre d'Espagne et la post-guerre (1936-1945)". *Amnis*, 3/2003.

NOURRY, Philippe. *Histoire de l'Espagne des origines à nos jours*. Paris: Tallandier, 2013.

PELLISTRANDI, Benoît. *Histoire de l'Espagne, des guerres napoléoniennes à nos jours*. Paris: Perrin, 2013.

SKOUTELSKY, Rémi. *L'espoir guidait leurs pas. Les volontaires français dans les Brigades internacionales,* 1936-1939. Paris: Grasset, 1998.

STEIN, Sygmunt. *Ma guerre d'Espagne*. Paris: Seuil, 2012.

Guerra Sino-Japonesa

(1937-1945)

Jean-Louis Margolin

A sede de poder do Japão após a Restauração Meiji (1868) já havia levado a seu ataque vitorioso de 1894-1895 contra a China, o que lhe valera a grande ilha de Taiwan. Tóquio tentou, em seguida, aproveitar a Primeira Guerra Mundial para transformar seu grande vizinho em protetorado. Depois, em 1928, o Japão tentou impedir a China de se reunificar usando a força militar. Em 1931, o Incidente de Mukden arrancava da China a vasta Manchúria, transformada logo depois em Estado fantoche do Japão. Nos anos seguintes, o exército nipônico apoderou-se de uma parte do norte da China e apoiou os movimentos separatistas na Mongólia-Interior. Até 1937, o regime dirigido em Nanquim por Chiang Kai-shek reagiu sem energia, enquanto a hostilidade ao Japão crescia em todos os setores da população chinesa. O choque dos nacionalismos concorrentes tornava-se inevitável.

A maior das guerras esquecidas

A guerra propriamente dita foi desencadeada em julho de 1937, após um incidente menor no subúrbio de Pequim. Em alguns meses, o conflito se desenvolveu com a conquista da maior parte das grandes cidades do norte e do leste da China (incluindo Pequim, Tianjin e Nanquim), a maior batalha tendo acontecido em Xangai. O milhão de soldados japoneses só conseguia, entretanto, controlar os grandes eixos de comunicação, entre os quais se estabeleceram imensas zonas de guerrilha – comunistas ou nacionalistas. E o *front* se estabilizou desde o final de 1938, sem que o exército imperial conseguisse conquistar Chongqing, para onde o governo nacional chinês se retirou. Os japoneses relançaram a guerra de movimento no início de 1944 e conseguiram estabelecer um corredor ferroviário

com o Vietnã e o sudeste da Ásia, enquanto sua frota comercial havia sido quase completamente afundada pelos americanos. Em 1945, as forças chinesas – regulares e de guerrilha – tinham retomado a ofensiva em toda parte, mas sem alcançar um sucesso decisivo. Foi a capitulação japonesa – consequência de Hiroshima e Nagasaki – que pôs fim à guerra, deixando face a face nacionalistas e comunistas chineses que iam dilacerar-se entre si a partir de 1946, até a vitória de Mao Tsé-tung em 1949.

O setor asiático e do Pacífico na Segunda Guerra Mundial, no centro do qual se inscreveu o confronto sino-japonês, foi um componente essencial dessa guerra. Causou cerca de 40% das perdas humanas – ou seja, cerca de 27 milhões de mortes. Dentre esses, os ocidentais (australianos, britânicos, holandeses e principalmente americanos) representaram apenas 1% e os japoneses 12%. Vê-se, assim, a que ponto a usual redução do confronto a dois acontecimentos icônicos (Pearl Harbor, Hiroshima) é um engano: a imensa maioria das vítimas foram indonésias, filipinas, vietnamitas, malásias, birmanesas e sobretudo chinesas. Quatro entre cinco dos mortos eram civis – massacrados, bombardeados, esgotados de trabalho, famintos. Isso demonstra a atrocidade dessa guerra total, que mobilizou ao extremo homens e recursos, atingindo uma parte do mundo mais povoada do que a Europa (o Império japonês chegava então a cerca de 400 milhões de pessoas, contra os 300 milhões do *imperium* nazista, incluindo seus aliados).

Não se pode contestar que as batalhas decisivas opuseram japoneses e americanos, e que elas aconteceram nos mares e nas ilhas do Pacífico. Entretanto, é no continente asiático, e mais precisamente na China, que os combates foram mais longos e, no total, os mais homicidas. Quatrocentos mil soldados do Japão imperial perderam a vida nesse país, o que representa pouco menos de um quarto de suas perdas militares totais (1 milhão e 800 mil mortos), contra cerca de 15 milhões de chineses – cifra bastante aproximada, difundida pouco depois da guerra pelo governo chinês do Kuomintang.[1] Pequim reivindica atualmente 35 milhões de mortos, incluindo os civis, o que deixa céticos a maior parte dos historiadores.

As perdas militares chinesas (excluindo as guerrilhas) são mais exatas: cerca de 3 milhões de homens. A enorme dissimetria entre os adversários (sete ou oito soldados chineses mortos para um japonês) é explicável pela grande deficiência do serviço de saúde do exército de Chongqing: cerca de 40% das mortes ocorreram fora dos combates, causadas por doenças, feridas mal tratadas, e mesmo fome. Os militares

nipônicos eram consideravelmente mais bem tratados, exceto em casos de interrupção no fornecimento de víveres que ocorreram em alguns teatros de operações do Pacífico, mas não da China.

Se esse país sofreu perdas humanas bastante inferiores às que aconteceram na URSS, nenhum outro conheceu tantos deslocamentos de populações, estimados em 95 milhões de pessoas, do total de 400 milhões de habitantes. A extrema brutalidade do comportamento japonês, principalmente nos primeiros meses da guerra, explica essa fuga acentuada. Tratava-se de procurar abrigo junto às zonas de guerrilha, refugiando-se longe das vias de comunicação e das grandes cidades, ou deslocando-se para o oeste ou o sul do país, mantidos em grande parte fora de alcance.

Esse conflito constituiu, pois, um teatro importante – mas geralmente subestimado – da Segunda Guerra Mundial. Pode-se assim considerar que os primeiros tiros dessa guerra foram dados tanto junto à ponte Marco Polo, em 7 de julho de 1937, quanto na fronteira germano-polonesa, em 1º de setembro de 1939. Na realidade, o duelo sino-japonês se confundiu, após Pearl Harbor, com o confronto generalizado, o que é confirmado em 1945 pela elevação da China ao nível de um dos cinco grandes dotados de um assento permanente no Conselho de Segurança da jovem ONU. Mais ainda, é a partir da exigência americana de um calendário de retirada das forças japonesas da China, em fins de novembro de 1941, que se perdeu a última chance das negociações nipo-americanas. O abscesso chinês estava na origem da mundialização da guerra, visto que o ataque japonês contra os Estados Unidos, o Reino Unido e a Holanda (na Indonésia) foi seguido da declaração de guerra de Berlim contra Washington.

Deve-se dizer que a opinião pública, em diferentes países do Ocidente, preocupava-se há muito tempo com o avanço japonês na China. Isso ocorreu na França onde, apesar da maior proximidade da Guerra Civil Espanhola, Edouard Herriot, prefeito de Lyon, presidente da Câmara dos deputados, assumia em novembro de 1937 a presidência de uma Associação dos Amigos do Povo Chinês, que protestava contra a agressão nipônica. Esta suscitava reação maior ainda nos Estados Unidos, em particular quando, em dezembro de 1937, a aviação japonesa bombardeou a canhoneira americana Panay, no rio Yangtzé, por ocasião de um incidente inexplicado. Simultaneamente, a tomada e o massacre de Nanquim eram exibidos na primeira página de alguns jornais, que ali mantinham seus repórteres. A opinião pública tomou partido maciçamente da China, o que a preparou para entrar

na guerra em 1941.

Por que, então, esse quase esquecimento no Ocidente desde 1945? Primeiramente, porque é mais complicado sensibilizar-se com uma guerra que ficou sem data e sem nome. Realmente, se é fácil dizer quando ela acabou (em 15 de agosto de 1945, com o anúncio da capitulação do Japão), seu ponto de origem permanece controverso. Nós somos pela data de 1937, pois foi então que as operações de grande porte começaram, à escala de um país-continente. Mas muitas pessoas, no Japão, falam de uma "Guerra de Quinze Anos", começando com a invasão da Manchúria chinesa pelos japoneses em setembro de 1931. Seria possível mesmo recuar até 1928, primeira demonstração do ativismo do exército japonês, que fez então explodir o trem do "senhor da guerra" da Manchúria, Chang Tso-lin. Por outro lado, é somente em dezembro de 1941 que a guerra foi oficialmente declarada, com os beligerantes tendo o cuidado, até então, de evitar o embargo comercial automático dos Estados Unidos aos países em guerra. Oficialmente, de 1937 a 1941, tratava-se para Tóquio apenas do "incidente da China". Quanto ao nome do conflito, além dos já mencionados, o governo imperial usou "Guerra da Grande Ásia Oriental", os americanos a associaram à "Guerra do Pacífico", os chineses (nacionalistas e comunistas) optaram por "Guerra de Resistência à Agressão Japonesa" e, desde os anos 1980, muitos historiadores preferem falar da "Guerra da Ásia-Pacífico".

Segunda dificuldade: diferentemente da guerra na Europa, o que aconteceu na Ásia está longe de se desvendar e tornar-se objeto de um consenso, particularmente, como já foi dito, no que concerne ao número das vítimas e à natureza dos atos de crueldade. A influência do revisionismo japonês, de um lado, e do maximalismo chinês, do outro, complica a busca da verdade. A controvérsia é particularmente viva a respeito do Massacre de Nanquim que se seguiu à tomada dessa cidade quase sem combate (13 de dezembro de 1937), que então era capital da China; a soldadesca japonesa se voltou tanto contra os prisioneiros de guerra quanto contra os civis que tiveram a infelicidade de não fugir a tempo. Alguns, no Japão, reduzem a questão a um grande logro e a alguns milhares de vítimas, enquanto o Memorial de Nanquim traz em letras gigantes e em todas as línguas a cifra de 300 mil mortos. Sair dessas avaliações faz correr o risco de ser considerado traidor da pátria.

Enfim, o qualificativo para definir as violências de guerra japonesas não tem nada de evidente. Para o nazismo, a causa é entendida: trata-se de um genocídio, e

sua brutalidade era, em princípio, racista. Para o Japão, não se sabe bem como escolher o qualificativo primordial: militarismo, fascismo, colonialismo, imperialismo, ou, aí também, racismo? Concorda-se, em todo caso – mesmo na China – sobre a ausência de uma política plenamente genocida. Como, por outro lado, o arquipélago foi o único a sofrer o fogo nuclear, muitos no Japão continuam a se considerar antes de tudo como vítimas, o pior (o único?) crime contra a humanidade do conflito tendo sido cometido contra eles. Então, a cada um sua verdade?

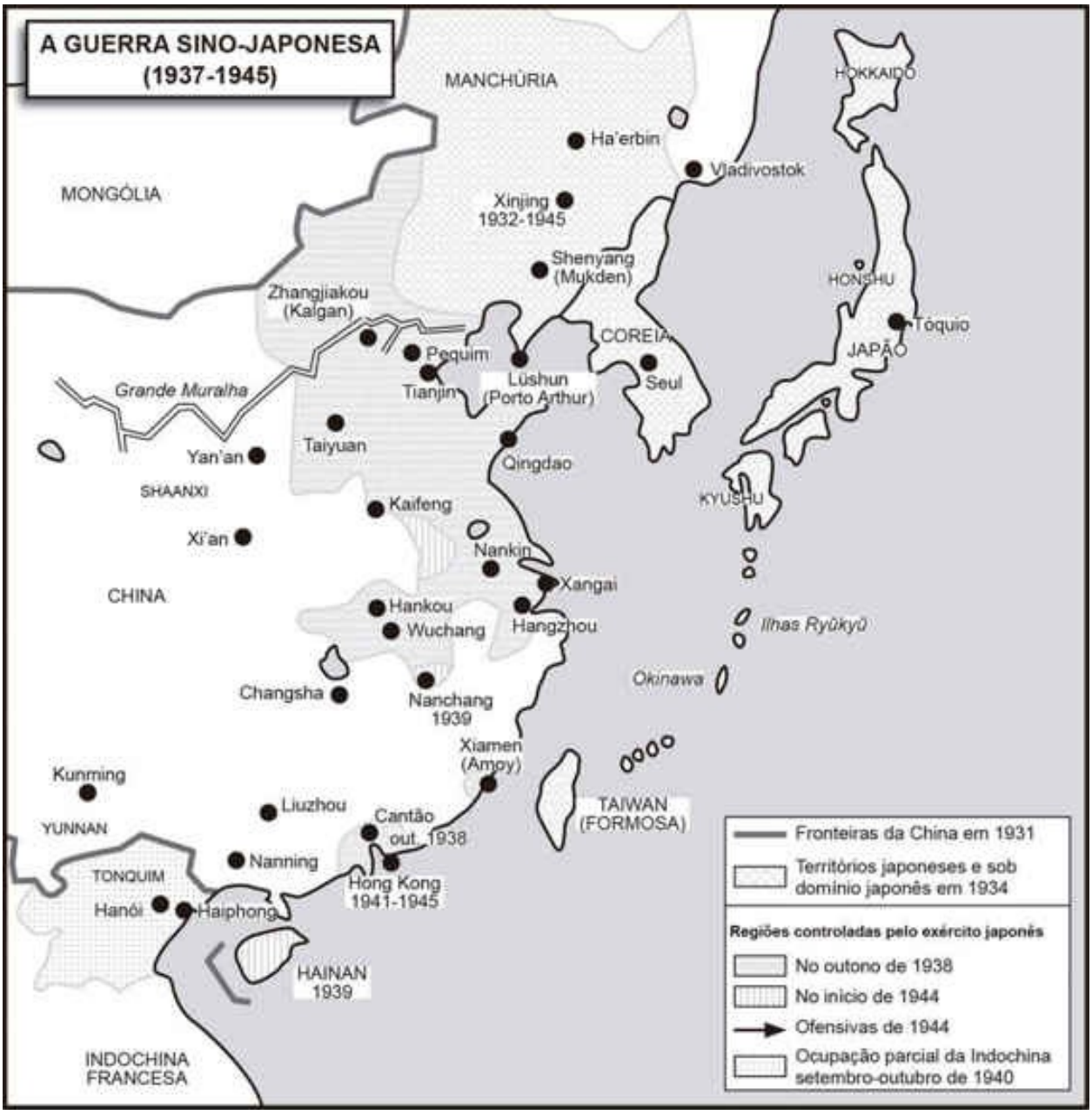
Assassinatos inumeráveis

As certezas, entretanto, não faltam, e são penosas para o Japão dos anos de guerra. De início, e mesmo que isso não fosse uma contravenção formal ao direito internacional da guerra, esse país procedeu ao que se pode chamar de "massacres de batalha", como em Nanquim, onde milhares de soldados chineses foram metralhados pela aviação e pela frota nipônicas, quando tentavam fugir para a outra margem do Yangtzé. Sobretudo, foi o primeiro país a recorrer em tão grande escala aos bombardeios aéreos sobre as cidades, visando aterrorizar a população civil. É certo que a legião alemã Condor procedia simultaneamente ao aniquilamento da cidade basca de Guernica, no âmbito da Guerra Civil da Espanha, mas os ataques assassinos contra Xangai, Cantão e principalmente Chongqing – bombardeada sem tréguas durante anos – foram de uma outra amplidão. O resto do mundo, que ainda não estava habituado a isso, viu então nessa nova arte de guerra a maior abominação do conflito sino-japonês. Houve, entretanto, pior.

O Japão havia assinado a convenção de 1929 que humanizava o tratamento dos prisioneiros de guerra. Não tendo ratificado essa convenção, prometeu, entretanto, em 1942, respeitar suas grandes linhas… o que não fez de modo algum, tanto com seus cativos ocidentais quanto com os chineses capturados. A sorte desses últimos foi ainda agravada pela ausência do "estado de guerra" entre os dois países até 1941, o que tornava incerto o estatuto jurídico dos combatentes. Nenhum dispositivo de gerenciamento (acampamentos, abastecimento etc.) havia sido previsto para as dezenas de milhares de chineses que tinham se rendido em Nanquim, por unidades inteiras. O exército não sabia o que fazer com isso, e tencionava prosseguir a ofensiva rapidamente. Foi então tomada a decisão de executá-los em massa, o que

foi feito em alguns dias, na proximidade dos locais de captura – à metralhadora, com os corpos (e alguns feridos) sendo incinerados em seguida no querosene. Sabe-se menos claramente o que aconteceu nas outras batalhas, onde, entretanto, foi mais difícil capturar soldados, que sabiam, naquela altura, o que esperar. Nestas, os atos de crueldade foram certamente numerosos, mas sem dúvida menos sistemáticos do que em Nanquim. Muitos prisioneiros foram, na verdade, integrados ao esforço de guerra nipônico, seja como *coolies* (entregadores) a serviço de unidades com falta de meios logísticos, seja como trabalhadores forçados no Japão, seja ainda como tropas auxiliares "colaboradoras". Alguns foram utilizados como cobaias pelos "médicos malditos" japoneses. Mas nesse caso, entretanto, a maior parte de suas vítimas foram civis recolhidos ao acaso. Voltaremos a esse assunto.

Mais ainda do que aos militares, o exército nipônico fez guerra aos civis. Em toda parte em que lhe ofereciam resistência – e as guerrilhas chinesas tomaram rapidamente uma dimensão enorme, mobilizando centenas de milhares de combatentes –, a repressão foi maciça, indiscriminada, impiedosa. Ela horrorizou as (raras) testemunhas estrangeiras, embora acostumadas a uma China devastada pelos conflitos civis e pela bandidagem generalizada. Segundo um americano, residente de longa data no país, "toda cidade, toda aldeia é suscetível de ser bombardeada, queimada, metralhada, não somente porque aí há guerrilheiros, mas também porque houve um dia, ou porque se suspeita que eles aí estejam, ou porque uma ponte queimou, ou porque um soldado japonês foi morto na vizinhança. E isso aconteceu não uma vez, mas miríades de vezes". Ele é preciso ainda ao dizer que, para cada soldado japonês morto pela guerrilha, de cinco a dez camponeses são executados. O ápice da violência foi atingido nas operações ditas *sankô* (os "três tudos": "tudo matar, tudo queimar, tudo destruir") no norte da China, que buscavam, a partir de 1940, erradicar as bases da guerrilha. Faziam "uma limpeza", o que passava muitas vezes pela execução dos homens em idade de empunhar armas, depois agrupavam os civis por detrás de barreiras fortificadas, guardadas por colaboradores chineses muitas vezes mais violentos que os japoneses. O historiador japonês Himeta Mitsuyoshi calculou em 2,7 milhões de mortos as vítimas dos "três tudos".



Mas foi toda a China ocupada que viveu numa atmosfera de terror. Em toda parte onde passam os militares nipônicos, é preciso fazer a reverência, ceder-lhes víveres e mulheres, obedecê-los em tudo, sob pena de maus-tratos ou de morte. Os soldados atiram naqueles que fogem ou se escondem, para se divertir atiram nos passantes ou nos barqueiros, testam seu sabre (em uso em todas as unidades) no pescoço do primeiro que passar. Os crimes sexuais, raramente reprimidos pela justiça militar, são inumeráveis. A caça às mulheres acompanha o deslocamento das unidades, com seu sinistro cortejo de estupros (8 mil a 20 mil em dez semanas em

Nanquim, ou seja, entre 10% e 30% das mulheres na idade de 15 a 40 anos), assassinatos dos pais e dos vizinhos que tentam resistir, raptos, prostituição forçada, "regulamentada" desde 1938 pela construção de uma vasta rede de "estações de conforto", onde mulheres prostituídas em diferentes graus sequestradas são convertidas numa espécie de tropa auxiliar, gerida conjuntamente pelo exército e por cafetões japoneses ou coreanos. Só resta aos camponeses esconder como podem filhas e esposas, ou cobri-las de fuligem e de farrapos para torná-las repugnantes.

As experiências monstruosas da "Administração de fornecimento de água e de profilaxia do exército do Kwantung" (próximo de Harbin, na Manchúria ocupada), mais conhecida sob o nome de Unidade 731 do exército imperial, estão hoje amplamente reveladas tanto quanto estiveram dissimuladas. Ali, e em outras unidades do mesmo tipo montadas ulteriormente, cerca de 10 mil cobaias humanas morreram após terem sido inoculadas com bacilos preparados para a guerra bacteriológica, esgotadas pela fome, ou submetidas ao frio e à despressurização extremos. Tratava-se de saber o que um soldado podia suportar. De uma maneira tão cínica quanto esta, as grandes unidades operando na China organizavam regularmente sessões de dissecação, nas quais se ensinava aos médicos militares a extrair uma bala (previamente alojada no abdômen da vítima), a amputar um membro *etc.* É mais duvidoso que bombas carregadas de peste ou de antraz tenham sido utilizadas nos combates, em todo caso, não numa escala significativa. A dificuldade em proteger os japoneses da contaminação explica sem dúvida essa prudência.

Superexploração e pilhagem

Em 1941 – dois anos antes do início do Serviço do Trabalho Obrigatório na França –, o trabalho forçado foi introduzido na Manchúria e no norte da China; ele envolveu, até 1945, 2,5 milhões de trabalhadores na Manchúria e 3 milhões na China. Desses, várias dezenas de milhares foram enviados para as minas e as fábricas do Japão. Os outros permaneceram no continente. Em toda parte, a disciplina era militar, as condições, escravagistas e homicidas. O restante da China era ocupado de modo muito irregular para que um sistema análogo fosse montado, mas as populações foram, por vezes, requisitadas para diversas tarefas penosas, em particular nas estradas e vias férreas.

A pilhagem dos parcos bens dos habitantes foi generalizada. Nas aldeias, a entrega forçada dos estoques de víveres, galinhas e porcos inclusive, quebrou o frágil equilíbrio alimentar de milhões de camponeses. Segundo o missionário americano John Magee, na região muito povoada de Nanquim, quatro quintos das moradias situadas nos grandes eixos haviam sido destruídas pelo fogo, quase a metade dos utensílios agrícolas e 90% dos búfalos haviam desaparecido. Em Nanquim mesmo, onde o centro da cidade havia sofrido pouco com os bombardeios, as lojas foram sistematicamente esvaziadas, seus responsáveis (em sua maioria mulheres idosas, que se acreditava que seriam respeitadas pelos japoneses) assassinados, e os chineses foram obrigados a carregar os comboios de caminhões militares com bens de todos os tipos, que incluíam até mesmo pianos. Os oficiais superiores não foram os últimos a se servir. Cerca de 63% das 40 mil casas foram pilhadas ou vandalizadas, e 24% incendiadas. Tratava-se, ao mesmo tempo, de dissimular os diversos desvios e de devastar a capital do inimigo. Mesmo quando os soldados simulavam pagar o que requisitavam, era em moeda militar, logo desvalorizada e impossível de converter. Para os chineses, a passagem dos militares nipônicos se assemelhava a um tufão devastador.

Esses atos de crueldade desempenharam também um papel essencial nos períodos mais fortes de escassez de víveres, particularmente sensíveis nas zonas onde passava a linha do *front*. Os japoneses não foram, entretanto, os únicos responsáveis. Houve igualmente o deslocamento de vias de comunicação pela própria guerra, que teve consequências dramáticas nas áreas de culturas especializadas e em algumas cidades. Houve ainda as devastações operadas pelas tropas chinesas, que não eram mais bem abastecidas do que as japonesas. Houve, enfim, casos em que os aldeões massacraram indistintamente soldados isolados dos dois campos... De todo modo, os japoneses foram os únicos a pilhar e, sobretudo, a vandalizar de maneira sistemática, com o objetivo de aterrorizar a população.

Um último crime dos japoneses foi o fato de eles terem se tornado fornecedores de drogas. Para contar com a fidelidade dos colaboradores chineses, que recebiam vantajosos benefícios, eles encorajaram e facilitaram o tráfico de ópio e de heroína, antes combatido e amplamente erradicado pelas autoridades chinesas. O consumo de drogas à base de ópio conheceu uma verdadeira explosão, graças a um exército japonês que chegou a transportar a droga ou a patrocinar sua comercialização. Hipocritamente, tratava-se, segundo diziam, de permitir aos opiomanos recenseados

não sofrer crise de abstinência. Na realidade, qualquer um podia inscrever-se nessa lista – o que teve um impacto social considerável em cidades como Nanquim ou Xangai, onde a criminalidade explodiu, na medida em que a droga continuava cara. Se o ópio vinha, em sua maior parte, do Irã ou da Manchúria, as "zonas liberadas" comunistas do norte também cultivaram e exportaram o ópio para as regiões ocupadas, de maneira a superar a conjuntura difícil dos anos 1942-1943. Entretanto, não há prova de uma intenção maligna dos japoneses, apesar das acusações feitas já em 1938 pelos chineses e pelos americanos. Eles alegavam uma vontade de enfraquecer a resistência chinesa pela droga, ou mesmo de preparar a inundação do Ocidente com entorpecentes.

Explicar as violências japonesas

Nota-se, a princípio, que os primeiros meses da guerra, marcados pelos piores acontecimentos, correspondem a um grande otimismo nipônico quanto a uma próxima saída vitoriosa. As vitórias foram consideráveis, e se o exército chinês se defendeu bravamente algumas vezes, grande parte de suas melhores tropas foi despedaçada. Os massacres não foram, então, impulsionados por um desespero qualquer, mas antes por um sentimento de onipotência. Concretamente, tratava-se de aterrorizar a China para levá-la a capitular mais depressa e quebrar qualquer possibilidade de resistência, prosseguindo numa estratégia que visava dividi-la em uma série de protetorados.

Na sequência, a atitude nipônica apresentou mais contrastes: relativamente moderada nas zonas solidamente ocupadas, onde se apoiava em governos de colaboração, continuou terrivelmente brutal em todos os lugares onde havia resistência. O terror pode, nesse caso, ser considerado uma maneira do fraco reagir ao forte, sendo as tropas japonesas, certamente bastante aguerridas, muito inferiores em número ao conjunto das forças regulares e de guerrilhas chinesas. Mesmo assim, em outros países ocupados, onde o exército imperial não encontrava adversário tão forte, o comportamento foi praticamente o mesmo. Todo resistente era sistematicamente torturado e executado, o que não se fez nem mesmo no exército nazista, pelo menos não na Europa Ocidental. Convém, pois, recorrer a fenômenos mais estruturais para explicar tal estratégia.

As explicações de ordem "cultural", que preferimos ligar à longa duração

histórica, não serão descartadas completamente. É certo que as guerras feudais nipônicas, que terminaram somente no começo do século XVII, de lembrança sempre revivida pela literatura, pelo teatro e pelo cinema, caracterizaram-se pela ausência de piedade para com o adversário, inclusive sua família (não se conhecia o pagamento de resgate), tanto quanto para consigo mesmo, sendo o suicídio sempre preferido à rendição. Por extensão, o inimigo que não professava os mesmos valores, e que, por exemplo, se deixava capturar, era objeto do mais total desprezo. Isso facilitou o massacre dos prisioneiros de guerra de 1937. A lealdade para com o superior hierárquico, quaisquer que fossem suas ordens, também era valorizada, o que explica a extrema raridade dos atos de resistência, ou tão somente de reticência, tanto no exército como na sociedade japonesa. A valorização da submissão e do sacrifício degenerou numa verdadeira cultura de morte – a sua própria e a dos outros.

Entretanto, esses valores, exaltados para além de qualquer medida entre 1937 e 1945, foram contrabalançados por outros, tanto antes (os numerosos prisioneiros russos da guerra de 1904-1905 haviam sido tratados com humanidade) quanto depois: a população japonesa se mostra desde então uma das mais pacifistas do mundo.

Convém, portanto, destacar a especificidade do segundo quarto do século XX, marcado – como naquele mesmo momento numa larga parte da Europa – pelo triunfo de uma ideologia (às vezes resumida sob a denominação de fascismo) misturando o culto do Estado e do chefe, o militarismo, o expansionismo baseado num discurso do "espaço vital", a exaltação da força "viril", e um ultranacionalismo que tem a pretensão de restaurar uma "ordem natural" a qualquer preço. Antes mesmo da conclusão, em setembro de 1940, da aliança militar entre Alemanha, Itália e Japão, conhecida sob o nome de Eixo, os regimes de Hitler e de Mussolini eram considerados modelos para muitos políticos e intelectuais nipônicos.

Foi assim que o príncipe Konoe Fumimaro, primeiro-ministro de 1937 a 1939, havia estabelecido as bases de um partido único, apoiado na mobilização da grande massa dos jovens, das mulheres e dos residentes em "associações patrióticas" estreitamente controladas pela polícia ou pelo exército. A guarda militar, com poderes quase ilimitados, havia adquirido a estatura de uma Gestapo e seus sinistros métodos. Em agosto de 1941, o texto de propaganda *Shinmin no Michi* ("Os caminhos dos súditos", em uma tradução livre), difundido pelo Ministério da

Educação, evocava o "brilhante desenvolvimento" do nazismo e do fascismo e destacava: "As teorias na base desses novos princípios raciais e do totalitarismo, na Alemanha e na Itália, visam afastar os malefícios constituídos pelo individualismo e pelo liberalismo. É digno de nota que esses princípios manifestam um grande interesse para o espírito e a cultura do Oriente". Quanto ao imperador, embora sem grandes poderes, seu culto delirante, sem fundamento na longa história do Japão, nada tinha a invejar aos de Hitler… ou de Stalin. O exército, apresentando-se como seu porta-voz e sua arma poderosa, transformava toda crítica a seu respeito em crime de lesa-majestade.

Foi também a hora gloriosa dos "pan...ismos" de todo tipo (pangermanismo, pan-eslavismo, pan-arabismo, panturanismo – ou panturquismo –, "pantaismo"[2]). No caso do Japão, foi o pan-asiatismo, pervertido numa visão de uma Ásia aceitando Tóquio como centro, seu imperador como senhor, e seu exército como escudo.

Com isso, os que não aceitavam serem assim "libertados" da dominação ocidental eram acusados de traição à sua própria identidade. Daí a severidade extrema contra eles. Daí também, quando se tratava de povos inteiros (como os chineses), uma maneira de "racismo secundário", profundamente diferente do racismo biológico dos nazistas, mas com consequências concretas análogas. Chegou-se a odiar globalmente os chineses, não porque seriam geneticamente diferentes, mas porque se recusavam a admitir que o Japão fosse seu filho pródigo, modelado por sua cultura, mas atualmente mais adiantado, e então legitimado a dirigi-los e a reeducá-los. Nesse contexto, não é surpreendente que japoneses que, em sua juventude, tenham participado da revolução chinesa republicana de 1911, tenham sancionado as piores atrocidades em 1937. Foi, por exemplo, o caso do general Matsui Iwane, comandante em chefe do corpo expedicionário em Nanquim, e por isso condenado à morte por ocasião do processo internacional de Tóquio (1946-1948), que, como seu homólogo de Nuremberg, teve a incumbência de julgar os principais militares e civis responsáveis pelos atos de crueldade dos japoneses e, ao mesmo tempo, de estabelecer precisamente quais foram esses atos, e de lançar as bases de um novo direito internacional.

Não há, pois, causa única para os sofrimentos infligidos à população chinesa, sofrimentos que continuam, até hoje, a comprometer toda aproximação sincera entre os dois países – em particular porque o Japão nunca levou adiante sua

necessária introspecção, contentando-se em emitir repetidamente desculpas protocolares. Entretanto, as explicações de ordem politico-ideológica que abordamos no final nos parecem as mais importantes. Não foi a identidade dos japoneses em si que foi criminogênica, mas sua adesão, como outros povos muito distantes, a uma concepção totalizante – ou totalitária – do político e da relação com o outro. Foi preciso que houvesse a devastação de seu próprio país para que admitissem a perversidade dessa escolha.

Notas

[1] Kuomintang é o partido nacionalista chinês no poder de 1927 a 1949, dirigido por Chiang Kai-shek.

[2] Doutrina da reunião de todos os grupos de língua "tai" em torno do Sião, renomeado Tailândia em 1940.

Bibliografia selecionada

BENEDICT, Ruth. *Le Chrysantheme et le Sabre.* Arles: Picquier, 1987. (1ª edição americana: 1946).

HICKS, George. *Les Esclaves sexuelles de l'armée japonaise*. Paris: Jacques Grancher, 1996 (trad. do inglês The Comfort Women).

LUCKEN, Michael. *Les Japonais et la guerre, 1937-1952.* Paris: Fayard, 2013.

MARGOLIN, Jean-Louis *L'Armée de l'empereur: Violences et crimes du Japon en guerr*e. Paris: Armand Colin, 2007 (reedição ampliada: *Violences et crimes du Japon en guerre [1937-1945]*. Paris: Hachette Littérature, coll. "Grand Pluriel", 2009).

PRAZAN, Michaël. *Le Massacre de Nankin – 1937, entre mémoire et oubli*. Paris: Denoël, 2007.

WILLIAMS, Peter; Wallace, David. *La guerre bactériologique. Les secrets des expérimentations japonaises*. Paris: Albin Michel, 1990.

WILLMOTT, H. P. *La guerre du Pacifique, 1941-1945*. Paris: Autrement, 1999.

Uma breve história da Segunda Guerra Mundial

(1939-1945)

Olivier Wieviorka

É grande a tentação de comparar a Segunda Guerra Mundial com a Primeira. Uma tentação, é melhor dizer logo, que convém afastar depressa. Pois, diferentemente de sua ilustre antecessora, o segundo conflito mundial se distinguiu pela extensão dos territórios atingidos, pela pluralidade dos teatros de operações, pela importância das forças envolvidas e pelo número alucinante de vítimas – civis em primeiro lugar. Por outro lado, a conflagração do universo não foi nem de longe uma surpresa.

Vigílias de armas

Se, em 1914, os povos foram surpreendidos pela conexão súbita que levou de Sarajevo às mobilizações, as opiniões públicas tanto nas margens do Pacífico como nas praias do Atlântico não alimentavam ilusões durante os anos 1930 sobre a inevitabilidade do conflito por vir. Desde 1931, o Japão, obcecado por sua demografia e sua pobreza em matérias-primas, procurou numa expansão imperial na Ásia a solução para os problemas que o corroíam. Chegando ao poder em janeiro de 1933, Adolf Hitler, por sua vez, não dissimulava suas ambições. Retomando os velhos ideais do pangermanismo – a vontade de reunir, no Reich, a totalidade do povo alemão –, ele pretendia oferecer à Alemanha seu *Lebensraum*, o espaço vital necessário ao crescimento de sua população. Enquanto isso, o Führer prometia abolir as cláusulas do Tratado de Versalhes, um tratado que nem as elites nem a sociedade alemã jamais haviam aceitado. Esse programa era acompanhado de um projeto darwinista. Os arianos deviam dominar os povos conquistados em função do lugar que ocupavam na escala racial. Judeus e eslavos seriam destinados, senão à desaparição, pelo menos à escravidão; na nova Europa, os povos degenerados

poderiam somente sobreviver. Apenas os nórdicos e os germânicos teriam o direito de permanecer, sob a condição, entretanto, de que se submetessem à *lex germanica*. Sob essa ótica, a guerra constituía, aos olhos de Hitler, tanto um meio quanto um fim. Ela asseguraria, pelo ferro e pelo sangue, a expansão territorial; mas, longe de ser temida, essa prova salutar era esperada com fervor: nesse mundo implacável, o estrondo das armas eliminaria os fracos e asseguraria o triunfo dos fortes.

No período entre as duas guerras, bem como após 1945, um violento debate opôs dirigentes e historiadores quanto aos papéis respectivos desempenhados pelas potências na eclosão da Grande Guerra, um conflito cujo responsável era apontado no artigo 231 do Tratado de Versalhes: a Alemanha. Já para a Segunda Guerra Mundial, é preciso dizer que esse debate não tem nenhum sentido. A vontade expansionista do Japão e da Alemanha tornava o confronto inevitável pelo fato de que esses dois Estados se engajaram resolutamente na via de um conflito armado. Desprezando o Tratado de Versalhes, o Reich restabeleceu o serviço militar em 1935 e procedeu à remilitarização da Renânia no ano seguinte. Se, por um lado, aparentou negociar em Munique em setembro de 1938, a fim de se apoderar dos Sudetos pelo menor custo, por outro lado, em março de 1939, invadiu a Tchecoslováquia, desprezando a palavra dada. Em uníssono, o Japão criou, em 1932, um Estado fantoche na Manchúria, cuja direção confiou, teoricamente, ao último imperador da China, Puyi. Entretanto, aproveitou o pretexto do incidente da ponte Marco Polo para invadir a China em 1937. Os Estados Unidos responderam a essa política expansionista bloqueando, em 26 de julho de 1940, as reservas nipônicas e impondo, em 4 de outubro, um embargo sobre o petróleo. Em 28 de novembro, Washington exigiu a retirada das tropas japonesas da China, o que, longe de levar o Japão à conciliação, o endureceu em sua intransigência.

Tóquio, Berlim e mesmo Roma desejaram, prepararam e depois desencadearam a guerra – o que não significa que ela devesse seguir o curso que tomou. Muitos acontecimentos, imprevisíveis ou imprevistos, mudaram sua direção. Assim, as potências ocidentais poderiam ter impedido a expansão da Alemanha nazista em 1936, depois em 1938, e não esperar a última hora – as reivindicações do Reich sobre o porto polonês de Dantzig, cujo corredor isolava a Prússia oriental do território alemão. E também, nada indicava que Stalin concluiria o pacto germano-soviético em 23 de agosto de 1939, quando uma parte de seu pessoal diplomático, a começar por seu antigo ministro das Relações Exteriores Maxim Litvinov,

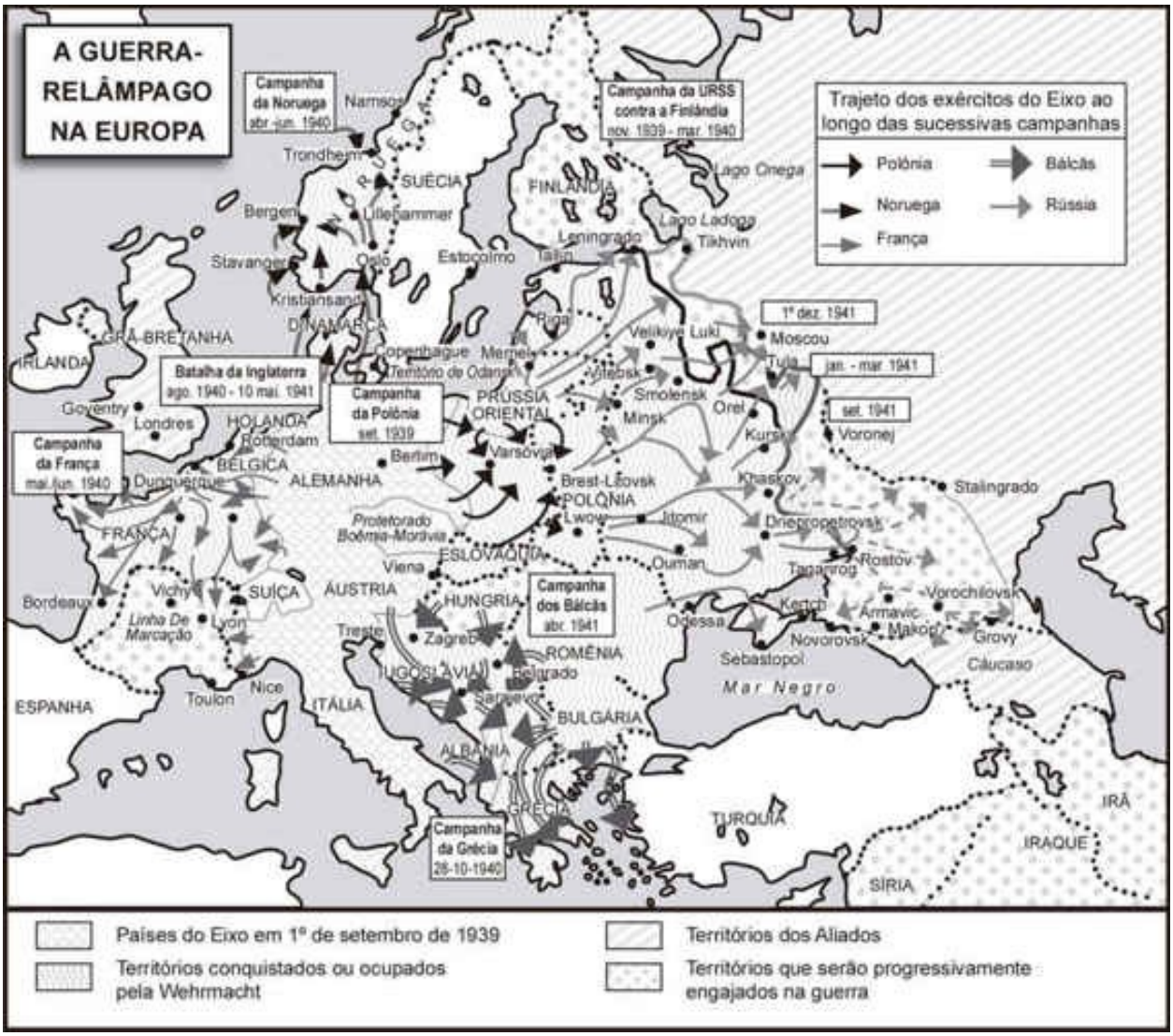
preconizava um acordo com o Ocidente e não deixava de lembrar a seu mestre que a Alemanha representava para a Rússia o maior dos perigos. Na mesma direção, os japoneses, em vez de enfrentar o titã americano, poderiam ter declarado guerra ao urso soviético – ato de que se abstiveram, preferindo assinar um tratado de não agressão com a URSS em 13 de abril de 1941. Em resumo, muitas contingências influenciaram o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, mas nem por isso a importância desses fatos deve ser exagerada. Como o Japão, a Alemanha nazista e a Itália fascista aspiravam a uma forma de hegemonia, os demais países achavam-se diante de uma escolha binária: aceitar a expansão desses Estados correndo o risco de ver seus interesses nacionais ameaçados ou replicar pela força a essas iniciativas imperiais. Eles acabaram por deixar as armas falarem. O Reino Unido e depois a França declararam guerra à Alemanha em 3 de setembro de 1939; iniciada em 22 de junho de 1941, a Operação Barbarossa obrigou a União Soviética a entrar num conflito do qual esperava se poupar ao menos por algum tempo; o ataque japonês de 7 de dezembro de 1941 contra a base americana de Pearl Harbor, seguido pela aliança ao Terceiro Reich anunciada em 11 de dezembro do mesmo ano, precipitou, apesar das reservas de uma opinião pública isolacionista, a intervenção americana.

Blitzkrieg?

A Primeira Guerra Mundial aparece, sob muitos aspectos, como uma guerra de posições, ao ponto de a imagem do soldado de infantaria chafurdando na trincheira parecer por si só encarnar a essência desse conflito. Inversamente, a Segunda Guerra Mundial parece caracterizar-se por vastas ofensivas com o apoio de uma ferramenta militar moderna, associando entre outros o tanque e o avião. Sem ser infundada, essa versão requer algumas correções.

Até 1942, as forças do Eixo tiveram a capacidade de desenvolver vastas operações combinadas que lhes permitiam abalar as defesas inimigas e/ou apoderar-se de vastos territórios. Desencadeada em julho de 1937, a Guerra Sino-Japonesa manifestou-se, do lado chinês, por uma série de desastres que permitiram ao Império do Sol Nascente apoderar-se de Pequim e de Tianjin já no mês de agosto, e depois de Xangai e de Nanquim nos meses seguintes. Do mesmo modo, o Japão aproveitou a vantagem provisória proporcionada pela neutralização temporária da Marinha dos Estados Unidos – o ataque contra Pearl Harbor destruiu, parcial ou totalmente, oito

embarcações pesadas da marinha ianque. O exército de Hirohito tomou uma série de pontos estratégicos (Wake, Guam, Hong Kong…), lançou-se ao ataque da Birmânia, conquistada em maio de 1942, apoderou-se, em fevereiro do mesmo ano, de Cingapura e, depois, de uma série de territórios ricos em matérias-primas (Malásia, Java e Sumatra, Filipinas). Conduzidas com eficiência, essas campanhas se assemelham a uma forma de guerra-relâmpago. De fato, a aviação teve um papel determinante, visto que o domínio do céu impedia as manobras das marinhas inimigas – o naufrágio do Repulse e do Prince of Wales, duas unidades da Marinha Real Britânica bombardeadas e torpedeadas por aviões japoneses em 10 de dezembro de 1941 ao norte de Cingapura, constituiu um exemplo amargo. Do mesmo modo, as forças nipônicas empregaram por vezes tanques de assalto blindados – foi assim nas Filipinas – ou paraquedistas – para dar segurança às instalações petrolíferas da Shell de Palembang, por exemplo. Mas essas operações-relâmpago foram antes de tudo beneficiadas pelo efeito surpresa e pelo confronto de forças que, muitas vezes, dava vantagem aos agressores. São trunfos que, como se pode concluir, não seriam duráveis.



A Blitzkrieg – ou guerra-relâmpago – parece então aplicar-se mais à estratégia alemã. De fato, a Wehrmacht (o conjunto das Forças Armadas alemãs) foi, durante os três primeiros anos da guerra, capaz de chegar à decisão em prazos espantosamente rápidos. Atacada a oeste em 1º de setembro de 1939, e a leste em 17 de setembro, visto que os soviéticos tinham a intenção de participar dos despojos, a Polônia entregou as armas quatro semanas após o início das hostilidades. Do mesmo modo, a Dinamarca abandonou o combate menos de quatro horas depois que as armas dispararam, em 9 de abril de 1940, enquanto a Noruega, agredida no mesmo dia, capitulou em 10 de junho de 1940, apesar do socorro trazido pelas tropas anglo-francesas desembarcadas principalmente em Narvik em 14 de abril.

Entretanto, é a campanha da França que oferece o exemplo mais impressionante dessa nova maneira de fazer a guerra. Concebido pelo general Von Manstein, o plano, com certeza, era audacioso. A Wehrmacht devia, num primeiro momento, invadir a Bélgica e a Holanda; mas essa operação não passava de uma estratégia destinada a atrair as tropas francesas, ao sugerir que o estado maior alemão reeditava o Plano Schlieffen de 1914. De fato, o esforço principal se concentraria na floresta das Ardenas que apresentava uma dupla vantagem: os generais franceses a julgavam inexpugnável e a Linha Maginot não a protegia. Para a maior desgraça da França, o plano funcionou à perfeição. Quando a ofensiva foi lançada, em 10 de maio de 1940, as melhores unidades do general Gamelin foram imprudentemente socorrer seus aliados belgas e holandeses. Ao mesmo tempo, no entanto, os alemães atacavam Sedan, atravessavam o rio Meuse e depois avançavam sobre Paris, declarada cidade aberta em 14 de junho de 1940. Os britânicos tiveram apenas tempo de reembarcar uma boa parte de seu corpo expedicionário em Dunquerque (Operação Dynamo, 27 de maio a 4 de junho de 1940). Essa guerra-relâmpago foi ulteriormente aplicada na Iugoslávia – onde o rei Pierre havia destronado o regente Cvetković, favorável à Alemanha – e na Grécia – que criava dificuldades para a Itália de Mussolini desde a declaração de guerra de 28 de outubro de 1940. Em 27 de abril de 1941, a cruz gamada tremulava no Partenon, e em 20 de maio, os alemães lançavam seus paraquedistas sobre Creta, obrigando as forças britânicas, que haviam sido enviadas em socorro aos helenos, a reembarcar às pressas.

Vários historiadores afirmaram que a guerra-relâmpago havia permitido ajustar a estratégia à economia alemã. Não podendo mobilizar "em profundidade" os fatores de produção, o que esgotaria os recursos do Reich e provocaria um descontentamento social que Hitler, com a lembrança viva da derrocada de 1918, não podia aceitar, os dirigentes nazistas teriam feito um rearmamento "superficial". Apoiando-se em tanques de assalto blindados, escoltados pela aviação, eles criavam uma ferramenta militar apta a atingir os objetivos nos prazos mais curtos, o que evitava impor aos civis privações muito intensas. Esse esquema sedutor, entretanto, foi invalidado pelos historiadores economistas ou especialistas dos *war studie*s. Os economistas observam que o rearmamento, iniciado em 1933, não renegou a gloriosa herança da Grande Guerra. Das 445 mil toneladas de aço alocadas à Wehrmacht no segundo trimestre de 1940, somente 25 mil foram destinadas aos tanques e aos veículos blindados, menos do que as 26 mil toneladas previstas para os

arames farpados, os obstáculos ou a construção de dispositivos defensivos! Os especialistas dos *war studies* destacam que a Batalha da França foi perdida não por conta de uma relação de forças desequilibrada – as duas forças militares eram comparáveis, com exceção da aviação –, mas em razão da conduta francesa nas operações.

Além da desastrosa manobra Dyle-Breda, uma série de acasos precipitou a derrota: em Bulson, unidades francesas cederam ao pânico, acreditando ver chegar tanques que não existiam; e nem a RAF (Royal Air Force – a Força Aérea Britânica) nem os aviões franceses bombardearam as colunas do general Kleist que formavam, no entanto, um congestionamento de mais de 200 quilômetros. Se a Blitzkrieg foi uma realidade, ela não correspondia, entretanto, a um plano preestabelecido (aliás, o termo Blitzkrieg só foi utilizado após a campanha da França, e não antes). Acrescente-se que as operações efetuadas entre 1940 e 1941 foram dispendiosas. A guerra contra a Polônia pôs fora de combate um quarto dos blindados alemães, em razão das panes e das destruições; 6 mil homens e 146 aviões foram destruídos no ataque contra Creta (com 165 aparelhos danificados além desse total). Enfim, e talvez seja esse o fato principal, a Grã-Bretanha recusou-se a se curvar. Por certo, a Luftwaffe (a Força Aérea Alemã) esforçou-se para dobrá-la, empreendendo no verão de 1940 a Batalha da Inglaterra. A Luftwaffe esperava destruir a aviação de caça britânica e depois aniquilar as defesas costeiras a fim de abrir caminho para um desembarque (Operação Seelöwe – leão-marinho em português). Mas os ataques, feitos inicialmente contra objetivos estratégicos e depois sobre Londres, terminaram em desastre. Graças às 52 estações radar, às declarações de Churchill e à coragem dos 2.917 pilotos engajados (dos quais 20% eram estrangeiros), a RAF causou tantas perdas que Hitler teve que adiar a Seelöwe, em 17 de setembro de 1940, antes de anulá-la em 12 de outubro. Apesar da obtenção substancial de ganhos territoriais, a Blitzkrieg havia fracassado e o ditador devia encarar o pior: a passagem a uma guerra longa.

Ora, a Alemanha não estava, absolutamente, em condições de encarar economicamente esse desafio. Em 1939, os PIBs acumulados da França e da Grã-Bretanha ultrapassavam em 60% os PIBs acumulados do Reich e da Itália. Se a produção de guerra alemã dobrou entre janeiro e julho de 1940, ela continuava notoriamente insuficiente. Das 105 divisões, 34 continuavam subequipadas às vésperas das hostilidades. Por certo, a conquista de uma larga parte da Europa

ofereceu riquezas bem-vindas. Elas não eram suficientes, entretanto, para rivalizar com os potenciais britânico, americano e soviético. Se, apesar dos bombardeios, a produtividade da indústria conseguiu passar da base estatística 100, em fevereiro de 1942, ao índice 322 em julho de 1944, esses resultados continuavam insuficientes para enfrentar o arsenal americano ou soviético: antes mesmo da chegada dos comboios carregados com o material aliado, a economia da URSS alinhava performances espetaculares. Produzindo poucos modelos, mas em série, redistribuindo os homens e as máquinas utilizados na agricultura ou nos bens de consumo para as indústrias de armamento, Stalin assegurou a vitória – impondo à sua mão de obra condições de vida atrozes.

Se os generais alemães haviam temido a campanha da França, eles se lançaram com confiança ao assalto da estepe russa. Desprezando os povos eslavos, eles imaginavam abocanhar de uma vez um Exército Vermelho que o senhor do Kremlin havia, na verdade, enfraquecido com os expurgos sanguinários de 1937-1938. Somente no ano de 1937, 3 marechais em 5, 14 comandantes de exército em 16, 8 almirantes em 9 tinham sido eliminados... Os primeiros meses da campanha da Rússia não decepcionaram. O ataque surpresa lançado em 22 de junho de 1941 terminou, no lado soviético, com um desastre. Em algumas semanas, a Wehrmacht capturou mais de 3 milhões de prisioneiros, apoderou-se dos Estados Bálticos, da Ucrânia e da Bielorrússia e chegou às portas de Moscou e de Leningrado. Contudo, os soviéticos conseguiram deter esse avanço diante de sua capital, berço da Revolução de Outubro. Se os alemães se beneficiavam de uma relação de forças favorável, a mecanização de seu exército continuava insuficiente (600 mil cavalos participavam da operação). Além disso, seu Estado-Maior havia dividido as tropas em três frentes, privando-se assim dos benefícios da concentração que teria permitido tomar Moscou e então ganhar a guerra provocando a derrocada do regime. Inversamente, os soviéticos, intimidados, se recuperaram, pois apesar de estarem desconfortáveis na defensiva souberam dominar a situação antes de lançar, a partir de novembro de 1941, um contra-ataque vitorioso que salvou o regime. Hitler compreendeu então que a Alemanha deveria enfrentar uma guerra longa, o que, com o passar do tempo, o condenaria. Mas esse contragolpe, longe de fazê-lo recuar, exacerbou a vontade de aplicar seu programa.

As lógicas da dominação

Sob essa ótica, a eliminação do povo judeu constituía sua prioridade absoluta. Desde a conquista da Polônia, os judeus foram reunidos em guetos, frequentemente massacrados, por vezes com a ajuda da população polonesa. Ao entrar em guerra contra a Rússia, a lógica genocida se impôs. Os Einsatzgruppen,[I] que já haviam feito intervenções na Polônia, operaram por trás das linhas e procederam a matanças em massa, dentre as quais a mais célebre foi a de Babi Yar, nos subúrbios de Kiev, onde cerca de 33 mil judeus foram assassinados em alguns dias. No total, essas matanças provocaram a morte de cerca de 1,4 milhão de homens, mulheres e crianças. O Reich implantou também centros de extermínio que visavam destruir, de maneira industrial, os judeus da Europa. Ao campo de extermínio de Chełmno, aberto em dezembro de 1941, acrescentaram-se logo os de Bełzec, Sobibor e Auschwitz. Se as populações que viviam na Europa Oriental foram as primeiras visadas, as comunidades da Europa Ocidental foram, por sua vez, atingidas a partir de setembro de 1941, num ritmo que se acelerou em 1942. No total, de 5 a 6 milhões de seres culpados por terem nascido foram mortos nesse empreendimento bárbaro.

Mas se os judeus foram as principais vítimas do nazismo, eles não foram os únicos a serem dominados por um Reich que perseguia objetivos tanto econômicos quanto ideológicos, visto que os territórios conquistados deviam servir em seu esforço de guerra. Com esse parâmetro, as autoridades de ocupação tiraram proveito de tudo, apostando na violência (pilhagens, requisições, taxas de câmbio abusivas) ou no ganho fácil (fornecimento generoso de matérias-primas, salários atraentes). No total, a contribuição exterior representou, em seus limites extremos, de 18% (1940) a 25% (1943) do esforço de guerra alemão. Além dos produtos agrícolas, das matérias-primas e dos bens industriais, o Reich se apropriou também de mão de obra estrangeira. Fossem prisioneiros de guerra, voluntários ou compulsórios, 7,9 milhões de trabalhadores labutavam no outono de 1944 nas fábricas ou nos campos, substituindo assim os homens mobilizados na Wehrmacht.

Mas as necessidades econômicas não apagam jamais os imperativos ideológicos. Desse ponto de vista, o ocupante optou por regimes de sujeição diferentes em função do lugar que ele reservava aos povos dominados na escala racial. Os noruegueses e os dinamarqueses foram relativamente poupados – a tal ponto que a Dinamarca conservou, até 1943, um poder regular e pôde mesmo fazer eleições legislativas! Em compensação os eslavos foram particularmente maltratados. Uma parte da Polônia foi assim integrada ao Reich e a população foi submetida a rações

miseráveis que não iam além das 600 calorias diárias. Do mesmo modo, as elites intelectuais ou políticas foram dizimadas, assim como docentes da Universidade Jagellon de Cracóvia, ou funcionários comunistas do regime soviético, passados pelas armas sem qualquer constrangimento. Um destino particularmente cruel esperava os prisioneiros de guerra do Exército Vermelho. Sob o pretexto de que Moscou não tinha ratificado as convenções de Genebra, o regime hitlerista deixou literalmente morrer de fome as centenas de milhares de soldados capturados nos campos de batalha: de um total de cerca de 5 milhões, mais de 3 milhões morreram na prisão. Entre esses dois extremos, alguns países ocupavam um lugar intermediário, como a França, em parte regida pelo regime de Vichy, ou como a Bélgica. Se aí a ocupação foi menos rude e o racionamento menos drástico, a Alemanha jamais renunciou a seus objetivos ideológicos. Ela podia contar com o apoio de colaboradores que, abraçando com fervor a fé nazista, a sustentavam, assim como os asseclas do norueguês Quisling, os rexistas belgas, ou os partidários franceses de Marcel Déat ou de Jacques Doriot. Berlim, aliás, não hesitava quando estimava que seus interesses ou sua segurança estavam em jogo. Assim, mais de 4 mil pessoas foram fuziladas no Hexágono,[II] entre 1940 e 1944, a título de reféns, de prisioneiros políticos ou de resistentes, e mais de 88 mil foram enviadas aos campos de concentração por motivos não raciais.

Submetidos à opressão do Eixo, os povos, no entanto, não ficaram passivos. Uma minoria se engajou nas organizações de resistência clandestinas, movimentos ou redes, para ajudar militarmente os Aliados, informar as populações ou ajudar os proscritos. E também, formas de resistência civil emergiram. Usando de meios de protestos variados (greves, manifestações, petições…), eles obrigaram o ocupante a recuar algumas vezes.

Se o Japão, por sua vez, não cometeu genocídio, esse país multiplicou os crimes de guerra que conheceram uma amplidão inédita. Após a Batalha de Nanquim, as forças nipônicas, a partir de dezembro de 1937, promoveram um massacre na cidade que provocou de 40 mil a 300 mil mortes (segundo as estimativas), às quais se acrescentaram milhares de estupros de mulheres e crianças. Logo depois, os prisioneiros de guerra Aliados, capturados nos campos de batalha, foram vítimas da fome, da sede e de sevícias cruéis, o que fez com que se chegasse entre os prisioneiros a uma taxa de mortalidade inédita de 27%. O Império do Sol Nascente começou, por outro lado, a fazer múltiplas experiências, principalmente na unidade 731 que,

instalada perto de Harbin, na Manchúria, as aplicou nos prisioneiros chineses para preparar a guerra bacteriológica. Acrescente-se a isso que 200 mil "mulheres de conforto" foram capturadas, nas Filipinas, em Taiwan, na Coreia, na China e na Indonésia, para serem exploradas em bordéis. Embora afirmando defender as bandeiras dos povos asiáticos oprimidos, Tóquio explorou sem nenhuma vergonha os territórios que dominou. Entre 1942 e 1945, estes constituíram cerca de 15% de seu esforço de guerra. A independência formal consentida em 1943 às Filipinas e à Birmânia chegou um pouco tarde para disfarçar essa lógica predadora com cores mais amenas.

O vento muda de direção

No fim das contas, o fracasso da Blitzkrieg e a passagem a uma guerra longa selavam o destino da Alemanha, da Itália e do Japão. Mas se o vento mudou em julho de 1942, foram necessários aos Aliados três longos anos para dominar esses adversários temíveis.

O primeiro raio de esperança veio do Pacífico. Procurando eliminar as forças aeronavais da Marinha dos Estados Unidos que por ali passavam, o Japão desencadeou em junho uma batalha em Midway que o levou a uma derrota. Dispondo do código nipônico, os americanos tinham descoberto as intenções de seu adversário a quem infligiram pesadas perdas (quatro porta-aviões e um cruzador). Tóquio perdia a supremacia naquela zona e os americanos podiam passar à ofensiva.

Boas notícias chegavam também da África do Norte. Na ocasião em que o Afrikakorps de Rommel havia conseguido dominar seu adversário britânico, a ponto de ameaçar o canal de Suez, Auchinleck (em julho) e depois Montgomery (em final de outubro – início de novembro) o derrotaram nas duas batalhas de El-Alamein. Com o desembarque na África do Norte em 8 de novembro de 1942, o cerco se fechava sobre as forças germano-italianas. Não sem dificuldade. Se as forças francesas leais ao Estado de Vichy acabaram por render-se no Marrocos e na Argélia, os alemães despacharam rapidamente reforços para a Tunísia. Batalhas acirradas opuseram então os anglo-americanos aos ítalo-alemães, tendo estes saído do Egito e depois da Líbia, ou passado por Bizerta e Túnis. Pouco aguerridas, as tropas do exército do Estados Unidos foram expulsas de Kasserine. Em maio de 1943 entretanto, as forças do Eixo constatavam a evidência: estando isoladas no cabo

Bon, acabaram por capitular, o que permitiria aos homens de Eisenhower fazer mais de 250 mil prisioneiros.

A leste, o cursor também mudava. É claro que Hitler não renunciava à ofensiva, apesar desses fracassos. Em maio de 1942, ele partiu de novo para o ataque. Após atingir Carcóvia e a Crimeia, ele procurou capturar a cidade industrial de Stalingrado e avançar na direção do Don para apoderar-se dos campos petrolíferos do Cáucaso. Se esse Plano Azul deu bons resultados no sul – tendo um destacamento se dado ao luxo de escalar o Elbrus –, as coisas não tardaram a dar errado no setor de Stalingrado. Incapazes de tomar a totalidade da cidade, as tropas alemãs foram cercadas a partir de novembro de 1942, e depois obrigadas a capitular a 2 de fevereiro de 1943, perdendo então um exército inteiro… e uma grande parte de seu prestígio. Stalingrado tornou-se rapidamente o símbolo do heroísmo soviético e marcou, também simbolicamente, a mudança de rumo da guerra. Do mesmo modo, as divisões que chegaram às margens do Cáucaso, atacadas pelo Exército Vermelho, recuaram, anulando assim a quase totalidade das vitórias alcançadas no verão. A Wehrmacht nem por isso se deu por vencida. Em julho de 1943, conseguiu até montar uma ofensiva na saliência de Kursk. Mas perdeu mais uma vez a batalha, abandonando o terreno a um Exército Vermelho que se mostrava potente e bem comandado.

Guerra aérea?

Apesar desses sucessos, a posição do Japão e da Alemanha continuava forte. Tudo sugeria que a conquista do arquipélago nipônico como a da Europa continental não seria uma coisa fácil. Diante dessa realidade, a guerra aérea representava uma solução sedutora. Lançando vastos ataques destinados a destruir o potencial industrial inimigo e atingindo os civis a fim de torná-los contrários aos regimes que os dominavam, os Aliados quebrariam, como afirmavam alguns chefes, a resistência de Tóquio e de Berlim. Em 1942, a RAF (Força Aérea Britânica) bem como a Força Aérea dos Estados Unidos iniciaram uma impiedosa guerra aérea que, a partir de 14 fevereiro do mesmo ano, atacou as populações. A imprecisão da navegação e da pontaria das bombas, assim como a proteção dos bombardeiros, limitava, entretanto, seu impacto. Mas esses problemas foram progressivamente resolvidos. Em agosto de 1942, foram criadas unidades de reconhecimento

(pathfinders) e inventados sistemas de orientação. Sua rapidez e sua capacidade de voar em altitude tornaram os aviões Mosquito menos vulneráveis à defesa antiaérea alemã; e os Mustang P-51B, dotados de reservatórios suplementares, estenderam o raio de ação da caça, daí em diante capaz de escoltar os bombardeiros que sobrevoavam a Alemanha. A RAF continuou a privilegiar os voos noturnos, pois as perdas eram menos elevadas (2,2% contra 3,7% para os ataques diurnos). Assim, a Alemanha foi atingida por toneladas de bombas num ritmo crescente: 41.440 toneladas em 1942, 206 mil em 1943, 1 milhão e 202 mil em 1944, 471 mil, enfim, entre janeiro e abril de 1945. O bombardeio sobre Dresden (13 e 14 de fevereiro de 1945) foi, sem dúvida, o mais célebre, visto que provocou a morte de 25 mil habitantes sem que a cidade tivesse, no entanto, representado um objetivo estratégico maior. No total, mais de 500 mil alemães sucumbiram sob as bombas entre 1939 e 1945. Mas o Japão não foi menos poupado. A partir de junho de 1944, o arquipélago foi literalmente esmagado pelos bombardeiros americanos. Se 10% das bombas atiradas durante a Segunda Guerra Mundial foram soltas ali, 58% das 860 mil vítimas civis dos bombardeios foram nipônicas. Em 9 e 10 de março, o único bombardeio sobre Tóquio provocou uma centena de milhares de mortos…

Esse dilúvio de fogo e de aço, entretanto, foi insuficiente para fazer dobrar as forças do Eixo e do Japão. Seria preciso, evidentemente, lançar grandes operações terrestres para desfazê-las, estratégia que dividia os estados-maiores.

Planos

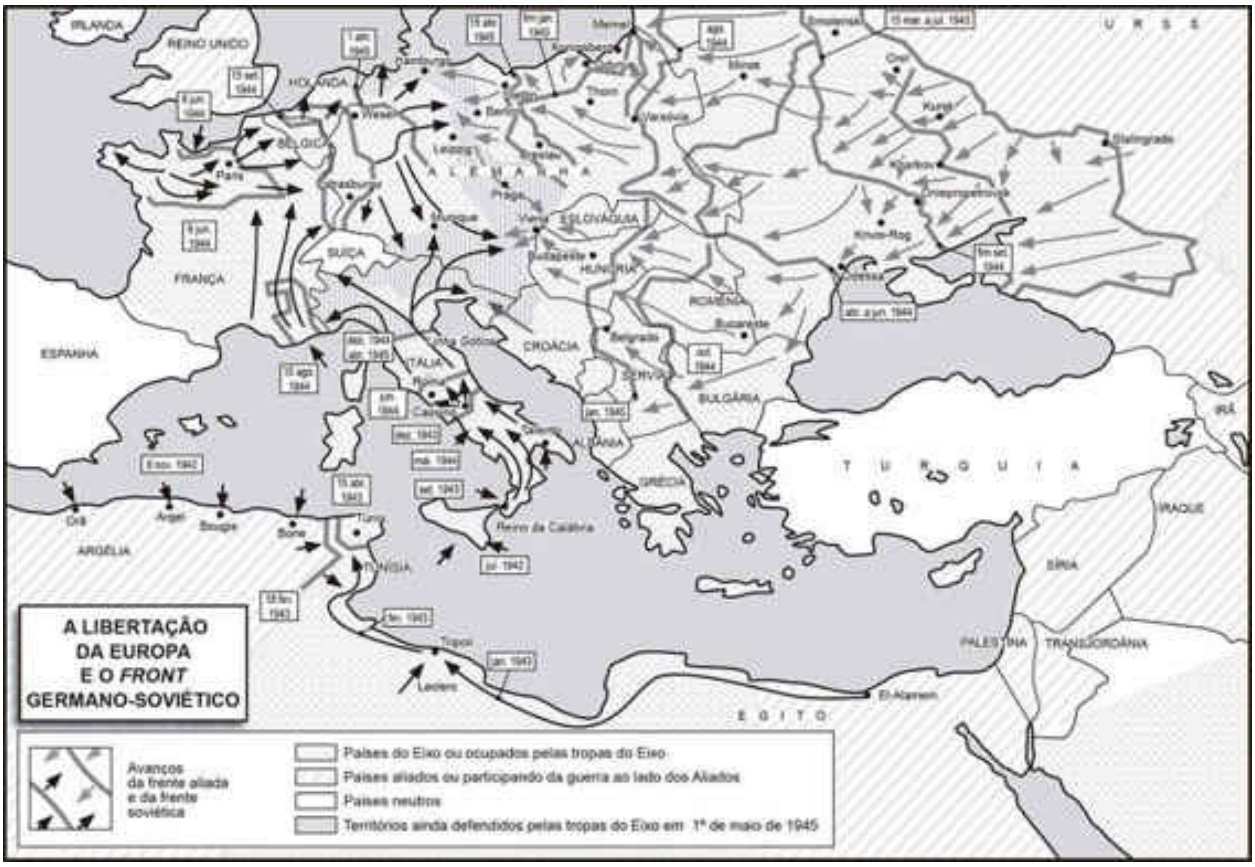
De fato, os anglo-americanos hesitavam. Os americanos gostariam de atacar o Reich em seus bastiões, no noroeste da Europa, estimando que era necessário atacar o inimigo em seu ponto mais forte. Os britânicos preferiam, entretanto, atacar a periferia para travar uma guerra de desgaste, mais conforme aos dois trunfos de que dispunham: a marinha e a aviação. Num primeiro momento, Londres prevaleceu. Um corpo expedicionário desembarcou na Sicília (10 de julho de 1943), depois, em setembro, no sul da Calábria e nas praias de Salerno. Longe, entretanto, de afetar as defesas inimigas, os Aliados enfrentaram uma forte resistência. É certo que o fracasso militar que se anunciava culminou com a queda de Mussolini em 25 de julho de 1943, prelúdio de um armistício concluído em 3 de setembro. Antecipando a reviravolta de seu antigo parceiro, os alemães expediram para a Itália

mais de 30 divisões, complicando a progressão das forças na península agora dividida em duas. Se o sul da Itália se encontrava sob a autoridade do rei e de seu primeiro-ministro, Badoglio, o norte, submetido a Mussolini e ao general alemão Kesselring, resistia. Foi só em maio de 1944 que a Linha Gustav, que barrava a estrada de Roma ao norte de Nápoles, cedeu, abrindo o acesso à Cidade Eterna, conquistada bem tardiamente (5 de junho de 1944).

Diante desses fracassos, os americanos ficaram impacientes. Na conferência de Teerã (novembro de 1943), eles buscaram o apoio dos soviéticos para que o desembarque na Normandia, com um fraco apoio de Churchill, fosse considerado uma prioridade absoluta. É certo que o Exército Vermelho, prosseguindo em seu avanço, conseguia muito sucesso. Atacando na Ucrânia em dezembro de 1943, chegou à fronteira da Galícia em fevereiro; no sul, libertou Sebastopol e depois Odessa na primavera de 1944. A maior parte do fardo, entretanto, pesava em seus ombros: 80% das forças alemãs foram destacadas para o leste. O que significa que o Kremlin desejava ardentemente a abertura de um segundo *front*!

A fanfarra da vitória

Em 6 de junho de 1944, os anglo-americanos desembarcaram – enfim – na Normandia. Mas se eles conseguiram, desde os primeiros dias, formar uma sólida cabeça de ponte, encontraram uma resistência feroz no setor de Caen, o que os obrigou a lançar uma ofensiva mais a oeste, no Cotentin. Iniciado em 25 de julho de 1944, o avanço em direção a Avranches (Operação Cobra) abriu-lhes então a porta do continente. Enquanto os britânicos e os canadenses se deslocavam para o norte, libertando Lille, Bruxelas e depois o sul da Holanda, os americanos penetravam a leste, tomando Paris, mas sendo detidos nos Vosges. Quanto a Stalin, ele honrava a promessa feita e iniciava, em 23 de junho, a Operação Bagration. Rapidamente, o Exército Vermelho retomava a Bielorrússia e uma parte dos países bálticos, mas parava às portas de Varsóvia, em agosto de 1944.



A leste como a oeste, a progressão das tropas foi então detida. Os exércitos patinavam por conta de graves problemas logísticos. A intendência devia encaminhar milhares de homens, toneladas de material e milhões de litros de gasolina; além disso, os homens, esgotados pelos combates, deviam descansar. A Wehrmacht, principalmente, mostrava uma resistência espantosa. Ela teve ainda força, em dezembro de 1944, de lançar uma contraofensiva nas Ardenas, que os anglo-americanos conseguiram superar com muita dificuldade. Diferentemente do ocorrido na Primeira Guerra, o povo alemão, é verdade, não se abalava. Continuava, apesar de tudo, leal a seu Führer – o atentado que atingiu Hitler em 20 de julho de 1944 causou consternação; esse povo acreditava, bem imprudentemente, nas armas milagrosas que o regime prometia utilizar (mas os projéteis V1 e V2 lançados sobre Londres fizeram um número relativamente baixo de vítimas); temia, sobretudo, os excessos do Exército Vermelho – e nesse ponto, não estava enganado: cerca de 2 milhões de mulheres teriam sido estupradas na Alemanha pelos homens de Stalin. Os numerosos partidários do regime, enfim, não renunciaram a seus objetivos sanguinários: os deportados, que tinham de ser evacuados por causa do avanço

aliado, foram submetidos a terríveis marchas para a morte que causaram sem dúvida mais de 200 mil vítimas.

Foi preciso, pois, um longo ano para obter a derrota do Reich. A oeste, os anglo-americanos, escaldados pela Batalha das Ardenas, agiram prudentemente, lançando sua grande ofensiva somente em fevereiro. A tomada prodigiosa da ponte de Remagen, em 7 de março, permitiu-lhes atravessar o Reno e avançar rapidamente. Quanto aos soviéticos, procediam em três tempos. Em dezembro, atacavam na Hungria e se apoderavam de Budapeste em fevereiro; cercavam as forças alemãs refugiadas na Prússia oriental; e principalmente, tomavam a maior parte da Polônia. Em janeiro, Jukov não estava a mais do que 80 quilômetros de Berlim! No entanto, a batalha para se apoderar da capital alemã não foi uma mera formalidade. Iniciada em 16 de abril, mobilizou meios consideráveis (2,5 milhões de homens do lado soviético, 1 milhão para a Wehrmacht). Mas, em 30 de abril, a bandeira vermelha tremulava no Reichstag enquanto, no mesmo dia, Hitler, depois de se casar com sua amante Eva Braun, se suicidava. A capitulação se deu em dois tempos, em 7 maio em Reims, depois em 8 de maio em Berlim – para lhe dar maior solenidade.

Restava derrotar o Japão. Os Aliados decidiram atacar na Birmânia para dar apoio a seu aliado chinês, pulando de ilha em ilha no Pacífico. Em fevereiro de 1945, os americanos liberaram Manila, capital das Filipinas, depois tomaram, numa luta terrível, as ilhas de Iwo Jima (março de 1945) e Okinawa (de fim de março a junho de 1945). Mas os sacrifícios dos GI (os soldados americanos) foram de tal ordem que faziam prever uma conquista sangrenta do arquipélago japonês. Sucedendo ao presidente Roosevelt, morto em 12 de abril de 1945, Harry Truman decidiu então utilizar a arma atômica, primeiro em Hiroshima (6 de agosto), depois em Nagasaki (9 de agosto). Em 14 de agosto, o Japão aceitou render-se, e a capitulação foi assinada em 2 de setembro de 1945 a bordo do encouraçado Missouri.

Assim terminava a Segunda Guerra Mundial. Esse conflito, que provocou sem dúvida a morte de 60 milhões de seres humanos, foi certamente o mais sangrento da história da humanidade. Fenômeno inédito, a morte atingiu, certamente, os soldados (mais de um terço das perdas), mas principalmente os civis. Aos milhões de judeus exterminados acrescentaram-se também as mortes causadas pela fome, pelos bombardeios, pelas crueldades sofridas nos campos de prisioneiros, bem como nas fábricas. Pela extensão das perdas como por sua loucura genocida, o conflito se

distingue certamente da Primeira Grande Guerra. O mesmo acontece no plano militar? Pode-se legitimamente discutir isso. Com exceção do porta-aviões, e também da arma nuclear, utilizada em 1945, mas de maneira clássica, com exceção também dos serviços de informação, largamente utilizados pelos beligerantes, o que já é muito, o aparato militar empregado tinha sido testado em 1914-1918, quer se trate de tanques ou da aviação. Raras, nesse momento, foram as invenções e, com exceção do radar, pesaram pouco no desenrolar do conflito, como o revela a incidência mínima dos caças a jato ou dos V1 e V2 lançados sobre a Inglaterra. Se as batalhas de tanques tiveram uma amplidão inigualável, a Segunda Guerra Mundial retomou formas clássicas que se acreditava estarem em desuso, quer se trate de sitiar cidades (Leningrado) ou de guerra de posições (Itália).

O mundo, em compensação, saiu profundamente mudado dessa tormenta. A dominação europeia multissecular desmoronou: a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália não teriam mais do que um papel modesto num universo que entraria, então, numa Guerra Fria e seria dominado por duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética – uma realidade que se prolongaria até 1989. Os impérios desmoronariam, obrigando as metrópoles a renunciar a seus objetivos coloniais. A memória da guerra, principalmente, seria uma obsessão para os contemporâneos – lembrança sinistra da qual têm, ainda hoje, dificuldades de se desfazer.

Notas

[I] N. T.: Einsatzgruppen: expressão que designa, em alemão, os grupos paramilitares encarregados de eliminar mais de 2 milhões de pessoas nos territórios do Leste Europeu ocupados pela Alemanha, e que, por isso, são considerados verdadeiros grupos de extermínio.

[II] N. T.: Tradução de *Hexagone*, designação metonímica tradicionalmente aplicada à França pela semelhança do mapa de seu território com a figura geométrica de seis lados.

Bibliografia selecionada

AZÉMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François. 1938-1948. *Les années de tourmente: De Munich a Prague.* Paris: Flammarion, 1995.

BEEVOR, Antony. *La Seconde Guerre mondiale.* Paris: Calmann-Lévy, 2012.

FRIESER, Karl-Heinz. *Le Mythe de la guerre éclair: La campagne de l'Ouest de 1940.* Paris: Belin, 2003.

GLANTZ, David M.; HOUSE, Jonathan M. *When Titans Clashed: How the Red Army stopped Hitler.* University Press of Kansas, 1995.

KENNEDY, Paul. *Le Grand Tournant: Pourquoi les Alliés ont gagné la guerre. 1943-1945.* Paris: Perrin, 2012.

KERSHAW, Ian. La Fin: *Allemagne 1944-1945*. Paris: Seuil, 2010.

LUCKEN, Michael. *Les Japonais et la guerre. 1937-1952*. Paris: Fayard, 2013.

MICHEL, Henri. *La Seconde Guerre mondiale*. Paris: Omnibus, 2001 (1ª ed. 1968-1969).

TOOZE, Adam. *Le Salaire de la destruction. Formation et ruine de l'économie nazie*. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

A Guerra da Indochina ou o crepúsculo do Império Francês

(1946-1954)

Pierre Journoud

Perdida e rejeitada, a Guerra da Indochina foi rapidamente varrida da memória coletiva pela ferida argelina, depois submergida pelo Vietnã dos americanos. Somente a Batalha de Dien Bien Phu, que encarna seu triste e pungente epílogo, escapou à indiferença que logo dominou a maioria dos franceses em relação a essa guerra. Nem as cerimônias que a República organizou tardiamente para prestar homenagem aos combatentes que sobreviveram assim como às suas vítimas mudaram esse cenário.

A façanha e o esquecimento

O que restará amanhã desta guerra, na memória? Tal como ensinada na escola, no colégio e até mesmo na universidade, a História quase não a aborda. O único vínculo que subsiste, tênue, frágil e ambíguo, é a epopeia exótica e nostálgica, veiculada por um punhado de antigos combatentes, como o hipermidiático general Bigeard; por romancistas, jornalistas ou cineastas contaminados pelo "mal amarelo", admiradores dos "centuriões", de Leclerc e do "rei Jean" (de Lattre), como Jean Lartéguy, Lucien Bodard ou Jean Lacouture; ou por obcecados pela Batalha de Dien Bien Phu, como Jules Roy ou Pierre Schoendoerffer… Fascinados pela terra vietnamita e seus habitantes, eles descreveram essa guerra de tenentes e de capitães abandonados por seus superiores, encarregados de conduzir, à vida ou à morte, homens que, frequentemente, eram de uma outra cor e de uma outra cultura; e improvisar soluções num novo tipo de enfrentamento cujas populações, mais do que os territórios, constituíam o verdadeiro objetivo a conquistar. Para essas dezenas de

milhares de soldados profissionais isolados de tudo, o cotidiano era uma sucessão de longas horas de espera e de combates episódicos com um adversário muitas vezes inatingível, de marchas forçadas inesquecíveis e bombardeios devastadores, encontros fantasmáticos e trágicas pilhagens, ações generosas e tráficos sombrios... Uma *Art français de la guerre* (Arte francesa da guerra) que o escritor Alexis Jenni escolheu como trama de seu romance, contemplado – em 2011, sinal dos tempos – com o prêmio Goncourt. Por que lutar tão longe de casa? Pelo gosto da aventura? Possibilidade de ganho e de uma promoção na carreira? Para fugir de um cotidiano fracassado ou banal demais? Lutar contra o comunismo? Defender esse pedaço da grande França, pérola do Império? Pelas populações vietnamitas, cambojanas, laosianas minoritárias, que tinham escolhido a União Francesa? Um pouco de tudo isso ao mesmo tempo, sem dúvida. Diante disso, unidos por objetivos de guerra poderosamente mobilizadores – a derrubada da dominação colonial, a independência e a reunificação do Vietnã –, os soldados do jovem Exército Popular do Vietnã (EPV), Bo Doi, submetidos a uma disciplina de ferro e a um proselitismo político intensivo, tinham fé no futuro. A guerra total, imposta pelos dirigentes do Partido Comunista que Ho Chi Minh havia fundado em 1930, não foi, no entanto, um passeio. Tendo adquirido rapidamente os traços de uma resistência unânime e heroica, comportava igualmente sua carga de privações, doenças, perdas e sofrimentos, dúvidas e contestações, repressões e rupturas. Sob a máscara de um romantismo revolucionário que a hiperviolência da Guerra do Vietnã contribuiu para enraizar *a posteriori* nas memórias, essa guerra foi a matriz de um regime autoritário, senão totalitário, que persegue ainda hoje a sociedade vietnamita, como o revelam principalmente os romances de Duong Thu Huong.

Túmulo, entre 1945 e 1954, de várias centenas de milhares de militares e civis vietnamitas, e de mais de 90 mil soldados do Corpo Expedicionário Francês do Extremo Oriente (CEFEO), entre os quais 25 mil franceses metropolitanos, e perto de 2 mil oficiais (o equivalente a uma turma de cadetes na Escola Militar de Saint-Cyr a cada ano), essa guerra marcou profundamente o exército francês, tendo anunciado o fim do Império colonial, precipitado o engajamento militar dos Estados Unidos na península indochinesa e permitido aos revolucionários vietnamitas consolidar seu controle total sobre o Estado e a sociedade. Eis por que a Guerra da Indochina merece mais do que duas ou três linhas apressadas em manuais escolares.

1945-1949: uma guerra neocolonial de guerrilha, isolada e incerta

Essa guerra, na realidade essencialmente franco-vietnamita, resulta do divórcio progressivo entre as aspirações independentistas das elites vietnamitas, dominadas pelo Partido Comunista, e o crescimento entre as elites francesas de um nacionalismo imperial de compensação às humilhações da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1945, que se pode considerar o começo da Guerra da Indochina, foi marcado por mudanças decisivas. Após a derrota da França para os nazistas em junho de 1940, o Japão havia reforçado por etapas seu confisco da Indochina francesa, a despeito dos esforços da administração do almirante Decoux (ligado a Vichy) para defender a soberania da França. Mas os mais determinados e os mais ativos dos nacionalistas vietnamitas, agrupados em 1941 por Ho Chi Minh num front político-militar dominado pelos comunistas – o Vietminh –, já antecipavam as profundas convulsões que o final da Segunda Guerra Mundial ia causar na península indochinesa, em detrimento das potências coloniais. O general Vo Nguyen Giap, ao qual Ho Chi Minh havia confiado a temível missão de criar *ex nihilo* o instrumento militar da libertação, oficializou em 1944 a criação das primeiras "brigadas de propaganda armada", embrião do futuro EPV. A busca de apoios exteriores conduziu os dirigentes do Vietminh a procurar a missão americana do Office of Strategic Services (OSS), da qual obteve facilmente apoio em nome da política anticolonialista do presidente Roosevelt.

A fome terrível do inverno 1944-1945, que causou a morte de centenas de milhares de vietnamitas, e depois o golpe de Estado japonês de 9 de março de 1945 contra a autoridade política e as tropas francesas da Indochina, varridas em menos de 48 horas, criaram as condições da mudança tão esperada. O Vietminh decidiu iniciar o levante após o anúncio da capitulação nipônica, em 10 de agosto. Com poucos meios, mas com uma velocidade formidável, ele se apoderou sucessivamente das armas, dos territórios, dos corações e dos espíritos, e finalmente do poder, em Hanói, em 19 de agosto. Em 2 de setembro – dia da assinatura da capitulação japonesa sobre a ponte do Missouri –, Ho Chi Minh proclamava solenemente a República Democrática do Vietnã (RDV) e com ela a independência do país, no entusiasmo popular provocado pela queda da dominação colonial. A determinação do Vietminh e de seus chefes havia pegado os franceses de surpresa. Mas teve seu

lado sombrio: a "revolução de agosto" foi acompanhada, entre 1945 e 1947, de uma política de eliminação – física, para vários milhares de membros – dos principais concorrentes nacionalistas e anticolonialistas dos comunistas, os dois partidos Dai Viet (segundo a antiga denominação do Vietnã): o VNQDD (Viet Nam Quoc Dan Dang ou Partido Nacional do Vietnã) e o DVQDD (Dai Viet Quoc Dan Dang ou Partido Nacional do Grande Vietnã). Essa revolução marcou o começo de uma longa e impiedosa luta não somente entre vietnamitas pela conquista do poder, mas também e sobretudo contra a França e pela defesa da independência reconquistada. Isso porque o general De Gaulle havia afirmado, como presidente do Conselho e em uníssono com os outros partidos políticos, sua vontade de restaurar, antes de mais nada, a soberania francesa sobre a Indochina, mesmo que fosse pela força, antes de aceitar qualquer negociação. Foi ao almirante Thierry d'Argenlieu e a seu subordinado, o general Leclerc, que confiou essa missão. À frente de um CEFEO de algumas dezenas de milhares de homens, Leclerc enfrentou o desafio; pela força das armas, ao sul, de outubro de 1945 a fevereiro de 1946; pela negociação, ao norte, com os comunistas vietnamitas e o exército chinês (que ocupava provisoriamente o Tonquim em virtude dos acordos de Potsdam), na primavera de 1946. Em 18 de março, 6 meses após sua chegada em Saigon, 12 dias depois da assinatura de um acordo com o Vietminh que ele havia apoiado com toda a sua autoridade, Leclerc fazia sua entrada em Hanói, apresentada então como a "última etapa da libertação". A reconquista do Vietnã já havia custado, até essa data, mais de 600 mortos nas fileiras francesas. Leclerc compreendeu, pelas dificuldades encontradas no local diante do vigor da resistência, que a França não poderia impedir militarmente o despertar de um autêntico nacionalismo vietnamita, e que a força só seria útil na perspectiva de uma negociação: "O anticomunismo será uma alavanca sem apoio enquanto não for dada uma resposta completa ao problema nacional vietnamita, tal como é colocado", profetizou ele em vão. Privado do apoio do general De Gaulle na divergência pessoal que o opunha a seu superior, o almirante d'Argenlieu, ele preferiu se esconder e deixar a Indochina em julho de 1946. Nunca mais voltou lá. A paz também não. O "alto-comissário e comandante em chefe para a Indochina" d'Argenlieu acabava de provocar o fracasso da conferência franco-vietnamita de Fontainebleau, defendendo, contra o dogma unitário do Vietminh, a criação de uma República Autônoma da Cochinchina.

Nos dois campos, a rejeição a essa proposta aumentava na medida das veleidades

de negociação. Em novembro, um incidente alfandegário serviu de pretexto para desencadear combates no porto de Haiphong e para violentos bombardeios da aviação e principalmente da marinha francesa nos quais pereceram numerosos vietnamitas. A sabotagem da central elétrica de Hanói, em 19 de dezembro, deu o sinal do ataque surpresa das milícias revolucionárias contra os postos do CEFEO e as casas dos civis franceses, em Hanói como em várias outras localidades do Vietnã do Norte. Após dois meses de uma intensa guerra urbana que esvaziou a capital de uma boa parte de seus habitantes, os estrategistas vietnamitas – Giap ao norte, Nguyen Binh ao sul, até sua morte em 1951 – voltaram à prática de uma forma de guerra à qual a cultura estratégica dos vietnamitas os predeterminava mais do que a nenhum outro povo: a guerrilha, no cenário de uma "guerra do povo" baseada num objetivo de unidade nacional e de soberania territorial. A esperança de uma guerra curta evaporou-se após o fracasso da última proposta de cessar-fogo transmitida em maio de 1947 a Ho Chi Minh pelo professor Paul Mus, antigo conselheiro político de Leclerc que retornara para atuar junto ao alto-comissário Bollaert, e após a Operação Lea, que falhou em obter a captura do governo de Ho Chi Minh em outubro.

Impotentes para reduzir militarmente seu adversário, as autoridades francesas retomaram negociações com Bao Dai. O antigo imperador havia abdicado em março de 1945 para tornar-se o conselheiro supremo do presidente Ho, antes de romper progressivamente com o regime comunista. Um pequeno número de escolhidos sabia que De Gaulle já havia secretamente cogitado, em dezembro de 1945, em apadrinhar o retorno ao trono imperial do príncipe Vinh San, antigo imperador Duy Tan exilado em 1906 na ilha da Reunião por haver comandado uma rebelião antifrancesa. Mas – sinistro presságio – Vinh San havia desaparecido num acidente de avião alguns dias depois de seu encontro com o general De Gaulle em Paris. Bao Dai não abrigava a mesma fé em sua missão quanto Vinh San, mas os franceses esperavam vê-lo reunir, sob sua autoridade, a oposição dos nacionalistas vietnamitas ao regime comunista. Ora, longe de resolver o problema nacional, a política francesa, como Leclerc havia temido, agravaria a guerra civil acelerando a internacionalização do conflito.

1949-1952: a guinada da internacionalização

Oficialmente, não havia guerra, somente "operações de polícia" ou de "pacificação". Para uma parcela minoritária da opinião pública, entretanto, já era uma "guerra suja", segundo a expressão de Hubert Beuve-Méry, origem de graves escândalos político-militares e financeiros, como o lucrativo tráfico de piastras. Um movimento de oposição começou até a se estruturar, a partir de 1949, sob a égide do PCF, que alternava campanhas de imprensa, manifestações, greves e mesmo sabotagens. Os militares guardavam um rancor tenaz. O descontentamento chegou também aos meios intelectuais e cristãos progressistas: *Témoignage chrétien* (Testemunho cristão) denunciou o uso da tortura já em julho de 1949, depois em dezembro, sob a pena de Paul Mus, então diretor da Escola Nacional da França Ultramarina. Os dirigentes franceses demonstravam um otimismo de fachada e prometiam um final rápido. Mas, nos bastidores, a inquietação era palpável. Se ainda não conseguia a vitória, a guerrilha feita pelo jovem EPV imobilizava um número crescente de tropas e provocava perdas cada vez mais pesadas. Na China, as tropas comunistas de Mao multiplicavam as vitórias contra as tropas do Kuomintang, o Partido Nacional Chinês presidido por Chiang Kai-shek. Embora nunca ultrapassasse 10% das despesas públicas, a guerra custava caro (45% do orçamento militar em 1950), no momento em que a França devia proceder a seu rearmamento no ambiente europeu. O material estava envelhecido, os soldados dispersos e pouco motivados. Em março de 1949, os acordos assinados no Eliseu reconheceram ao imperador Bao Dai o que tinha sido recusado a Ho Chi Minh: a independência do Vietnã no âmbito da União Francesa. Convenções técnicas organizaram, em 30 de dezembro, as transferências de competência de soberania interna aos novos Estados Associados do Vietnã, do Camboja e do Laos, principalmente no domínio militar. A guerra, portanto, não era mais colonial de um ponto de vista estritamente jurídico, visto que o corpo expedicionário francês defendia doravante a independência de um Estado aliado. Ela seria então mais fácil de "vender" aos americanos, de quem Paris esperava uma ajuda material e financeira importante. Mas a construção político-jurídica assim elaborada era, senão artificial, pelo menos frágil. Isso agravava a guerra civil sem dar aos Estados Associados os meios de sua independência.

A chegada das tropas comunistas chinesas às fronteiras do Tonquim e a proclamação da República Popular da China (RPC) por Mao Tsé-tung, em 1º de outubro de 1949, precipitaram a inscrição do conflito na Guerra Fria.

A RDV foi reconhecida pela RPC em 18 de janeiro de 1950, e depois no dia 30 pela URSS, seguida pela Coreia do Norte e numerosos países da Europa Central e do Leste Europeu. Esses primeiros sucessos no *front* diplomático aceleraram o reconhecimento dos Estados Associados, em 7 de fevereiro, pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha. No dia 21, Ho Chi Minh proclamava a mobilização geral. A partir de então, cada um dos dois Vietnãs se identificava com um dos lados da Guerra Fria: o Vietnã de Bao Dai, ao "mundo livre"; o Vietnã de Ho Chi Minh, ao bloco comunista. Em 25 de junho começava a Guerra da Coreia. Engajados num lobby intensivo junto a seus aliados americanos, os franceses não tiveram dificuldade em convencê-los da interdependência dos dois *fronts*: condicionada por uma avaliação exacerbada quanto à ameaça chinesa, a administração Eisenhower já havia reconhecido a Indochina como uma "região-chave" cuja perda seria considerada grave para os interesses americanos. Em agosto desembarcaram em Saigon os primeiros navios carregados de material americano… A Ásia parecia afundar-se inexoravelmente na Guerra Fria, na qual a Indochina era um dos *fronts* "quentes". Embora menos importante quantitativamente que aquela prestada pelos Estados Unidos aos franceses e aos Estados Associados, a ajuda chinesa se revelou determinante para a sobrevivência de um regime perigosamente isolado desde 1945. A 3ª Assembleia do Partido Comunista Indochinês (PCI), reunido de 21 de janeiro a 3 de fevereiro de 1950, pôs fim a uma relativa neutralidade exterior e adotou uma linha ortodoxa nitidamente antititoísta:[I] era o preço a pagar para que Ho Chi Minh obtivesse de Stalin, que nutria muitas suspeitas em relação a ele, mas também de Mao, a integração completa de seu partido ao bloco comunista dirigido com mão de ferro pelo chefe do Kremlin. Retornando de Moscou, Ho negociou secretamente em Pequim uma ajuda política, militar, econômica e médica, identificada como a chave da sobrevivência da RDV. A concretização dessa ajuda diversificada era acompanhada de uma influência político-ideológica crescente – e origem de tensões palpáveis – sobre o Vietminh, ainda mais pelo fato de que conselheiros militares chineses de alto nível foram enviados para atuarem junto a dirigentes civis e militares da RDV. Essa ajuda permitiu, entretanto, às tropas de Giap, dispor de um vasto refúgio, acelerar a modernização do EPV, e introduzir doses crescentes de guerra convencional na condução das operações. O resultado não se fez esperar: no começo do mês de outubro, as tropas francesas caíram numa gigantesca emboscada que as obrigou a uma evacuação precipitada dos grandes postos fronteiriços do Vietnã do Norte, de

Lao Cai a Lang Son, passando por Cao Bang. Uma derrota muito dolorosa para a França: não somente o CEFEO perdia 5 mil homens nos combates da Estrada Colonial (RC) nº 4, mas seu adversário passou a dispor, desde então, de um vasto refúgio. Preocupado em superar rapidamente esse grave infortúnio, o governo apelou, ao final de 1950, para um chefe de alto prestígio, o general De Lattre, a quem confiou os poderes civis e militares. Seu voluntarismo, sua audácia e sua força de convicção – úteis, em particular, para acabar de convencer os americanos a aumentar sua ajuda – facilitaram alguns sucessos táticos. Por excesso de confiança, Giap conheceu seus primeiros grandes fracassos militares ao lançar ações ofensivas, em 1951, no delta do rio Vermelho, onde a superioridade da artilharia e da aviação francesas podia fazer a diferença. Para o EPV, a transição desejada para a guerra moderna, permitida por uma mobilização da população sem precedentes na história das guerras no século XX (cerca de metade dos 10 milhões de habitantes do Vietnã do Norte), ocorreu ao mesmo tempo que um aumento muito sensível das perdas.

No fim das contas, entretanto, "o efeito De Lattre", posto em cena por uma propaganda eficaz, revelou-se efêmero, e mesmo ilusório. Por não ter feito a tempo uma escolha clara entre uma intensificação da guerra, que implicaria o envio do contingente e de novos gastos sem garantia de sucesso, e a negociação com Ho Chi Minh, recomendada por Pierre Mendès France após o desastre da RC 4, os dirigentes da IV República acreditaram ou pareciam acreditar que a vietnamização e americanização do conflito podiam levar à vitória. Somente alguns observadores foram bastante lúcidos para prever, desde 1949-1950, que uma tal política prolongaria inutilmente a guerra civil e prepararia, após algum tempo, a troca da França pelos Estados Unidos.

1952-1954: o desfecho

Organização fortemente estruturada, o PCI deu lugar, em 1951, a três partidos nacionais – cambojano, laosiano e vietnamita (Lao Dong) – fortemente ligados por uma aliança que reconhecia aos vietnamitas a primazia política. A estratégia vietnamita podia, a partir de então, desenvolver-se numa escala indochinesa. Na primavera de 1952, o escritório político do Lao Dong, talvez inspirado por seu aliado chinês, decidiu orientar a "contraofensiva geral" para a alta região do noroeste do país, para retomar um espaço estratégico até então dominado pelos franceses,

ameaçar o Laos e contribuir para a dispersão do CEFEO. Mas, afastado de suas bases e desprovido de artilharia, o EPV sofreu pesadas perdas ao final de 1952, no ataque ao potente agrupamento entrincheirado em Na San, pelo general Salan. Giap não tardou em aprender lições... Novamente ameaçado pelas incursões do EPV na primavera de 1953, o Estado Associado do Laos obteve da França a assinatura de um tratado de amizade e de associação, em 22 de outubro de 1953, enquanto Norodom Sihanuk, rei do Camboja, se lançava em sua "cruzada pela independência". Quanto a Bao Dai, irritou-se com a decisão unilateral da França em desvalorizar a piastra em maio de 1953. Cada um dos Estados Associados impacientava-se, assim, por não poder desfrutar ainda de uma independência real. Ora, o governo Mayer parecia então decidido a encontrar as vias de uma saída honrosa da guerra para acelerar o repatriamento do CEFEO para a Europa, condição de um reequilíbrio das forças com a Alemanha e da ratificação do tratado instituindo a Comunidade Europeia de Defesa (CED), assinado em maio de 1952. Assim sendo, confiou ao general Navarre, homem "novo" nomeado comandante em chefe na Indochina, o cuidado de melhorar o mapa de guerra com vistas a uma negociação. Inspirado por aquele que Bao Dai havia encomendado ao general Alessandri, o plano concluído por Navarre consistia em adotar uma postura defensiva no Vietnã do Norte e em não efetuar operações de envergadura no Centro do Vietnã, antes de transferir a responsabilidade da segurança dessa zona ao Exército Nacional do Vietnã – para liberar efetivos e reconstituir um corpo de batalha móvel, apto a iniciar a ofensiva final no Vietnã do Norte no ano seguinte. Tendo condicionado um aumento de sua ajuda à definição de uma estratégia mais ofensiva, os americanos aceitaram financiar 78% do custo da guerra para o ano vindouro de 1954, contra 40% ao final de 1952. Um recorde com consequências graves… Mas o "plano Navarre" logo sofreu uma inflexão maior. Para deter o avanço súbito de várias divisões de elite do EPV para o noroeste do Tonquim em outubro-novembro de 1953, Navarre decidiu implantar uma base aeroterrestre na planície de Dien Bien Phu, nos confins do Laos. Com 4500 paraquedistas, a Operação Castor – a mais importante de cerca de 400 operações aeroportadas da Guerra da Indochina – permitiu o reinvestimento rápido no mês de novembro. Logo surgiu do solo o mais potente dos contingentes entrincheirados jamais estabelecidos pelo CEFEO. Apesar de estarem fortemente sitiados, a confiança no poder de fogo e no apoio aéreo era geral; a ofensiva do EPV, esperada com impaciência. Quando esta eclodiu finalmente, em

13 de março de 1954, depois que Giap adiou sua ação e modificou a tática inicial de ataque relâmpago em favor de uma tática minuciosa de desgaste das posições francesas, os 12 mil homens do coronel De Castries (promovido a general em plena batalha) descobriram com espanto a terrível eficácia da artilharia e da DCA (Defesa antiaérea, também chamada de defesa contra aeronaves) de seu antagonista. O tenente-coronel Piroth, responsável pela artilharia do agrupamento, suicidou-se. Em três poderosas ofensivas – de 13 de março, 30 de março e 1º de maio – marcadas de um lado e do outro por uma sucessão de atos heroicos, de momentos de dúvida e de profundo desânimo, os 50 mil homens do EPV, reforçados pela ajuda logística de cerca de 300 mil trabalhadores civis desse território, apoderaram-se um após outro daqueles picos insuficientemente fortificados e que viraram lenda com seus nomes femininos, de Gabrielle ao norte a Isabelle ao sul.

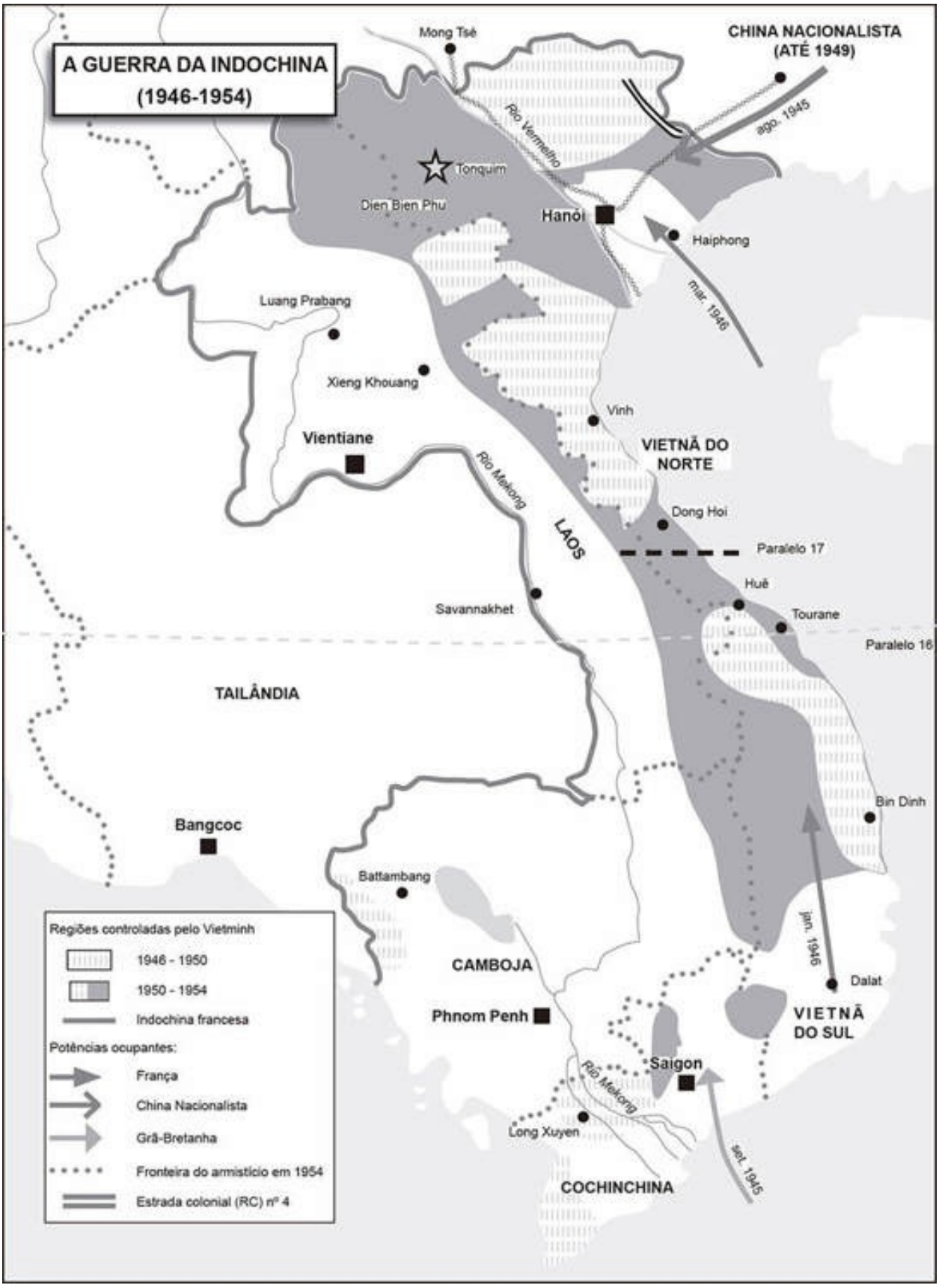
Com a preocupação de apresentar-se em posição de força na conferência de Genebra, cujos trabalhos sobre a Indochina deviam começar em 8 de maio, o escritório político do Lao Dong havia decidido fazer de Dien Bien Phu a batalha principal de uma ofensiva generalizada, graças a uma intensa mobilização popular combinada com a aceleração da reforma agrária. Comandante em chefe a quem Ho Chi Minh havia devolvido todos os poderes com o objetivo de vencer, Giap continuava em ligação estreita com o escritório político e a missão militar da RPC, cuja ajuda foi deliberadamente intensificada. Embora informado do reforço considerável dos efetivos e dos meios do adversário, o general Navarre continuou a subordinar a "batalha do noroeste" à peça chave de seu plano, a Operação Atlante no centro de Annam. Os reforços que ele fez descer de paraquedas em conta-gotas e a ajuda aérea que consentiu solicitar junto aos Estados Unidos – sem outro sucesso além do reforço apreciável de materiais e de pilotos de uma subsidiária da CIA, a Civil Air Transport – não mudaram nada a situação. Em 7 de maio, após 57 dias de cerco ininterrupto, de combates encarniçados e de sacrifícios inéditos, um comando do EPV apoderava-se do QG do general De Castries, feito prisioneiro com todo o seu estado-maior e mais de 10 mil soldados. Vários milhares de soldados, refugiados às margens do Nam Youn, já haviam abandonado o combate há muito tempo. Para todos, heróis, anti-heróis e "desertores internos" desse lugar mítico de Dien Bien Phu, logo erigido como a "capital do heroísmo" por uma parte da imprensa, o cessar-fogo anunciava o início de um novo calvário, enquanto os nacionalistas de vários outros países ainda sob dominação colonial, como no território argelino,

celebravam esse "14 de julho da descolonização".

Vitória fundamental para o Estado-partido vietnamita, que daí tirava uma poderosa fonte de legitimação, símbolo do despertar da Ásia e dos povos ainda colonizados diante do Ocidente, Dien Bien Phu evidenciou o complexo de superioridade da potência colonial e a incapacidade de seus dirigentes em coordenar eficazmente o político e o militar na condução da guerra. Em 21 de julho, em Genebra, os negociadores chegavam a uma conclusão, um ano depois do armistício de Panmunjom que havia encerrado a Guerra da Coreia. Os acordos sancionavam o fim da guerra franco-vietnamita: cessar-fogo, do Vietnã do Norte (27 de julho) ao Vietnã do Sul (11 de agosto); agrupamento das forças e liberação dos prisioneiros de guerra (67.700 vietnamitas liberados pelos franceses contra somente 13.700 da União Francesa pelo Vietminh). O país foi dividido provisoriamente em duas zonas, de um lado e do outro do Paralelo 17, que deveriam ser reunificadas por meio de "eleições gerais livres com voto secreto", previstas para julho de 1956. A esperança de uma paz durável na Ásia tomava corpo nos meios diplomáticos franceses, seduzidos pelos progressos de uma certa neutralidade na Indochina. A França esperava contribuir para isso aproximando-se principalmente do governo da RDV, no Vietnã do Norte, onde Jean Sainteny presidiu uma "delegação geral da França", e da China comunista. Essas expectativas, entretanto, foram rapidamente frustradas. Com efeito, a derrota de Dien Bien Phu tinha desfeito as últimas prevenções de Paris à nomeação de Ngo Dinh Diem, de quem se sabia ser um nacionalista intransigente e ferozmente anticomunista, à frente do Estado Associado do Vietnã. Ora, seu governo, único legalmente reconhecido por Paris, não fazia parte dos acordos de Genebra cujas disposições políticas recusou logo de início. Ele dispunha, além disso, do apoio total da administração Eisenhower-Dulles, bem decidida, no contexto da Guerra Fria, a transformar o Vietnã do Sul em bastião anticomunista tão sólido quanto a Coreia do Sul.

Assim, a Guerra da Indochina havia dado à luz uma paz ambígua que não tardou a ser colocada em questão: de início pela repressão anticomunista do regime de Ngo Dinh Diem no Vietnã do Sul, depois pela decisão do Lao Dong de dar seu apoio político e militar à insurreição que daí resultou. Confrontada a novos tormentos na Argélia, onde uma parte dos veteranos da Indochina acharam necessário pôr em prática uma "doutrina de guerra contrarrevolucionária" diretamente inspirada em sua experiência indochinesa e origem de graves desvios, a

França sai de cena, em favor dos Estados Unidos, como potência político-militar dominante na península indochinesa. A presença econômica e cultural que conseguiu preservar a duras penas no Vietnã do Sul, no Camboja e no Laos serviu-lhe para reatar uma influência, uma década depois, em favor da paz.


A GUERRA DA INDOCHINA
(1946-1954)
Mong Tsé
CHINA NACIONALISTA
(ATÉ 1949)
ago. 1945
Rio Vermelho
Tonquim
Dien Bien Phu
Hanói
Haiphong
mar. 1946
Luang Prabang
Xieng Khouang
Vinh
Vientiane
VIETNÃ DO
NORTE
Rio Mekong
LAOS
Dong Hoi
Paralelo 17
Huê
Savannakhet
Tourane
Paralelo 16
TAILÂNDIA
Bin Dinh
Bangcoc
Battambang
jan. 1946
Dalat
CAMBOJA
Phnom Penh
VIETNÃ
DO SUL
Saigon
Rio Mekong
Long Xuyen
set. 1945
COCHINCHINA
Regiões controladas pelo Vietminh
1946 - 1950
1950 - 1954
Indochina francesa
Potências ocupantes:
França
China Nacionalista
Grã-Bretanha
Fronteira do armistício em 1954
Estrada colonial (RC) nº 4

Notas

[I] N. T.: o termo "antititoísta" é derivado do adjetivo "titoísta", referente aos adeptos do "titoísmo", que, segundo o Dicionário Aurélio, designa o socialismo iugoslavo, "que se caracterizava pela autonomia relativa das unidades políticas e pela autogestão das empresas".

Bibliografia selecionada

BODARD, Lucien. *La guerre d'Indochine: L'enlisement, l'humiliation, l'aventure*. Paris: Grasset, 1997 (1ª ed. Gallimard, 1963 a 1967).

BODIN, Michel. *La France et ses 1.963 soldats, Indochine 1945-1954.* Paris: L'Harmattan, 2000.

CESARI, Laurent. *Le Problème diplomatique de l'Indochine, 1945-1957*. Paris: Les Indes Savantes, 2013.

DALLOZ, Jacques. *Dictionnaire de la guerre de l'Indochine, 1945-1954*. Paris: Armand Colin, 2006.

FALL, Bernard. *Indochine 1946-1962. Chronique d'une guerre révolutionnaire.* Paris: Robert Laffont, 1962.

_____. *Diên Biên Phu, un coin d'enfer.* Paris: Robert Laffont, 1968 (tradução francesa póstuma).

GOSCHA, Christopher. *Vietnam: Un Etat né de la guerre 1945-1954*. Paris: Armand Colin, 2011.

GROSSER, Pierre. *La guerre d'Indochine.* Paris: Perrin (no prelo).

JOURNOUD, Pierre; TERTRAIS, Hugues. *Paroles de Diên Biên Phu. Les survivants témoignent. Paris:* Tallandier, 2004, 2012.

LE PAGE, Jean-Marc. *Les Services secrets en Indochine*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2012.

LOGEVALL, Fredrik. *Embers of War. The Fall of an Empire and the Making of America's Vietnam.* New York: Random House, 2013.

MUS, Paul. *Viêt-Nam*: Sociologie d'une guerre. Paris: Seuil, 1952.

TERTRAIS, Hugues. *La Piastre et le Fusil: Le coût de la guerre d'Indochine, 1945-1954.* Paris: CHEFF, 2002.

VAÏSSE, Maurice (dir.). *L'Armée française dans la guerre d'Indochine, 1946-1954*. Bruxelles: Complexe, 2000.

A guerra esquecida: Coreia

(1950-1953)

Ivan Cadeau

Ao amanhecer de 25 de junho de 1950, a artilharia norte-coreana abre fogo ao longo do Paralelo 38 que separa a Coreia do Norte de sua vizinha do sul: a Guerra da Coreia acaba de começar. Ela vai durar três anos e figurar entre as mais homicidas do século XX. Essa "guerra esquecida", como é chamada nos Estados Unidos, constitui, entretanto, um acontecimento dos mais importantes da Guerra Fria: pela primeira vez em sua história, a Organização das Nações Unidas (ONU) mobiliza uma força encarregada de fazer respeitar o direito internacional em seu nome. Pela primeira – e única – vez, igualmente, os dois blocos que emergiram após 1945 se enfrentam diretamente a ponto de precipitar o mundo à beira de uma nova guerra mundial. Ao término desses três anos de guerra, mais de 2 milhões de homens, mulheres e crianças foram mortos. Quanto ao armistício que pôs fim às hostilidades no mês de julho de 1953, não resolveu em nada o problema de fundo: ainda hoje as duas Coreias estão juridicamente em estado de guerra e a Coreia do Norte acena regularmente com o espectro da utilização da arma atômica.

A escalada dos extremos 1945-1950

A decisão tomada por ocasião da Conferência de Potsdam (17 de julho a 2 de agosto de 1945), uma vez assinada a capitulação do Japão, de proceder ao desarmamento das tropas japonesas na Coreia numa ação conjunta das tropas soviéticas e americanas, está na origem da cisão do país. Ocorre que, em 10 agosto de 1945, cinco dias antes da rendição de Hirohito, dois oficiais de estado-maior – os coronéis Rusk e Bonesteel – fixam de maneira arbitrária, na altura do Paralelo 38, a delimitação das zonas de influência respectivas entre os Estados Unidos e a União Soviética. Essa "fronteira" provisória, que não corresponde a nenhuma justificativa

histórica, econômica ou militar, traz o germe da divisão definitiva da Coreia em dois Estados independentes e anuncia a guerra por vir. De fato, imediatamente após a chegada das divisões do Exército Vermelho ao norte do Paralelo 38, a zona atribuída aos soviéticos cai sob o domínio dos comunistas locais, apoiados por Moscou, e assiste à emergência de um jovem líder que fez seu nome ao participar ativamente da resistência contra os japoneses: Kim Il-sung.[1] Se ele dá satisfação, em parte, às classes populares, favorecendo principalmente a reforma agrária que faz a redistribuição de uma parte das terras aos camponeses, sua gestão autocrata e totalitária das atividades econômicas não deixa dúvidas quanto à natureza do regime que se estabelece. Por sua vez, conhecendo mal a Coreia, sua história e sua cultura, a administração militar americana, encarregada da zona situada abaixo do Paralelo 38, multiplica os erros e, com medo do comunismo, opõe-se ferozmente a qualquer insinuação de reformas sociais ou políticas. Com o apoio dos partidos de direita, e mesmo de extrema direita, dos quais alguns membros haviam colaborado com o ocupante japonês, os americanos também escolhem um campeão, na pessoa do velho dirigente nacionalista Syngman Rhee.[2] Como seu equivalente Kim Il-sung, ele se mostra autoritário, e a violenta repressão de sua polícia contra seus oponentes políticos, além das milhares de mortes que provoca, joga os partidos moderados nos braços do comunismo. Um número importante de seus militantes acha refúgio na cordilheira dos montes Taebaek, no centro da Coreia, e no sudoeste da península coreana, onde mantêm guerrilhas armadas. De 1945 a 1948, as relações entre americanos e soviéticos degradam-se cada vez mais, e a vontade mostrada por essas duas "superpotências" de promover a independência da Coreia após um período de tutela (*trusteeship*) desaparece sob o peso de antagonismos. Os americanos recorrerem à ONU no mês de setembro de 1947 e a resolução adotada em 14 de novembro no mesmo ano, propondo a criação de uma Comissão Temporária das Nações Unidas na Coreia, encarregada de facilitar a criação de um governo coreano, não muda nada, pois a União Soviética declara que não irá cooperar com tal instância. Na primavera de 1948, a ideia de unificar a Coreia não tem sucesso e cada lado se esforça para criar um Estado independente que se manteria sob sua tutela. Assim, em 12 de junho, a zona administrada pelos americanos com a ajuda e o "conselho" dos partidos de direita agrupados em torno de Syngman Rhee é dotada de uma Constituição. Em 20 de julho, Rhee é eleito presidente da República da Coreia, que é oficialmente proclamada em 15 de agosto de 1948, exatamente três anos após o

fim da ocupação japonesa. Na zona comunista, o processo é idêntico: soviéticos e autoridades norte-coreanas, após terem criado, no mês de fevereiro de 1948, o Exército Popular da Coreia (APC), procedem, em 25 de agosto, à eleição da Assembleia Popular Suprema. Em 9 de setembro do mesmo ano, a República Popular e Democrática da Coreia foi também proclamada e Kim Il-sung, que já era comandante supremo do APC, é eleito para o cargo de primeiro-ministro, antes de se tornar também, no ano seguinte, o primeiro secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia. No fim do ano de 1948, dois Estados com ideologias radicalmente diferentes, ambos à procura de uma legitimidade e de um estatuto internacional, foram então criados. Os dois regimes assim estabelecidos têm em comum o fato de que cada um é dirigido por um líder carismático decidido a transformar em realidade as declarações de independência e de reunificação feitas por ambos desde 1945. Por isso, os americanos – cujos últimos soldados deixam o país no mês de junho de 1949, com exceção de 500 conselheiros – limitam as exigências de Syngman Rhee no domínio militar e recusam dotar o jovem exército sul-coreano de aviões, de blindados ou ainda de uma artilharia digna desse nome. Para o presidente Truman e sua administração democrata, a Coreia não constitui, nessa data, uma questão importante em comparação com a Europa Ocidental ou a China, e os americanos não querem, principalmente, deixar-se envolver num conflito pelos únicos interesses de Syngman Rhee. Entretanto, não concedendo à Coreia do Sul os meios de atacar, Washington a priva igualmente dos meios de se defender. Os soviéticos, entretanto, não compartilham do mesmo pudor, e os 5 mil instrutores que Moscou envia para a Coreia do Norte a partir de 1948 formam seu exército no manejo e na manutenção de um material de guerra moderno, disponível em abundância: caças Yak-9, bombardeiros Ilyushin-2, tanques T-34/85 vêm assim reforçar o Exército Popular, sem contar as centenas de morteiros e peças de artilharia de calibres diversos, entre os quais os famosos automotores SU-76 e outros canhões de campanha de 122 mm que mostraram sua eficácia durante a Segunda Guerra Mundial.

As relações entre as duas Coreias degradam-se ainda mais durante o ano de 1949. Os incidentes de fronteira ao longo do Paralelo 38, desencadeados ora por iniciativa dos sul-coreanos, ora pelos seus vizinhos do norte, causam centenas de mortes, assim como a repressão intensa de que são vítimas as populações sul-coreanas hostis ao governo de Syngman Rhee. Às vésperas do início das hostilidades,

essa guerra civil que não diz seu nome já causou mais de 100 mil mortes.

Pyongyang ataca e leva vantagem

Em 25 de junho de 1950, finalmente, Kim Il-sung decide acabar com essa divisão e reunificar a Coreia pelas armas; ele ordena a suas divisões, com o apoio de 150 T-34/85, que passem à ofensiva. A responsabilidade pelo início do conflito, por muito tempo atribuída a Stalin, cabe a Kim Il-sung. Foi ele e mais ninguém que, na realidade, tomou a iniciativa da agressão contra a Coreia do Sul. É certo que Mao Tsé-tung – que acabara de conquistar a vitória contra as tropas de Chiang Kai-shek – e Stalin foram consultados, mas o primeiro, mesmo dando o seu aval, não se mostra nada entusiasmado e teme – o futuro lhe dará razão – que essa guerra contrarie seus planos contra Taiwan, última ilha nacionalista que deseja dominar; quanto ao segundo, mais preocupado com a situação da Europa Ocidental, se finalmente concedeu seu aval à ofensiva nortista, foi bem claro ao avisar que, em caso de derrota, o Exército Vermelho não pegaria em armas e que os norte-coreanos não receberiam nenhuma ajuda. A garantia dada por Kim Il-sung de que o regime de Syngman Rhee cairia rapidamente e de que a guerra seria de curta duração, a fraca participação soviética, bem como a curiosidade em relação às reações dos Estados Unidos, e enfim, a possibilidade de se colocar como mediador se as coisas dessem errado, acabaram com as últimas reticências de Stalin. Uma vez mais, este se mostrou particularmente ardiloso e esperava, de algum modo, tirar partido dos acontecimentos.

Diante dos 130 mil combatentes norte-coreanos que atravessavam o Paralelo 38, bem enquadrados ideologicamente e bem instruídos, os cerca de 90 mil soldados sul-coreanos, armados precariamente e muito menos motivados que seus adversários, são incapazes de opor uma resistência séria e organizada. No terceiro dia da ofensiva, Seul cai, o exército sul-coreano se desloca e centenas de milhares de refugiados, fugindo dos combates, começam a lotar as estradas: no fim do mês de junho de 1950, a Coreia do Sul está a ponto de se render. Assim, somente a intervenção das tropas das Nações Unidas poderia evitar uma ruína total e a vitória de Kim Il-sung. Realmente, uma vez conhecida a extensão da ofensiva norte-coreana, os Estados Unidos logo reagiram e, no mesmo dia do ataque, seu representante recorre ao Conselho de Segurança da ONU. Como a Resolução 82 que

determinava que a Coreia do Norte retirasse imediatamente suas tropas não teve nenhum efeito, uma nova Resolução – nº 83 – é aprovada em 27 de junho de 1950, autorizando, dessa vez, a recorrer à força para fazer respeitar o direito internacional. Todos os Estados membros são convidados a participar da coalizão organizada sob a bandeira da ONU para restabelecer a soberania da Coreia do Sul; no total, 16 nações – inclusive a França – respondem ao apelo e enviam contingentes, enquanto outras 5 aceitam prestar uma assistência médica, mas recusam-se a participar das operações armadas. Os Estados Unidos, tendo recorrido à ONU para legitimar sua intervenção, marcam sua vontade de opor-se firmemente ao expansionismo comunista e apresentam-se definitivamente como o grande defensor do mundo livre. A propósito, são eles que fornecem o essencial dos homens e do armamento empregados na península coreana, e o general em chefe das tropas da ONU, nomeado em 7 de julho de 1950, é ninguém menos que o general MacArthur, que já ocupa as funções de comandante supremo das forças aliadas no Japão e de chefe das forças americanas no Extremo Oriente. Nessa data, ele já está coroado pela glória adquirida nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial ou do Pacífico. Se seu prestígio e seu carisma são incontestáveis, seu caráter forte e sua independência de espírito fazem com que seja um subordinado muito difícil de comandar.

Vitória americana

Contrariamente ao prognóstico de Stalin, os americanos intervieram e o desembarque das primeiras tropas do 8º Exército em Pusan, no início do mês de julho, suscita uma esperança imensa na Coreia do Sul. Para os sul-coreanos, é evidente que a formidável máquina de guerra americana triunfará contra os comunistas. Na realidade, os primeiros enfrentamentos entre os GI e soldados norte-coreanos dão vantagem a estes últimos e revelam a falta de preparo e a inexperiência dos combatentes americanos, batidos pela qualidade do adversário e por sua tática. É preciso reconhecer que, cinco anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o exército americano não passa de uma sombra de si mesmo e sofre ao se opor às divisões de Kim Il-sung. Entrincheirados desde o fim do mês de julho no perímetro defensivo de Pusan, os americanos e seus aliados, entretanto, graças à ação da aviação, resistem valentemente a todas as tentativas norte-coreanas de empurrá-los

para o mar. Aliás, a relação das forças vai inverter-se progressivamente, pois todas as semanas milhares de homens e toneladas de materiais são despejados no porto de Pusan e estão prontos para serem jogados na batalha. Cabe a MacArthur lançar a contraofensiva que ele prepara há dois meses e que visa cortar a logística e o corpo de batalha inimigos, procedendo a um desembarque em suas retaguardas, em Inchon, e apoderando-se de Seul, elo de comunicação estratégico por onde transita o essencial dos reforços e do abastecimento das forças norte-coreanas. Entretanto, a manobra planejada pelo general em chefe encontra violentas oposições no topo do Estado e da hierarquia militar e é necessária toda a teimosia e a sedução de MacArthur para conseguir arrancar a autorização para iniciá-la; em 23 de agosto de 1950, este último declara assim ao general Collins, chefe de Estado-Maior do exército americano e ao almirante Sherman, chefe do Estado-Maior da marinha: "Nós desembarcaremos em Inchon, e eu os esmagarei." De fato, em 15 de setembro, a 1ª Divisão de Marines, criada para atender a essa operação e integrada a um novo Corpo do Exército – o 10º –, lança-se ao assalto de Inchon e, contrariamente às prevenções de numerosos oficiais de alta patente, o sucesso é imediato. Esmagados sob um dilúvio de ferro e de fogo, os defensores norte-coreanos não conseguem opor-se ao desembarque americano e os contra-ataques montados às pressas fracassam.

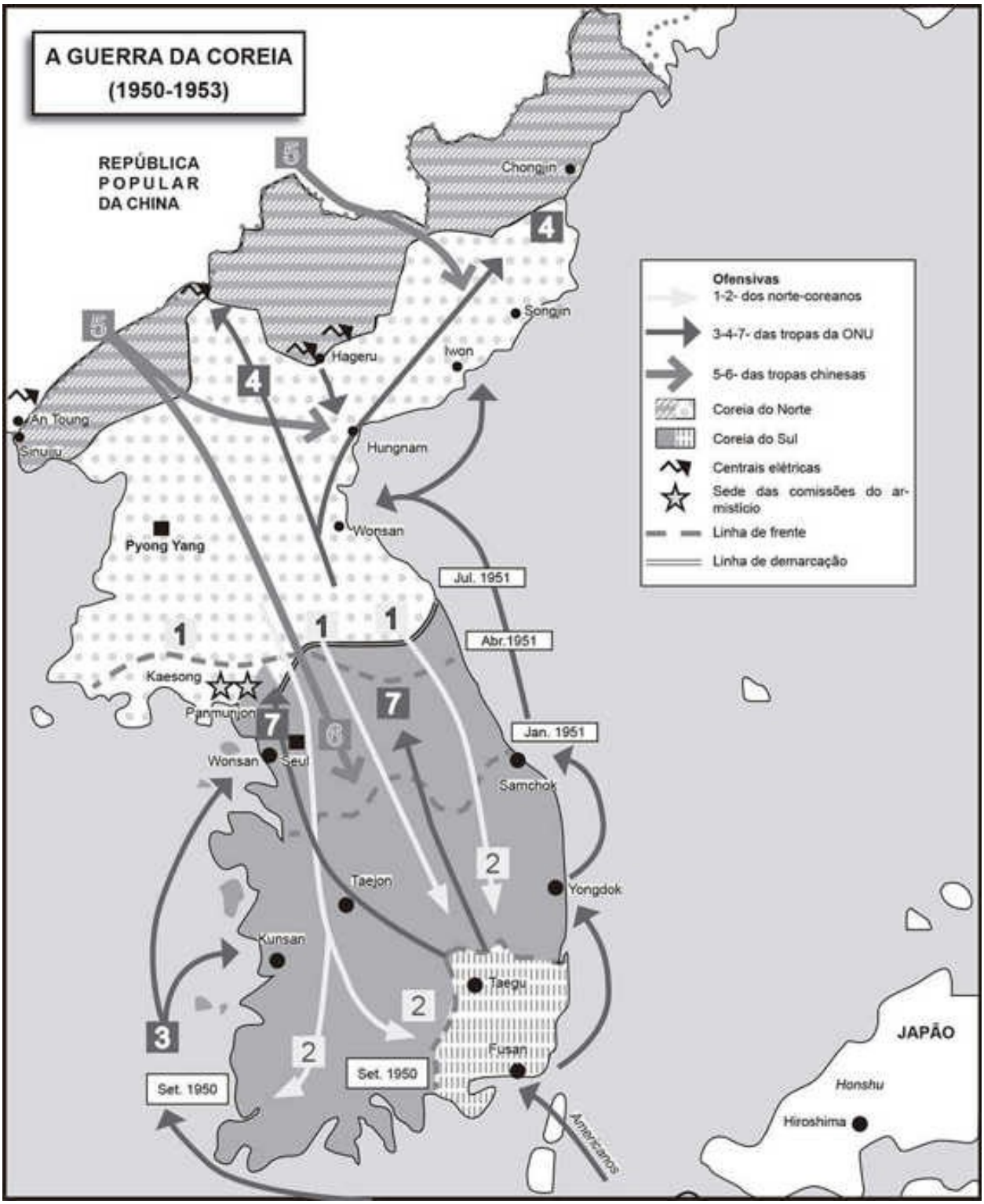
Criticado anteriormente por suas concepções estratégicas, MacArthur torna-se, de um dia para o outro, o "bruxo de Inchon", segundo as próprias palavras do Secretário de Estado americano, Dean Acheson. Se, por um lado, nos dias que se seguem, a marcha sobre Seul revela-se mais mortal para os Marines e para os combatentes da 7ª Divisão de Infantaria que se uniu a eles, por outro, os norte-coreanos não conseguem deter a marcha vitoriosa das tropas das Nações Unidas, tanto que, mais ao sul, as forças do 8º Exército rompem o *front* do perímetro defensivo de Pusan e começam sua progressão, a fim de se juntar aos homens do 10º Corpo do Exército. Em 28 de setembro, três exatos meses após sua queda, a capital sul-coreana é finalmente libertada. Já as divisões norte-coreanas estão consideravelmente enfraquecidas – algumas não chegando a mais do que mil homens – e tentam escapar à destruição total voltando para a Coreia do Norte. Em 30 de setembro de 1950, as forças da ONU chegam ao Paralelo 38: a Coreia do Sul é restabelecida em seus direitos e os objetivos de guerra definidos pelas Resoluções das Nações Unidas parecem alcançados; as operações armadas na Coreia podem,

logicamente, ter um fim. Todavia, não é essa a opção defendida pelos Estados Unidos, que veem no sucesso obtido uma oportunidade para acabar definitivamente com o regime comunista de Kim Il-sung e enviar, desse modo, uma mensagem de firmeza à União Soviética. Em 7 de outubro de 1950, a Assembleia Geral das Nações Unidas vota o texto inspirado por Washington – apesar das reticências britânicas – que fornece um esquema de ação legal à unificação da Coreia pelas armas. Para grande satisfação dos militares americanos, que pretendem conseguir uma vitória total, é dada a ordem às tropas da ONU para retomar sua marcha para a frente: em 1º de outubro de 1950, a 3ª Divisão sul-coreana atravessa o Paralelo 38, seguida na semana seguinte pelos GI da 1ª Divisão de Cavalaria americana, a célebre *1st Cav*. Após os combates furiosos das semanas anteriores, o avanço em território norte-coreano parece até fácil, pois o exército de Kim Il-sung, em plena debandada, só trava combates retardadores. Em 19 de outubro de 1950, a capital da Coreia do Norte, Pyongyang, cai nas mãos da coalizão. O rio Yalu, que materializa a fronteira entre a China e a Coreia, está prestes a ser alcançado – o que já acontece em diversos pontos por alguns elementos motorizados –, e com isso, a esperança de uma conclusão rápida da guerra.

O atolamento

Todavia, as mesmas razões que levaram os americanos a entrar na guerra em benefício de Syngman Rhee vão levar os comunistas chineses a intervir no conflito. No contexto da Guerra Fria, é uma questão de honra, para cada lado, não deixar que um aliado seja destruído. Assim, a queda do líder sul-coreano ridicularizaria Washington e a de Kim Il-sung enfraqueceria a posição internacional do novo dono da China vermelha. De fato, os chineses, como anunciam regularmente desde o fim do mês de agosto, não pretendem ficar sem reação à aproximação dos americanos: está fora de questão para Mao deixar as tropas das Nações Unidas "fincarem suas barracas" às margens do rio Yalu e de suas usinas hidroelétricas, indispensáveis ao desenvolvimento industrial da Manchúria. Essa ameaça de intervenção, entretanto, não é levada a sério pelos americanos, e principalmente por MacArthur, que não via nisso mais que um "blefe" destinado a dividir as forças da ONU e impedi-las de aniquilar os restos do corpo de batalha norte-coreano. Diante da recusa soviética em intervir abertamente no conflito, é somente Mao que toma, finalmente, a decisão de

engajar suas tropas: em 18 de outubro de 1950, ordena a seus "voluntários" – o termo escolhido evita a implicação oficial da China comunista no conflito – que atravessem o Yalu e penetrem em território coreano. Um mês depois, cerca de 300 mil soldados do Exército Popular de Libertação esperam, ocultos nas montanhas e florestas do norte da Coreia, o momento de passar à ação. Esta lhes é proporcionada por MacArthur, que, surdo às informações alarmantes que lhe chegam quanto à presença das tropas chinesas, decide iniciar a ofensiva final, aquela que deve preceder o retorno dos *boys*[I] aos Estados Unidos para o Natal. Pouco antes da meia-noite de 25 de novembro de 1950, após os americanos terem avançado sem encontrar resistência, as forças chinesas passam ao ataque. Ao som das trombetas, dos assobios e das explosões, os soldados da ONU se veem submersos pela massa dos combatentes adversários ao longo do *front*. Para evitar a destruição total dessas forças, MacArthur ordena às tropas do 8º Exército, na costa ocidental da Coreia, e àquelas do 10º Corpo, na costa oriental, que procedam a uma retirada geral. Para cobrir esse recuo, muito oneroso em homens e em materiais, a utilização da arma atômica chega mesmo a ser evocada pela primeira vez no conflito coreano. Como MacArthur escreve ao presidente Truman, as Nações Unidas devem doravante encarar "uma guerra totalmente nova". De fato, não se trata mais de ganhar, mas sim de evitar a catástrofe: em 4 de janeiro de 1951, Seul cai novamente. Entretanto, o poder de fogo do exército americano, a insuficiência logística dos chineses e a nova tática desenvolvida pelo general Ridgway – que assume o comando do 8º Exército no fim do mês de dezembro de 1950 antes de substituir MacArthur em abril de 1951 – resolveram a situação. Durante o primeiro semestre de 1951, todas as ofensivas comunistas são vencidas e terminam em dezenas de milhares de mortes.



No momento em que as tropas da ONU chegam novamente ao Paralelo 38 e retomam Seul pela segunda vez desde o início das hostilidades, os sino-coreanos, quase sufocados, aceitam a ideia de um diálogo a fim de tentar obter pela

negociação o que não puderam obter pelas armas. A partir de 10 de julho de 1951, data na qual se abrem as negociações de paz de Kaesong,[3] a guerra muda de natureza. Os beligerantes, aproveitando a interrupção das grandes ofensivas, enterram-se, fortificam suas posições, depositam minas e cavam trincheiras. O conflito entra então numa nova fase, pontuada de discussões e combates que lembram de várias formas os da Primeira Grande Guerra. Os meses se sucedem sem encontrar avanços significativos. As operações não avançam e cada lado usa seus trunfos para influenciar as negociações. Quando os americanos realizam bombardeios de terror sobre as cidades norte-coreanas, reduzidas a ruínas, os sino-coreanos utilizam a arma psicológica destinada a comover e a desestabilizar as opiniões públicas ocidentais e acusam, principalmente na primavera de 1952, os americanos de utilizar armas bacteriológicas. Definitivamente, é a morte de Stalin, em 5 de março de 1953, mais do que qualquer outro acontecimento, que vai pôr um ponto final ao impasse no qual se acham os beligerantes. O falecimento do líder soviético permite que se chegue à conclusão de um armistício, assinado oficialmente em Panmunjom em 27 de julho de 1953. Ao final de três anos de guerra, a península coreana está devastada, mais de 2 milhões de militares e de civis foram mortos, dos quais cerca de um milhão de chineses, tendo os Estados Unidos, por sua vez, a deplorar a perda de mais de 33 mil homens e a França, 279 homens. Definitivamente, os dois lados saem mais fortes do conflito: isso permitiu a Mao afirmar seu poder na cena internacional e mostrou a vontade dos Estados Unidos em deter o comunismo pela força. Por outro lado, a Guerra da Coreia confirmou a onipotência militar dos americanos, que recorreram a uma ampla variedade de materiais militares, como helicópteros e bombardeiros, que serão abundantemente utilizados no Vietnã. Setenta anos depois do fim das hostilidades, Coreia do Sul e Coreia do Norte continuam divididas na altura do Paralelo 38, e se a primeira se tornou uma potência econômica de primeira grandeza, a segunda, última ditadura stalinista do planeta, continua regularmente, por sua retórica guerreira e suas ameaças de emprego da arma atômica, a perturbar a paz da comunidade internacional.

Notas

[I] Kaesong, pequena cidade localizada a 7 quilômetros ao norte do Paralelo 38, está situada a cerca de 80

quilômetros a noroeste de Seul.

[1] Nascido Kim Song-ju na região de Pyongyang em 1912, ele entra para a resistência antijaponesa no início dos anos 1930 e então muda de nome. Após 1945, Kim Il-sung, apoiado pelos soviéticos, afirma-se progressivamente como o líder dos comunistas norte-coreanos.

[2] Nascido em 1875 num meio social modesto, Syngman Rhee adere à luta antijaponesa desde 1896. Feito prisioneiro, é obrigado a fugir da Coreia. Ele passa uma grande parte de sua vida em exílio nos Estados Unidos.

Bibliografia selecionada

CADEAU, Ivan. *La Guerre de Corée*. Paris: Perrin, 2013.

CUMINGS, Bruce. *The Korean War. A History.* New York: Modern Library, 2010, col. "Modern Library Chronicles".

HALBERSTAM, David. *The Coldest Winter: America and the Korean War.* London: Pan Books, 2009.

HASTINGS, Max. *The Korean War*. London: Pan Books, 2010, col. "Pan Military Classics".

JOURNOUD, Pierre (dir.). *La guerre de Corée et ses jeux stratégiques de 1950 à nos jours*. Paris: L'Harmattan, 2013.

Guerra da Argélia

(1954-1962)

Pierre Pellissier

A ruptura entre a França e a Argélia, iniciada no dia de Todos os Santos de 1954, será um longo, doloroso e sangrento período, opondo, com armas em punho, partidários da presença francesa e partidários da independência. Sete anos ditos de "operações de manutenção da ordem" estendendo-se até a primavera de 1961, seguidos de um ano de marcha acelerada e dolorosa para a independência. Desde então, os dois países procuram esquecer sem nunca conseguir, pois os rancores ainda estão presentes e as lembranças, vivas.

1º de novembro sangrento

A França fixou-se na Argélia desde junho de 1830, com o desembarque de Sidi Ferruch; uma intervenção para enfrentar os piratas turcos que se espalhavam no Mediterrâneo, em resposta também a um contencioso financeiro sancionado por um insulto do *dey*[I] ao cônsul da França. A invasão francesa põe fim a três séculos de dominação otomana, mas a ocupação será causa de longos e frequentes conflitos com as populações locais. Ponta de lança da expansão tricolor, o general Bugeaud torna-se governador geral em 1840; a colonização propriamente dita data de 1870. Dois anos depois, o censo apontou 2 milhões e 125 mil nativos e 245 mil europeus; já em 1954, os números foram: 8 milhões e 450 mil muçulmanos e 1 milhão e 80 mil não muçulmanos.

Em 1º de novembro de 1954, a Argélia entra em conflito. É certo que já havia ocorrido atos de violência em Argel em 1º de maio de 1945, e uma semana depois em Setif, quando cerca de vinte europeus foram massacrados; em seguida, a repressão fez milhares de mortos. Mas até então, nunca, numa mesma noite,

explodiram tantas bombas – umas trinta – e foram cometidos tantos atentados – setenta –, tanto na região de Argel quanto próximo a Orã e a Constantina. Houve também uma emboscada nos Aurès, entre Biskra e Arris, o assassinato de um velho *bachaga,*[II] amigo da França, e o de um jovem vindo da metrópole com sua esposa – os Monnerot, que queriam ensinar na Argélia… No total, contam-se oito mortos, quatro feridos e importantes perdas materiais. Nos locais dos atentados, na cidade como no campo, os investigadores encontram um manifesto pregando o fim do colonialismo pela luta armada, a independência!

A ideia nasceu, e vai florescer: o escritor cabila Jean Amrouche, vivendo na encruzilhada das duas civilizações, logo a colocará em versos:

Não nos farão empunhar bexigas pintadas
De azul, de branco e de vermelho
Para as lanternas da liberdade.[1]

Foi em 15 dias antes de novembro de 1954, em Argel, que um pequeno grupo de nacionalistas decidiu pela criação de um novo movimento, a Frente de Libertação Nacional (FLN), dotada de uma organização militar: o Exército de Libertação Nacional (Armée de Libération Nationale – ALN).

A FLN, nessa data, dispõe apenas de algumas centenas de homens engajados em sua ação clandestina, praticamente nenhum apoio financeiro, sem doutrina nem líder... A França também não está em grande vantagem: o campo entrincheirado de Dien Bien Phu foi tomado em maio de 1954, mas só aos poucos suas tropas vão sair da Indochina; o exército francês tem menos de 50 mil homens na Argélia. As turbulências no Marrocos e na Tunísia, que conseguirão a independência em 1956, fazem com que Paris acredite que a Argélia, florão do Império, pode se manter calma. Em Argel, as análises das autoridades divergem: para uns, esses primeiros atentados foram encomendados pelo Egito, quanto para os demais, não passam de movimentos tribais. O presidente do Conselho, Pierre Mendès France, declara diante dos deputados, em 12 de novembro: "Que não esperem de nós nenhum acerto com a sedição, nenhuma tolerância para com ela. Não transigimos quando se trata de defender a paz interior e a integridade da República."

Ora, a Argélia acaba de entrar na guerra: os atentados da FLN contra os dignitários muçulmanos, as vias férreas, as linhas elétricas, as colheitas ou os rebanhos são respostas às operações sem grandes efeitos do exército francês.

A nomeação de Jacques Soustelle

Para a França se coloca, de imediato, um problema de autoridade, o governador geral Roger Léonard não é mais o homem da situação. Em 25 de janeiro de 1955, Jacques Soustelle é designado como seu sucessor. Militante antifascista do período anterior à guerra, antigo resistente, partidário incondicional de De Gaulle. Sua nomeação é bem aceita pela esquerda, mas imediatamente rejeitada pelos europeus da Argélia, em particular os de origem francesa, que são chamados de "*pieds-noirs*"[III] e que chegam a um milhão. Soustelle não faz dos assuntos militares sua prioridade; ele prefere trabalhar para a melhoria do emprego, da educação, da agricultura, para o progresso social. Ele também procura fazer contato com o adversário, embora se recuse a participar de negociações que não fazem parte de suas atribuições.

Entretanto, em março de 1955, Soustelle assume as operações militares: ele não promove mais aquelas enormes "varreduras" sem efeito, preferindo recorrer a unidades menores, mais ágeis; inventa a autodefesa, reinaugura os departamentos dos "assuntos nativos" que são chamados de SAS (Sections Administratives Spécialisées – seções administrativas especializadas). Em 3 de abril de 1955 é adotada a lei que instaura o estado de emergência na Argélia, o que aumenta os poderes do Exército em matéria de repressão. Para o futuro, Soustelle opta pela integração, convencido de que o federalismo conduzirá à independência. O governo Edgar Faure segue seus passos, reconhecendo aos argelinos o direito à diferença, principalmente em matéria de língua, de cultura e de religião. Tarde demais, sem dúvida.

O drama de Philippeville, em 20 agosto de 1955, afeta o governador-geral. A FLN programou o massacre de todos os europeus da cidade; o Exército toma conhecimento disso, e se põe de prontidão. A FLN, passando à ação, perde centenas de homens; mas nas aldeias do entorno de Philippeville, os rebeldes massacram homens, mulheres e crianças. Quando Soustelle vem inclinar-se diante dos caixões das 123 vítimas europeias, é atacado pela multidão. A partir de então, vai mudar de política, como se passasse a compreender que suas ideias liberais tinham sido assassinadas. A repressão é redobrada, agravando a ruptura entre as duas comunidades.

O fracasso de Guy Mollet

Na metrópole, o clima político se altera: a Assembleia Nacional é dissolvida em 2 de dezembro de 1955. Em Argel, Soustelle tenta o impossível sem conseguir deter a insurreição: sabotagens, assassinatos de colonos ou de muçulmanos ligados à França se multiplicam. Há então 190 mil soldados franceses na Argélia; o ALN alinha 6 mil soldados com o reforço de sua OPA: a organização político-administrativa que controla a vida dos acampados (nômades ou permanentes) os obriga a fornecer os olheiros, os guias, os coletores de fundos e a abastecer os clandestinos.

O sucessor de Edgar Faure é Guy Mollet. Designado em 31 de janeiro de 1956, ele convoca os reservistas e logo substitui Soustelle pelo general Catroux. Soustelle, mal recebido um ano antes, vai retirar-se gozando da maior glória, em 2 de fevereiro; os *pieds-noirs* querem que ele fique e descem para a rua. Aquele que foi designado seu sucessor nunca poderá vir e instalar-se – e apresenta sua demissão quando Mollet, que queria impô-lo à população, parte de Argel sob as balas atiradas pela multidão. Argel acaba de descobrir sua potência: a rua pode fazer o poder recuar!

Uma semana depois, em 9 de fevereiro, Robert Lacoste aceita a função de ministro residente e o papel de governador geral. Suas primeiras declarações acalmam os ânimos: "A França está na Argélia por conta de um contrato nacional e permanecerá aqui".

Radicalização

As forças francesas continuam incapazes de encarar uma rebelião que prefere o terrorismo aos combates tradicionais. O governo prolonga a duração do serviço militar e supera um obstáculo suplementar ao enviar para a Argélia os convocados a servir em seu contingente. A FLN também decide se reorganizar: é esse o objeto do congresso do Soummam, por volta de 20 de agosto de 1956. Trata-se de um encontro clandestino, no coração da Cabília, que reúne exclusivamente os representantes argelinos dos combatentes do interior e põe de lado, com isso, as figuras de proa do movimento no estrangeiro. Dois dos mais duros resistentes, Krim Belkacem e Abane Ramdane, tornam-se os verdadeiros patronos do ALN. Então, em Túnis, Ben Bella, a figura mais visível do movimento, descobre que o congresso criou um "comitê de coordenação exterior" que estará obrigatoriamente sediado na Argélia. Na vontade de organizar tudo, os congressistas chegam a fixar os postos, os

galões, os soldos dos *fellaghas*...[IV]

A crise do canal de Suez, no outono de 1956, constitui um parêntese nos combates argelinos, mas com pesadas consequências: Nasser, aborrecido pela recusa dos Estados Unidos em financiar a barragem de Assuã, decidiu nacionalizar unilateralmente o canal. A Inglaterra e a França sentem-se lesadas e tentam uma intervenção militar. A 10ª Divisão Paraquedista do general Massu dirige-se para o Egito. Logo que as hostilidades começaram, com êxito, Paris e Londres receberam, em 6 de novembro, um ultimato de Washington e de Moscou: que cessem os combates imediatamente! Nasser se deleita com essa pseudovitória, ridiculariza os "soldadinhos perfumados do exército francês". Na Argélia, os rebeldes consideram que as hesitações franco-britânicas lhes são favoráveis; eles pretendem, também, vingar Ben Bella: seu avião, ao conduzi-lo do Marrocos à Tunísia, é desviado pelas forças armadas francesas sobre Argel em 22 de outubro de 1956; há também o caso do cargueiro Athos II, carregado de armas provenientes do Cairo, que foi interceptado pela marinha francesa uma semana antes. Em reação, Argel, onde Ben Bella é logo feito prisioneiro, torna-se alvo dos terroristas.

A Batalha de Argel

Desde meados de novembro de 1955, uma série de atentados ensanguentou a capital. Às explosões de fim de setembro no Milk Bar e na La Cafétéria sucedem-se as de 13 de novembro, num ônibus, no Monoprix da Maison-Carrée, na estação de trem de Hussein-Dey, e depois, em 29 de novembro, no Boulevard de Provence e na La Pergola; no total, uma centena de feridos.

Lacoste havia assumido recentemente suas funções, o novo comandante em chefe, Raoul Salan, acabara de chegar; esses dois homens se entendem: é preciso eliminar os bombistas (rebeldes que explodem bombas) de Argel. Lacoste oferece um reforço apreciável a Salan ao colocar à sua disposição a 10ª Divisão de Paraquedistas (DP) que retorna do Egito. Os paraquedistas são lançados numa aventura que os desagrada: um "trabalho para tiras", dizem os oficiais de Massu. Mas a polícia trabalha pouco e mal: há um excesso de vínculos com a população, os policiais muçulmanos são vistos com desconfiança por seus colegas europeus, a organização é deficiente. Cabe aos paraquedistas atuar, então. É tarefa de quatro regimentos: o 1º REP (Regimento Estrangeiro Paraquedista), o 1º RCP (Regimento

de Caças Paraquedistas), os 2º e 3º RPC (Regimento de Paraquedistas Coloniais); seus chefes, os coronéis Jean-Pierre, Mayer, Bigeard e Chateau-Jobert, vão perseguir um adversário desconhecido, invisível.

Para vencer um inimigo impossível de identificar, a informação é prioritária. É preciso identificar as engrenagens da organização clandestina, tanto os chefes quanto os bombistas. Um primeiro acontecimento, já em janeiro de 1957, vem em auxílio à 10ª DP: a greve, anunciada pela FLN para 28 de janeiro, deve ser "geral e insurrecional". É destinada a atingir o espírito da população no mesmo momento em que a ONU deve debater o problema argelino. Ora, o movimento é um fracasso: os paraquedistas abrem à força as lojas fechadas, seus caminhões levam os argelinos para o trabalho, o exército força as portas da Casbah, considerada inviolável.

Mas se a informação permite identificar os líderes da FLN e recolher as bombas às dezenas, tem também sua contrapartida: a tortura. O desmantelamento das primeiras redes de sustentação europeias pelo 1º REP, essencialmente nos meios católicos, influencia a campanha lançada em Paris contra o recurso à violência. A morte do líder Ben M'Hidi também alimenta a campanha. Entretanto, apesar dos atentados aos estádios em 9 de fevereiro (9 mortos e 45 feridos), aos postes de iluminação em 3 de junho (8 mortos, 90 feridos) e ao Cassino da Corniche em 9 de junho (9 mortos, 920 feridos), a tensão diminui na cidade. A prisão de um dos chefes emblemáticos da FLN, Yacef Saadi, organizador de uma série de atentados homicidas, e a morte de Ali la Pointe, um antigo cafetão que se tornou um "pau-mandado", marcam o fim da Batalha de Argel em começo de outubro. Ela se encerra com uma vitória de Pirro, em que o sucesso militar é manchado por uma derrota moral. Violências, torturas, desaparições, a opinião pública não aceita. O poder nomeia uma comissão "de preservação dos direitos e das liberdades individuais", presidida por Pierre Béteille, conselheiro na Corte de cassação. Essa corte faz investigações na Argélia desde o final de 1957. Seu trabalho é lento, anotando as poucas queixas "circunstanciadas e credíveis". É agitada por divergências internas, visto que três de seus membros pedem demissão antes da publicação do relatório final. Nesse texto, uma frase do antigo chefe de polícia Paul Haag pode legitimamente chocar: "É preciso reconhecer honestamente que os métodos brutais de interrogatório – violências, sevícias ou torturas – têm uma eficácia nitidamente superior aos procedimentos autorizados pelo regulamento."

Barreiras nas fronteiras

Para o comandante em chefe, o essencial é, doravante, isolar o ALN de suas bases de retaguarda, na Tunísia e no Marrocos. As barreiras, já em funcionamento, são estendidas, reforçadas, sem que a FLN deixe de forçar a passagem. Se o Marrocos continua reservado, a Tunísia é mais engajada. Salan pede para exercer um direito de passagem se os franceses forem agredidos além da fronteira. Em 8 de fevereiro de 1958, um aparelho decola de Telergma, voa para a Tunísia; ao aproximar-se da aldeia de Sakiet Sidi Yussef, o piloto vê tiros provenientes do posto alfandegário e da guarda policial, e outras baterias o atacam; atingido, ele pousa em Tebessa. A ordem de reagir é imediata: os aviões decolam de Telergma, o ataque de Sakiet Sidi Yussef começa às 11h05. Salan informa Lacoste, que aprova sua iniciativa. O balanço será sempre impreciso: as informações francesas dão conta de uma centena de mortos; do lado tunisiano, o secretário na presidência do Conselho, Bahi Ladgham, convidou os responsáveis pela FLN a calar suas perdas e a declarar que as vítimas eram refugiados em busca de socorro.

Dessa crise franco-tunisiana decorre a ideia de uma arbitragem exterior lançada pelo novo presidente do Conselho, Félix Gaillard. Essa mediação será confiada a um americano, Robert Murphy, conhecido por ter preparado, em 1942, o desembarque americano na Argélia. A iniciativa é mal recebida pelos *pieds-noirs*, assim como pelos militares, que preveem um risco real de internacionalização da situação. A partir de então o clima em Argel muda. Uma "antena da Defesa Nacional" é instalada em Argel, uma espécie de anexo solicitado por Jacques Chaban-Delmas, ministro da Defesa Nacional do governo Félix Gaillard em 1957 e 1958, depois de ter sido ministro de Estado do governo Guy Mollet de 1956 a 1957. Este será o viveiro da insurreição crescente contra uma IV República agonizante.

Nessa mesma época, o prêmio Nobel de literatura honra um escritor argelino, ligado às duas comunidades, Albert Camus. Ele é interrogado em Estocolmo, nesse final de 1957, sobre os acontecimentos da Argélia. Sua resposta cria polêmica: "Eu sempre condenei o terror. Devo condenar também um terrorismo que se exerce às cegas, nas ruas de Argel por exemplo, e que um dia pode atingir minha mãe ou minha família. Acredito na justiça, mas defenderei minha mãe antes da justiça."

Os "acontecimentos" de maio de 1958

Na primavera de 1958, Argel é palco de complôs, mais ou menos discretos. Todos têm o mesmo objetivo: manter a Argélia com a França. Os olhares se voltam para Colombey-les-Deux-Eglises, onde o general De Gaulle se entrega ao tédio. Uma crise ministerial precipita os acontecimentos: em 15 de abril de 1958, o governo de Félix Gaillard é derrubado. Georges Bidault, René Pleven, René Billières e Jean Berthoin não aceitam substituí-lo. Pierre Pflimlin aceita, mas, antes mesmo de sua investidura, comete um equívoco: "Considero", ele declara, "que é preciso aproveitar toda ocasião para iniciar negociações com o objetivo de um cessar-fogo."

Insuportável tanto para os *pieds-noirs* como para os militares… Salan, com o apoio de seu Estado-Maior, pede que Pflimlin renuncie; Argel, sob pressão, está prestes a explodir.

A deflagração não tarda: em 13 de maio, ao término da homenagem feita a três soldados franceses fuzilados na Tunísia, 100 mil moradores de Argel desfilam e depois sitiam o governo geral, o GG. Por volta das 21h, o general Massu aparece na varanda do GG. Ele anuncia para a multidão que o exército responde ao movimento popular criando um Comitê de Salvação Pública, desejado pelos ativistas. Em Paris, Pierre Pflimlin é investido como primeiro-ministro pelos deputados em 14 de maio. No dia seguinte, diante da multidão de Argel, Salan retoma a palavra e conclui assim sua fala: "Ganharemos porque o merecemos e porque aí está a via-sacra para a grandeza da França. Viva a França, viva a Argélia francesa e viva De Gaulle."

No final da tarde, Léon Delbecque, vice-presidente do Comitê de Salvação Pública, intervém. Ele lê para a multidão um telegrama do homem do 18 de junho (De Gaulle): "Outrora, o país, em suas profundezas, confiou em mim para conduzi-lo inteiro até a salvação. Hoje, diante das provações que se acumulam, que o país saiba que me considero pronto para assumir os poderes da República."

Assim, os contatos secretos se multiplicam entre Argel e a metrópole, mesmo com o bloqueio que Pflimlin decidiu fazer contra a Argélia: sem ligações marítimas ou aéreas, sem correio nem telefone, cortando o abastecimento e as munições para os exércitos… Também nesse 15 de maio, há uma enorme surpresa: milhares de muçulmanos, com os antigos combatentes à frente, e depois os homens e as crianças hasteando bandeiras tricolores, saem da Casbah para se unirem aos manifestantes europeus. No dia seguinte, as mulheres se juntam a eles. Esse imenso impulso de confraternização na cidade se conjuga com uma calma rara no terreno descampado, fazendo supor que o ALN se esconde nas montanhas (nos *djebels*).

O retorno do Condestável

Na noite de 26 de maio, Salan é informado que Pflimlin encontrou-se secretamente com De Gaulle. Ora, o general, já no dia seguinte, em 27 de maio, anuncia em alto e bom som o objeto do encontro: "Iniciei ontem o processo regular necessário ao estabelecimento de um governo republicano capaz de assegurar a unidade e a independência do país."

A fim de forçar o destino, Massu agita paralelamente um projeto chamado "Ressurreição", plano elaborado para lançar paraquedistas sobre a metrópole, o que não passará de um simulacro – o que os militares chamam de "gesticulação". De Gaulle, no entanto, fará alusão ao projeto ao receber os representantes de Salan, em Colombey-les-Deux-Eglises, em 28 de maio: "Sim, mas eu não quero aparecer logo nos carros do exército! Quero ficar como árbitro. Eu prefiro muito mais obter o poder legalmente".

No dia seguinte, o presidente René Coty apela ao "primeiro dos franceses", como De Gaulle era chamado por algumas correntes políticas, para que se tornasse o "primeiro" na política da França.

Em 1º de junho, Charles de Gaulle é investido presidente do Conselho. O governo que ele compõe desagrada imediatamente aos argelinos: muitos de seus componentes são originários de ministérios anteriores, dentre os quais Pflimlin que se tornou uma *persona non grata* para eles. Em 4 de junho, De Gaulle visita Argel quando faz sua famosa declaração: "Eu vos compreendi..." seguida, no dia seguinte, em Mostaganem, pela não menos célebre: "Viva a Argélia francesa!", um brado que não terá futuro.

Do ponto de vista das operações, a situação é estável. O ALN espalha minas, faz emboscadas, mas evita confrontos mais intensos, exceto quando se trata de atravessar as barricadas nas fronteiras. Diante dele, o exército francês enfrenta os acontecimentos; os regimentos de carreira, ou com uma forte proporção de soldados engajados, atacam os rebeldes; as unidades de convocados guardam seus postos, asseguram a abertura de estradas e tentam controlar as populações. Doravante, a criação de zonas interditadas permite considerar todo intruso como um rebelde e obriga os habitantes dos acampamentos a se agruparem em torno dos postos militares, longe de suas culturas e de suas *mechtas*, aquelas casas baixas construídas com argila ocre e palha sobre madeira.

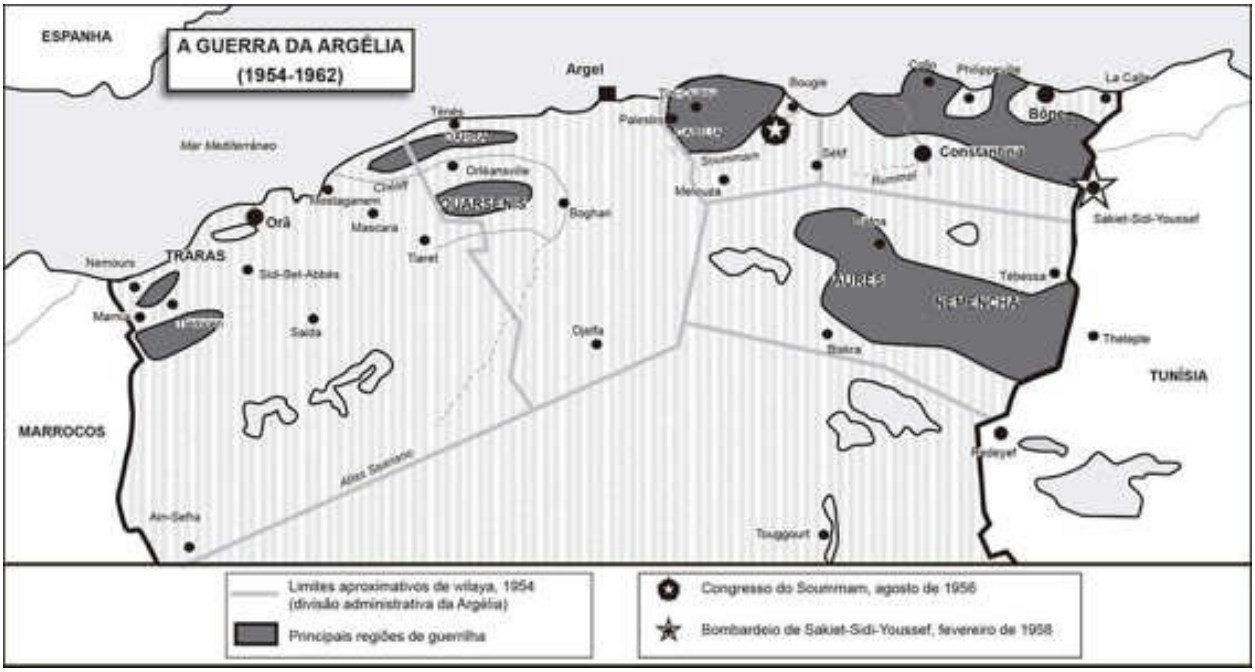
Politicamente, o fosso aumenta entre De Gaulle e os militares. De Gaulle nunca voltará a falar de "Argélia francesa" e se recusará a usar a palavra "integração". Nas semanas seguintes, avança passo a passo: ele evoca ora a Argélia "que teria um lugar privilegiado" numa vasta comunidade, antes de complicar o jogo com outra fórmula: "Viva a Argélia com a França, viva a França com a Argélia"; depois é "a metrópole e a Argélia", antes de lançar, em 23 de outubro, uma outra perspectiva: "A paz dos bravos", para chegar, em 7 de dezembro de 1958, até: "Vivam unidas a Argélia, a Comunidade, a França!" Duas semanas depois, Raoul Salan é substituído por Maurice Challe. Alguns dias depois a IV República se extingue e surge a V República; o último presidente do Conselho torna-se o primeiro presidente do novo regime.

E o que pensariam os militares se soubessem das declarações de De Gaulle, em junho de 1958, ao jornalista Pierre Viansson-Ponté num avião que ia para Ajaccio: "Os generais, no fundo, me detestam. Eu pago na mesma moeda. Todos idiotas. O senhor os viu, enfileirados como bonecos, no aeródromo, em Telergma? Uns cretinos, preocupados unicamente com suas promoções, suas condecorações, seu conforto, que não entenderam nada e jamais entenderão. Esse tal de Salan, um drogado. Eu o descartarei logo depois das eleições. E o Jouhaud, um pateta. E Massu! É um bom camarada, o Massu, mas acha que inventou a pólvora. Enfim, é preciso trabalhar com o que se tem."

As evoluções de Charles de Gaulle

Em 10 de fevereiro de 1959, o novo primeiro-ministro, Michel Debré, regressando da Argélia, ainda declara: "A Argélia é terra de soberania francesa. Aqueles que vivem lá são cidadãos franceses." No Conselho Superior de Defesa, fica decidido elevar de 30 mil para 50 mil homens os efetivos das *harkas*, as unidades combatentes compostas de argelinos fiéis à França. Enquanto isso, Argel se agita: muitos dos antigos *fellaghas* acusados de assassinato são libertados. O tempo passa, sem a menor definição, até a conferência de imprensa de 16 de setembro de 1959 com uma nova fórmula lançada pelo chefe do Estado: a autodeterminação! Diante do que muitos qualificam como retratação, há novamente a questão dos complôs para salvar a Argélia francesa. Tão numerosos que seria impossível que o poder central não estivesse informado. Terá isso provocado a entrevista do general Massu

por um jornalista alemão? Isso foi dito, sem prova formal. Massu, nessa entrevista, não poupa seu chefe, ao qual, entretanto, diz devotar uma lealdade incondicional: "O exército não esperava que De Gaulle praticasse uma tal política." Acompanhando o general Maurice Challe em Paris, este fiel rabugento é informado de que não voltará para Argel. *Os pieds-noirs* protestam, revoltam-se; de 24 de janeiro a 1º de fevereiro de 1960, será a famosa "semana das barricadas": uma cidade que se ergue contra o poder, com a simpatia evidente dos militares. Em 29 de janeiro, De Gaulle evoca ainda para a Argélia "a solução mais francesa"; é apenas uma etapa intermediária em sua evolução; em 4 de novembro de 1960, numa declaração na televisão, ele fala da... Argélia argelina, depois refere-se a uma "República argelina, a qual existirá um dia, mas que, por enquanto, nunca existiu".



Enquanto isso, as operações prosseguem na Argélia. É certo que agora o ALN está mais armado, mais bem equipado, mas as tropas francesas não lhe dão trégua. Os planos de Challe são bem-sucedidos; em toda parte, ou quase, os rebeldes são dominados. Alguns chefes rebeldes chegam a entrar em contato com a França, o que levará um deles, Si Salah, até o Eliseu, mas depois, essa via promissora será esquecida e Si Salah será assassinado. Em Paris, dois processos se sucedem: em setembro de 1960, o da rede Jeanson chamado "dos carregadores de malas", que ajudavam a FLN;

depois, em novembro, o das "barricadas". Alguns dos acusados desaparecem entre duas audiências, pois escolhem o exílio na Espanha, onde Raoul Salan os precedeu. E os rumores de complô recomeçam... com projetos de atentado contra De Gaulle, esperado na Argélia em meados de dezembro. Haverá, de fato, nesse período, movimentos da população europeia, mas a FLN, por sua vez, desce para as ruas de Argel e de Orã, brandindo sua bandeira verde e branco... Em 8 de janeiro de 1961, há o referendo sobre a política argelina do General que é amplamente aprovado e que mostra o desprendimento da metrópole para com sua colônia mais emblemática. O cisma entre Paris e Argel se imbrica naquele entre o chefe do Estado e os *pieds-noirs*, fazendo prever um fim trágico com a aparição de um movimento clandestino: a Organização Armada Secreta (OAS), que toma forma progressivamente nas primeiras semanas de 1961.

A tragédia

A OAS nasce em Madri de uma aliança entre Pierre Lagaillarde, então deputado fugitivo de Argel, pois desapareceu durante o processo das "barricadas", e Jean-Jacques Susini, estudante de Medicina, comprometido também com esse processo; os dois presidiram sucessivamente a Associação dos Estudantes de Argel. É somente depois do golpe de Estado de 21 de abril de 1961 que a OAS tomará corpo. Já os generais Challe, Jouhaud e Zeller, reunidos por Salan, escolheram a revolta depois que De Gaulle, em 11 de abril do mesmo ano, evocou um "Estado argelino soberano". Seu enorme fracasso, cinco dias depois, deve-se a circunstâncias evidentes: excetuando alguns regimentos, o Exército não aderiu; Challe não quis associar os civis europeus à rebelião; a metrópole ficou de fora. Challe e Zeller escapam; Jouhaud e Salan entram na clandestinidade e este último assume o comando da OAS. Haverá, durante vários meses, manifestações, atentados, explosões, que provocam um clima de terror, obrigando o poder a se precipitar para achar uma solução.

Após vários meses de negociações secretas – que mobilizaram principalmente Georges Pompidou, o homem de confiança do presidente –, os acordos de Evian, em 19 de março de 1962, e o cessar-fogo, no dia seguinte, não impedem que a Argélia conheça uma nova fase de violências: os acertos de contas entre árabes partidários ou adversários da presença francesa; o assassinato de milhares de *harkis*

(argelinos fiéis à França) pela FLN; o tiroteio da rua de Isly em Argel, no dia 26 de março, com dezenas de europeus mortos pelo exército; o êxodo dos *pieds-noirs* para a metrópole onde o governo nada previu para acolhê-los; os massacres de Orã, em 5 de julho, nos quais a FLN executa várias centenas de europeus, deixam traços que não se apagam. Os contatos entre a OAS e a FLN para negociar o lugar dos *pieds-noirs* no futuro Estado nunca darão resultado.

Para acabar com cento e trinta anos de presença francesa, só falta a aprovação da metrópole. Esta ratifica os acordos de Evian, que jamais serão respeitados pela Argélia, sem que a França possa protestar, pois ela aceita a autodeterminação. Os dois referendos, em 8 de abril e em 1º de julho de 1962, dão respectivamente 90,7% e 91,2% de SIM para a retirada da França. Sete anos de guerra acabam num clima de amargura e de rancor generalizado entre os franceses da Argélia. O Exército francês reconhecerá a morte de 27.500 combatentes. O resultado do lado argelino sempre será por estimativa, em todo caso, inferior ao milhão de vítimas anunciado por Argel; 400 mil é algo verossímil, mas incluindo os assassinatos perpetrados pela FLN contra seus correligionários, principalmente durante o verão de 1962 após o cessar-fogo.

Cinquenta anos depois, as feridas continuam mal cicatrizadas e a relação franco-argelina, complexa, oscilando entre aproximações e tensões. No geral, a França foi afetada por um conflito em que conquistou a vitória militar, mas perdeu a batalha política. O abandono dos *harkis*, o destino reservado aos *pieds-noirs* de um lado, a tortura e a OAS do outro, não deixam de alimentar disputas em que a polêmica domina o debate sem o necessário recuo histórico. Apesar do papel decisivo desempenhado por De Gaulle, a perda do Império deixou a França viúva de um grande projeto, mesmo tendo um enorme sentimento de culpa quanto ao passado colonial. Herança pesada e trágica que está longe de ser resolvida.

Notas

[I] N. T.: Segundo o Dicionário Larousse, trata-se do título dado ao Chefe da Regência de Argel, entre 1671 e 1830 (ele era eleito inicialmente pelos chefes corsários e, depois, pelos oficiais do exército). Disponível em: http:// www.larousse.fr/dictionnaires/francais/dey/2509. Acesso em: 1º set. 2015.

[II] N.T.: designação de um alto dignitário de origem árabe.

[III] N. T.: A expressão "*pieds-noirs*" (pés negros) refere-se aos franceses nascidos na Argélia e tem origem no fato

de que os condutores de barcos, em sua maioria argelinos de origem europeia, andavam descalços nos depósitos de carvão dos navios (CF. dicionário *Trésor de la Langue Française Informatisé*, verbete "*pied-noir*").

[IV] N.T.: O termo se refere aos combatentes rebeldes que lutam pela independência tanto na Argélia quanto na Tunísia.

[1] "Le Combat algérien" [O combate argelino], escrito em Paris em junho de 1958, foi publicado por diversas revistas, e depois incluído, por Denise Barrat, na obra *Espoir et Parole, poèmes algériens* [Esperança e palavra, poemas argelinos], editada pela Seghers em junho de 1963.

Bibliografia selecionada

Memórias

CHALLE, Maurice. *Notre révolte.* Paris: Presses de la Cité, 1968.

SAADI, Yacef. *Souvenirs de la bataille d'Alger.* Paris: Julliard, 1962.

SAINT MARC, Hélie de. *Mémoires, les champs de braises*. Paris: Perrin, col. "Tempus", 2002.

SALAN, Raoul. *Mémoires*. Paris: Presses de la Cité, 1972-1974.

Estudos

DROZ, Bernard; LEVER, Evelyne. *Histoire de la guerre d'Algérie*. Paris: Seuil, 1982.

HARBI, Mohammed (éd.). *Les archives de la révolution algérienne.* 1981, vol. 46, n° 4,

HAUTREUX, François-Xavier. *La guerre d'Algérie des harkis.* 1954-1962. Paris: Perrin, 2013.

LEBJAOUI, Mohamed. *Bataille d'Alger ou bataille d'Algérie?* Paris: Gallimard, 1972.

MONTAGNON, Pierre. *La guerre d'Algérie. Paris:* Pygmalion, 1984.

MUELLE, Raymond. *La guerre d'Algérie en France. Paris:* Presses de la Cité, 1994.

NORA, Pierre. *Les Français d'Algérie.* Paris: Bourgois, 2012.

PELLISSIER, Pierre. *La Bataille d'Alger.* Paris: Perrin, 1995, 2002; col. "Tempus".

_____. *Massu.* Paris: Perrin, 2003.

_____. *Salan.* Paris: Perrin, 2014.

Guerra do Vietnã

(1964-1975)

Pierre Journoud

Primeira derrota da história americana, a Guerra do Vietnã provocou uma crise moral e política profunda nos Estados Unidos. Entretanto, o conflito não se limitou a Washington. Filho da Guerra da Indochina, irradiou para toda a região, a começar pelo Camboja e o Laos, tendo como pano de fundo a rivalidade crescente entre Moscou e Pequim.

A armadilha das imagens

Na história das relações tumultuosas das mídias com a guerra, a do Vietnã ocupa um lugar à parte. Raramente uma guerra será associada à imagem a esse ponto; raramente os repórteres gozarão de uma liberdade tão grande. No Vietnã, a guerra fez a imagem tanto quanto a imagem fez a guerra. Diferentemente da relativa discrição que acompanhou o desenrolar da Guerra da Indochina, sua matriz, o "Vietnã dos americanos" suscitou uma invasão de imagens. Da imolação do monge Tich Quang Duc, em 11 de junho de 1963, à evacuação precipitada de um grupo de pessoas que fugia para um helicóptero americano pousado no telhado do que se dizia ser a embaixada dos Estados Unidos, em 29 de abril de 1975, a guerra inteira parece resumir-se a um punhado de clichês emblemáticos. Pouco importa que Malcolm Browne, cuja fotografia do bonzo imolado recebeu o prêmio Pulitzer em 1964, tenha sido, na realidade, favorável ao engajamento militar de seu país no Vietnã. Pouco importa que o segundo colocado tenha fotografado vietnamitas fugindo para um helicóptero da Air America, a companhia de fachada da CIA, no telhado do QG do chefe da estação da CIA em Saigon: a opinião pública viu aí o símbolo do imperialismo opressor dos Estados Unidos, humilhados por uma

retirada precipitada.

A fotografia recebeu logo o reforço da televisão: pela primeira e última vez na história dos conflitos da segunda metade do século XX, essa *living-room war* foi transmitida cotidianamente para telas de televisão cada vez mais numerosas. A estratégia midiática muito liberal adotada pelo governo americano multiplicou as vocações de repórter de guerra, cujo número aumentou proporcionalmente ao dos soldados americanos: de 250 em 1965 para mais de 700 em 1968, após a Ofensiva do Tet. A irrupção da guerra no cotidiano das pessoas alimentou um movimento antiguerra heterogêneo e transnacional; deu lugar a uma grande quantidade de engajamentos militantes, ideológicos, humanitários, artísticos; e contribuiu para mobilizar múltiplos intermediários em favor da paz. A guerra também provocou overdoses fatais, desviando por muito tempo o interesse pelos que foram suas vítimas para esse país transformado em metáfora da hiperviolência.

Ora, apesar de sua qualidade intrínseca, de sua força e do poder de seus divulgadores, a imagem não diz tudo. Ela fixa, simplifica, deforma, amputa ou oculta. Ela pode suscitar representações errôneas. A Guerra do Vietnã inspirou muitas vezes a metáfora do combate entre David – os guerrilheiros vietnamitas de pijama preto e sandálias, armados de simples fuzis – e Golias – a superpotência americana, com seus helicópteros, seus B-52 e seu devastador poder de fogo. Sem ser falsa, levando-se em conta a persistente assimetria dos meios utilizados, essa imagem comporta outros matizes. Assim, as representações da guerra em imagens tendem a suprimir os aliados dos Estados Unidos – na maioria vietnamitas, cambojanos e laosianos, e de alguns outros países da Ásia-Pacífico. As guerras civis – as mais homicidas de todas – no entanto, precederam, acompanharam e sobreviveram ao engajamento militar dos Estados Unidos na região. Na maioria das vezes, a imagem responsabiliza somente os americanos, mesmo quando os aliados sul-vietnamitas estão diretamente representados, como no caso de Kim Phuc, a menina de 8 anos fotografada em junho de 1972, nua e urrando de dor, numa corrida desesperada para escapar de suas dores e da morte – quando acabava de ser gravemente atingida pelo fogo num bombardeio de napalm perpetrado por pilotos sul-vietnamitas… A imagem também omite, quanto aos dirigentes comunistas, sua parte de responsabilidade nessa imensa tragédia. Ao fortalecer a consciência guerreira dos americanos, como em *Rambo 2*, ou ao torturar a falta de consciência, como em *Apocalypse Now*, o cinema veicula a mesma ambivalência. A imagem

permite ver muitas faces da guerra, mas não pode desvendar todos os seus meandros, nos recônditos de seus bastidores. A imagem não poderia tomar o lugar da história.

Os prenúncios da guerra

O enfrentamento entre americanos e vietnamitas comunistas – pejorativamente chamados de "vietcongues" – é a face mais familiar dessa guerra, a mais visível, a mais espetacular, e sem dúvida também a de consequências mais graves. De 1950 a 1975, de Truman a Nixon, nada menos que cinco presidentes dos Estados Unidos deixaram-se levar, de maneira aparentemente inexorável, no lamaçal indochinês. Após o apagamento político-militar da França, a aliança americano-vietnamita viveu sua idade de ouro, entre 1957, – ano da visita oficial do presidente da República do Vietnã do Sul, Ngo Dinh Diem aos Estados Unidos – e 1961, ano da visita do vice-presidente Lyndon Johnson a Saigon. Mas, enquanto isso, a guerra civil era progressivamente retomada. No Vietnã do Sul, terreno experimental do *state building* à americana, a repressão brutal aos comunistas havia despertado a febre insurrecional nos campos; ao norte, a desistência das grandes potências quanto às eleições gerais de 1956, previstas pelos acordos de Genebra para reunificar o Vietnã, havia levado o escritório político do Lao Dong, o "Partido dos trabalhadores", a apoiar por etapas a retomada da luta armada, apesar das tendências moderadoras de seus aliados chinês e soviético. Em 1959, a promulgação da Lei 10/59 por Diem, criando tribunais especiais para julgar toda pessoa envolvida em atividades comunistas, levou Hanói a tornar pública sua mudança de orientação. Em relação estreita com os revolucionários do sul, reunidos na Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul (FNL) a partir de dezembro de 1960, a República Democrática do Vietnã (RDV) se preparou para uma luta violenta e prolongada, sob todas as suas formas, inclusive o terrorismo. Se a reunificação pacífica do país continuava a ser oficialmente o objetivo supremo, o fracasso da política de respeito aos acordos de Genebra, imposta aos "sulistas" por Ho Chi Minh e outros dirigentes do partido, alimentou uma desconfiança profunda e prolongada para com qualquer negociação multilateral.

Convencido da necessidade de não se engajar numa guerra terrestre no sudeste da Ásia, Kennedy recusou vários planos de desembarque e de bombardeio na península indochinesa, em proveito de um programa de contrainsurreição em

grande escala. Assim, ele foi o primeiro presidente a proceder, com o apoio do Congresso, à primeira escalada drástica da guerra no Vietnã do Sul em 1961, para enfrentar o que considerava uma potente ofensiva do Vietnã do Norte contra o do sul. Temendo perder uma moeda de troca na negociação com os soviéticos sobre Berlim, recusou paralelamente as propostas de neutralização do Vietnã do Sul, defendidas por um general De Gaulle desejoso de recuperar sua margem de manobra diplomática para a resolução do conflito argelino. A convergência franco-britânica permitiu apaziguar temporariamente as tensões instrumentalizadas pelas grandes potências no Laos, onde a luta pelo poder das três facções – de direita, comunista e neutralista – tomava ares de uma guerra civil. Mas Kennedy parece ter deixado o Laos, cuja neutralidade foi oficialmente consagrada pelos acordos de Genebra de 1962, apenas para intensificar a pressão militar no Vietnã do Sul, diante de uma China comunista considerada por sua administração como a principal ameaça na região. Os conselheiros militares americanos no Vietnã do Sul logo chegaram aos milhares e participaram diretamente dos combates. Por outro lado, as pressões americanas a favor de reformas políticas não surtiram efeito sobre Diem e seu irmão e principal conselheiro Nhu, cada vez mais contestados e isolados. O tratamento privilegiado à minoria católica despertou um mal-estar crescente na população, tanto que a repressão a manifestações budistas pacifistas transformou-se em crise político-midiática grave no verão de 1963. A administração Kennedy veio progressivamente a dar um apoio discreto mas decisivo a um grupo de generais e de oficiais superiores vietnamitas que projetavam derrubar o regime diemista pela força. Em 1º de novembro, acontece o golpe de Estado que os levou ao poder somente durante três meses, sob a autoridade do general Duong Van Minh, não sem uma perda colateral que os Estados Unidos não desejavam: o assassinato de Diem e de seu irmão Nhu, em 2 de novembro, por um oficial sul-vietnamita. O jovem Exército Nacional do Vietnã (ENV) estava minado em seu topo por divergências profundas sobre a estratégia a seguir para evitar a comunização da metade meridional do país. Saigon, vítima de uma febre conspiratória, viveu durante vários meses ao ritmo de golpes de Estado. Os representantes civis e militares americanos no Vietnã do Sul souberam tirar partido das ambições pessoais e das rivalidades entre diemistas, antidiemistas ou neutralistas, para favorecer a ascensão do grupo mais anticomunista e mais disposto à luta. Em fevereiro de 1965, a ascensão ao poder desses "Jovens-Turcos" partidários da americanização da guerra, permitiu, sob

a égide dos generais Nguyen Van Thieu e Nguyen Cao Ky, a estabilização pelo menos aparente de um regime que estava nas últimas. Entretanto, profundamente enraizado entre as populações de um lado e do outro do Paralelo 17, o sonho de uma paz durável se esvanecia a cada dia.

As faces da guerra

Hanói, por sua vez, acreditava poder explorar em seu proveito a decadência do regime sul-vietnamita intensificando a pressão militar no Vietnã do Sul ao final do ano de 1963, e depois, no verão de 1964, decidindo enviar ao sul as primeiras unidades de combate do Exército Popular do Vietnã (EPV). Essa mudança em favor da guerra parece ter marcado o triunfo da facção "radical" do Partido Comunista (do qual Le Duan se tornou secretário geral e líder em 1960), sobre a facção "moderada" representada principalmente por Ho Chi Minh e o general Giap. Le Duan se sentiu mesmo bastante forte, durante uma reunião especial do comitê central do partido em dezembro de 1963, para acusar esses últimos de fraqueza, de falta de audácia e de firmeza... Com a ajuda de Le Duc Tho, que preside a comissão estratégica encarregada da organização do partido, e do general Nguyen Chi Thanh, o principal rival de Giap, ele prossegue na construção de um Estado totalitário no Vietnã do Norte, consolida seu poder pessoal recorrendo a expurgos regulares para marginalizar seus rivais, e prepara o partido para uma guerra aberta com os Estados Unidos.

Tomando como pretexto os incidentes navais no golfo do Tonquim, provocados pela Operação Desoto (que combinava ações clandestinas de comandos sul-vietnamitas na região costeira da RDV com uma missão clássica de espionagem dirigida pelo serviço de informações da Marinha Americana e da Agência Nacional de Segurança), Lyndon Johnson, que havia sucedido Kennedy após o assassinato deste último em 22 de novembro de 1963, ordenou os primeiros bombardeios de represália sobre o Vietnã do Norte, em 5 agosto de 1964. No dia 7, o Senado votava uma resolução que a Administração havia preparado vários meses antes, autorizando o presidente a "tomar todas as medidas necessárias para rechaçar um ataque armado contra as forças dos Estados Unidos e prevenir toda agressão futura"… Vários atentados contra interesses americanos no Vietnã do Sul levaram Johnson a assumir o risco de um aumento das forças americanas, em março de 1965, contrariando os

defensores de uma retirada, mais numerosos do que o anunciado nos Estados Unidos.

Rejeitando as propostas ativamente defendidas pelo general De Gaulle – em particular a reunião de uma nova conferência de Genebra para garantir a retirada das grandes potências e a neutralização do Vietnã, a exemplo da política neutralista adotada pelo Camboja de Sihanuk –, o presidente deu ordem para a Operação Rolling Thunder bombardear sucessivamente o Vietnã do Norte e para o desembarque de cerca de 3.500 marines nas praias de Da Nang destinados a proteger as bases americanas. A partir de então, os efetivos iriam aumentar continuamente até 1969, para responder às demandas incessantes de reforços do comandante em chefe, o controverso general Westmoreland: os do exército americano (de 184.300 homens, ao final de 1965, a 543 mil, em abril de 1969, com renovações anuais) e os do ENV (643 mil homens em 1965; 897 mil em 1969).

Quanto à estratégia da guerra de desgaste privilegiada por Washington, Westmoreland desenvolveu, desde 1964, um setor "contrainsurrecional" destinado a "pacificar" a população sul-vietnamita, que foi intensificado na primavera de 1967 com o programa CORDS (Civil Operations and Revolutionary Development Support) – multiplicando as iniciativas nos domínios alimentar, médico, material, escolar e securitário. Seu nome é associado, entretanto, a um conjunto de táticas militares convencionais que se revelaram inoperantes, e mesmo desastrosas, como as operações de varredura *search and destroy*, baseadas na expectativa de que a mobilidade alcançada com o uso sem precedentes do helicóptero (12 mil aparelhos utilizados durante toda a guerra) e o poder de fogo americano poderiam facilitar a destruição das grandes unidades militares do adversário e infligir-lhe perdas superiores a suas capacidades de reposição. Nas *free-fire zones*, que se supunham vazias de civis – o que raramente ocorria –, cada vietnamita não identificado era considerado um combatente inimigo que os soldados podiam abater ou bombardear sem autorização prévia. Assim como as pulverizações de desfolhantes químicos altamente tóxicos autorizadas por Kennedy em novembro de 1961 para desguarnecer a cobertura vegetal e matar de fome o adversário, os bombardeios foram intensificados no norte, e mais ainda no Vietnã do Sul e no Laos, sobre alvos cada vez mais numerosos e diversificados. Ao todo, mais de 3 milhões de toneladas de bombas (quase tanto quanto o total atirado nos cenários europeus e asiáticos durante a Segunda Guerra Mundial) foram jogadas em quatro anos sobre uma

superfície mais ou menos equivalente ao território francês, até o cessar-fogo ordenado unilateralmente por Johnson, em 31 de outubro de 1968. No entanto, estudos internos haviam mostrado, desde 1966-1967, que esses bombardeios eram ineficazes, pois não faziam os dirigentes comunistas desistir da reunificação para preservar as frágeis aquisições econômicas ao norte, como esperavam então os estrategistas americanos, nem impediam o aumento crescente das infiltrações de soldados e de materiais no sul, provenientes do norte, através das vias terrestres e marítimas da "trilha Ho Chi Minh". O grande número de vítimas civis resultante desses bombardeios – cerca de mil a cada semana, segundo McNamara, o secretário da Defesa – os tornava contraprodutivos. Reacendendo o patriotismo tradicional e a resistência nacional, facilitavam a política de mobilização das populações vietnamitas, desenvolvida com determinação e eficácia pelo Partido Comunista.

Do mesmo modo, nas operações terrestres, a obsessão do Body Count e o uso indiscriminado de seu poder de fogo pelos soldados americanos e aliados contra civis vietnamitas confundidos a torto e a direito com combatentes "vietcongues" multiplicou o número de crimes de guerra. A memória coletiva polarizou-se sobre a tragédia de My Lai, quando foram executados mais de 500 camponeses, em 16 de março de 1968. Mas a investigação conduzida pouco depois pelo Pentágono revelou várias centenas de outros massacres deliberados de civis não combatentes. Os soldados americanos não foram os únicos culpados. Além da responsabilidade presumida de seus adversários, por exemplo, nas valas comuns descobertas em Huê quando da ofensiva do Tet, os aliados dos americanos tornaram-se também culpados de atrocidades. Assim, três semanas antes do massacre de My Lai, soldados sul-coreanos haviam matado a sangue frio várias dezenas de habitantes desarmados na aldeia de Ha My… Em resposta ao apelo lançado em 1965 por Johnson, o More Flags Program, a Coreia do Sul havia enviado ao Vietnã do Sul o contingente estrangeiro mais importante – um total de 312.853 soldados entre 1965 e 1973, dos quais 4.407 morreram em combate –, muito mais do que os efetivos também enviados por Tailândia, Austrália, Filipinas, Nova Zelândia e Taiwan. Todos esses países, aos quais se poderia acrescentar Hong Kong, Malásia e Cingapura, obtiveram, por seu engajamento ao lado dos Estados Unidos, importantes benefícios econômicos e financeiros, estimados entre 3% e 10% de seu PNB.

Mas se a Guerra do Vietnã contribuiu para enriquecer alguns países situados na periferia do teatro das operações, também gerou um nível de perdas muito elevado,

proporcional à escalada dos combates e dos bombardeios: 5 mil mortos nas fileiras americanas desde o começo da guerra, em dezembro de 1966; 16 mil em dezembro de 1967 e 30 mil em dezembro de 1968; muitas centenas de milhares de mortos vietnamitas, militares e civis nos dois lados, em média a cada ano; e milhões de refugiados. A guerra provocou, no seio da sociedade americana, uma recrudescência das divisões e dos protestos: enquanto uma parte das elites e da população americanas condenava Johnson por fazer uma guerra muito limitada (pois este se recusou até o fim a tomar medidas militares drásticas, para não se arriscar, como na Coreia, à intervenção militar da China, potência nuclear desde 1964), o movimento de oposição à guerra tomava corpo, no contexto da expansão do movimento hippie e da contracultura. Com várias centenas de milhares de manifestantes nas ruas das grandes cidades americanas na primavera de 1967, e redes associativas bem estruturadas, incluindo os veteranos do Vietnã e ultrapassando largamente as fronteiras dos Estados Unidos, os opositores à guerra começaram a opinar sobre as decisões do executivo. Este último, como o Congresso, se viu às voltas com dissensões crescentes sobre a condução da guerra e as possibilidades da negociação.

Cada vez mais frágil, o consenso de fachada exibido pela administração americana foi quebrado quando houve a irrupção simultânea da ofensiva surpresa do Tet em várias dezenas de localidades importantes do Vietnã do Sul, no final de janeiro de 1968. As primeiras medidas de distensão decididas por Johnson, após o sucesso da contraofensiva americano-vietnamita, foram de curta duração, como as esperanças de conclusão rápida da guerra.

Vencendo as eleições em novembro de 1968, o novo presidente Richard Nixon e seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger, usaram, a partir de 1969, uma estratégia fortemente coercitiva, fazendo ameaças, muitas vezes as mais irracionais (a "diplomacia do *madman*" tendendo a fazer crer aos dirigentes comunistas que Nixon era imprevisível, senão louco, pelo menos levado a tomar as medidas mais extremas); realizando uma reaproximação com a URSS e, de maneira inesperada, buscando a China, para obrigar a RDV a uma negociação mais favorável aos Estados Unidos (a "diplomacia triangular"); reforço do ENV (Exército Nacional do Vietnã) e modernização de seus equipamentos (a "vietnamização"); extensão das operações terrestres ao Camboja, logo após a deposição de Sihanuk pelo general Lon Nol em março de 1970, e ao Laos em 1971; início dos bombardeios sobre o Camboja, secretamente ordenados em janeiro de 1969 (mais de 500 mil toneladas

de bombas, entre 1969 e 1973, cuja metade foi jogada apenas no ano de 1973, num país de 181 mil quilômetros quadrados!); retomada dos bombardeios no Laos e principalmente no Vietnã, com as Operações Linebacker I, de maio a outubro de 1972, e Linebacker II, em dezembro de 1972; enfim, intensificação do setor "contrainsurrecional" da guerra sob a égide do general Abrams, novo comandante em chefe desde junho de 1968. O programa Phoenix visando eliminar a infraestrutura político-administrativa da Frente Nacional de Libertação, em resposta às dezenas de milhares de sul-vietnamitas assassinados pelos comunistas desde o fim dos anos 1950, foi incontestavelmente o aspecto mais espetacular mas também o mais contestado: dos 26 mil indivíduos efetivamente eliminados entre 1968 e 1972, o próprio Pentágono reconheceu que apenas uma porção marginal esteve envolvida na insurreição, e dezenas de milhares de outros sul-vietnamitas foram torturados e jogados na prisão. Assim, qualquer que fosse sua estratégia, os americanos se viam perseguidos pelos velhos demônios que os franceses tinham encontrado cerca de vinte anos antes deles: mesma superextensão estratégica, mesma impossibilidade de fazer funcionar a superioridade em poder de fogo, aviação e armamento, exceto em raras batalhas convencionais como a Khe Sanh, em 1968, durante a ofensiva do Tet e a da primavera de 1972; mesma crise moral gerada pela ausência de vitória decisiva, pela importância das perdas e, numa escala desconhecida até então, pela extensão dos crimes de guerra.

Diante da guerra de atrito dos americanos-vietnamitas, limitada em seus objetivos, mas particularmente destruidora em seus procedimentos, a RDV e a FNL (que se tornou Governo Revolucionário Provisório a partir de 1969) fizeram uma guerra total baseada numa mobilização maciça das populações, uma "guerra popular" combinando estreitamente os "três *fronts*", militar, político e diplomático. Síntese hábil entre os princípios estratégicos tradicionais dos vietnamitas, as contribuições estrangeiras, sobretudo maoístas e soviéticas, e a experiência nos combates de alta intensidade contra os franceses, conhecidos pela maioria dos generais e oficiais do EPV enviados ao sul a partir de 1964. Sob o comando do general Thanh, comandante do Central Office for South Vietnan (COSVN) até sua morte em 1967, a estratégia do EPV, sem jamais deixar a guerrilha, orientou-se rapidamente, no sul, para uma guerra convencional de grandes unidades, mas à maneira vietnamita: feita de breves ataques surpresa seguidos de recuos súbitos, acompanhados por uma luta política incessante entre as populações e as forças

armadas inimigas. A ajuda militar e econômica de seus aliados chineses (cujo montante variou, ao longo dos anos, de 180 milhões a um pouco mais de um bilhão de dólares anuais, entre 1967 e 1974) e soviéticos (400 a 900 milhões de dólares) foi menos importante que a dos Estados Unidos à República do Vietnã (entre 1 bilhão e 35 bilhões de dólares ao longo dos anos, durante o mesmo período). Essa ajuda permitiu à RDV e à FNL, no entanto, promover a modernização de suas forças armadas, equipando-as com aviões de caça, mísseis solo-ar, caminhões, tanques e blindados, com artilharia, radares e equipamentos de comunicação, com armas de fogo, munições ou ainda com medicamentos. A RDV até se beneficiou, em virtude de um acordo secreto concluído com Mao em dezembro de 1964, com o efetivo de mais de 300 mil soldados chineses encarregados exclusivamente de tarefas de assistência técnica e logística – mas que foram todos retirados em 1970 –, com o reforço de alguns milhares de conselheiros soviéticos e com várias dezenas de pilotos norte-coreanos.

Entretanto, o equilíbrio pacientemente buscado por Hanói entre seus dois grandes aliados desfez-se progressivamente, principalmente por causa do agravamento da ruptura sino-soviética e da vontade dos estrategistas comunistas vietnamitas de reunificar o Vietnã à força. A reaproximação sino-americana do início dos anos 1970, após o ápice da tensão sino-soviética de 1969, levou Pequim a tentar moderar as exigências vietnamitas nas negociações, conforme pretendiam Nixon e Kissinger. Depois de criticar algumas escolhas estratégicas de Hanói, como a ofensiva do Tet em 1968, a China se reaproximou da FNL, pois esperava que esta adquirisse autonomia diante da RDV e, assim, favorecesse a sobrevivência de um Vietnã do Sul neutro menos ameaçador. Pior que isso, ela deixou que o Vietnã do Norte fosse massacrado por bombardeios em dezembro de 1972, antes de se apoderar, em 1974, das ilhas Paracel no mar da China meridional, ao final de uma breve batalha naval com a marinha sul-vietnamita, obrigando Hanói a abster-se das felicitações que geralmente acompanhavam as ações militares de seu aliado. Bem antes da guerra-relâmpago de 1979, a tensão era bastante palpável entre os dois aliados.

Guerra civil pelo poder no Vietnã, guerra pelo *leadership* regional na península indochinesa e na Ásia Oriental e do sudeste, disputa em guerra fria pelo *leadership* mundial, essas múltiplas facetas da "guerra do Vietnã" adiaram o seu fim e tornaram sua solução bem difícil, senão impossível.

Os bastidores da guerra

O início da Operação Rolling Thunder e o desembarque dos marines em março de 1965 acabaram de uma vez com as esperanças de Hanói quanto a uma rápida vitória no Vietnã do Sul e também com os projetos neutralistas do general De Gaulle baseados na ideia de que o governo sul-vietnamita era muito fraco, apesar da ajuda dos Estados Unidos, para resistir com sucesso à dinâmica politico-militar desenvolvida pelo movimento revolucionário. Entretanto, Johnson voltou rapidamente às manobras diplomáticas: em abril, num discurso em Baltimore, ele lembrou que a ambição dos Estados Unidos se limitava a preservar um "Vietnã do Sul independente, livre de qualquer interferência externa", e se declarou pronto para abrir "negociações incondicionais". Sob bombardeios intensivos, Hanói replicou alguns dias depois com seus "4 pontos": retirada americana do Vietnã e fim da guerra contra o Norte; respeito aos acordos de Genebra de 1954; condução dos negócios do Vietnã do Sul pelo próprio povo sul-vietnamita; reunificação pacífica do Vietnã pelo povo vietnamita, sem interferência exterior. Para Hanói, os problemas políticos eram indissociáveis dos problemas militares; o governo sul-vietnamita, que teria desaparecido sem a intervenção de Washington, devia ser abandonado.

Sendo total o desacordo, a escalada militar prevaleceu. Nessa fase de radicalização, as chancelarias permaneceram bastante impotentes. A guerra, entretanto, não anulou todo o diálogo. Trocas indiretas prosseguiram intermitentes, graças aos esforços dos diplomatas de numerosos países e a vários intermediários que atuavam à margem dos meios diplomáticos oficiais, e, portanto, mais livres em seus movimentos e mais facilmente contestados pelos executivos. Entre as dezenas de grupos secretos pessoalmente supervisionados por Johnson, somente alguns deram origem a fórmulas de compromisso mais audaciosas e aproximaram por algum tempo os adversários. Pennsylvania incluiu, assim, além do professor Kissinger, os franceses Herbert Marcovich e Raymond Aubrac numa série de secretas mas proveitosas trocas entre Washington e Hanói durante o verão e o outono de 1967.

Entretanto, nenhum dos adversários tinha ainda perdido a esperança de uma vitória militar. A intransigência do presidente dos Estados Unidos só era igual à de Lê Duan, que tinha obtido do escritório político a autorização para subordinar a diplomacia aos resultados de uma ofensiva surpresa em grande escala no Vietnã do

Sul, secretamente preparada desde o verão de 1967. A ofensiva do Tet, apesar de seu pesado custo humano para os agressores, criou uma potente onda de choque na administração americana, de novo submetida às pressões dos militares em favor de uma nova escalada da guerra sem certeza de vitória. Johnson esperou o sucesso da contraofensiva americano-vietnamita para anunciar, em seu discurso televisionado de 31 de março, as primeiras medidas unilaterais de esfriamento e a abertura de negociações diretas com o adversário, que ele aceitou, contra a vontade, encontrar em Paris no início do mês de maio. De Gaulle, tendo antecipado o início do refluxo do engajamento militar americano, explorou os recursos da diplomacia secreta para fazer de Paris a capital das negociações. Ele também deu instrução a seus ministros para preparar a aproximação com os Estados Unidos, após vários anos de crise aguda entre os dois aliados. Recuperado pelo movimento de maio de 1968, cuja oposição à guerra do Vietnã havia fornecido uma espécie de campo de treinamento, ele não pôde, entretanto, saborear por muito tempo esse inegável sucesso político. As negociações oficiais logo se revelaram fúteis, pois os objetivos dos adversários continuavam fundamentalmente os mesmos que no início da guerra: os Estados Unidos, por razões de credibilidade interna e internacional, insistiam em preservar por tanto tempo quanto possível um Vietnã do Sul autônomo; a RDV, engajada num processo de radicalização ideológica, não havia desistido de reunificar o Vietnã em seu proveito, objetivo constante de sua luta e dos sacrifícios indizíveis que os vietnamitas comunistas tinham suportado até então. A RDV sabia que o tempo jogava em seu benefício, pois Nixon, sem anunciar um calendário de retirada das tropas americanas, havia resolvido iniciar um processo de retirada dificilmente reversível. Assim, as negociações tornaram-se uma extensão da guerra, mais do que uma verdadeira alternativa.

Primeiras interessadas no destino do Vietnã do Sul, a FNL-GRP e a República do Vietnã foram autorizadas a participar das negociações oficiais desde janeiro de 1969. Foi muito difícil para esses representantes acharem o seu lugar numa negociação fundamentalmente dominada, entre 1969 e 1973, pelo duelo (surrealista sob vários ângulos) entre Kissinger e Lê Duc Tho, durante seus longos e numerosos encontros bilaterais – e secretos até 1972. Em maio de 1971, após a derrota relativa das ofensivas americano-sul-vietnamitas sobre o Camboja e o Laos, Kissinger fez a primeira grande concessão abandonando a exigência de uma retirada simultânea das forças combatentes no Vietnã do Sul. Mas os dirigentes da RDV não tinham perdido

a esperança de vitória militar para reforçar sua posição à mesa de negociações. A ofensiva convencional do EPV através do Paralelo 17, na primavera de 1972, e as medidas muito firmes tomadas por Nixon (minas colocadas nos portos, retomada dos bombardeios etc.) levaram às concessões decisivas. Em 8 de outubro, Hanói desistiu de exigir a demissão prévia do general Thieu em Saigon. No dia 20, o acordo estava assinado. Kissinger chegou a declarar que a paz se encontrava, então, "ao alcance da mão", mas ele não contava com a recusa indignada do presidente Thieu em dar seu aval a um texto que permitia a permanência no sul de 200 mil a 300 mil homens do EPV, ao mesmo tempo que determinava a partida do total das tropas americanas e abria a porta para a criação de um governo de coalizão. Nixon se sentiu, então, obrigado a levar em conta uma parte das 79 objeções que Thieu havia colocado para Kissinger. Um pouco mais favorável a Saigon, o acordo definitivo só foi assinado por todas as partes em 27 de janeiro de 1973 em Paris, após os bombardeios maciços ordenados por Nixon sobre Hanói – felizmente evacuada por uma grande parte da população – e sobre o Vietnã do Norte, conjugados à ameaça de uma paz separada, incluindo o fim da ajuda americana, ameaça esta transmitida em carta secreta de Nixon a Thieu em 16 de janeiro. Em março de 1973, os últimos soldados e as centenas de prisioneiros de guerra americanos foram repatriados para os Estados Unidos.

Xeque-mate

Lê Duc Tho foi mais prudente do que Kissinger ao recusar o prêmio Nobel da Paz atribuído aos dois principais negociadores do acordo de Paris: longe de concretizar a paz tão esperada pelas populações, essa "obra-prima de compromisso", segundo a expressão de um expert norte-vietnamita, só sancionava, de fato, uma pausa na Guerra no Vietnã, enquanto o Camboja ia logo receber, em seis meses, mais bombas do que o Japão durante toda a Segunda Guerra Mundial, elevando a tonelagem total de bombas atiradas desde 1965 a mais de 8 milhões, sendo duas vezes maior que o recebido pelo conjunto dos *fronts* entre 1939 e 1945. No Vietnã do Sul, o cessar-fogo foi rapidamente violado. Consciente de que as dificuldades de aplicação beneficiavam o regime de Saigon e lhe impunham a retomada da luta, Moscou deu segmento à ajuda militar que havia interrompido após a assinatura do acordo e impôs-se, em detrimento da China, como o aliado natural de Hanói.

Enquanto Paris buscava promover uma hipotética "terceira força", habilmente apresentada por Hanói como um estratagema de guerra, Nixon e Kissinger depararam com pressões crescentes do Congresso. Em junho, este votou uma lei proibindo ao executivo financiar novas operações militares no sudeste da Ásia após 15 de agosto, antes de reduzir progressivamente os créditos militares ao Vietnã do Sul, aproveitando o choque do petróleo de outubro de 1973. O desenvolvimento do caso Watergate obrigou Nixon a voltar às promessas que havia feito a Thieu de intervir de novo em caso de violação do cessar-fogo pelo adversário. Após uma série de vitórias importantes sobre o ENV (Exército Nacional do Vietnã) no fim de 1974 e início de 1975, os estrategistas norte-vietnamitas decidiram explorar a falta de reação americana antecipando em um ano o desencadear da ofensiva final, à qual deram o nome de Ho Chi Minh, presidente da RDV até sua morte em 1969, que se tornara, apesar de sua marginalização precoce, o ícone do regime.

Em 30 de abril de 1975, os dirigentes comunistas eram senhores de Saigon. Quinze divisões de infantaria do EPV (Exército Popular do Vietnã), centenas de tanques, artilharia pesada e um punhado de aviões de caça haviam derrotado, em algumas semanas, um adversário privado do auxílio dos Estados Unidos. Nascida da guerra, colocada sob supervisão americana para evitar a comunização do país e da península, mas constantemente marginalizada nas grandes decisões estratégicas dos americanos, a República do Vietnã sucumbia, vítima de suas mortais contradições. A guerra de resistência dos comunistas chegava ao fim, uma "guerra de trinta anos", a mais longa desde 1945 e a mais custosa também em vidas humanas: pelo menos

de 3 a 4 milhões de mortos vietnamitas, civis e militares dos dois lados; centenas de milhares de soldados vietnamitas dados como desaparecidos; centenas de milhares de vítimas da guerra química; mais de 58 mil mortos americanos e mais de 5 mil mortos entre os soldados aliados não vietnamitas… Os Estados Unidos, por terem procurado defender engajamentos fora de proporção com seus interesses, experimentavam sua primeira grande derrota político-militar, originando uma "síndrome vietnamita" da qual não é certo que todos os americanos já estejam curados. No Norte como no Vietnã do Sul, no Laos como no Camboja, os sofrimentos, os traumas psicológicos e os desgastes materiais e ecológicos eram consideráveis. É certo que o Vietnã foi reunificado, de Lang Son à ponta de Ca Mau, sob a direção exclusiva do Partido Comunista. Mas o impacto da guerra e da divisão prolongada do país, conjugado ao agravamento das tensões inter-regionais, particularmente entre comunistas vietnamitas, cambojanos e chineses, o impediu de superar com sucesso o formidável desafio da reconstrução e da paz. A submissão brutal da sociedade sul-vietnamita, a coletivização da economia, o envio de várias centenas de milhares de antigos colaboradores do regime a campos de reeducação e a fuga de centenas de milhares de outros – os *boat-people*, dos quais uma parte morre no mar – nutririam os rancores e as desilusões, no Vietnã como no estrangeiro, e levariam o país à beira do abismo. As numerosas agressões antivietnamitas dos antigos aliados do Khmer Vermelho, novos senhores de um Kampuchea Democrático entregue à sua política genocida, precipitaram o Vietnã reunificado numa nova guerra com o Camboja no fim de 1978, e logo após com a China.

O fim da Guerra do Vietnã inaugurava, assim, uma das décadas mais sombrias da história contemporânea para esses povos da Indochina às voltas com a "tristeza da guerra" tão admiravelmente descrita pelo escritor Bao Ninh como "tristeza imemorial, que passa de geração em geração", "imensa tristeza da guerra […], nobre, para além de toda felicidade, para além de todo sofrimento".

Bibliografia selecionada

ASSELIN, Pierre. *Hanoi's Road to the Vietnam War, 1954-1965.* University of California Press, 2013.

NINH, Bao. *Le Chagrin de la guerre*. Arles: Philippe Picquier Poche, 1997 (1ª ed. 1994).

BERMAN, Larry. *No Peace, No Honor: Nixon, Kissinger and Betrayal in Vietnam*. New York: Free Press, 2001.

CESARI, Laurent. *L'Indochine en guerres, 1945-1993*. Paris: Belin, coll. "Sup", 1995.

FRANCHINI, Philippe. *Les guerres d'Indochine.* Paris: Tallandier, coll. "Texto", 2011, 2 t. (1ª ed. 1988).

HERRING, George. *The Secret Diplomacy of the Vietnam War: the Negotiating Volumes of the Pentagon Papers*. University of Texas Press, 1983.

_____. *LBJ and Vietnam. A Different Kind of War*. University of Texas Press, 1994.

JOURNOUD, Pierre. *De Gaulle et le Vietnam*, 1945-1969 – La réconciliation. Paris: Tallandier, 2011.

JOURNOUD, Pierre; Menétrey-Monchau, Cécile (eds.). *Vietnam 1968-1976:* La sortie de guerre. Berne: Peter Lang, 2011.

LAWRENCE, Mark A. *The Vietnam War. A Concise International History*. Oxford University Press, 2008.

LOGEVALL, Fredrik. *Choosing War: The Lost Chance for Peace and the Escalation of War in Vietnam*. University of California Press, 2001.

LIEN-HANG, Nguyen. *Hanoi's War: An International History of the War for Peace in Vietnam.* University of North Carolina Press, 2012.

PORTES, Jacques. *Les Américains et la guerre du Vietnam.* Bruxelles: Complexe, 2008 (1ª. ed. 1993).

PRADOS, John. *La guerre du Vietnam.* Paris: Perrin, 2011 (1ª ed. em inglês 2009).

SHEEHAN, Neil. *L'Innocence perdue: Un Américain au Vietnam.* Paris: Seuil, 1990 (1ª ed. em inglês 1988).

TODD, Olivier. *La Chute de Saigon.* Paris: Perrin, 2011.

TURLEY, William S. *The Second Indochina War: A Concise Political and Military History.* 2. ed. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2009.

VAïSSE, Maurice; GOSCHA, Christopher (dirs.). *La guerre du Vietnam et l'Europe. 1963-1973.* Bruxelles: Bruylant, 2003.

De uma guerra a outra: dos Seis Dias (1967) ao Yom Kippur (1973)

Emmanuel Hecht

Em 1967, os israelenses, sentindo-se ameaçados pelo cerco e pela incitação do mundo árabe ao morticínio, lançam uma guerra-relâmpago vitoriosa. Em 1973, são os exércitos árabes, sob a autoridade do rais[I] *egípcio Sadat, que os surpreendem, pressionando o Tzahal.*[II] *A Guerra do Yom Kippur, jogo que terminou empatado sob o arbítrio de Washington e Moscou, dá à luz a paz entre o Cairo e Tel-Aviv. Mas deixa intacta a questão palestina.*

Dia 5 de junho de 1967, 6h30. A aviação israelense se espalha no céu do Oriente conturbado. A cada aeronave, sua missão: aos Mirage III, o bombardeio no solo da frota aérea árabe; aos Mystère, a interceptação em voo dos aviões inimigos. A partida é jogada num espaço apertado. O Cairo está a menos de vinte minutos de voo, Damasco, a dez. "A segurança de Tel-Aviv se encontra na vertical do Cairo", afirma repetidamente o chefe de estado-maior Yitzhak Rabin, um sabra[III] robusto, apoiado pelo general de origem iugoslava, Haim Bar-Lev. Em menos de três horas, Israel, ajudado por uma cobertura de radar egípcia deficiente, destrói 441 aparelhos inimigos e assume o domínio do céu. A segunda fase da Guerra dos Seis Dias é iniciada: as forças terrestres, com os blindados à frente, espalham-se no Sinai. Nesse novo exército, em que a agilidade entra em disputa com a tecnologia, comboios de ônibus e de veículos de turismo conduzidos por jovens asseguram a logística indispensável a todo Kriegspiel.[IV] No Cairo, o rádio multiplica os comunicados vitoriosos: 23 aeronaves abatidas na primeira hora, 70 ao meio-dia… A multidão está eufórica, mas isso não passa de propaganda.

Crônica de uma guerra anunciada

Essa terceira guerra israelo-árabe, após a da independência em 1948, e a expedição de Suez em 1956, está em preparativos desde a primavera. Em 7 de abril, a aviação de caça israelense abate seis Migs sírios. Afetados, os soviéticos, aliados de Damasco, informam a Nasser que os israelenses acumulam tropas ao norte, a fim de atacar a Síria. Tudo é falso, mas o rais tem aí o pretexto para justificar a entrada de suas tropas, em 14 de maio, no Sinai desmilitarizado. Dois dias depois, ele exige a retirada dos "capacetes azuis"[V] e o secretário-geral da ONU, U Thant, assente. Em 22 de maio, o líder egípcio anuncia o fechamento do estreito de Tiran que dá para o golfo de Ácaba, ameaçando de asfixia o porto de Eilat, única saída de Israel para a África e a Ásia. "Nós devemos estar prontos para uma guerra total com Israel", acrescenta, antes de fazer uma turnê bem-sucedida de propaganda entre oficiais árabes de diversos locais. A Legião Árabe do rei Hussein da Jordânia, juntamente com unidades do Iraque, dos países do Golfo e do Magreb, aceita passar para o comando do Cairo. Além dos 206 quilômetros de fronteira com o Egito no deserto do Neguev, dos 76 quilômetros com a Síria, Israel (21 mil quilômetros quadrados, 2 milhões e 600 mil habitantes) deverá, doravante, vigiar os 531 quilômetros de fronteira comum com uma Jordânia até então moderada.

Já faz alguns meses que os israelenses vivem uma verdadeira psicose. Segundo o historiador Tom Segev, que pesquisou a correspondência desse período, o cerco árabe traz o temor de um novo holocausto. As declarações radiofônicas do primeiro presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964, Ahmed Shukairy – "Em caso de conflito, não restariam praticamente sobreviventes judeus" –, e as canções populares árabes conclamando a "degolar [eles]" preocupam uma população deprimida pela recessão econômica, pela multiplicação dos atentados, e um índice de mau agouro: os israelenses deixando o país são mais numerosos do que os imigrantes.

Sem saber que atitude tomar em relação a Nasser, Israel percorre todas as chancelarias. O ministro do Exterior, Abba Eban, vai procurar em Paris, o aliado histórico, um apoio firme. Fatigado, um general De Gaulle endurecido condena de antemão "o Estado que, não importa onde, fizer uso das armas em primeiro lugar". O que fazer? Aceitar o fato consumado, seria aceitar a asfixia de Eilat e a anulação da capacidade de dissuasão de Israel. Forçar o bloqueio seria atrair a condenação da comunidade internacional.

O primeiro-ministro, Levi Eshkol, não tem o temperamento combativo de seu

antecessor, o pai fundador David Ben Gurion. Esse homem cortês e cheio de humor fica mais à vontade na negociação do que na tempestade. Ele hesita, gagueja, e se resigna a formar, em 1º de junho, um governo de união nacional no qual faz entrar os "falcões". O general Moshe Dayan (52 anos), caolho desde a campanha da Síria contra as tropas de Vichy, chefe de Estado-Maior do Tzahal na campanha de 1956, é nomeado para a Defesa. Menahem Begin, líder da direita, fundador do Irgun, grupo armado sionista na época do Mandato Britânico da Palestina, é ministro informal. Aos olhos dos israelenses, a guerra é inevitável. Não aos de Nasser, engajado numa partida de pôquer encorajada por seu aliado e fornecedor de armas, Moscou. O objetivo do rais? Asfixiar Israel impondo-lhe um estado de mobilização permanente que seus fracos recursos não permitem.

Vitória-relâmpago no deserto

Em 7 de junho de 1967, o dirigente egípcio constata os limites do blefe. Em pleno coração do Sinai, uma gigantesca batalha opõe 2 mil tanques. Os israelenses se apossam da faixa de Gaza ao norte, de Sharm el-Sheikh ao sul e, em resposta ao bombardeio dos bairros judeus da Cidade Santa pela Legião Árabe, ocupam a Cisjordânia e a cidade velha de Jerusalém, jordaniana desde 1945. "O monte do Templo está entre nossas mãos", assegura o general de paraquedistas Motta Gur. O grão-rabino das forças armadas Shlomo Goren faz soar o chofar, o chifre de carneiro utilizado no dia do Ano-Novo judaico. "O Messias chegou ontem em Jerusalém, cansado, coberto de poeira, cavalgando um tanque", noticia o *Davar*, jornal da central sindical Histadrut, enquanto arqueólogos pedem autorização para examinar os manuscritos do mar Morto.

Nasser aceita o cessar-fogo em 8 de junho. Os egípcios perderam 700 tanques e 337 aviões. As cifras do ponto de vista humano são elevadas: 10 mil mortos (700 do lado israelense), 15 mil feridos e 5 mil prisioneiros. "Corpos inchados, fedendo sob o sol. Um horror que ultrapassa a piedade. Toneladas de material abandonadas na areia do Sinai e, ao lado dos tanques, cadáveres, de pés descalços, em decomposição. Logo os chacais irão até lá", nota um repórter do *L'Express*.

Sob a pressão dos militares e dos kibutzim de fronteira, os israelenses estendem suas forças na Frente Norte. Em 9 de junho, eles penetram nas Colinas do Golã e tomam de assalto as posições sírias fortificadas. No Cairo, Nasser anuncia sua

demissão, da qual volta atrás rapidamente sob a pressão de uma multidão histérica. Em 10 de junho, os israelenses entram em Quneitra, capital das Colinas do Golã, a 60 quilômetros de Damasco, pouco antes da proclamação do cessar-fogo. A guerra durou seis dias. Comentário de um membro do Congresso americano: "Esse general caolho [Dayan] vale por si só quatrocentos aviões. Nós deveríamos pedir-lhe para comandar as operações no Vietnã." A chave do sucesso israelense deve-se a quatro razões: surpresa, mobilidade, engajamento dos soldados e… falta de coordenação dos exércitos árabes.

A anexação dos territórios egípcios (o Sinai e a faixa de Gaza), jordanianos (Cisjordânia e Jerusalém Oriental) e sírios (Golã) triplica a superfície do Estado hebreu, que tem a escolha entre a retirada espontânea, para provar ao mundo árabe sua vontade de uma coexistência pacífica, ou a ocupação, à espera de dias mais serenos. A segunda hipótese prevalece, enquanto a diplomacia, e suas ambiguidades, segue seu rumo. Em 14 de junho, um projeto de Resolução de origem soviética condenando "a agressão" de Israel é rejeitado no Conselho de Segurança da ONU. Tel-Aviv, que amarga a perda da aliança privilegiada com a França,[1] consolida o *special relationship* com Washington inaugurado por Kennedy. Em 1º de setembro, na Cúpula de Cartum, os dirigentes do mundo árabe votam os três "nãos", enterrando toda esperança de paz: "Não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel, não à negociação com Israel". Em 22 de novembro, o Conselho de Segurança vota a famosa Resolução 242, afirmando a ilegitimidade da aquisição de territórios pela força, a necessidade de uma paz "justa e durável", das fronteiras "seguras e reconhecidas", e a retirada "de" ou "dos" territórios ocupados, segundo as versões inglesa ou francesa.

A Guerra dos Seis Dias modificou o mapa e o território. A fraqueza árabe, que levou à queda do nasserismo e do nacionalismo pan-árabe, revela-se à luz do dia. Paradoxalmente, para os palestinos, o projeto de um Estado, inconcebível quando estavam sujeitos ao reinado jordaniano, passa a ser levado em consideração. Essa vitória traz em si "do pior e do melhor", resume o historiador Elie Barnavi. Os israelenses descobrem a realidade da ocupação – eles devem administrar 1,5 milhão de palestinos – e da colonização. Os mais religiosos sentem-se realizados ao se instalarem no Israel bíblico (a Cisjordânia é rebatizada de Judeia e Samaria). O sionismo, até então dominado por correntes leigas, toma uma coloração messiânica, centrada na terra mais do que no povo. Quanto aos israelenses que estavam

deprimidos na primavera, estão eufóricos no verão.

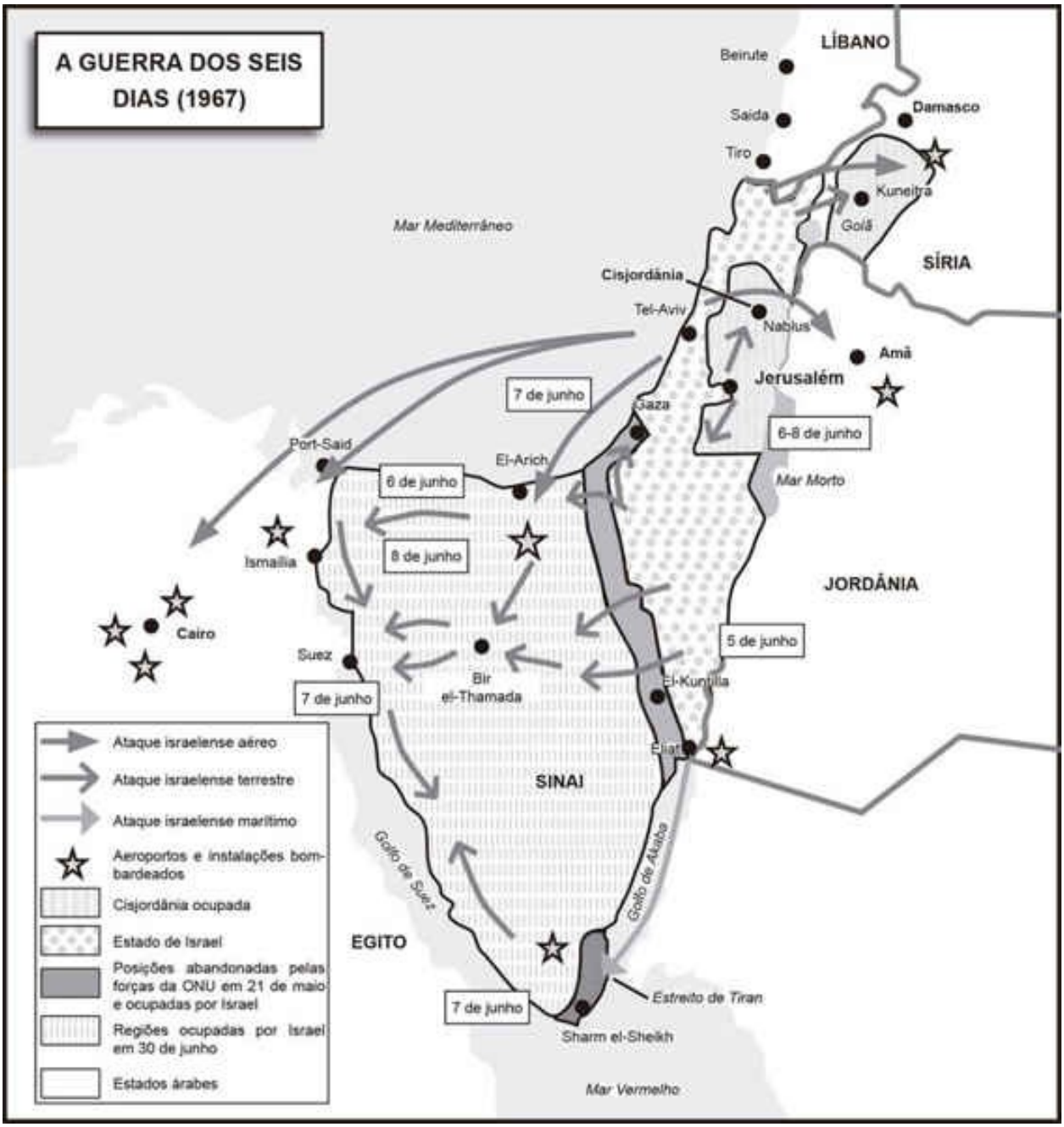
"O que vamos fazer ao meio-dia?
– Vamos invadir o Cairo.
– De acordo, mas o que vamos fazer à tarde?"

É a piada da moda em Tel-Aviv.

"Nor dos felt mir"

"Antes, não se pedia nada a Israel", prossegue Elie Barnavi, "senão desaparecer, e, de fato, Israel não tinha nada a oferecer; depois, como dispunha de bens que não lhe pertenciam, começaram pouco a pouco a pedir-lhe para devolvê-los, mediante a paz que lhe recusavam antes". Quando o sucessor de Nasser – morto por um ataque cardíaco em setembro de 1970 –, Anuar el-Sadat, toma a iniciativa da guerra de 1973, conhecida como do Yom Kippur, não é para liquidar "a entidade sionista", mas para recuperar o Sinai, após o fracasso de outras opções: militares – a guerra de desgaste, altamente homicida, de um lado e do outro do canal, de junho de 1967 a agosto de 1970; e diplomáticas – as iniciativas do secretário de Estado americano Rogers e do sueco Gunnar Jarring, enviado pela ONU.

Aí também a surpresa é total, mas mudou de lado. Os israelenses dispõem de todas as informações, mas os chefes do setor de informações militares, convencidos de sua superioridade, não querem acreditar na hipótese de uma nova guerra. Até a noite de 5 de outubro, quando o adido militar da primeira-ministra israelense Golda Meir é acordado por um telefonema do número 2 do Mossad: os egípcios e os sírios vão atacar no cair da noite do dia seguinte. A informação emana do chefe do serviço secreto, o general Zamir, após seu encontro em Londres com o espião número um de Israel, Ashraf Marwan, genro de Nasser e conselheiro de Sadat. Logo depois, o chefe de estado-maior, o general David Elazar, reúne seus generais, ordena a mobilização e sugere a Moshe Dayan um ataque preventivo. Como em 1967. Recusa categórica: Israel não deve ser o agressor. Pouco antes das 14 horas, as sirenes urram em Tel-Aviv. "O que está acontecendo?", pergunta a primeira-ministra Golda Meir. "Isso tem toda a aparência de uma guerra", responde-lhe uma secretária. "*Nor dos felt mir*" ("Era só o que faltava"), exclama em iídiche a "velha senhora judia". "Eles vão se arrepender", acrescenta. Em inglês.



Naquele momento, são os israelenses que deploram o amadorismo de seus líderes. Duzentos caças bombardeios egípcios voando em baixa altitude lançam ataques contra as baterias de artilharia, os depósitos, os aeródromos militares do Sinai. Na sequência, 2 mil canhões e morteiros atiram 100 mil obuses e foguetes em uma hora. Às 14h20, 4 mil soldados egípcios de elite atravessam o canal a bordo de botes. No final da tarde, são 33 mil e tomam uma por uma as fortificações da Linha Bar-Lev – essa Linha Maginot em pleno deserto, em contradição absoluta com a

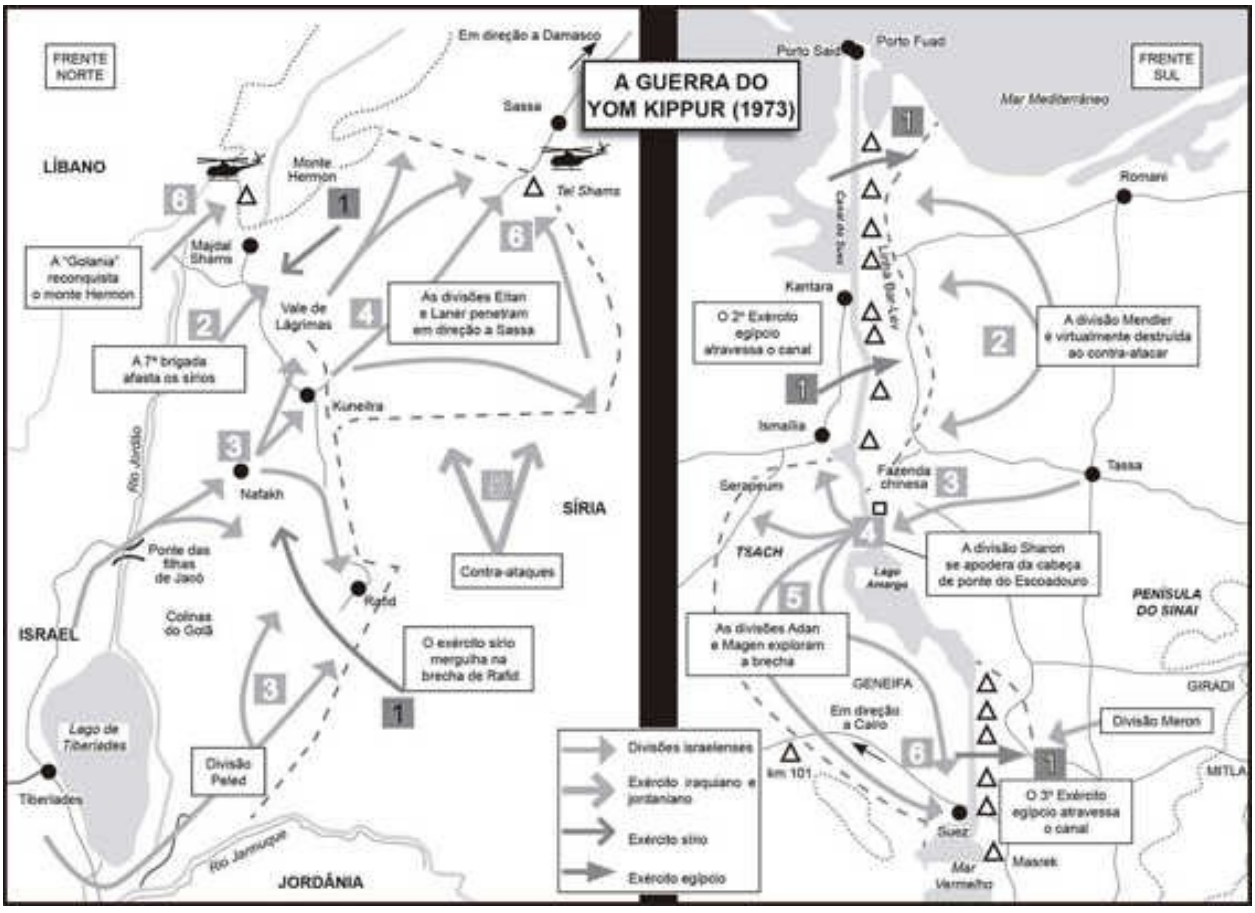
estratégia israelense baseada no movimento –, enquanto unidades da engenharia abrem, com um canhão de água, brechas na montanha de areia erguida pelos israelenses, para assegurar a passagem dos veículos e dos blindados, que começa às 20h30 graças a uma primeira ponte pesada flutuante. Uma vanguarda de blindados se dirige para os desfiladeiros de Gidi e Mitla para bloquear os reforços israelenses. À noite, comandos egípcios incendeiam instalações petrolíferas. Nos dois primeiros dias, a aviação israelense é atingida pelos mísseis Sam-6 de fabricação russa – a arma em evidência desse conflito – e perde 14 aparelhos em dois dias. A divisão blindada do Sinai perde dois terços de seus tanques, atingidos pelos foguetes e pelos mísseis antitanques. O historiador Mordechai Bar-On compara a surpresa dos tanquistas israelenses àquela dos cavaleiros franceses aniquilados pelos arqueiros ingleses em Azincourt, em 1415.

Na noite do dia seguinte, o exército de Sadat alinha 10 divisões no Sinai. Mas não avança mesmo em vantagem. Em 8 de outubro, o Tzahal (Forças de Defesa de Israel) aproveita dessa pausa para tentar uma contraofensiva. O objetivo: destruir as forças que atravessaram o canal. O plano é vago, a artilharia e a infantaria estão ausentes, os generais estão divididos. É mais um fracasso e as perdas são pesadas: 500 tanques destruídos em quatro dias e um sexto dos aviões de combate.

Outra batalha, mais decisiva, acontece ao norte. Os sírios também lançaram, pouco antes das 14 horas de 6 de outubro, uma ofensiva para retomar as Colinas do Golã e ocupar uma posição de defesa ao longo do Jordão. Sua tática é soviética: guerra-relâmpago com barragem de artilharia, bombardeios aéreos e depois ofensiva dos tanques. Alguns comandos se apoderam simbolicamente do posto de observação israelense mais elevado, no monte Hermon, a 2.500 metros de altitude. Os reservistas do Tzahal penam para alcançar suas unidades nessa desordem indescritível, contada em *Kippur*, o filme de Amós Gitai, que será gravemente ferido num acidente de helicóptero. São mil os tanques que se enfrentam em menos de 50 quilômetros quadrados. À noite, o comando israelense não sabe como evitar o desastre. Moshe Dayan, arrasado, prevê "uma terceira queda do Templo". Mesmo assim, ele consegue convencer o chefe da aviação a desistir de uma operação no canal de Suez para dar prioridade à liberação das tropas israelenses, quando os sírios estão a apenas uma dezena de quilômetros do lago de Tiberíades: a principal base militar, QG do Tzahal ao norte, corre o risco de cair. Estranhamente, Damasco ordena uma pausa a fim de reunir suas forças. O exército sírio não chegará ao

Jordão, os israelenses retomaram a iniciativa. Mas no norte do Golã, uma única brigada blindada de Israel enfrenta cinco brigadas, dentre as quais a da guarda presidencial, conduzida pelo irmão do presidente Hafez el-Assad. “Os sírios presumiam aparentemente que não tinham nenhuma chance de vencer, escreverá o coronel Ben Gal, chefe dos tanquistas israelenses. Eles não sabiam que nossa situação era desesperadora.” Os sessenta tanques Centurion israelenses, apesar de tudo, dominam os blindados sírios. Em 9 de outubro, sete Phantom israelenses bombardeiam o Grande QG sírio, a aeronáutica e a rede de televisão, para acabar com o moral do adversário. No dia seguinte, as tropas israelenses praticamente já retomaram o controle do Golã. Chegaram mesmo a penetrar em território sírio, colocando Damasco ao alcance dos seus canhões.

Fim de jogo



De volta ao Sinai. Após o fracasso da contraofensiva de 8 de outubro, Dayan

teme uma guerra longa que Israel não tem meios para enfrentar. No dia 13, os Estados Unidos iniciam uma ponte aérea em direção a Israel, que sofre com a falta de materiais e de munições: cinco dias depois da ponte dos soviéticos em direção ao Cairo e a Damasco. No dia 14, o Egito comete um grande erro ao lançar uma ofensiva no Sinai: em poucas horas, perde mais de 250 tanques diante do Tzahal, que pôde recuperar-se de suas perdas e antecipar o ataque. Na noite de 15 para 16 de outubro, unidades motorizadas israelenses atravessam o canal na altura da barragem, primeira etapa do cerco ao 3º Exército egípcio comandado por um general de reserva israelense, teimoso e desobediente, recém-ingressado na política e pequeno agricultor, Ariel Sharon. Em 17 de outubro, a OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) executa sua ameaça, decretando violentamente o aumento do preço do petróleo e um embargo sobre as exportações com destino aos Estados Unidos e à Holanda. A Guerra do Yom Kippur está sem fôlego no local do conflito, mas prossegue por outros meios, diplomáticos. O novo secretário de Estado americano, Henry Kissinger, está à frente da manobra. Seus movimentos tornam-se mais livres à medida que o presidente Richard Nixon fica mais envolvido no caso Watergate. Suas três prioridades: garantir a segurança de Israel sem alinhar-se ao país; não comprometer as relações com os Estados árabes moderados e produtores de petróleo; expulsar, ou se não for possível, enfraquecer os russos no cenário do Oriente Médio. Nesse período de distensão entre os dois Grandes, Kissinger não tem nenhuma dificuldade para convencer Brejnev e o Politburo – contrários à guerra lançada por Sadat – da necessidade de um cessar-fogo. De fato, o Conselho de Segurança adota, em 22 de outubro, a Resolução 238, chamando a um cessar-fogo em 24 horas e à aplicação da Resolução 242. Mas Israel prossegue seu cerco ao 3º Exército. Moscou, então, ergue o punho e ameaça intervir militarmente. É como uma aposta num jogo de pôquer, sem dúvida. Por conta disso, Washington lança um alerta nuclear na noite de 24 para 25 de outubro, dia em que o cessar-fogo entra enfim em vigor em todos os *fronts*. Na realidade, russos e americanos são obrigados a chegar ao extremo para tranquilizar seus respectivos aliados e salvar as aparências. Baixada a poeira, Kissinger atingiu seus objetivos. Mas para os soldados egípcios, a Guerra do Ramadã – naquele ano, as festas muçulmana e judaica coincidiam – não acabou. Somente em 18 de janeiro de 1974 é que Israel aliviará a pressão em torno do 3º Exército e retirará suas tropas das duas margens do canal. E em 31 de maio, um acordo de desengajamento israelo-sírio terminará

oficialmente com essa guerra em forma de jogo empatado, apesar do fato de que o Egito, humilhado em 1967, clame sua vitória em toda parte, a ponto de convencer muitos observadores.

Em 19 de novembro de 1977, um Boeing egípcio aterrissa no aeroporto Ben-Gurion, tendo a bordo Anuar el-Sadat. O iniciador da Guerra do Yom Kippur veio propor a paz dos bravos. "E só agora é que ele vem...", queixa-se a ex-ministra Golda Meir. O rais e o primeiro-ministro Menahem Begin receberão o prêmio Nobel da Paz em 1979, após assinar, um ano antes, sob o bastão do presidente americano Jimmy Carter, os acordos de Camp David: um tratado de paz entre o Egito e Israel, ainda em vigor, incluindo um pacto sobre um hipotético acerto da questão palestina, sempre adiado. No Oriente Médio, as boas notícias são disfarces das más. Sadat é assassinado por um punhado de oficiais muçulmanos em 6 de outubro de 1981, exatamente oito anos depois do início da Guerra do Yom Kippur. Em Israel, a vitória *in extremis* resulta numa queda moral e política. O heroísmo dos soldados mascara uma derrota estratégica, pois os pilares da defesa, dissuasão e informação fracassaram totalmente. Os israelenses querem saber quem são os responsáveis pelo *mehdal*, um descaso. O governo nomeia uma comissão de inquérito, dirigida pelo presidente da Corte Suprema, Shimon Agranat. Suas conclusões acusam os militares e inocentam os responsáveis políticos. Os israelenses, não convencidos, tomam consciência de sua vulnerabilidade. Israel vira uma página. A velha guarda desgastada da esquerda sionista, no comando desde 1948, dá lugar à direita laica, conduzida por Menahem Begin e sustentada por uma nova força, a direita religiosa do Gush Emunim (Bloco da Fé), que procura criar assentamentos nos "territórios liberados" da Judeia-Samaria. Quanto aos palestinos, com os quais poucos parecem se importar, são doravante a prova de que o Tzahal não é mais invencível. E que pode ser posto em perigo, mesmo por pedras. Em 9 de dezembro de 1987, uma geração depois, é desencadeada a Primeira Intifada: uma nova guerra israelo-árabe, "assimétrica", desta vez.

Notas

[I] N.T.: "Rais", palavra de origem árabe que significa "chefe", é o nome oficial do cargo de chefe de Estado egípcio, após a eleição de Gamal Abdel Nasser, que assumiu o poder em 1954.

[II] N.T.: Trata-se da transliteração do acrônimo que designa as "Forças de Defesa de Israel", que constituem seus

exércitos.

[III] N.T.: Designação dos judeus nascidos no Estado de Israel.

[IV] N. T.: Kriegspiel é um tipo de jogo de tabuleiro em que as peças são os componentes de uma batalha a serem movidos sobre um mapa. No texto, é uma alusão à facilidade da movimentação israelense, comparável à de um jogo.

[V] N. T.: expressão que designa os soldados integrantes das Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas.

[1] O golpe de misericórdia será dado pela famosa frase do general De Gaulle na conferência de imprensa de 22 de novembro de 1967, na qual ele se pergunta se "os judeus, até aqui dispersos, mas que permaneceram o que sempre foram em todos os tempos, isto é, um povo de elite, seguros de si e dominadores, não estão, uma vez reunidos no local de sua antiga grandeza, mudando para uma ambição ardente e conquistadora os votos comoventes que vêm despertando há dezenove séculos".

Bibliografia selecionada

BARNAVI, Elie. *Une histoire moderne d'Israël.* Paris: Flammarion, 1998, col. "Champs".

GREILSAMMER, Ilan. *La Nouvelle Histoire d'Israël*. Paris: Gallimard, 1998.

RAZOUX, Pierre. *Tsahal*. Paris: Perrin, 2008, col. "Tempus".

SCHATTNER, Marius; SCHILLO, Frédérique. *La guerre du Kippour n'aura pas lieu.* Waterloo (Belgique): André Versaille, 2013.

SEGEV, Tom. *1967, Six jours qui ont changé le monde.* Paris: Hachette, 2009, col. "Pluriel".

SOLÉ, Robert. *Sadate*. Paris: Perrin, 2013.

E um filme: *Kippour,* de Amos Gitai, 2000.

As Guerras do Líbano

(1975-1990 e 2006)

Dominique Lagarde

A faísca foi provocada em 13 de abril de 1975 no bairro popular de Ain el-Remmaneh, ao sul de Beirute. Nesse domingo, os cristãos festejavam a consagração da igreja Nossa Senhora do Bom Parto, em presença de Pierre Gemayel, o fundador do partido Kataeb (nacionalista cristão). Não longe dali, palestinos celebravam o aniversário de uma operação de comandos em Israel. Alguns deles se aproximavam da igreja. Ouviram-se tiros de fuzil, um cristão foi morto. Em represália, milicianos falangistas atacaram um ônibus palestino que atravessava a zona para chegar ao campo de Sabra, causando a morte de 27 de seus passageiros. A Guerra do Líbano começou. Ou antes, as guerras. Uma sucessão de guerras, alimentadas pelas confissões religiosas, pelas vendetas dinásticas e pelas ingerências dos atores regionais.

"Nem Ocidente, nem Oriente", tais eram os termos do "pacto nacional" libanês que, em 1943, abrira a via da independência. Os cristãos renunciavam à proteção da França, os muçulmanos abandonavam, por sua vez, a ideia de fundir-se num vasto conjunto pan-árabe. "Duas negações não fazem uma nação", foi o comentário feito por Georges Naccache, fundador do jornal *L'Orient-Le Jour*, que, na época, tornou-se célebre. Ainda hoje, mesmo que as linhas divisórias entre as diferentes comunidades tenham mudado, o país do cedro continua dividido entre uma corrente pragmática, voltada para uma concepção da modernidade sob a influência do Ocidente, e uma corrente instável, carregada das humilhações e dos rancores do mundo árabe-muçulmano, com um discurso mais radical.

Logo após a independência, enquanto as grandes famílias libanesas – senhorias cristãs ou drusas,[1] notáveis das cidades sunitas, feudos xiitas do Bekaa e do sul[2] – compartilham o poder, Beirute torna-se o centro comercial e financeiro do Oriente

Médio. Uma cidade conhecida, também, por cultivar o prazer de viver. Seus *nightclubs*, seus grandes hotéis ou seus restaurantes à beira-mar atraem uma clientela internacional, enquanto os intelectuais saboreiam uma liberdade de escrever e de publicar sem equivalente na região. A capital libanesa, com seu centro cosmopolita, é denominada "a Paris do Oriente".

Beirute dividida em duas

Abalando o equilíbrio das forças, a militarização dos palestinos vai acabar com esse frágil "milagre libanês". Desde 1948, ano do nascimento de Israel, o Líbano acolhe várias dezenas de milhares de refugiados palestinos. Logo após a guerra de 1967 (ver o capítulo precedente de Emmanuel Hecht), os campos de refugiados passam progressivamente para o controle da OLP, cuja organização dominante é o Fatah[3] de Yasser Arafat. Em 3 de novembro de 1969, após vários conflitos entre combatentes palestinos e militares libaneses, o general Emile Bustani, comandante em chefe do Exército libanês, e Yasser Arafat assinam, no Cairo, um acordo que permite a presença armada dos palestinos no Líbano. Um ano depois, o rei Hussein da Jordânia, à custa de uma carnificina, salva seu trono, ameaçado pelos combatentes de Yasser Arafat.

Os que escaparam desse Setembro Negro afluem ao Líbano. Os palestinos aí estabelecem uma "*Fatahland*", regida por suas próprias leis. Essa apropriação divide os libaneses. Durante a primeira fase da guerra, até setembro de 1976, dois lados vão se enfrentar: as milícias cristãs – principalmente maronitas[4] –, que se opõem à presença do Fatah, e os pró-palestinos. Trata-se de um grupo numeroso, composto de movimentos nacionalistas árabes, baathistas ou nasseristas de base sunita, comunistas, eventualmente gregos ortodoxos, milicianos drusos de Kamal Jumblatt,[5] xiitas do Movimento dos Deserdados, futuro Amal,[6] e, claro, palestinos.

Os combates se multiplicam rapidamente. Milicianos e fedayins se perseguem e se matam em plena cidade. A capital fica dividida em duas. A "linha verde", que separa o Leste, cristão, do Oeste, muçulmano, parece cada vez mais com um terreno baldio. Em setembro de 1975, os falangistas destroem, no coração do centro da cidade, o labirinto de ruelas e de comércio ao ar livre que rodeava a Praça dos Canhões. Depois, será a vez da "batalha dos grandes hotéis". As milícias cristãs sitiam o Saint-Georges, o Phenicia, o Holiday Inn. A menos de 500 metros, os pró-

palestinos ocupam a torre Murr, um imóvel inacabado com trinta andares. No fim do ano de 1975, esses últimos nitidamente dominavam a situação. O reduto cristão se reduz à parte oriental de Beirute e a uma zona montanhosa ao norte da capital. A guerra passa por seus primeiros pogroms. Em janeiro de 1976, os falangistas sitiam a Quarentena, um bairro próximo ao porto e que se transformou numa favela superpovoada, dominada pelos fedayins. Somente as mulheres e as crianças escapam à horrível matança. Alguns dias depois, os pró-palestinos invadem a cidade costeira maronita de Damur, a cerca de vinte quilômetros de Beirute, massacrando seus habitantes. Impotente, o exército libanês se desfaz, com oficiais e soldados alinhando-se a um ou a outro lado com armas e bagagem.

Ao longo dos meses, a derrota dos cristãos se mostra cada vez mais inevitável. É então que se dá uma inversão de alianças: a Síria, que está em plena negociação com os Estados Unidos sobre as Colinas do Golã, abandona os pró-palestinos para apoiar os cristãos. Em 1º de junho, o exército sírio entra no Líbano e lança, com a ajuda dos cristãos, uma vasta ofensiva contra a OLP e seus aliados libaneses. Os falangistas atacam o campo de refugiados de Tal al-Zaatar, último bastião palestino em território cristão. Após cinquenta e dois dias de cerco, mais de 2 mil palestinos e libaneses muçulmanos serão massacrados. A presença militar síria no Líbano é admitida em outubro durante uma reunião de cúpula árabe em Riyad. Esta impõe uma trégua a todos os beligerantes e a presença de uma "força de dissuasão árabe"… constituída, no essencial, pelo contingente sírio que já está no local. É o início da tutela síria sobre o país do cedro. A partir de então, Damasco vai se dedicar, por meio de alianças muitas vezes instáveis, a apoiar sempre o lado que melhor servir a seus interesses, tirando proveito de uns e de outros.

O balanço dessa primeira fase do conflito é pesado: 30 mil mortos, 600 mil refugiados, uma economia enfraquecida. O país está dividido em dois. Em fevereiro de 1978, os israelenses, que apoiam no sul do Líbano uma milícia cristã local, o Exército do Sul do Líbano (ALS), atravessam a fronteira e avançam até o rio Litani. A ONU decide então enviar um contingente de capacetes azuis. A presença dos soldados da paz, entretanto, não logrará acabar nem com as operações dos palestinos contra Israel, nem com as incursões do Tzahal (forças israelenses). É também neste ano que a Síria, após a paz israelo-egípcia, opera uma nova reviravolta, decidindo, dessa vez, apoiar a OLP.

Operação “Paz na Galileia”

No reduto cristão, os clãs se dilaceram. Bashir Gemayel, o filho mais novo de Pierre Gemayel, toma a frente das Forças Libanesas, que agrupam, desde a primavera de 1976, o grosso das milícias cristãs. Elas serão o instrumento de sua ascensão. Em 13 de junho de 1978, próximo a Zhorgta, os homens de Bashir tomam de assalto a residência de verão dos Frangieh, o poderoso clã maronita do norte do Líbano, matando Tony Frangieh, o filho do presidente da República Suleiman Frangieh. Dois anos depois, em 7 de julho de 1980, as Forças Libanesas atacam os últimos bastiões ainda dominados pela milícia do Tigre de Camille Chamun, uma outra dinastia maronita. A operação visa retomar o controle dos portos. Esse “dia das facas longas”[I] fará mais de uma centena de mortos. Bashir Gemayel reina, a partir de então, como senhor do “Maronistão”, o gueto cristão.

Em 23 agosto de 1982, ele é eleito para a presidência da República por 58 deputados – o quorum foi alcançado após várias horas de espera – reunidos numa caserna próxima de Baabda, a sede da presidência. Menos de três semanas depois, em 14 de setembro, uma carga de 50 kg de TNT destrói o edifício que abriga, em Beirute Oriental, o ramo principal do partido falangista. Bashir é morto no atentado. No dia seguinte, dois aviões com as cores do Tzahal sobrevoam a cerimônia fúnebre enquanto o ministro da Defesa israelense, Ariel Sharon, apresenta suas condolências à família. Os israelenses sabem que acabam de perder seu melhor aliado libanês.

A partir de junho de 1982, uma nova “Guerra do Líbano” começou. Uma guerra, dessa vez, israelo-palestina. Em 6 de junho de 1982, três dias depois de um atentado perpetrado por uma organização dissidente palestina contra seu embaixador em Londres, os israelenses atravessam de novo a fronteira. Três colunas – 20 mil homens – penetram em território libanês. As autoridades de Jerusalém garantem que essa operação, batizada de Paz na Galileia, tem como único objetivo fazer cessar os ataques palestinos contra seu território a partir do sul do Líbano, controlando uma faixa de 40 quilômetros. Já no dia seguinte, a operação atingiu o objetivo. Mas Ariel Sharon quer a “destruição definitiva” da OLP. O Tzahal prossegue então em seu avanço. Em 9 de junho, apodera-se de Damour. Em 12 de junho, está às portas de Beirute. Começa então o sítio ao setor ocidental da capital e aos campos de refugiados que o rodeiam: 6 quilômetros quadrados e meio milhão

de homens, combatentes ou civis, mulheres e crianças submetidos, durante setenta dias, a um ataque permanente da aviação, da artilharia e da marinha de guerra do Tzahal. Em julho, a cidade sitiada fica sem água e sem eletricidade. Os palestinos, que lutam pela vida, estão encurralados.

As chancelarias ocidentais esforçam-se para apagar o incêndio. O presidente Ronald Reagan envia a Beirute Philip Habib, um emissário especial encarregado de negociar os termos de um acordo que ponha fim ao calvário da capital libanesa. O plano de Washington prevê a desmobilização e a evacuação das forças palestinas de Beirute sob a supervisão de uma força multinacional. Em 10 de julho, Paris dá seu aval e promete enviar um contingente, sob a condição de que os palestinos possam partir com honra. As negociações se prolongam. Em 7 de agosto, após bombardeios particularmente intensos, Philip Habib pode enfim anunciar que obteve o acordo de todas as partes. A força multinacional encarregada de supervisionar a retirada palestina será composta por soldados fornecidos pelos Estados Unidos, França e Itália. Seu mandato, a pedido dos israelenses, será limitado a trinta dias. Os franceses, conforme a vontade dos palestinos, serão os primeiros a chegar, seguidos dos americanos e dos italianos.

Sabra e Chatila

Em 21 de agosto, cerca de 350 militares franceses desembarcam na zona do porto de Beirute. As operações de retirada podem começar. Yasser Arafat embarca em 30 de agosto no Atlantis, um navio grego. É quase meio-dia quando a sirene do navio soa. O velho líder palestino, que, na véspera, percorreu demoradamente as ruínas de seu quartel-general de Fakrani, faz pela última vez o V de vitória. Em 13 de setembro, os últimos contingentes da força multinacional se preparam para partir. Dois dias depois, logo após o assassinato de Bashir Gemayel, as tropas de Ariel Sharon penetram na capital libanesa, violando o acordo negociado com Philip Habib. Nos dias 16 e 17, milicianos falangistas massacram a população dos acampamentos palestinos de Sabra e Chatila no subúrbio ao sul de Beirute. Balanço: 800 mortos segundo a comissão de inquérito israelense, que será encarregada, sob a pressão de uma opinião pública em choque, de apurar a verdade sobre esses acontecimentos; quase o dobro segundo a OLP.

A tragédia é descoberta na manhã do dia 18 de setembro. Habitantes

aterrorizados, que escaparam aos massacres, conseguem alertar os enviados especiais da imprensa internacional, ainda bastante numerosos em Beirute. Estes comparecem aos dois acampamentos. O espetáculo é insuportável: cadáveres de homens, de mulheres e de crianças crivados de balas, espalhados nas ruelas ou amontoados uns sobre os outros, casas arrasadas por tratores bulldozer. Alguns dias depois, Ariel Sharon acabará reconhecendo que o comando do exército israelense havia autorizado as forças falangistas a penetrar nos assentamentos para "aí liquidar os elementos palestinos armados". Ele "não podia imaginar", diz, o que iria acontecer em seguida. A réplica do escritor israelense Amós Oz é inapelável: "Aquele que convida o estrangulador de Yorkshire a passar duas noites num pensionato para moças não pode alegar depois, ao ver o amontoado de cadáveres, que havia combinado com ele para que se contentasse em lavar a cabeça das meninas…". É um outro israelense, o jornalista Amnon Kapeliuk, que realiza o inquérito mais rigoroso sobre esses massacres. Ele confirma, sem nenhuma dúvida possível, que os matadores eram milicianos falangistas, membros das Forças Libanesas, o braço armado do partido Kataeb. Quanto aos israelenses, eles cercaram os acampamentos e depois coordenaram a entrada dos falangistas "ao pôr do sol" do dia 16 de setembro. Em seguida, a 200 metros da cena das matanças, observaram tudo de cima dos telhados de três imóveis.

A "Pax Syriana"

A onda de choque foi tal que os países ocidentais, sob a iniciativa do presidente americano Ronald Reagan, decidem enviar a Beirute uma nova força multinacional de intervenção. O gabinete israelense não tem como se opor a isso. Composta de contingentes americano, francês, britânico e italiano, dessa vez ela tem por missão contribuir para o "retorno à segurança" e o "respeito ao direito das pessoas". De início, essa presença tem uma boa aceitação. Os cafés de Beirute estão cheios de novo, as lojas dos bairros comerciais devastados se reconstroem, as companhias aéreas ocidentais retornam. Mas o Líbano continua um país ocupado. O exército israelense só se retirou da área de cerca de dez quilômetros em torno da capital, as diferentes milícias libanesas continuam acampadas em suas posições, assim como o exército sírio. Acrescentem-se a isso várias centenas de guardas revolucionários iranianos instalados em Balbek, no vale do Bekaa, com o consentimento dos sírios.

No total, o país não tem ao menos 33 exércitos estrangeiros e milícias locais em seu território…

Os americanos vão procurar, durante os meses seguintes, convencer os principais atores regionais a negociar um plano de desobrigação do Líbano. Mas a Síria recusa-se categoricamente a retirar suas tropas. No início do mês de maio de 1983, salvas de obuses, atiradas das montanhas que dominam a capital, caem sobre os bairros cristãos de Beirute. Uma maneira, para Damasco, de fazer pressão sobre o presidente Amin Gemayel – o irmão mais velho de Bashir –, considerado próximo demais dos ocidentais. Um acordo libanês-israelense – que não passará de letra morta – é entretanto concluído em 17 de maio. Os sírios ficam furiosos. Ao final do verão, uma verdadeira guerra opõe, na região montanhosa do Chuf, os drusos apoiados pela Síria à milícia cristã das Forças Libanesas. Os americanos engajam-se, então, cada vez mais abertamente ao lado dos cristãos. Assim, os soldados da força multinacional são regularmente visados pelos aliados da Síria. Até o duplo atentado de 23 de outubro contra o quartel-general do exército americano, depois contra o Drakkar, um edifício inacabado de nove andares onde fica acampado o 1º Regimento de Infantaria Paraquedista francês. Em um intervalo de três minutos, pouco depois das 6 horas da manhã, um caminhão e uma caminhonete com explosivos chocam-se com os dois QGs, que são pulverizados. Várias dezenas de mortos serão retirados dos escombros. François Mitterrand e Ronald Reagan proclamam sua intenção de não ceder à chantagem e de manter suas tropas no local. Elas não ficarão ali por muito tempo. No início de 1984, os britânicos se retiram... à inglesa, esquecendo dois caminhões no porto de Jounieh. Em seguida são os italianos que fazem as malas, depois de ceder suas posições nos acampamentos palestinos à milícia xiita Amal. Os americanos, em campanha eleitoral, decidem por sua vez jogar a toalha, logo seguidos pelos franceses. Abandonado pelos ocidentais, Amin Gemayel resolve, pressionado pelos países árabes, revogar o acordo firmado com Israel. Em 29 de fevereiro de 1984, ele vai a Damasco.

Os atentados contra os QGs americano e francês, certamente praticados pelo Hezbollah, e a guerra dos acampamentos em seguida, que opõe o movimento Amal aos palestinos em 1985, depois aos drusos em 1987, traduzem a importância adquirida, desde o início dos anos 1980, pelos partidos xiitas no território libanês. Bastante marginalizada após a independência, a comunidade xiita organizou-se, de início em torno do Movimento dos Deserdados, criado em 1973 pelo imã Mussa

Sadr, o qual comporta, dois anos depois, uma ramificação militar, Amal. Mas é principalmente a revolução khomeinista de 1979 no Irã que vai mudar essa configuração. Principal instrumento da estratégia de influência do Irã, o Hezbollah é fundado nos anos 1982-1984 e fixa de imediato como objetivo estender ao Líbano a revolução islâmica.

O mandato presidencial de Amin Gemayel expira em setembro de 1988. As facções libanesas, mais divididas do que nunca, revelam-se incapazes de entrar em acordo sobre um sucessor. Amin Gemayel decide, então, apesar da oposição dos partidos muçulmanos, nomear o comandante em chefe do exército, o general cristão Michel Aoun, como chefe de um governo interino. Este decreta, alguns meses depois, uma "guerra de libertação" contra a Síria que se traduz por novos confrontos homicidas entre pró e antissírios. A aproximação da Síria e da Arábia Saudita permite, dessa vez, à Liga Árabe assumir a frente das negociações. Em 24 de outubro de 1989, 63 deputados libaneses, remanescentes do Parlamento eleito em 1972, assinam, sob a égide da Arábia Saudita, o Acordo de Taif. O texto prevê modificações institucionais no sentido de um melhor equilíbrio entre as comunidades e a dissolução das milícias. O exército sírio, no acordo, é convidado apenas a se instalar na planície do Bekaa, o que significa legalizar a presença militar de Damasco, cujos vínculos privilegiados com o Líbano são reafirmados. Sendo muitas as chancelarias que se deixaram convencer de que a tutela síria era a única capaz de assegurar a estabilidade do Líbano, o acordo obtém carta branca da comunidade internacional. Em 22 de novembro de 1989, sempre em Taif, os representantes das principais facções libanesas assinam um "pacto da coexistência". O único que se opôs foi Michel Aoun, que tenta resistir. Vencido, ele acabará por se refugiar, em 13 de outubro de 1990, na Embaixada da França. É, oficialmente, o fim da Guerra do Líbano.

O assassinato de Rafic Hariri

Os libaneses querem crer que uma nova era de prosperidade enfim é possível. Assumindo como primeiro-ministro em maio de 1992, Rafic Hariri, um riquíssimo homem de negócios sunita ligado à Arábia Saudita, dedica-se à reconstrução de Beirute. Mas isso não impede que um conflito latente se desenvolva no sul do Líbano entre o Hezbollah e o exército israelense que aí ainda ocupa uma "zona de

segurança". Logo após a entrada em vigor do Acordo de Taif, uma disposição do texto legitimando a "resistência" à ocupação israelense permitiu que a milícia xiita obtivesse o apoio das outras facções para manter-se em armas. Somente no mês de maio de 2000 é que o Tzahal deixará o sul do Líbano. Hassan Nasrallah, o chefe do Hezbollah, terá de desarmar suas tropas? Nada disso. O "partido de Deus" redescobre oportunamente um minúsculo território até então ocupado por Israel, o das "fazendas de Shebaa". Os israelenses haviam ocupado esses dezoito povoados na vertente libanesa do monte Hermon em 1967, no momento da ocupação do Golã sírio. Na época, os libaneses não tinham procurado fazer valer seus direitos…

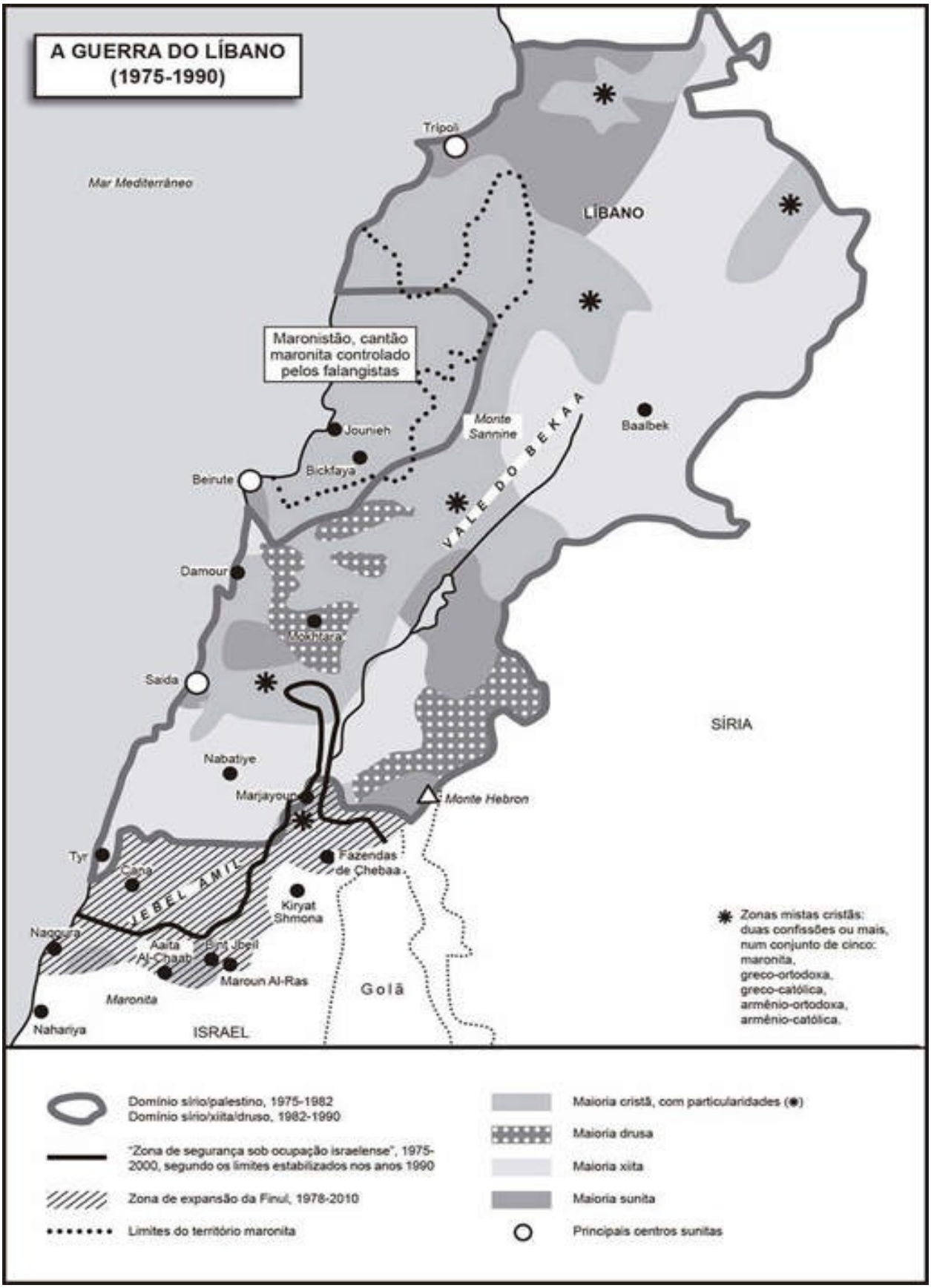
Paralelamente, a tutela síria se torna cada vez mais pesada. Num primeiro momento, após o falecimento de Hafez el-Assad e da ascensão ao poder, em junho de 2000, de seu filho Bachar, Rafic Hariri tenta negociar com as autoridades sírias na esperança de afrouxar o cerco. Ele não consegue, e suas relações com o chefe de Estado libanês, o pró-sírio Emile Lahoud, tornam-se cada vez piores. É no começo do ano de 2004 que nasce a ideia de recorrer ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para auxiliar o Líbano a recuperar sua soberania. Apresentado por Jacques Chirac e Rafic Hariri, o projeto recebe o apoio dos Estados Unidos, que gostam da ideia de enfraquecer o eixo iraniano-sírio[7] na região. No mês de agosto, as coisas se aceleram. Damasco escolhe impor a recondução do mandato do presidente Lahoud. Em 26 de agosto, Bachar el-Assad comunica sem rodeios sua decisão a Rafic Hariri. O golpe sírio desencadeia a reação do Conselho de Segurança. Adotada em 2 de setembro de 2004, a Resolução 1.559 determina a retirada total das "tropas estrangeiras" do Líbano, assim como o desarmamento de todas as milícias. Em 14 de fevereiro de 2005, Rafic Hariri é morto num atentado em pleno centro de Beirute. A comoção é enorme. Pela primeira vez, centenas de milhares de libaneses – cristãos, sunitas e drusos – saem às ruas para se manifestar contra a presença síria. É a "Revolução do Cedro". Sob a pressão da rua e das chancelarias, Damasco acaba retirando suas tropas em abril de 2005. Mas não os agentes de seus serviços secretos… Alguns meses depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas cria um tribunal especial encarregado de julgar as pessoas suspeitas de terem assassinado o antigo primeiro-ministro libanês.

A paz inalcançável

O assassinato de Rafic Hariri marca uma mudança de rumo na história movimentada do Líbano, já que mexe com as linhas divisórias entre as diferentes comunidades. Os sunitas e os xiitas estão em campos opostos, enquanto os cristãos estão divididos. A "Aliança 14 de março" (em referência a uma manifestação organizada em 14 de março de 2005, um mês depois do atentado) milita por um país livre da tutela síria e que não sirva mais de campo de batalha aos conflitos da região. Ela reúne, na essência, os sunitas e uma parte dos cristãos – dentre os quais o clã Gemayel – e também, pelo menos no início, os drusos de Walid Jumblatt. É apoiada pelos países ocidentais e pelos grandes Estados sunitas do Oriente Médio, a começar pela Arábia Saudita. No outro lado, com o apoio do Irã e da Síria de Bachar el-Assad, estão as duas grandes formações xiitas – o Hezbollah e o movimento Amal –, assim como algumas personalidades cristãs originárias do norte do Líbano e a Corrente Patriótica Livre, o partido do general Michel Aoun. Estes acusam os ocidentais de procurar, entrando em guerra contra o regime de Damasco, estabelecer sua própria tutela sobre o país do cedro.

É nesse contexto que eclode, no torpor do verão de 2006, uma nova Guerra do Líbano. Em 12 de julho, o Hezbollah anuncia a captura de dois militares israelenses "na fronteira com a Palestina ocupada". Três outros soldados foram mortos no embate. A reação dos israelenses não se faz esperar. O Líbano está novamente sob as bombas. Suas pontes e seus principais eixos rodoviários são destruídos, as cidades e as aldeias do sul do Líbano, assim como os subúrbios xiitas da capital, atacadas sem trégua, enquanto centenas de foguetes atirados pelo Hezbollah abatem-se sobre a Galileia.

Após a guerra, a ONU contabilizará uma média de 3 mil bombas atiradas por dia pelo exército israelense e um total de 3.900 foguetes atirados pelo Hezbollah! Os libaneses têm, quanto a isso, a impressão de voltar no tempo, a vários anos antes.


A GUERRA DO LÍBANO
(1975-1990)
Tripoli
Mar Mediterrâneo
LÍBANO
Maronistão, cantão maronita controlado pelos falangistas
Jounieh
Monte Sannine
Baalbek
Bickfaya
Beirute
VALE DO BEKAA
Damour
Mokhtara
Saida
SÍRIA
Nabatiye
Marjayoun
Monte Hebron
Tyr
Fazendas de Chebaa
Cana
JEBEL AMIL
Kiryat Shmona
Naqoura
Aaita Al-Chaab
Bint Jbeil
Maroun Al-Ras
Golã
Maronita
Nahariya
ISRAEL
Zonas mistas cristãs: duas confissões ou mais, num conjunto de cinco: maronita, greco-ortodoxa, greco-católica, arménio-ortodoxa, arménio-católica.
Domínio sírio/palestino, 1975-1982
Domínio sírio/xiita/druso, 1982-1990
"Zona de segurança sob ocupação israelense", 1975-2000, segundo os limites estabilizados nos anos 1990
Zona de expansão da Finul, 1978-2010
Limites do território maronita
Maioria cristã, com particularidades (✱)
Maioria drusa
Maioria xiita
Maioria sunita
Principais centros sunitas

Enquanto os combates prosseguem, são feitas negociações nas Nações Unidas, que resultarão, em 11 de agosto, numa Resolução – a 1.701 – que o Conselho de Segurança adotará por unanimidade. Esse texto prevê um cessar-fogo, o reforço da Finul (Força Interina das Nações Unidas no Líbano) e o domínio pelo exército libanês do sul do Líbano. Reafirmam-se também os princípios da Resolução 1.559. A trégua entra em vigor em 14 de agosto. As tropas israelenses se retiram algumas semanas depois. No total, estima-se que a guerra de 2006 tenha causado no Líbano 1.300 mortes, a grande maioria de civis, e gerado perto de um milhão de refugiados. Ela permitiu também a Hassan Nasrallah ganhar a batalha da imagem. Do Marrocos à Arábia Saudita, onde milhões de muçulmanos ficaram diante de suas telas de TV atentos às grandes emissoras de televisão árabes que divulgavam em uníssono a desgraça do Líbano, o chefe do Hezbollah nunca foi tão popular.

Retiradas as tropas israelenses, as hostilidades entre as facções libanesas recomeçam. A ruptura se concentra em torno do Tribunal Especial para o Líbano, encarregado de julgar os assassinos do antigo primeiro-ministro. Enquanto a corrente sunita continua a reclamar a verdade, a Síria e o Hezbollah são contrários a esse tribunal. Os atentados ou as tentativas de assassinato se multiplicam contra as personalidades do campo antissírio. Em maio de 2008, o Hezbollah, que reconstituiu seu arsenal, dá um passo à frente: seus milicianos ocupam a parte ocidental de Beirute, de maioria sunita, após terem bloqueado todos os caminhos que conduzem ao aeroporto. As casas de Saad Hariri, o filho de Rafic, do chefe druso Walid Jumblatt e do mufti da República, a mais alta autoridade sunita do país, são cercadas. O exército, cedendo à pressão de seus oficiais xiitas, escolhe não reagir a fim de preservar sua unidade. O Hezbollah exige e obtém, em troca de sua retirada, um direito de veto no seio do futuro governo de união nacional. Nada poderá, então, ser decidido no Líbano que vá contra a vontade do "partido de Deus" e de seus "padrinhos" iranianos e sírios. Em junho de 2011, o indiciamento do "tribunal Hariri" põe em evidência a responsabilidade de quatro suspeitos, todos eles membros do Hezbollah.

Faz cerca de quarenta anos que as guerras se sucedem no país do cedro. Suas implicações sempre foram múltiplas, misturando estreitamente as disputas inter-libanesas aos conflitos geopolíticos regionais, o que as torna muito difíceis de ser compreendidas pelos ocidentais. Se o conflito árabe-israelense, por longo tempo no

centro das divisões comunitárias do Líbano, ainda fica muito em evidência, o aumento de tensão desses últimos tempos é diretamente ligado à Guerra da Síria, que se tornou o epicentro de um conflito regional que opõe os xiitas, apoiados pelo Irã, aos sunitas, apoiados pelas monarquias do Golfo. No início da revolta síria, as autoridades libanesas se esforçaram por adotar uma atitude de "distanciamento", mas ao longo dos meses essa posição foi abandonada pela radicalização dos atores políticos xiitas e sunitas. A Batalha de Qusseir (uma cidade do oeste da Síria), em maio de 2013, marcou uma mudança: o Hezbollah entrou abertamente na guerra prestando um grande auxílio às tropas de Bachar el-Assad ameaçadas em campo pela rebelião. Do lado sunita, dignitários religiosos apoiados pela Arábia Saudita chamam com regularidade os jovens libaneses a pegar em armas ao lado dos rebeldes sírios. Mesmo que estejam longe da força de ataque do Hezbollah, milícias sunitas – salafistas principalmente – se reconstituíram na região de Saida, ao sul, e na de Trípoli, ao norte, onde ocorreram vários embates. Entre o verão de 2013 e o início do ano de 2014, uma meia dúzia de atentados foram perpetrados nos setores xiitas de Beirute, dos quais pelo menos um foi reivindicado pela ramificação da al-Qaeda no Oriente Médio. Em 27 de dezembro de 2013, os partidários anti-Assad é que foram visados, com o assassinato, em plena rua, do principal conselheiro de Saad Hariri, o chefe político dos sunitas do Líbano. Outro fator de desestabilização: o afluxo dos refugiados sírios. No início de 2014, ao ritmo de 50 mil por mês, mais de um milhão de sírios tinham-se refugiado do lado libanês da fronteira. Quanto tempo ainda resistirão as válvulas de escape que impedem o país do cedro de se abrasar novamente? A Guerra da Síria não resultará forçosamente num confronto generalizado no Líbano. Mas o país poderia progressivamente cair numa situação à iraquiana com erupções de violência localizadas entre milícias rivais e uma recrudescência dos atentados. Seu futuro dependerá também da atitude do exército, considerado desde 2005 a garantia da unidade nacional. "No Líbano", analisa o cientista político Joseph Bahout,[8] "a crise síria é percebida pelos dois lados em confronto como uma crise existencial: da perda ou da sobrevivência do regime sírio dependerá a sobrevivência de um ou outro lado."

Notas

[I] N. T.: Referência ao episódio conhecido como Noite das Facas Longas (de 30 de junho a 1º de julho de

1934), em que Hitler e a direção do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (o Partido Nazista) decidiram executar dezenas de seus membros políticos, sendo a maioria da Sturmabteilung (SA), uma organização paramilitar do partido.

[1] Essa comunidade muçulmana que professa uma religião heterodoxa habita principalmente no Líbano, na Síria e na Galileia.

[2] Sunitas e xiitas constituem os dois principais ramos do Islã. Em sua origem, o xiismo é uma dissidência que surgiu em 632, no momento da sucessão do profeta Maomé. Os sunitas continuam amplamente majoritários. Os xiitas se encontram principalmente no Irã, no Iraque, no Líbano, no Iêmen e em Bahrein.

[3] Organização política e militar palestina fundada em 1959 no Kuwait por Yasser Arafat, o Fatah se tornará o principal componente da OLP.

[4] Os maronitas constituem a primeira comunidade cristã do Líbano. Sua liturgia foi criada no século V na Síria por São Maron. São ligados à Igreja de Roma.

[5] Chefe druso, fundador do Partido Socialista Progressista. Morre assassinado, provavelmente a mando de Damasco, em 16 de março de 1977.

[6] O movimento Amal, criado em 1975, é hoje, com o Hezbollah, um dos principais partidos xiitas libaneses.

[7] A Síria é o principal aliado do Irã, cujo regime está então sob a vigilância de Washington.

[8] Citado pelo jornal *Le Monde*.

Bibliografia selecionada

AMMOUN, Denise. *Histoire du Liban contemporain (1943/1990)*. Paris: Fayard, 2005.

CORM, Georges. *Le Proche-Orient éclaté (1956-2000)*. Paris: Gallimard, 1999.

_____. *Le Liban contemporain*. Paris: La Découverte, 2003.

FEKI, Masri; FICQUELMONT, Arnaud de. *Géopolitique du Liban*. Paris: Studyrama, 2008.

FISK, Robert. *Liban, nation martyre*. Paris: A & R Éditions, 2007.

GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. *Les 100 clés du Proche-Orient*. Paris: Hachette, 2011, col. "Pluriel".

HIRST, David. *Une histoire du Liban*. Paris: Perrin, 2011.

KAPELIOUK, Amnon. *Sabra et Chatila: Enquete sur un massacre.* Paris: Seuil, 1982.

KASSIR, Samir. *La guerre du Liban: De la dissension nationale au conflit régional (1975-1982)*. Beyrouth/Paris: CERMOC/ Karthala, 1994.

_____. *Histoire de Beyrouth*. Paris: Fayard, 2003; Paris: Perrin, 2011, col. "Tempus".

PICAUDOU, Nadine. *La Déchirure libanaise*. Bruxelles: Complexe, 1989.

RANDAL, Jonathan. *La guerre de mille ans*. Paris: Grasset, 2004.

A URSS na armadilha afegã

(1979-1989)

Marc Epstein

O regime soviético não sobreviverá por muito tempo à intervenção do Exército Vermelho no Afeganistão. Os efeitos muitas vezes paradoxais desse conflito assassino continuam a assombrar os Estados Unidos e a Europa.

Quando as tropas da União Soviética ocuparam o atoleiro afegão, no início dos anos 1980, os corpos dos soldados mortos em combate foram muitas vezes empilhados. Literalmente. Como muitos de seus companheiros, Serguei Nikiforov, estudante de Medicina, foi enviado para lá durante seu serviço militar. Em seu diário, ele conta sua descoberta, na noite de sua chegada, do necrotério do regimento. No interior de uma simples cabana com paredes de terra batida, onde há um calor úmido e um mau cheiro indescritível, ele vê dois soldados bêbados colocar, num caixão de zinco, uma cabeça, dois braços, um torso, duas pernas. "Uma patrulha foi pega em emboscada pelos mujahedins, explica um médico militar. Eles cortaram nossos rapazes em pedaços e jogaram seus membros em sacos de juta. Um caminhão acaba de entregá-los. Como se estivessem dando um presente." Uma vez cheio, o caixão é selado com maçarico.

Quando Nikiforov chegou ao Afeganistão, a invasão soviética, iniciada em dezembro de 1979, estava ainda no começo. Em Moscou, o regime alega que suas tropas cumprem um "dever internacionalista" de assistência junto a um povo amigo: segundo a propaganda, os soldados não são engajados nos combates. Em 1980, os permissionários do Afeganistão são proibidos de comparecer à capital soviética durante os Jogos Olímpicos de verão, pois as autoridades temem que eles contem o que viram. Obcecado pelo segredo, o Estado-Maior chega a tomar uma decisão singular: durante anos, os corpos dos militares mortos são entregues a suas famílias

no meio da noite, com a vã esperança de que o fato passará despercebido.

Em Moscou, Andrei Blinuchov, um dos soldados encarregados dessa tarefa, lembra-se de ter subido com três companheiros, no meio da noite, com o caixão contendo o corpo de um piloto de helicóptero, até o sétimo andar de um prédio. Dentro do apartamento, a viúva, muito pálida, está com um bebê no colo e parece incapaz de dizer uma palavra. Alertados pelo barulho, chegam alguns vizinhos e afastam alguns móveis, a fim de pôr no chão a grande caixa de ferro. E, de repente, a jovem mulher começa a gritar. Ela urra, como um animal capturado, e expulsa os soldados, impotentes e aterrorizados. Eles se precipitam pela escada e encontram seu oficial superior ao volante do caminhão. Ele não teve coragem de assistir à cena.

A engrenagem

Como a União Soviética chegou a tal ponto? Por que o líder envelhecido de uma superpotência sem fôlego, Leonid Brejnev, lança suas tropas contra as montanhas afegãs? A três anos de sua morte, ele tem consciência, como os outros membros idosos da cúpula política, de que antecipa sem querer a implosão do gigante soviético?

Moscou sempre teve grande interesse por aquela região, próxima a sua fronteira, que figura entre as mais belas do mundo. O Afeganistão, como o conhecemos hoje, nasceu do confronto, no século XIX, entre o Império Russo e o Império das Índias, por ocasião do "Grande Jogo" entre São Petersburgo e Londres. Situado na antiga Rota da Seda, esse pivô estratégico está na encruzilhada do subcontinente indiano, da Ásia Central e do Oriente Médio. Terra de pastores e de agricultores, a região é isolada, de leste a oeste, pela alta cordilheira de Hindu Kuch e seus cumes de 5 mil metros, sempre cobertos de neve. Sua história e sua geografia a tornam propícia a todos os tráficos.

No século XX, apesar das turbulências políticas, o "Grande Jogo" perdura. Em 1921, o rei Amanullah, no comando de um Estado afegão que acaba de tornar-se independente, assina um tratado de paz e de amizade com o regime bolchevique de Moscou que chegara ao poder quatro anos antes. Mas Cabul prossegue, como no passado, num jogo sutil de equilíbrio entre a URSS, ao norte, e o Raj,[I] a leste. A retirada dos britânicos, em 1947, leva à criação do Paquistão, no flanco oriental do território afegão, uma evolução que o reino preferiria que não acontecesse, ainda

mais porque o traçado da fronteira entre os dois Estados é uma herança colonial contestada por ambas as partes.

Nos anos seguintes, Cabul joga com a Guerra Fria entre Moscou e Washington. Como o Paquistão alinhou-se ao campo ocidental, o Afeganistão acolhe de boa vontade milhares de soviéticos: militares, engenheiros e técnicos. Eles constroem estradas, pontes, usinas hidrelétricas… Muitos oficiais superiores do exército afegão são formados em Moscou e falam russo. No sul do país, a partir do final dos anos 1950, os americanos multiplicam, por sua vez, os grandes canteiros de obras. As duas superpotências rivalizam em generosidade: no aeroporto de Cabul, Washington fornece sistemas de comunicação e radar, enquanto Moscou se encarrega da infraestrutura…

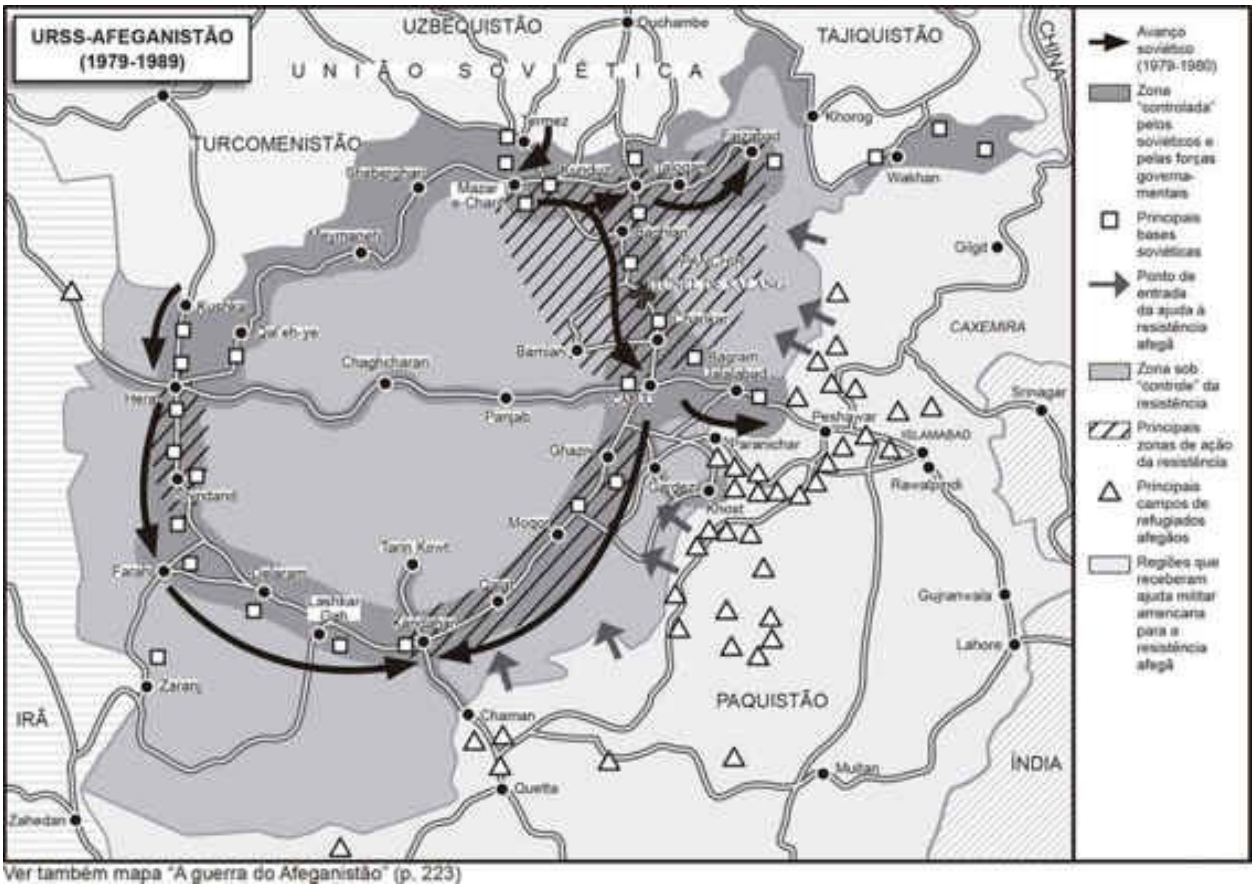
Entre 1963 e 1973, o rei Mohammed Zahir Shah instaura uma monarquia constitucional e tenta modernizar seu país. No *campus* da Universidade de Cabul, as jovens usam saias curtas e calças jeans "bocas de sino". Enquanto os movimentos islâmicos se ampliam no campo, onde domina o peso das tradições, os comunistas, idealistas e revolucionários, aumentam sua influência sobre as cidades. A partir de 1969, o Afeganistão atravessa vários anos de seca e de fome. Aproveitando-se da crise, um ministro e primo do rei, Mohammed Daoud, alia-se aos comunistas e, em julho de 1973, abole a monarquia. Como primeiro presidente da República na história do país, sua política cada vez mais autoritária provoca, em 1975, as duas primeiras revoltas fundamentalistas, apoiadas pelo Paquistão. Em Cabul, contrariando Moscou, os comunistas matam o presidente Daoud, tomam o poder e pregam uma guerra contra o Islã.

De golpe de Estado a ações violentas, o caos político leva à guerra civil, atiçada pelas rivalidades tribais e pela repercussão das notícias provenientes do Irã, país vizinho: em fevereiro de 1979, nas ruas de Teerã, a revolução islâmica varre o regime do xá e uma multidão imensa recebe o aiatolá Ruhollah Khomeini, que volta do exílio. Um mês depois, a rebelião dos oficiais islâmicos de Herat, a oeste do Afeganistão, é logo seguida por outras guarnições.

Os Estados Unidos, preocupados com o surgimento de um regime comunista no Afeganistão, fornecem, desde o verão de 1979, dinheiro e armas aos mujahedins afegãos, que se refugiam em número crescente no Paquistão e proclamam a guerra santa contra o governo de Cabul. Moscou envia novos conselheiros e elabora um plano de expansão das forças terrestres. Entretanto, os arquivos oficiais da época são

categóricos: os líderes soviéticos não pretendem intervir. Como os americanos nos meses que precedem a Guerra do Vietnã, os russos procuram acabar na origem com uma guerra civil que ameaça derrubar seus vassalos do poder. Mas desprezam os comunistas afegãos sequiosos de poder e considerados culpados de alimentar a instabilidade regional.

A armadilha



Ver também mapa "A guerra do Afeganistão" (p. 223)

De fato, em Cabul, os pretensos revolucionários odeiam-se entre si, a tal ponto que suas divisões levam ao drama shakespeariano. Em 10 de setembro de 1979, o presidente Nur Mohammad Taraki, submisso a Moscou, é amarrado a um leito e asfixiado com um travesseiro; seu assassinato foi encomendado por um camarada rival, o primeiro-ministro Hafizullah Amin, que toma o poder pela força. O episódio escandaliza os dignitários soviéticos: Iuri Andropov, então chefe do KGB, suspeita que o novo presidente, embora comunista, seja um agente dos Estados Unidos, pois Amin estudara, nos anos 1960, na Universidade de Colúmbia, em

Nova York! Em 12 de dezembro de 1979, durante uma reunião da cúpula política, Andropov acusa a CIA de querer estabelecer um "novo Império Otomano", que reuniria as Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, onde os muçulmanos são numerosos. Se os americanos instalassem mísseis em território afegão, acrescenta, as defesas antiaéreas soviéticas seriam insuficientes para proteger alvos estratégicos, tais como a base de lançamento espacial de Baikonur. Pior, as reservas afegãs de urânio correriam o risco de serem exploradas pelo Irã ou pelo Paquistão!

Por 13 vezes, desde o verão de 1979, diferentes líderes do PC afegão solicitaram uma intervenção militar. Moscou até então não havia dado resposta: "Estudamos com atenção todos os aspectos desta ação", responde um representante soviético. "E chegamos à conclusão de que, se fôssemos intervir com nossas tropas, não somente a situação de seu país não melhoraria; mas, ao contrário, ela se tornaria mais grave." O assassinato de Taraki muda tudo. Em 24 de dezembro de 1979, menos de duas semanas após a reunião da cúpula política, o 40º Corpo do Exército Vermelho responde ao apelo de Babrak Karmal, um líder comunista tido como moderado. Desembarcando dos Antonov 22 ou chegando pela estrada, 85 mil soldados tomam as grandes cidades. Três dias depois, as forças especiais soviéticas atacam o palácio presidencial e matam o presidente Amin, no posto há apenas 104 dias. Escolhido por Moscou como dirigente substituto, Babrak Karmal se revela lunático, paranoico e viciado em bebida. Incapaz, sobretudo, de negociar o menor acordo com os rebeldes muçulmanos. Para o regime soviético, a armadilha se fechou. A guerra durará nove anos.

Meios inadaptados

Nos primeiros meses, muitos dos soviéticos enviados para o Afeganistão – militares, técnicos, conselheiros civis – acreditam que a operação foi acertada. Eles se assemelham aos americanos, que apoiarão, em sua maioria, a guerra no Afeganistão depois dos atentados do 11 de setembro de 2001, pois verão nisso uma maneira de ajudar um país pobre, exposto à ameaça terrorista. A maior parte dos soldados soviéticos são recrutas, originários das pequenas cidades e do campo. Somente a aeronáutica, a KGB e as unidades médicas dispõem de militares de carreira.

Desde o início da guerra, o objetivo de Moscou é ganhar os corações e os espíritos, contribuindo para a estabilidade do país. O general Alexandre Maiorov,

um dos primeiros partidários da intervenção, está convencido disso: o povo afegão não pode ser conquistado pela força; ele pode ser, no máximo, comprado… Problema: os soviéticos não estão equipados para isso. Babrak Karmal, seu aliado incapaz, nunca obterá a submissão dos habitantes rurais, sem os quais nada é possível.

Resta a opção militar. Também nesse plano, nada acontece como previsto. Durante toda a guerra, as forças de Moscou nunca ultrapassaram 120 mil homens: o objetivo é evitar os erros do contingente americano no Vietnã, que chegou a meio milhão de combatentes. Mas o soldado soviético usa um equipamento excessivo para o combate na montanha e está mal preparado para enfrentar um adversário ágil e habilidoso. O Exército Vermelho conservou suas estruturas do Pacto de Varsóvia, adaptadas a uma luta entre formações mecanizadas num teatro europeu: logo que as forças terrestres estivessem em dificuldade, a aviação e a artilharia assumiriam o ataque. Resultado: quando os mujahedins atiram do interior de uma aldeia, os soviéticos bombardeiam e destroem todo o povoado, arriscando-se prejudicar aqueles que pretendiam ajudar.

A resistência

O poder de fogo superior proporciona algumas vitórias aos soviéticos, mas serão efêmeras. Quando as forças especiais tomam uma cidade, a infantaria não consegue controlar os vales nos arredores. O Exército Vermelho se revela, assim, incapaz de controlar a fronteira com o Paquistão, onde os Estados Unidos e a Arábia Saudita, entre outros, armam e financiam uma miríade de grupos de resistência, afegãos ou estrangeiros. Nas ruelas de Peshawar, base da retaguarda dos rebeldes, um moderado como Ahmad Shah Massoud, combatente legendário da resistência e antigo aluno do liceu francês de Cabul, pode cruzar com Abdul Rasul Sayyaf, wahhabita apoiado pelos Estados do Golfo. O jovem Osama bin Laden, vindo da Arábia Saudita, alia-se a Gulbuddin Hekmatyar, fundamentalista então apreciado por Washington e Islamabad. É a época em que, com o cinismo dos que nada têm a perder, oficiais da CIA prometem "lutar contra os soviéticos até o último afegão". Levados pela lógica da Guerra Fria, os Estados Unidos consolidam continuamente o campo jihadista e reforçam o poder dos serviços de espionagem militares paquistaneses.

Renunciando a qualquer política de domínio territorial, os soviéticos se limitam

a controlar as aglomerações e os principais eixos rodoviários. Os 5 mil homens do comandante Massoud não perderão jamais o controle do vale do Panshir, com 250 quilômetros de comprimento, que domina, no coração do Hindu Kush, a estrada estratégica entre Cabul e a URSS. E com razão. A mais de 2 mil metros de altitude, a capacidade de transporte de um MI-8, o helicóptero pesado usado por Moscou, não passa de quatro homens. Quanto ao MI-24, um helicóptero de ataque capaz de voar a mais de 300 km/h, ele se revela incapaz de abrir fogo a mais de 4.500 metros de altitude. A partir de 1986, a entrega pelo amigo americano dos temíveis mísseis Stinger com mira ótica e orientação infravermelha, capazes de atingir qualquer aeronave a 5 mil metros de altitude, marca uma mudança na guerra: os soviéticos perdem o domínio do céu. No solo, os mujahedins multiplicam também as infiltrações e ataques: em janeiro de 1985, na grande base de Bagram, no leste do país, várias dezenas de aparelhos são destruídos numa única noite.

Como partir?

Dois meses depois, Mikhail Gorbatchev é nomeado para a presidência do Partido Comunista da União Soviética. Convencido da necessidade de uma retirada do Afeganistão, ele autoriza o desenvolvimento de uma campanha hostil à guerra, feita por veteranos e pelas famílias dos soldados. Moscou quer pôr fim à ocupação sem, no entanto, parecer uma derrota: "Gorbatchev se preocupava com os desgastes que uma retirada apressada poderia causar ao prestígio soviético. Ele procurava instaurar em Cabul um regime viável, que pudesse perdurar após a partida das tropas soviéticas", escreve o historiador Artemy Kalinovski. Será essa a tarefa confiada a Mohammad Najibullah, um antigo agente da polícia secreta, que, em 1986, sob a ordem de Moscou, substitui na presidência Babrak Karmal, rapidamente repatriado para a União Soviética, onde morrerá dez anos depois. Apesar de sua política pragmática no serviço de uma pretensa "reconciliação nacional", Najibullah fracassa. Ter sucesso suporia o apoio dos Estados Unidos, principais protetores dos mujahedins. Ora, a administração Reagan, em Washington, condiciona o fim da ajuda aos rebeldes à retirada pura e simples de qualquer forma de ajuda soviética ao governo de Cabul. Cansado da guerra, Gorbatchev ordena a retirada.

Com esse recuo, a ocupação soviética parece mais inábil do que cruel, diferente

do que a propaganda da guerra fria, nos anos 1980, quis fazer crer. A utilização de armas químicas, ou de brinquedos com armadilhas, por exemplo, nunca existiu.

Em fevereiro de 1989, quando o general Boris Gromov, conduzindo o estandarte do 40º Exército, atravessa a "ponte da amizade" na fronteira afegã, ele é recebido por jornalistas, por funcionários municipais e por alguns curiosos. Os representantes de Moscou, civis ou militares, estão ausentes. Os "afghantsi", como são chamados os veteranos, muitas vezes doentes e traumatizados, encontram um país indiferente e em crise. O Império Vermelho se despedaçará menos de três anos depois sem que a derrota tenha tido o papel central que lhe foi atribuído durante muito tempo. É certo que a ocupação do Afeganistão manchou o prestígio da União Soviética, em particular junto a seus aliados do terceiro mundo, mas no plano econômico o custo da operação foi baixo. No plano humano, entretanto, o balanço é terrível: 15 mil mortos, segundo Moscou. Em resumo, essa derrota humilhante aparece mais como um revelador do que como um acelerador do fim do "homem vermelho".

Vergonha e embaraço

Do lado afegão, principalmente, os números causam vertigem. A guerra provocou entre 600 mil e 1,5 milhão de mortes. Cerca de um a cada dez habitantes foi mutilado. E cerca de um terço fugiu para o exterior. Mal concebida e fracassada, a intervenção criou as condições do caos e de uma corrida para o abismo. Após armar até os dentes os muçulmanos mais radicais, os americanos, ébrios com a vitória, deixam os afegãos à própria sorte. Cegueira fatal: entre 1992 e 1996, na ausência de um inimigo comum, os grupos mujahedins se dilaceram numa guerra civil homicida. Cabul é transformada em campo de ruínas antes que os talibãs aí imponham, a partir de 1996, um regime sanguinário, graças ao qual Osama bin Laden pôde instalar os campos de treinamento da al-Qaeda. Quanto a Najibullah, destituído em 1992, será preso e torturado quatro anos depois. Com o apoio de Islamabad, os talibãs pendurarão seu corpo inchado num poste de sinalização próximo ao palácio presidencial, onde outrora ele havia criticado o Paquistão por sua intervenção na guerra…

No fundo, o "Grande Jogo" nunca acabou: foram apenas os atores que mudaram com o passar do tempo. Após ter sido, nos anos 1980, um dos últimos

cenários de confrontos oriundos da Guerra Fria, a partir da década seguinte o território afegão se tornará o principal teatro do conflito que opõe o campo ocidental ao islamismo radical. Os atentados do 11 de setembro de 2001 foram concebidos ali.

Vinte anos após a retirada soviética, em 16 de fevereiro de 2009, o Parlamento russo adotou, pela primeira vez, uma resolução saudando os veteranos do Afeganistão, que "cumpriram com convicção seu dever de soldado, em nome do heroísmo, da bravura e do patriotismo". O regime de Vladimir Putin, tão disposto a cantar os feitos do Exército Vermelho, quase não evoca esse episódio da história nacional. Como se fosse uma vergonha. Para todo o mundo?

Nota

[I] N. T.: Neste trecho, a designação "Raj" é uma referência ao Império Britânico na Índia.

Bibliografia selecionada

ALEXIEVITCH, Svetlana. *Les Cercueils de zinc*. Paris: Christian Bourgois éditeur, 1991.

BARRY, Michael. *Le Royaume de l'insolence: l'Afghanistan 1504-2011*. Paris: Flammarion, 2011.

BRAITHWAITE, Rodric. *Afgantsy: The Russians in Afghanistan, 1979-1989*. Oxford University Press, 2011.

KALINOVSKI, Artemy. *A Long Goodbye: the Soviet Withdrawal from Afghanistan*. Harvard University Press, 2011.

A Guerra Irã-Iraque: primeira Guerra do Golfo

(1980-1988)

Pierre Razoux

A Guerra Irã-Iraque marcou uma mudança de rumo na história do Oriente Médio. Em 22 de setembro de 1980, o exército iraquiano invadiu o Irã após algumas semanas de incidentes de fronteira e meses de discussões acirradas entre os dirigentes da nova república islâmica e Saddam Hussein. Ao lançar uma ofensiva limitada contra a planície rica em petróleo do Khuzistão, no sudoeste do Irã, o ditador iraquiano esperava conduzir uma guerra-relâmpago que não deveria durar mais de três meses. Essa guerra titânica durará, na realidade, oito anos. Ela pode ser considerada a mais longa e a última guerra total do século XX, durante a qual estarão engajados simultaneamente até 2 milhões de combatentes, 10 mil blindados, 4 mil peças de artilharia e mil aeronaves. De ambos os lados, todos os meios militares, humanos, econômicos, políticos e diplomáticos serão mobilizados. A maior parte dos países do Oriente Médio se envolverão nessa guerra, assim como as grandes potências, que verão uma oportunidade de melhorar suas posições na região estratégica do Golfo, formidável reservatório de hidrocarbonetos. À exceção de Washington, de Moscou e de Pequim, que farão prevalecer a ideologia da Guerra Fria, todos os outros atores, inclusive os europeus, se posicionarão em função de seus interesses pragmáticos do momento. No fim das contas, a Guerra Irã-Iraque mostrou o caráter racional do poder iraniano e a importância do conceito de segurança dos abastecimentos energéticos. Suas consequências são ainda perceptíveis hoje em dia: marginalização do Iraque na cena regional; reforço da presença militar ocidental no Golfo; enfim, continuação do programa nuclear iraniano para permitir a Teerã dissuadir qualquer agressor potencial e evitar que uma guerra como essa ocorra novamente.

Uma guerra motivada pelo nacionalismo e pela

conquista do poder

Atacando o Irã, Saddam Hussein, que tomou formalmente o poder somente dois anos antes, tem vários objetivos em mente. Antes de mais nada, ele deseja humilhar militarmente o aiatolá Khomeini para enfraquecer seu regime e fazê-lo compreender que não poderá exportar a revolução islâmica para o Iraque baathista. O ditador iraquiano levou onze anos, desde o golpe de Estado de 17 de julho de 1968, para tomar a frente do partido Baas e colocar o Iraque na rota do modernismo e da laicidade.[1] Não admite, portanto, ser derrubado pelos mulás iranianos que dispõem de potentes relações no seio do clero xiita iraquiano. Assim, ele age preventivamente, convencido de que o aiatolá Khomeini, que o detesta, está determinado a prejudicá-lo. Em seguida, procura apoderar-se de garantias territoriais para renegociar, em posição de superioridade, a fronteira com o Irã, principalmente na altura do rio Shatt al-Arab. O ditador iraquiano deseja também reforçar seu poder pessoal encarregando-se do exército, pois ele não é militar e não confia em seus generais.[2] Ele pretende igualmente aproveitar-se dessa cruzada para impor-se como o líder inconteste do mundo árabe e como o seu escudo natural diante do expansionismo revolucionário iraniano. Não é, portanto, por acaso que Saddam batiza sua ofensiva de "Eco de Qadisiya", em referência à grande batalha de 636, durante a qual os árabes esmagaram os persas na proximidade de Najaf, permitindo ao Império Abássida conquistar e islamizar a Pérsia. Apesar da opinião prudente dos que o cercam, que fazem ver os riscos de tal empreitada, Saddam está confiante. Mesmo que o Irã seja mais vasto, mais povoado, mais rico e mais bem armado que o Iraque, ele sabe que o momento é propício, pois o exército iraniano está desorganizado pelos expurgos que se seguiram à revolução islâmica de 1979. A partida precipitada dos técnicos americanos, após a invasão da embaixada americana de Teerã com tomada de reféns, acelerou o processo de desorganização, imobilizando uma parte do parque dos blindados e deixando no solo dois terços da aviação. Na desordem que ocorreu após o retorno do aiatolá Khomeini ao Irã, o novo presidente Bani Sadr chegou a suspender o serviço militar.

Do lado iraniano, o aiatolá Khomeini acolhe essa guerra como "uma dádiva", bem consciente de que esta não somente será propícia à união da jovem República Islâmica na luta contra o histórico adversário árabe, mas também que reforçará o poder do clero, que marginalizará os partidos laicos e que desestruturará uma

sociedade civil considerada modernista demais, além de eliminar todos os adversários internos do regime. Isso porque o governo iraniano trava guerras em três *fronts*: o primeiro, nas cidades, contra os oponentes ao regime; o segundo, na periferia, contra os movimentos independentistas;[3] o terceiro, enfim, na fronteira ocidental, contra o exército iraquiano. O aiatolá Khomeini está convencido de que, com a aproximação das tropas iranianas, a população xiita iraquiana se revoltará para derrubar Saddam. Ele se engana redondamente, pois os xiitas iraquianos continuarão fiéis a seu país. A guerra permitirá também a dois dos principais líderes iranianos, os mulás Ali Khamenei e Akbar Hachemi Rafsandjani, assegurar seu poder pessoal afastando todos os seus rivais, facilitando assim sua ascensão aos dois postos-chave da República: guia supremo para o primeiro, presidente para o segundo.

As forças opostas

O exército iraquiano é estruturado segundo um esquema soviético rígido. Seus modos de ação são previsíveis e tudo é feito para desencorajar o senso de iniciativa. No início das hostilidades, o exército conta com 250 mil homens, 12 divisões (dentre as quais 5 são blindadas), 1.750 tanques, 1.350 canhões, 295 aviões de combate e 14 navios de patrulha lança-mísseis. Seus equipamentos são inicialmente todos russos. Diante dele, o exército iraniano, inspirado nos modelos britânico e americano, muito mais flexíveis, totaliza 290 mil homens, 7 divisões (dentre as quais 3 são blindadas), 1.710 tanques, 1.100 canhões e 420 aviões de combate. Seu equipamento é ocidental. Está em desvantagem por falta de munições e de peças de manutenção, com um déficit de mecânicos e de engenheiros, em razão do novo regime, que fez com que muitos oficiais qualificados fugissem ou fossem jogados na prisão. Para os novos responsáveis militares, o essencial não é lutar com eficácia, mas permanecer fiel ao dogma da revolução islâmica. Em compensação, a Marinha iraniana, com 25 navios de guerra, impõe-se como a mais forte do Golfo Arábico-Pérsico.

Ao longo da guerra, os dois lados vão reforçar-se consideravelmente, tanto em relação aos efetivos quanto aos armamentos. Ao fim do conflito, em 1988, o Iraque contabilizará 800 mil homens, 51 divisões (das quais 7 são blindadas), 3.400 tanques, 2.300 canhões, 360 aviões de combate e 140 helicópteros de ataque. Do

outro lado, o exército iraniano, reforçado pelo Corpo dos Guardiães da Revolução – os famosos pasdarans, que formam um exército paralelo encarregado de assegurar a defesa do regime islâmico –, alinhará cerca de 900 mil homens, 48 divisões (das quais 5 são blindadas), 1.100 tanques, 900 canhões, 60 aviões de combate e 40 helicópteros de ataque. Saddam Hussein, que deverá poupar ao mesmo tempo sua população e seus generais, privilegiará a compra de equipamento, particularmente francês (os Mirage F-1 principalmente), e fará uma guerra a crédito, equipando-se a alto custo com armamentos que não hesitará em sacrificar para rechaçar as hordas iranianas. Do lado iraniano, o regime conduzirá uma guerra bastante econômica no aspecto financeiro e material, sabendo que só dispõe de suas rendas petrolíferas para financiar a continuidade das hostilidades, sem ninguém disposto a emprestar-lhe dinheiro. Contando com os importantes estoques de armas constituídos pelo xá, comprará sobretudo munições e peças de manutenção. Gastará sem poupar, em compensação, o único recurso pouco dispendioso de que dispõe em grande quantidade: a vida de seus soldados. Os mulás também não hesitarão em enviar para o combate várias centenas de milhares de crianças-soldados – os basijis – para dar cobertura ao exército regular e aos pasdarans. Seu calvário simbolizará todo o horror dessa guerra.

As grandes fases da guerra

A invasão iraquiana, precedida de uma ofensiva aérea que fracassa lamentavelmente, logo encontra obstáculos para avançar. Apenas uma das cinco grandes cidades próximas da fronteira é conquistada, com enorme dificuldade: Khorramshahr. As outras quatro (Kermanshah, Dezful, Ahwaz e Abadan, que abriga a maior refinaria de petróleo do mundo) ficam nas mãos do exército iraniano, que foi arrasado, teve de ceder terreno, mas aguentou o tranco e chegou até a se dar ao luxo de afundar uma parte das forças navais iraquianas, instaurando o bloqueio naval do Iraque. No final de dezembro de 1980, quando termina a primeira fase da guerra, os iraquianos só haviam ocupado uma estreita faixa de cerca de trinta quilômetros de largura (menos de 1% do território iraniano). Consciente de seu fracasso, Saddam Hussein esbanja boas ações para com o Irã e propõe um cessar-fogo seguido de um retorno à situação anterior à guerra. Os mulás iranianos, decididos a punir Saddam, não lhe dão ouvidos e têm necessidade de prolongar essa

guerra para afirmar seu poder. Eles colocam condições inaceitáveis para Bagdá: Saddam Hussein deve reconhecer sua responsabilidade quanto à eclosão da guerra e deve deixar o poder; o Iraque deve pagar substanciais compensações financeiras pelos danos de guerra; e, enfim, os xiitas e os curdos iraquianos devem poder se pronunciar sobre sua autonomia.

De janeiro de 1981 a junho de 1982, o Irã reconquista os territórios perdidos, enquanto os curdos iranianos, apoiados pelos iraquianos, se revoltam. Essa segunda fase culmina na segunda Batalha de Khorramshahr (8 a 24 de maio de 1982), que resulta num desastre para o exército iraquiano, levando Saddam Hussein a repatriar suas forças para a fronteira internacional e a decretar um cessar-fogo unilateral, rechaçado pelos dirigentes iranianos, que decidem prosseguir com a guerra, esperando provocar a queda do regime iraquiano.

Em julho de 1982, os iranianos levam os combates a território iraquiano. O exército iraniano se esgota em vãs ofensivas, durante as quais ocupa apenas alguns quilômetros quadrados de terreno, enquanto a rebelião curda prossegue. Os combates se desenvolvem em dois *fronts*: ao longo da fronteira iraquiana, no sul do Irã, e nas províncias montanhosas do Curdistão, no noroeste do país. Os militares iranianos sofrem com a falta de munições e de peças de reposição, mas principalmente com as rivalidades entre os pasdarans e o exército regular. Eles conseguem, entretanto, acabar com a rebelião curda e apoderar-se das Ilhas Majnun, ricas em petróleo, por ocasião da Batalha dos pântanos ao norte de Basra (fevereiro a março de 1984). Nos outros locais, o *front* se estabiliza *grosso modo* ao longo da fronteira. As hostilidades tomam então a forma de uma guerra de trincheiras, marcada por ataques de ondas humanas, o que faz lembrar a Primeira Guerra Mundial. Paralelamente, já que não podem decidir o combate, os beligerantes desenvolvem estratégias indiretas para enfraquecer-se mutuamente. Eles começam por bombardear as grandes cidades para tentar, sem sucesso, desmoralizar as populações civis. Será a famosa "guerra das cidades" que terá seu ponto culminante em janeiro-fevereiro de 1988, quando iranianos e iraquianos atirarão 374 mísseis balísticos sobre Bagdá e Teerã. Os dois beligerantes vão igualmente entregar-se a uma guerra econômica bombardeando as infraestruturas petroleiras e atacando o tráfego de petróleo no Golfo, para tentar esgotar seus respectivos recursos financeiros e reduzir, assim, sua capacidade de lançar grandes ofensivas. Será a "guerra dos petroleiros", que atingirá seu grau máximo entre 1986 e 1988,

obrigando os Estados Unidos, a França e o Reino Unido a escoltar seus petroleiros no Golfo. A presença desses navios de guerra acarretará vários enganos, como o ataque à fragata USS Stark pela aviação iraquiana (17 de maio de 1987) ou a destruição de um Airbus civil da Iran Air pelo cruzador USS Vincennes (3 de julho de 1988).

O Irã também abre um novo *front* no Líbano para combater a França e os Estados Unidos, que apoiam abertamente o Iraque. O governo iraniano fomenta atentados e sequestra vários cidadãos ocidentais, via milícias xiitas às ordens de Teerã. Para obter sua libertação, muitos Estados fecharão os olhos para os tráficos de armas e de munições em direção ao Irã. Será particularmente o caso dos Estados Unidos, apanhados no caso do Irangate (outono de 1986), que lhes permitiu financiar a rebelião antimarxista da Nicarágua graças ao pagamento pelos mísseis entregues a Teerã em troca da libertação dos reféns americanos presos no Líbano. O governo iraniano também não hesita em colocar minas no Golfo e em promover repetidos ataques no estreito de Ormuz, provocando a marinha americana, que humilha a marinha iraniana durante uma batalha aeronaval antológica ao largo desse estreito (em 18 de abril de 1988), afundando duas fragatas, vários torpedeiros e um navio patrulheiro lança-mísseis iranianos, sem nenhuma perda de seu lado. A comunidade internacional está totalmente de mãos atadas. Nem a ONU, nem a Liga Árabe, nem a Organização da Conferência Islâmica conseguem impor um cessar-fogo. O Irã rejeita sistematicamente os planos de paz propostos por uns e outros. No verão de 1985, para obrigar os mulás a negociar, Washington e Riyad se entendem para aumentar consideravelmente a produção de petróleo e provocar a instabilidade do dólar, fazendo assim cair o preço do barril. Em seis meses, a economia iraniana, que depende quase exclusivamente do petróleo, está de joelhos após ter perdido dois terços de seus rendimentos.

Em fevereiro de 1986, os iranianos se apoderam de surpresa da península de Fao, situada às margens do Golfo, na embocadura do Shatt al-Arab. Eles lançam suas últimas forças na batalha para tentar conquistar Basra, o coração econômico do Iraque. Durante mais de um ano, multiplicam as ofensivas ao máximo contra essa cidade fluvial, sacrificando seus combatentes e seus últimos recursos numa terrível batalha que lembra a batalha de Verdun. Os iraquianos cedem terreno, mas conseguem manter seu domínio em Basra. No início da primavera de 1987, o exército iraniano, esgotado e desmoralizado, leva seus últimos esforços para o norte,

para apoiar com algum sucesso a rebelião dos curdos iraquianos. Obriga, assim, o exército iraquiano a intervir maciçamente nessa região, aliviando com isso a pressão sobre os outros setores do *front*.

Na primavera de 1988, o exército iraquiano, notavelmente bem equipado e bem treinado, lança uma contraofensiva de grande alcance que lhe permite recuperar a península de Fao e os pântanos ao norte de Basra e depois prosseguir em território iraniano, ameaçando apoderar-se de uma parte do Khuzistão. Para evitar a derrocada do exército iraniano, o aiatolá Khomeini, que sabe que o Irã está com a faca no pescoço e que os caixas do Estado estão vazios, aceita "como se tomasse um veneno" o plano de paz promovido pela ONU (Resolução 598 do Conselho de Segurança). As hostilidades cessam em 20 de agosto de 1988.

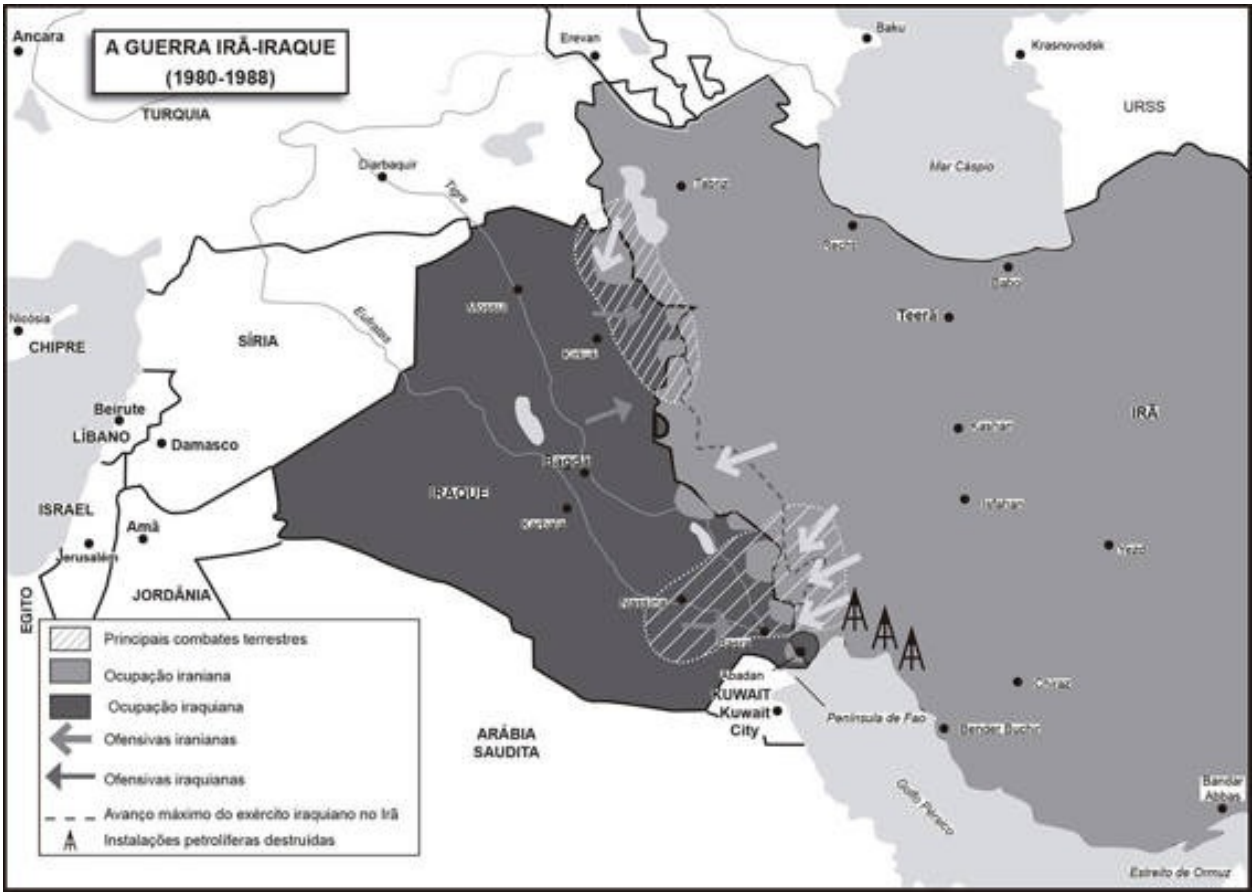
Um conflito terrivelmente homicida

De ambos os lados, as perdas humanas foram terríveis: 680 mil mortos e desaparecidos (180 mil do lado iraquiano, cerca de 500 mil do lado iraniano, dos quais cerca de 80 mil crianças-soldados) e um pouco mais de um milhão e meio de feridos ou mutilados. Essas perdas, por muito tempo, foram superestimadas em um milhão de mortos, pois cada lado tinha interesse, por diferentes razões, em inchar o total. Para Bagdá, tratava-se de provar às monarquias do Golfo que o Iraque havia valorosamente desempenhado o papel de escudo contra o expansionismo revolucionário xiita, de maneira a convencê-las a renunciar às cobranças das dívidas em razão do sangue derramado. Quanto a Teerã, contava reforçar a lista de mártires para justificar o fim das hostilidades e aumentar a vitimização dos xiitas diante dos sunitas. Esse balanço dantesco faz da Guerra Irã-Iraque o conflito mais assassino – sem exageros – de toda a história do Oriente Médio. Ao contrário da maior parte dos conflitos da segunda metade do século XX, as perdas civis foram proporcionalmente poucas (4% das perdas totais, aí incluindo os curdos não combatentes). Nem por isso essas perdas deixaram de ser exploradas pela mídia por meio de imagens de cidades fronteiriças em ruínas e, principalmente, de mulheres e de crianças mortas intoxicadas por gás letal em Halabja, em 16 de março de 1988, para punir a população curda iraquiana por ter pactuado com o invasor iraniano.

As perdas materiais também foram impressionantes e representam o equivalente ao que foi perdido, *grosso modo*, pelos exércitos árabes e israelenses durante as

guerras de 1967, 1973 e 1982 reunidas: 9 mil blindados, dentre os quais 4.600 tanques (2.500 do lado iraquiano, 2.100 do lado iraniano), 1.650 peças de artilharia, 1.000 aeronaves (dentre as quais 305 aviões de combate iraquianos e 180 iranianos) e cerca de 30 navios de guerra, sem contar 72 embarcações de comércio que navegavam no Golfo. No fim das contas, o custo dessa guerra, estimado em 1.100 bilhões de dólares pelo valor de 1988 (sendo 40% para Bagdá e 60% para Teerã), retardou consideravelmente o desenvolvimento econômico e social do Iraque e do Irã. O regime dos mulás, convencido por sua visão paranoica de que o Irã podia ser comparado a uma cidadela sitiada, cercada de vizinhos hostis, chegou à conclusão – como já foi dito, mas é importante ressaltar isso – de que tal catástrofe não deveria se reproduzir nunca mais e que era necessário dotar-se de um poder nuclear para dissuadir seus adversários.

O que foi feito com as armas químicas?



Quando a aviação israelense destrói o reator nuclear Osirak, em 7 de junho de 1981, Saddam Hussein compreende que não terá jamais a bomba atômica e que precisa de outra arma de destruição em massa para rechaçar os iranianos e dissuadi-los de continuar a guerra. Ele lança então um programa de "armas especiais", graças ao apoio técnico dos soviéticos, dos alemães do leste e de várias empresas ocidentais.[4] As primeiras armas químicas, derivadas do gás mostarda, ficam prontas em 1983 e são utilizadas maciçamente em 1984, durante a primeira Batalha dos pântanos, para evitar que os iranianos penetrem o *front* em direção a Basra. A partir desse momento, o exército iraquiano não vai mais deixar de utilizá-las, até o fim da guerra, para repelir cada ofensiva dos iranianos, dessa vez com armas neurotóxicas. É somente em 1988, quando da Operação Anfal visando punir os curdos iraquianos que colaboraram com o invasor iraniano, que Saddam Hussein ordena o uso do gás em Halabja, a fim de deter um avanço iraniano em direção à barragem de Darband Khan, que fornece eletricidade para Bagdá. É a partir daí que a comunidade internacional vai se horrorizar e que as capitais ocidentais vão se distanciar de Bagdá. No fim das contas, as armas químicas iraquianas teriam matado cerca de 30 mil pessoas (dentre as quais 25 mil combatentes) durante os quatro anos em que foram utilizadas (4% das perdas totais). Seu efeito não foi decisivo, mesmo que tenha contribuído para desorganizar as ofensivas iranianas. Os iranianos só utilizaram a arma química uma vez, no início do verão de 1988, para tentar repelir a contraofensiva iraquiana vitoriosa ao norte de Basra. Uma vez terminada a Guerra Irã-Iraque, o risco de proliferação das armas químicas convence as Nações Unidas a adotar uma convenção internacional banindo seu emprego, sua fabricação e seu armazenamento. Essa convenção, adotada em 13 de janeiro de 1993, pôs em vigor medidas de verificação bastante invasivas e se aplica atualmente à quase totalidade dos Estados.

Uma vitória de Pirro

No fim das contas, a Guerra Irã-Iraque se encerra com um empate, com os beligerantes ocupando praticamente as mesmas posições iniciais. Saddam Hussein reivindicou uma vitória militar, pois suas tropas conseguiram romper o *front* numa ofensiva da 25ª hora. Nem por isso ele ficou menos isolado e desacreditado, tanto na cena internacional quanto no interior de uma sociedade iraquiana esgotada por

oito anos de uma guerra terrível. Do outro lado, o conflito consolidou o regime islâmico entre sua população e lhe permitiu que assegurasse seu domínio até o Líbano, mesmo depois da morte do aiatolá Khomeini (3 de junho de 1989). Ainda que a sociedade e a economia iranianas tenham saído exauridas da guerra, Ali Khamenei e Akbar Hachemi Rafsandjani, eleitos, respectivamente, para os postos de guia supremo e de presidente da República, puderam gabar-se de uma vitória política.

Finalmente, para ocupar seu exército que se tornou volumoso e eliminar uma parte de suas dívidas, Saddam Hussein não hesitará em se lançar na "pilhagem do século" ao invadir o Kuwait, desencadeando com isso a Segunda Guerra do Golfo (1990-1991). Uma vez mais, o ditador iraquiano se enganará redondamente ao apostar na passividade dos ocidentais. Esse erro de avaliação iniciará um ciclo que lhe será fatal.

Notas

[1] Ao adotar uma agenda resolutamente laica e nacionalista, o partido Baas iraquiano procura apagar o sectarismo e as rivalidades entre sunitas, xiitas e curdos, que os americanos farão ressurgir em 2003 ao tomar Bagdá e ao desmantelar esse partido.

[2] Os generais iraquianos têm uma longa tradição putschista. Contrariamente à ramificação síria do partido Baas, dominada pelos militares, a ramificação iraquiana do Baas é controlada por um poder político civil que afirma sua ascendência sobre a instituição militar.

[3] O Irã engloba importantes minorias curdas, azerbaijanas, balúchis, arabófonas, que se aproveitam do caos criado pela revolução islâmica para obter mais autonomia, e mesmo para conquistar sua independência (os curdos, por exemplo).

[4] Várias companhias alemãs (principalmente Karl Kolb), americanas, belgas, dinamarquesas, holandesas e francesas (Protec, De Dietrich, Carbone Lorraine) foram apontadas por terem colaborado com o Iraque.

Bibliografia selecionada

ASHTON, Nigel; GIBSON, Bryan (dir.). *The Iran-Iraq War: New International Perspectives*. New York: Routledge, 2013.

DUMAS, Roland. *Affaires étrangères (1981-1988)*. Paris: Fayard, 2007.

GUISNEL, Jean. *Armes de corruption massive: Secrets et combines des marchands de canon.* Paris: La Découverte,

2011.

KARSH, Efraim. *The Iran-Iraq War 1980-1988*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

RAZOUX, Pierre. *La guerre Iran-Irak: Première guerre du Golfe (1980-1988)*. Paris: Perrin, 2013.

WOODS, Kevin. *Saddam's Generals: Perspectives of the Iran-Iraq War*. Alexandria: Institute for Defense Analyses (em cooperação com a National Defense University of Washington), 2011.

_____. *The Saddam Tapes: The Inner Workings of a Tyrant's Regime (1978-2001)*. Cambridge University Press, 2011.

Guerra das Malvinas

(1982)

Emmanuel Hecht

A junta militar argentina nunca teria imaginado que soldados britânicos iriam morrer pelas Falkland, arquipélago perdido no meio do Atlântico Sul, a 12 mil quilômetros de Londres. Seus integrantes não contavam com o caráter, o nacionalismo e o senso de honra de Margaret Thatcher: a Dama de Ferro.

"Aceito negociar, mas não me render." Naquela sexta-feira, 2 de abril de 1982, Rex Masterman Hunt pensa estar com azar. O governador britânico das ilhas Falkland (Malvinas), arquipélago minúsculo do Atlântico Sul (12 mil quilômetros quadrados, menos de 2.500 habitantes para 700 mil carneiros), não tinha sido obrigado a deixar às pressas Saigon em abril de 1975? Reprise sete anos depois. Dessa vez, os atiradores de elite do exército argentino desempenham o papel do vietcongue. Deitado no assoalho de sua residência, Hunt nada tem a negociar: seus 80 Royal Marines (marinheiros britânicos) não são nada diante dos 3 mil combatentes argentinos. Ele só pode salvar as aparências, saindo de suas ilhotas em traje de gala, usando chapéu de duas pontas com plumas de avestruz. Um táxi londrino o leva ao aeroporto, onde um avião argentino o espera para conduzi-lo a Montevidéu, capital do Uruguai. Em Buenos Aires, o general Galtieri, há cerca de dois meses chefe da junta levada ao poder em 1976, saúda a multidão da sacada da Casa Rosada, na Praça de Maio. Esse cavaleiro atarracado, amante de boxe e de mulheres, exulta. Toda a Argentina está com ele, até mesmo os peronistas de esquerda (os Montoneros) e o prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, oponente feroz. Ao som dos bumbos, a multidão entoa: "Ar-gen-ti-na!" e empunha bandeirolas: "Os pinguins também nos pertencem!"

Em Londres, é grande a consternação. *"Shamed"*, é a manchete do *Daily Mail*.

“Renúncia!”, urra a oposição trabalhista na Câmara dos Comuns. De fato, o ministro das Relações Exteriores, lorde Carrington, é obrigado a renunciar por não ter levado a sério as informações dos serviços secretos. Margaret Thatcher, por sua vez, jura que nada levava a crer em tal derrota. Ninguém acredita nela. Segundo documentos oficiais secretos revelados no final de 2012, a primeira-ministra britânica nunca acreditou numa tal invasão. “Era uma coisa tão estúpida”, declarou ela diante de uma comissão de inquérito.

Não para o general Galtieri (55 anos), determinado a restabelecer a soberania argentina “usurpada” pela Grã-Bretanha antes do 150º aniversário da anexação britânica. Ou seja, antes de 1983. Pequeno resumo histórico: as ilhas Falkland são descobertas pelo português Fernão de Magalhães em 1520. Elas são ocupadas pela primeira vez em 1764 por uma colônia de pescadores de Saint-Malo – donde o nome original, Malouines, ou Malvinas em espanhol – transportados por Bougainville. São cedidas à Espanha três anos depois, quando ingleses já ocupam as ilhotas. Em 1770, os espanhóis desembarcam à força e expulsam esses últimos, antes de autorizá-los, finalmente, a aí residir. A Argentina independente de 1816 reivindica o território e aí instala uma colônia penitenciária em 1832. Mas os ingleses reconquistam o arquipélago no ano seguinte. Por razões estratégicas: antes da abertura do canal do Panamá em 1914, essas ilhas constituem uma escala para os navios passando do Pacífico ao Atlântico, ao sul do Cabo Horn, a mil quilômetros dali.

A Invencível Armada

Em 1982, o interesse estratégico não é mais o mesmo. Mas revistas especializadas evocam a existência de reservas de petróleo ao largo das Falkland. Ao sul, estende-se um continente rico de minerais, de hidrocarbonetos e de promessas: a Antártida. Enfim, há os princípios: “A democracia é a regra da lei”, martela Margaret Thatcher. Desde 1965, resoluções da ONU apelam inutilmente ao diálogo bilateral, nada produz efeito. Na Argentina, o general Galtieri tem uma necessidade urgente de fazer vibrar a corda nacionalista. A situação econômica é catastrófica: inflação a 150%, desemprego a 15%, queda do produto interno bruto de 6%, dívida vertiginosa (35 bilhões de dólares), depreciação da moeda, protestos da CGT peronista.

Mas ninguém quer realmente acreditar na guerra, nem mesmo naquele 5 de abril, quando a "maior frota de guerra que jamais havia navegado em tempo de paz" – cerca de quarenta embarcações de todos os tipos e de todos os tamanhos, porta-aviões, fragatas, submarinos, cruzadores, destróieres, navios-tênder, seguidos de navios de comércio – parte de Portsmouth. Aliás, ninguém deseja a guerra, a começar pelos Estados Unidos, divididos entre a solidariedade interamericana com Buenos Aires e sua aliança transatlântica com Londres. O secretário de Estado Alexander Haig inicia um fatigante trabalho de idas e vindas entre o norte e o sul para reconciliar as partes, baseando-se na Resolução 502 do Conselho de Segurança: fim das hostilidades, retirada dos argentinos, negociações. A Comunidade Econômica Europeia decreta, por sua vez, um embargo às importações argentinas. Agitação inútil. "A fragata se aproxima, abre fogo. Eles desembarcaram atrás da colina." Em 25 abril às 17h10, o comandante argentino da Geórgia do Sul, uma ilha a 1.300 quilômetros a leste das Falkland, transmite sua última mensagem a Buenos Aires. Em menos de 12 horas, os ingleses têm sucesso em sua primeira prova. Comentário lacônico do comandante em chefe da *Task Force* (Força Tarefa da Marinha americana), o vice-almirante John Foster Woodward, apelidado "Sandy" em referência à cor areia de seus cabelos: "É só um aperitivo. O prato principal virá depois." De fato, a "vitória de Grytviken", o porto principal dessa ilhota desconhecida do mundo inteiro, é primeiramente psicológica. Em Buenos Aires, o governo está em dificuldades. Os sindicalistas aproveitam a ocasião para sair às ruas.

Foi em 30 de abril que os ingleses iniciaram o prato principal. Um bombardeiro Vulcan, um aparelho de mais de 25 anos, vindo da Ilha da Ascensão – uma base americana a 6 mil quilômetros ao norte – bombardeia o pequeno aeroporto de Port Stanley, seguido algumas horas depois por aviões de decolagem vertical Harrier e helicópteros Sea King. O objetivo: impedir os argentinos de utilizar as Falkland como porta-aviões terrestre contra a frota britânica, mas também obrigar sua aviação – Mirage III franceses, Dagger israelenses, Skyhawk americanos – a engajar-se. Os britânicos não esperam muito tempo. Em 1º de maio, no fim da manhã, os radares assinalam uma formação. Quatro aviões argentinos são abatidos. "Atirei meu míssil no rastro do reator inimigo. Houve uma explosão e me senti triste", confidencia um capitão inglês. No mesmo dia, Washington sai da ambiguidade levando seu apoio ao Reino Unido. Mais uma humilhação para Buenos Aires.

Em 2 de maio, o prato principal ganha um gosto amargo. O submarino inglês Conqueror afunda o velho cruzador argentino General Belgrano: 323 mortos. A marinha argentina consegue, apesar das condições perigosas – ondas de 10 metros, temperatura da água próxima de 0° C –, salvar a maior parte da tripulação. O navio, saído dos canteiros navais americanos, sobreviveu a Pearl Harbor e à guerra do Pacífico, mas não à Invencível Armada inglesa. Dois dias depois, é a vez do Sheffield, uma das embarcações mais modernas da Marinha Real Britânica, ser destruído por um míssil Exocet – de fabricação francesa – lançado por um Super-Etendard – também francês. Balanço: 30 mortos, 24 feridos. Manchete do *Sunday Times*: "A *French Connection*[1] afundou o Sheffield?". A diplomacia, entretanto, não deu sua última palavra. Entre 4 e 9 de maio, uma trégua é decretada. O secretário de Estado Alexander Haig, suspeito por causa do alinhamento de Washington a Londres, teve de ceder seu lugar ao secretário-geral da ONU, o peruano Pérez de Cuéllar. Na realidade, os dois homens dividem o trabalho: ao primeiro cabe a tarefa de flexibilizar a posição de Margaret Thatcher, ao segundo, a da junta. Em 9 de maio, lastimavelmente, os bombardeios britânicos são retomados em Port Darwin e Port Stanley, enquanto a Marinha Real Britânica cerca o arquipélago.

Em 20 de maio, o secretário-geral da ONU reconhece o fracasso de sua missão. *"Time is running out"* ("O tempo urge"). Esse é o lema de Londres à medida que o inverno austral se aproxima. Em 21 de maio, diante dos Comuns, Maggie Thatcher adota tons churchillianos: "Estamos prevendo dias difíceis, mas a Grã-Bretanha os enfrentará, convencida de que nossa causa é justa." Enquanto isso, o patriótico *Financial Times* publica a cada manhã na primeira página um boletim meteorológico do campo de batalha: "Previsões para as Falkland. Vento de nordeste, força 7 a 8. Depressão de cinco a seis metros. Rajadas fortes. Visibilidade fraca. Temperatura em torno de 4°".

A GUERRA DAS MALVINAS
(1982)
Londres
Portsmouth
EUROPA
Task Force
5-6 de abril
Gibraltar
OCEANO ATLÂNTICO
NORTE
ÁFRICA
Ascensão
Base da Task Force
ARGENTINA
Atlantic Convoyer
afundado em 23 de maio
OCEANO ATLÂNTICO
SUL
Ilhas Malvinas
Georgia do Sul
HMS Shefield
afundado em 4 de maio
Ilhas Sandwich
General Belgrano
afundado em 2 de maio
Zona de exclusão

Nesse mesmo 21 de maio, de madrugada, 2.500 soldados britânicos e seu equipamento desembarcam em apenas quatro horas. A *Union Jack* (como é conhecida a bandeira do Reino Unido) é fincada no solo. Os fracos efetivos argentinos são rapidamente neutralizados. Mas, às 9 horas da manhã, a aviação de Buenos Aires aparece. Durante todo o dia, numa roda-viva impressionante partindo da base onde se abastecem de combustível e de mísseis, Mirage, Skyhawk e Pucará – pequenos aparelhos antiguerrilha de ataque ao solo – bombardeiam os britânicos. Para escapar aos radares, os aviões voam junto à água, os pilotos deixam o rádio em silêncio e trocam mensagens por sinais a partir dos *cockpits*, antes de mergulhar sobre os navios na altura do mastro. Dezesseis aeronaves argentinas são abatidas, mas os britânicos perdem cinco navios. Em 23 de maio, nove aviões argentinos são abatidos, no dia 24, oito, no dia 25, três… É uma hecatombe, e apesar de tudo os jovens pilotos argentinos, heroicos, recomeçam o ataque.

O ataque surpresa

Ninguém espera por um desembarque britânico. Ainda mais porque tudo foi montado pelos setores de guerra psicológica para fazer crer nessa impossibilidade. O mundo inteiro deixou-se enganar, inclusive os consultores militares. "Sem possibilidade de desembarque num dia D, de um embate frontal. Será uma guerra de desgaste", alardeia o general Edward Fursdon no *Daily Telegraph*. Os experts são categóricos: sem uma superioridade numérica da ordem de 7 contra 1 e uma cobertura aérea sem falhas, todo assalto é vão. É não contar com a ideia de gênio de Sandy: dividir a armada em duas formações, uma para as *sunlights*, a imprensa, a opinião mundial, a outra para a sombra e para a eficácia. Do lado da luz, a nau capitânia Hermes – de onde ele comanda as operações –, seguida de um segundo porta-aviões, de destróieres e de fragatas, coloca-se ao longo da costa leste das Malvinas. Os Harrier decolam e atacam as posições argentinas em Port Stanley, Goose Green e Fox Bay, seguidos da artilharia de marinha. Enquanto isso, no maior segredo, a outra parte da Marinha Real Britânica percorre a costa norte do arquipélago, introduz-se no estreito que separa as duas ilhas Falkland – Soledad a leste, Grande Malvina, a oeste. É ali, no estuário do rio San Carlos, o local mais inóspito, que acontece o desembarque no qual ninguém acredita, preparado há

várias semanas pelas forças especiais, em cooperação com os habitantes das ilhas. O porto principal tem a vantagem de ser de águas profundas, cercado de duas praias de areia e bordado por colinas onde serão instalados radares e baterias de mísseis solo-ar. Port Stanley, a capital das Falkland, está a apenas 80 quilômetros. Mas os caminhos estão num estado tão deplorável que são necessárias 14 horas para chegar lá de Land Rover.

Em 25 de maio, a aviação argentina celebra a festa nacional soltando foguetes Exocet contra dois navios britânicos, o destróier Coventry e o porta-contêineres Atlantic-Convoyer, que, por sua posição, protege a nau capitânia. Por pouco, a Inglaterra não é atingida pela catástrofe. Em Buenos Aires, Astor Piazzolla toca um tango clássico, "Cambalache", em companhia do cantor Roberto Goyeneche: "É a última dose, que o número acabe, que caia o pano sobre os coros." Na Praça San Martin, as crianças agitam bandeiras azul e branco. "Um, dois, três, quem não pula é inglês. *Ingleses, atrás*, *los chicos quieren paz*. Ingleses, para trás, as crianças querem a paz." O capelão da guarnição de Puerto Argentino (Port Stanley) está confiante: "Deus está conosco e o teatro de operações está sob a proteção da Virgem do Rosário". O general Galtieri é ovacionado pela multidão.

No dia seguinte, os soldados britânicos atacam Port Darwin e Goose Green. Durante 15 dias, combates violentos os opõem aos argentinos trancados em seus bunkers. Em 13 de junho, eles cercam Port Stanley, defendido por 7 mil soldados. A televisão argentina interrompe a retransmissão da missa rezada pelo papa João Paulo II em Buenos Aires para anunciar a má notícia. No dia seguinte, o general Menéndez, especialista da luta antiguerrilha, nomeado governador militar do arquipélago em 3 de abril, dia de seus 52 anos – "Belo presente de aniversário", ele comenta –, capitula. A Guerra das Malvinas acabou, ela durou 74 dias. Seu balanço: 649 mortos argentinos, 255 britânicos e 3 habitantes da ilha.

As brasas

Em 15 de junho, em Londres, algumas horas depois do cessar-fogo, um membro do Conselho que deve administrar de novo o arquipélago sob a direção do antigo governador Rex Hunt, declara à BBC: "A criação de carneiro vai continuar, nós vamos desenvolver o turismo e a pesca." Margaret Thatcher é aplaudida diante do número 10 da Downing Street como o "Churchill ressuscitado". A rainha Elisabeth

se declara "encantada e aliviada, entristecida pelas perdas em vidas humanas, mas orgulhosa pela coragem e profissionalismo" dos soldados. Novamente, *"Britannia rules the waves"* (a Grã-Bretanha governa os mares).

Em Buenos Aires, os argentinos choram seus mortos, seus prisioneiros estropiados e suas ilusões. Eles se manifestam na Praça de Maio, onde a multidão havia aclamado a junta; dessa vez, para exigir o fim da ditadura. A manifestação torna-se uma rebelião, várias centenas de pessoas são presas. No dia 18, Galtieri pede demissão. "É preciso pôr em marcha a transição civil", declara Raúl Alfonsín, dirigente do partido Radical, segundo partido argentino após o dos peronistas. Ele será o primeiro presidente eleito do período pós-junta militar, em dezembro de 1983.

No restante do mundo, os estrategistas tiram lições do primeiro conflito marítimo dessa envergadura desde 1945. Lição nº 1: o domínio do mar pelo inimigo, em torno de uma ilha, mesmo que seja apenas local, faz com que esta também venha a ser dominada. Lição nº 2: uma frota não pode entrar em combate sob a ameaça de uma força aérea baseada em terra sem tê-la antes "neutralizado". Lição nº 3: requisitar uma frota de comércio proporciona uma vantagem decisiva. Lição nº 4: os mísseis antimísseis são indispensáveis.

Os anos seguintes serão aqueles da pacificação. O governo britânico suspende as barreiras comerciais impostas aos produtos argentinos (1985), seguido pela Argentina, quatro anos depois. Em 15 de fevereiro de 1990, os dois países restabelecem relações diplomáticas, sem assinar a paz. O presidente argentino Carlos Menem viaja a Londres em 1998 e Tony Blair é recebido em Buenos Aires três anos depois. Mas esse reatamento é de fachada. A comemoração do trigésimo aniversário do conflito reaviva as chagas. A presidente argentina Cristina Kirchner reafirma diante do Conselho de Segurança da ONU os direitos inalienáveis de seu país sobre o arquipélago. A "determinação" de Londres em conservar as Falkland "jamais enfraquecerá", lhe responde prontamente o primeiro-ministro David Cameron. Por outro lado, os 1.672 eleitores das Falkland confirmam em 98,8% seu pertencimento ao Reino Unido num referendo organizado em março de 2013. Seis meses antes, o embaixador britânico no Chile tornara-se a última vítima colateral da Guerra das Malvinas. Num tweet que pensa endereçar à sua conta particular ele escreve: "Argentinos, seus bichas, eles tomaram as Malvinas porque vocês são uns imbecis." Ele teve de pedir desculpas. Mas daí em diante, ele soube que o Twitter é tão

devastador quanto um Exocet.

Nota

[I] N.T.: Trata-se de uma referência ao filme policial *French Connection*, em que uma dupla de investigadores americanos descobre que Marselha, na França, é o ponto de partida do tráfico de grandes quantidades de heroína que chegam à América. No episódio da Guerra das Malvinas, o efeito dessa referência é assemelhar o uso dos mísseis franceses à ilegalidade criminosa da "*French connection*" do filme.

Bibliografia selecionada

MAISONNEUVE, Charles; RAZOUX, Pierre. *La guerre des Malouines*. Clichy: Larivière, 2002.

PAITEL, Philippe. *La guerre des Malouines.* Rennes: Marines, 2005.

PLANCHAR, Roger. *La guerre du bout du monde*. Paris: Denoël, 1988.

THATCHER, Margaret. *10, Downing Street, Mémoires,* t. 1. Paris: Albin Michel, 2013.

THIÉRIOT, Jean-Louis. *Margaret Thatcher.* Paris: Perrin, 2011, col. "Tempus".

Guerra do Golfo

(1990-1991)

Dominique Lagarde

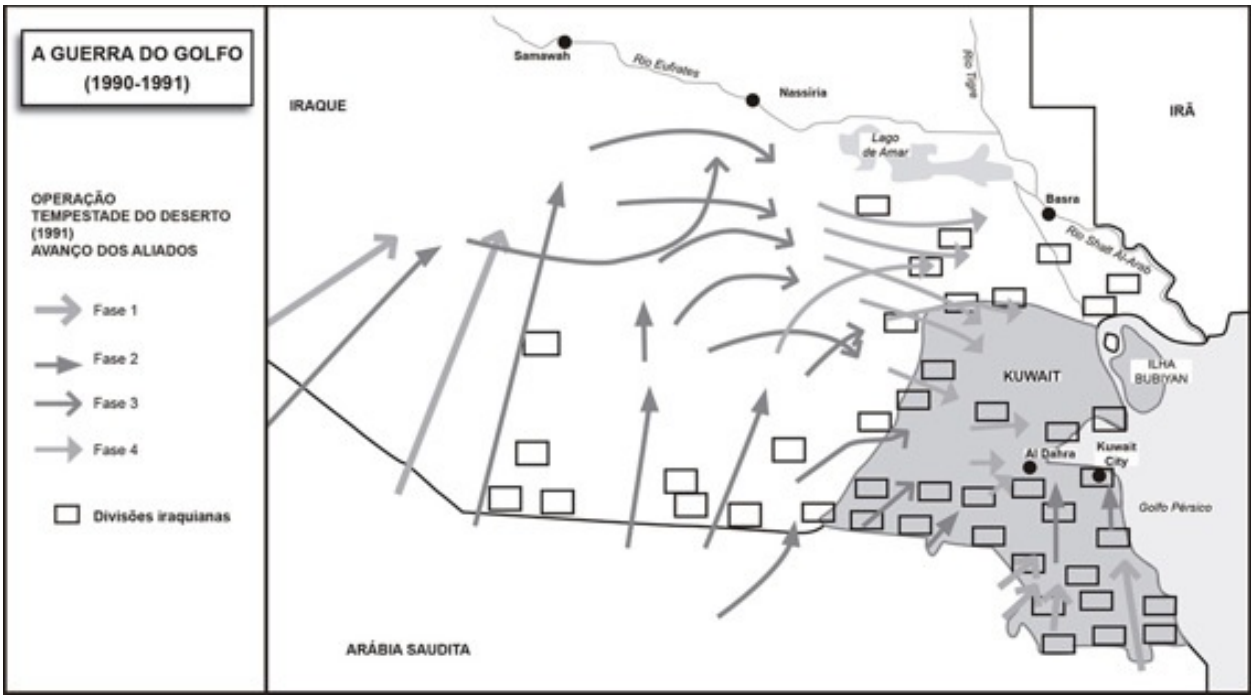
Arruinado, crivado de dívidas após sua longa guerra com o Irã, o Iraque de Saddam Hussein decide, durante o verão de 1990, saquear o riquíssimo Kuwait. O ditador de Bagdá espera que os ocidentais, que lhe deram apoio em seu combate contra Teerã, o deixem agir. Mas estes não poderiam desinteressar-se de uma região que detém 60% das reservas mundiais de petróleo. As consequências são inevitáveis. A coalizão conduzida pelos Estados Unidos não chegará a fazer cair o regime de Bagdá. Mas o Iraque, varrido pela Operação Tempestade do Deserto, é tratado como vencido. E a influência de Washington no Golfo está em seu apogeu.

Os rastros vermelhos das balas traçantes da defesa antiaérea cortam a noite enquanto ressoam as primeiras explosões. São 2h40 da manhã, quinta-feira, 7 de janeiro de 1991, e o céu de Bagdá se incendeia. Centenas de aviões, americanos e britânicos, atacam seus objetivos, como se viessem em ondas. A Operação Tempestade do Deserto acaba de começar. E com ela a guerra do Golfo. É uma guerra anunciada, o último ato de uma longa crise aberta no meio do verão anterior, quando as tropas de Saddam Hussein invadiram o Kuwait e se apoderaram dos poços de petróleo do riquíssimo emirado.

Após oito anos de guerra com o Irã (ver o capítulo de Pierre Razoux), o Iraque está estenuado. Ele perdeu centenas de milhares de homens, sofreu destruições muito pesadas e sua dívida externa é estimada em 80 bilhões de dólares. Em 28 de maio de 1990, Saddam Hussein, que recebe em Bagdá seus pares árabes, acusa os Estados do Golfo de contribuírem para a baixa da cotação do petróleo ao produzir mais do que as quotas que lhes são atribuídas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ele reclama o perdão das dívidas que contraiu com

eles durante a guerra e mais 10 bilhões de dólares, como compensação pelo sangue derramado para deter o avanço dos mulás iranianos. Em 17 de julho, ele reitera publicamente essas declarações, acusando além disso o Kuwait de "roubar" uma parte do petróleo iraquiano ao bombear numa área situada na fronteira entre os dois países. Dez dias depois, a OPEP aceita aumentar o preço de referência do barril e colocar um teto à sua produção. Os kuwaitianos, que até então não prestavam atenção a essas acusações, propõem emprestar 9 bilhões de dólares ao Iraque. É muito pouco, muito tarde. Cerca de 30 mil iraquianos já estão presentes na fronteira com o emirado e Saddam Hussein está decidido a ir até o fim. Ele quer o petróleo e o dinheiro – 120 bilhões de capitais investidos no estrangeiro – do Kuwait. Para reconstruir seu país mais depressa, expandir seu acesso às águas do Golfo e, enfim, almejar, uma vez recuperado seu poder, a liderança do mundo árabe.

Em 2 de agosto, ao amanhecer, os blindados do exército iraquiano avançam com ímpeto em direção a Kuwait City. São suficientes algumas horas para apoderar-se do emirado. O xeique al-Ahmad al-Sabah e sua família se refugiam na Arábia Saudita. Bagdá decreta a fusão "total e irreversível" dos dois países. Vista da capital iraquiana, essa *anschluss* (conexão) corrige uma situação herdada do período colonial.[1] Mas o ditador subestimou a reação da comunidade internacional. Alguns dias antes, ele havia recebido em Bagdá a embaixadora americana, April Glaspie. Esta lhe havia dito que os Estados Unidos "não tinham opinião" sobre sua "disputa de fronteiras" com o Kuwait. Ele teria interpretado essas palavras como um sinal verde americano? É provável.



Os poços do Golfo sob a ameaça de Bagdá

Em Washington, a reação não se faz esperar. Isso porque, do ponto de vista dos Estados Unidos, além do Kuwait, são todas as reservas de petróleo do Golfo que a partir desse momento estão sob a ameaça de Bagdá. O representante americano nas Nações Unidas, Thomas Pickering, é acordado no meio da noite, neste mesmo 2 de agosto, pelo Departamento de Estado. Os americanos querem obter sem demora uma resolução do Conselho de Segurança. Os embaixadores dos cinco membros permanentes logo se reúnem na sede da missão francesa, no 44º andar do Dag Hammarskjöld Plaza, um imóvel de Manhattan próximo à sede da ONU. Os diálogos não levam mais que algumas horas. O Conselho de Segurança completo é convocado um pouco antes do amanhecer. Ele exige "uma retirada imediata e incondicional" das tropas iraquianas. Não há nenhum voto contrário e uma única abstenção, a do Iêmen.

Essa primeira resolução leva o número 660. A seguinte, adotada quatro dias depois, decreta um embargo. Haverá cerca de uma dezena de outras. Até a Resolução 678, adotada em 29 de novembro, que autoriza o recurso à força caso o Iraque não desocupe o emirado em 15 de janeiro. Um ultimato que a China e a URSS escolhem não impedir. Pequim se abstém, em grande parte, sem dúvida, para

não envenenar mais ainda sua relação com o mundo ocidental, quinze meses após o Massacre de Tian'anmen (massacre na praça da Paz Celestial). A URSS, irritada pela teimosia iraquiana, furiosa por não ter sido informada por seu aliado[2] de seus projetos de invasão do Kuwait, vota favoravelmente. Para Mikhail Gorbatchev, a crise do Golfo é a ocasião para mostrar ao mundo sua moderação. O apoio dos soviéticos será decisivo para influenciar alguns países árabes, a começar pela Síria do presidente Hafez al-Assad. George Bush encontrará as palavras necessárias para convencer os israelenses a não se manifestar.

A crise dos reféns

Os americanos querem uma coalizão tão ampla quanto possível. Eles logo obtêm o sinal verde de seus principais aliados: a Grã-Bretanha, o Canadá, a França, em meados de setembro – após o ataque de sua embaixada pelas forças iraquianas em Kuwait City –, e a Itália. Desde 10 de agosto, reunidos em cúpula no Cairo, nada menos que 12 Estados árabes se comprometem a participar de uma força pan-árabe. No total, a coalizão contará com 37 países e cerca de 800 mil homens, dos quais 430 mil americanos. O arsenal escoado de aviões-cargueiros gigantes para a base saudita de Dahran pelo exército americano é impressionante: 1.000 tanques, 2.000 veículos para transporte de tropas, 1.500 helicópteros, mais de 1.300 aviões.

A determinação dos ocidentais é reforçada pela crise dos reféns. Em 9 de agosto, uma semana após ter ocupado o Kuwait, o Iraque decide fechar suas fronteiras. Os estrangeiros presentes em seu território ficam proibidos de sair. Em 21 de agosto, Saddam Hussein aparece na televisão iraquiana em companhia de cidadãos britânicos, entre os quais várias crianças. O ditador acaricia diante das câmeras os cabelos de um menino louro que não pode fazer nada. Um passo adiante é dado quando alguns dos "convidados" – é o termo utilizado na época pelos iraquianos – são mandados para locais estratégicos do país para servir de "escudos humanos". Saddam Hussein vai depois libertá-los aos poucos, conforme as visitas, sempre bastante divulgadas pela mídia, das diversas personalidades que tentam servir de intermediários nas negociações: o austríaco Kurt Waldheim, o alemão Willy Brandt, o japonês Yasuhiro Nakasone, o argelino Ahmed Ben Bella, o russo Evgueni Primakov… Cada um sai com seu lote de "convidados". Ficam os cidadãos oriundos das nações que participam diretamente da coalizão. Bagdá tenta utilizar os

reféns para provocar desavenças entre os aliados. Na França, há várias semanas, dois homens se mobilizam particularmente: Claude Cheysson, o ex-ministro das Relações Exteriores que se tornou deputado europeu, e Edgard Pisani, o chefe do Instituto do Mundo Árabe. Mas François Mitterrand não quer que eles façam a viagem a Bagdá enquanto o ditador iraquiano detiver os reféns. Após organizar um encontro em Túnis entre Claude Cheysson e Tarek Aziz, chefe da diplomacia iraquiana, Yasser Arafat se propõe a ir até Bagdá. Ele obtém a libertação dos 262 reféns franceses. Estes chegam à França em 27 de outubro. Depois é a vez dos alemães, em 20 de novembro. Em seguida, Bagdá anuncia que todos os "convidados" poderão deixar o país entre 25 de dezembro e 25 de março sob a condição de que "nada venha perturbar o clima de paz". Restam ainda mais de 3 mil; finalmente, serão todos liberados em 13 de dezembro.

Os emissários de Mitterrand

A participação da França na coalizão não era algo evidente. Mas logo François Mitterrand ficou convencido de que os franceses deviam participar se quisessem continuar a ter peso nas instâncias internacionais. Paris vai então colar em Washington… esforçando-se, no entanto, para fazer seu posicionamento ser ouvido, arriscando-se a irritar os anglo-saxões. A linha adotada por Mitterrand é a seguinte: quando se decidir que a guerra é a única solução, a França participará dela. Entretanto, tudo deve ser feito antes para convencer Saddam Hussein a aceitar uma solução pacífica. O primeiro destacamento da Operação Daguet (em razão do nome da divisão engajada) desembarca em Yanbu, um porto saudita no mar Vermelho, em 29 de setembro. Mas cinco dias antes, num discurso na ONU, o chefe do Estado francês dera uma chance ao ditador iraquiano. Enquanto a comunidade internacional exigia até então uma retirada incondicional das tropas iraquianas do Kuwait, François Mitterrand não pediu a Saddam Hussein mais do que "anunciar sua intenção" de se retirar. A retirada, controlada pelo Conselho de Segurança, se encerraria com a restituição da soberania ao Kuwait "na expressão democrática das escolhas de seu povo" e depois com "uma política de boa vizinhança" estendida a toda a região – com a retomada de negociações de paz sobre a questão israelo-palestino. Como resposta, os iraquianos pedem a Paris para enviar um emissário. Seria uma manobra? Haveria uma chance de que Saddam Hussein aceitasse a oferta

da França? Nada poderia se decidir enquanto todos os reféns não fossem libertados. Uma vez que os últimos dentre eles retornam a seus países, François Mitterrand aceita finalmente enviar Michel Vauzelle a Bagdá. Presidente da comissão das Relações Exteriores da Assembleia Nacional, ele conhece bem o mundo árabe. Em 2 de janeiro, na mesma noite de sua chegada, é recebido por Tarek Aziz. No dia seguinte, o encontro com Saddam Hussein é marcado. Será no domingo, 5 de janeiro, às 10 horas. Mas o ditador iraquiano não propõe nada de novo, apenas sugere a substituição do ministro das Relações Exteriores, Roland Dumas. Quatro dias depois, Tarek Aziz se encontra, em Genebra, com o secretário de Estado americano, James Baker. Sem resultados.

Edgard Pisani propõe ir até Bagdá para uma última missão. François Mitterrand hesita. O secretário-geral da ONU, Pérez de Cuéllar, que deve fazer essa viagem, previu passar por Paris ao retornar. Será esperado então após o encontro de Bagdá. Ora, o que o secretário-geral da ONU relata ao chefe de Estado francês é ter passado por uma humilhação. Saddam Hussein parece estar convencido, até o último minuto, de que os ocidentais não executariam suas ameaças. Estranha cegueira de um ditador que se afasta da realidade e que ninguém em suas relações ousa contradizer… Edgard Pisani então não irá a Bagdá. Em 15 de janeiro, à tarde, André Janier, encarregado dos negócios franceses no Iraque, recebe a ordem de fechar a chancelaria. Quando atravessa a fronteira jordaniana, após muitas horas de viagem, Bagdá já está sob as bombas. O Pentágono dará a notícia de 400 ataques aéreos nas três primeiras horas. E de cerca de 18 mil toneladas de explosivos lançados sobre as infraestruturas militares e econômicas iraquianas, os centros de comando, as linhas de comunicação e de abastecimento, assim como alguns ministérios. Cerca de 150 jornalistas seguem de perto essa primeira noite de bombardeios de dentro do hotel Rashid em Bagdá. Entre eles, Peter Arnett, o enviado especial da rede americana CNN, que cobre ao vivo o acontecimento. A Guerra do Golfo ficará inegavelmente na história como aquela que marcou o início da informação contínua por satélite.

A guerra de cem horas

O bombardeio do Iraque prossegue durante três semanas. O chefe do Estado-Maior do exército americano, Colin Powell, e o general Norman Schwarzkopf, que

comanda as operações no local, querem destruir o maior número possível de alvos antes da campanha terrestre que sabem que será inevitável, mas que querem que seja tão rápida e principalmente tão pouco mortal quanto possível. Os iraquianos, que dispõem de numerosos lançadores de mísseis, reagem com disparos de Scud contra Israel e a Arábia Saudita. Eles também incendeiam poços de petróleo do Kuwait. Mas a superioridade da coalizão conduzida pelos Estados Unidos é esmagadora. Os aliados logo garantem o domínio do céu. Depois, a partir de 10 de fevereiro, os exércitos da coalizão começam a preparar o ataque terrestre. A fim de permitir que os tanques tenham caminho livre, os bombardeios visam os campos de minas semeados pelos iraquianos no Kuwait. Os americanos utilizam para isso as bombas Daisy cutters, que serviam no Vietnã para liberar áreas de aterrissagem para os helicópteros. Os tiros se concentram então sobre as regiões próximas das fronteiras entre o Kuwait, o Iraque e a Arábia Saudita.

As forças da coalizão penetram no Iraque um pouco antes do amanhecer do dia 24 de fevereiro. Cerca de 250 mil homens participam dessa ofensiva terrestre nas planícies do sul do Iraque. Desmoralizados, muitos soldados iraquianos se rendem: mais de 50 mil são feitos prisioneiros. Os aliados retomam o Kuwait e prosseguem em seu avanço até Basra, a grande cidade do sul iraquiano. Na madrugada de 27 para 28 de fevereiro, apenas três dias depois do início dos combates, o Iraque declara aceitar todas as resoluções do Conselho de Segurança. A vitória da coalizão é total. Ela perdeu 466 homens, dentre os quais 389 americanos. Do lado dos iraquianos, os mortos, civis ou militares, se contam por dezenas de milhares. Será necessário, entretanto, esperar até 3 de abril de 1991 para que seja proclamado formalmente o cessar-fogo. A Resolução 687 das Nações Unidas põe o Iraque sob tutela. O embargo petroleiro fica em vigor enquanto Bagdá não tiver eliminado suas armas de destruição em massa. Saddam Hussein é, além disso, obrigado a reconhecer as fronteiras do Kuwait e comprometer-se a indenizar os prejuízos de guerra.

O Iraque é humilhado, mas os aliados querem evitar sua divisão. Aceitando o cessar-fogo a partir de 27 de fevereiro, os americanos anunciam claramente ao ditador iraquiano que eles não cogitam envolver-se no que ocorre no interior do Iraque nem provocar a derrubada do regime. Washington procura preservar a coesão da coalizão. Está fora de questão distanciar-se dos irmãos em armas árabes, a começar pela Arábia Saudita ou o Egito, que se opõem a uma mudança de regime em Bagdá, o que faria a comunidade sunita perder seu domínio. Está fora de

questão, também, favorecer a ruptura do mosaico de comunidades que constitui o Iraque, com o risco de desestabilizar toda a região.

Revoltas curda e xiita

Dois *fronts* se inflamam, entretanto. Ao norte, os rebeldes curdos conseguem apoderar-se de cerca de vinte localidades antes da contraofensiva do exército iraquiano, que despeja nas estradas milhares de refugiados. No sul, são os xiitas que se revoltam. A rebelião surge de início em Zubayr, onde soldados em fuga se reuniram, depois ela se estende. Em 3 de março, os iraquianos obtêm do general Schwarzkopf a autorização para utilizar helicópteros e artilharia pesada contra os rebeldes. A guarda republicana de Saddam sitia a mesquita de Najaf, lugar santo do xiismo, onde se refugiaram muitos rebeldes. Os americanos dizem e repetem que as resoluções da ONU, que permitiram a Operação Tempestade do Deserto, só diziam respeito à libertação do Kuwait e que elas não lhes permitem intervir em território iraquiano. A decisão é política. A grande demonstração de força de Washington foi ter conseguido reunir uma vasta coalizão. Não se cogita correr o risco de dividir os aliados logo após a sua vitória. Ora, os grandes países árabes sunitas, liderados pela Arábia Saudita, são hostis à ideia de ajudar os xiitas. A Rússia, por sua vez, milita para manter a integridade territorial do Iraque. Além do mais, nem Washington nem seus aliados desejam facilitar o surgimento, no sul do Iraque, de uma república islâmica submissa a Teerã, menos ainda a instauração de um caos generalizado. Os exércitos ocidentais permanecem inativos, enquanto os soldados de Saddam reprimem violentamente as revoltas xiita e curda. Eles só agirão em abril para permitir o retorno dos refugiados curdos a suas casas.

Se Saddam Hussein conseguiu salvar seu regime, ele, entretanto, é tratado como pária e como vencido. O Iraque está, a partir de então, sob tutela internacional. O embargo decretado pela ONU em agosto de 1990 ainda está em vigor. Esse regime de sanções, que visa obter de Bagdá o desmantelamento de suas armas de destruição em massa, será mantido durante mais de dez anos. Em 1993, os iraquianos aceitam que sua indústria de armamento fique sob a vigilância da ONU. No ano seguinte, eles reconhecem oficialmente o Kuwait, e também o novo limite da fronteira entre os dois países solicitado pelos Estados Unidos. Para Washington, isso é insuficiente. Não se cogita suspender o embargo enquanto o relatório dos inspetores da ONU não

tiver a prova de que os iraquianos não têm nem armas químicas, nem armas nucleares, nem mísseis balísticos! A única alteração consentida, em 1996, concerne à possibilidade de o Iraque vender uma parte de seu petróleo para importar alimentos.

Os americanos não demoram a dialogar com a oposição iraquiana, o que eles não tinham feito ao lançarem a Operação Tempestade do Deserto. Os primeiros contatos entre Ahmed Chalabi, um dos chefes da oposição xiita, e a CIA datariam de 1992. Em 1998, o Congresso dos Estados Unidos vota o *Iraq Liberation Act.* O presidente americano é oficialmente autorizado a ajudar a oposição iraquiana. O artigo 3 do texto estabelece que "a política dos Estados Unidos deve ter como objetivo a queda do regime dirigido por Saddam Hussein e a promoção de um governo democrático no Iraque". Em 25 de janeiro de 1999, um punhado de opositores de Saddam são introduzidos numa sala de reunião da embaixada americana em Londres. Frank Ricciardone, um diplomata experiente do Departamento de Estado, vai ao encontro deles. Alguns dias antes, a secretária de Estado Madeleine Albright lhe informara que ele deixaria seu posto de número 2 na embaixada americana de Ankara para assumir o de "representante especial da transição no Iraque", tendo como missão ajudar a oposição iraquiana a derrubar o ditador. Quatro anos depois, os americanos se encarregarão disso diretamente.

A Guerra do Golfo, sobretudo, permitiu aos Estados Unidos reforçar sua influência sobre a região. No Kuwait, os contratos de reconstrução favorecem essencialmente as empresas americanas, assim como os contratos de vendas de armas adquiridas em quantidade pelas petromonarquias. As relações entre Washington e a Arábia Saudita, primeira potência petrolífera mundial, nunca foram tão estreitas. Os aliados árabes da coalizão são recompensados: o Egito vê apagar-se sua dívida militar, a Síria, a partir de então, goza de liberdade no Líbano. A guerra do Golfo termina, em conformidade com o desejo expresso várias vezes por François Mitterrand, com a realização da Conferência de Madri, primeira tentativa da comunidade internacional de promover um processo de paz no Oriente Médio implicando na negociação todas as partes do conflito. Convocada conjuntamente por Washington e Moscou, a conferência se desenrola por três dias a partir de 30 de outubro de 1991. Isso permitirá, principalmente, o início de um processo que, em seguida, será continuado pelos negociadores palestinos e israelenses longe das câmeras, até os acordos de Oslo[3] assinados em Washington em 13 de setembro de 1993.

Mas a guerra contra Saddam, pelo fato de ter levado, pela primeira vez, soldados ocidentais a desembarcar no centro da Arábia Saudita, vai ter outra consequência: os Estados Unidos têm de agora em diante um novo inimigo. Ele se chama Osama bin Laden. De volta à Arábia Saudita após a retirada das tropas russas do Afeganistão, o fundador da al-Qaeda se insurge contra a presença dos infiéis sobre a "terra sagrada" do Islã. Em conflito com as autoridades de Riyad, ele parte desse reino, no mês de outubro de 1991, indo para o Sudão. Em dezembro de 1992, soldados americanos a caminho da Somália são vítimas de um atentado no Iêmen. Uma outra guerra começa.

Notas

[1] As fronteiras entre o Iraque e o Kuwait foram delimitadas pelos acordos de Akir de 1922-1923, concluídos sob a égide da Grã-Bretanha, que representava ao mesmo tempo o Iraque e o Kuwait.

[2] Desde o tratado soviético-iraquiano de 1972.

[3] Conjunto de textos negociados secretamente na capital norueguesa por palestinos e israelenses. A ideia era chegar a uma solução com dois Estados, por etapas intermediárias, nas quais haveria um primeiro período de autonomia de cinco anos para os territórios palestinos.

Bibliografia selecionada

ALIA, Josette; CLERC, Christine. *La guerre de Mitterrand.* Paris: Olivier Orban, 1991.

GUELTON, Frédéric. *La guerre américaine du Golfe.* Presses Universitaires de Lyon, 1996.

POWELL, Colin. *Un enfant du Bronx*. Paris: Odile Jacob, 1995.

SALINGER, Pierre; LAURENT, Eric. *Guerre du Golfe, le dossier secret.* Paris: Olivier Orban, 1990.

SCHWARZKOPF, Général Norman. *Mémoires.* Paris: Plon, 1992.

Iugoslávia: o cemitério das ilusões

(1991-2000)

Vincent Hugeux

Sangrento e convulsivo, o desmembramento da "Federação dos Eslavos do Sul" encerrou a preço alto a herança do Império Soviético, reavivou as tensões identitárias e causou espanto, por sua crueldade, numa Europa impotente. Como consequência, 200 mil a 300 mil mortos e um milhão de desabrigados e de refugiados. Oitenta anos depois do assassinato de Francisco Ferdinando da Áustria, o calvário de Sarajevo terá enterrado o ideal de uma coexistência harmoniosa entre sérvios, croatas e muçulmanos bósnios. Cada um por si. E Deus por todos? Na verdade…

Do almoço em família ao bate-papo na redação, o comentário acabava sempre surgindo, mesmo que o assunto em discussão nada tivesse a ver com o litoral devastado de uma Iugoslávia em agonia, em meio ao inverno de 1992-1993: "Que coisa! Uma barbárie dessas a duas horas de avião de Paris. E ainda mais às vésperas do terceiro milênio…" Como se a carnificina fosse exclusividade do hemisfério sul. Como se a Shoah[I] tivesse acontecido em plena Idade Média num atol da Oceania. Os fatos são contundentes: ao longo de nove anos, um rincão da Europa entregou-se de corpo e alma a seus velhos demônios. Nove anos de uma guerra do passado travada, de Vukovar a Pristina, com meios do presente. A guerra e suas hordas de civis atordoados e mortificados, a guerra e seu cortejo de massacres, de pactos vergonhosos, de tréguas ilusórias, de tratados vacilantes. Seus heróis e seus patifes. Sua cota de Oradour e de Guernica, seu desfile de Jeans Moulins balcânicos e de Goebbels eslavos, escoltados por Chamberlains, britânicos ou não.

De 200 mil a 300 mil mortes depois, a algazarra das armas calou-se. Mas a que preço? Sobre a defunta Federação Iugoslava reinarão, em data próxima ao ano 2000, a paz dos cemitérios e o silêncio das valas. O esquecimento, antídoto para o

remorso, fará o resto. Escamoteada, a errância narcisista dos Malraux mundanos. Apagadas, as arengas dos advogados desnorteados da causa sérvia; daqueles que, às margens do Sena, invocavam a defesa do Ocidente cristão e a fraternidade das armas forjada outrora nas trincheiras de Verdun; e dos que fingiam acreditar que o heroísmo dos antepassados seria suficiente para absolver a selvageria de seus descendentes.

Paiol de pólvora balcânico

"Os Bálcãs", reclamava Winston Churchill, "produzem mais história do que podem digerir". Na falta de algo melhor, os autocratas sérvios, croatas e bósnios, herdeiros da República Federativa Socialista da Iugoslávia (RFSI), reciclaram o excedente em maldições patrióticas. Inventada logo após o final da Primeira Grande Guerra, graças ao famoso tratado assinado em 28 de junho de 1919 na Galeria dos Espelhos do Castelo de Versalhes,[1] essa "casa comum" dos eslavos do sul cultivou por muito tempo uma pretensa aura de mosaico pacífico e de aluno indócil e latino da sala de aula soviética. Uma miragem: amordaçados em nome do socialismo real por Josip Broz, de cognome Tito, metalúrgico de pai croata e de mãe eslovena, os impulsos nacionalistas ressurgem na hora de sua morte.[2] Slobodan Milošević, *apparatchik*[II] autista que assumiu as rédeas do poder em maio de 1989, abandonará a tempo o cavalo cansado do comunismo para montar aquele, mais vistoso, da Grande Sérvia. Ele encontrará, em sua mortal cavalgada, aliados inesperados. A começar pelo croata Franjo Tudjman, antigo marechal do exército titoísta. Aliás, os dois déspotas fizeram, em março de 1991, uma aliança mais ou menos clandestina, sem o conhecimento da Bósnia-Herzegovina, cujo cadáver eles cobiçavam, devidamente despedaçado.

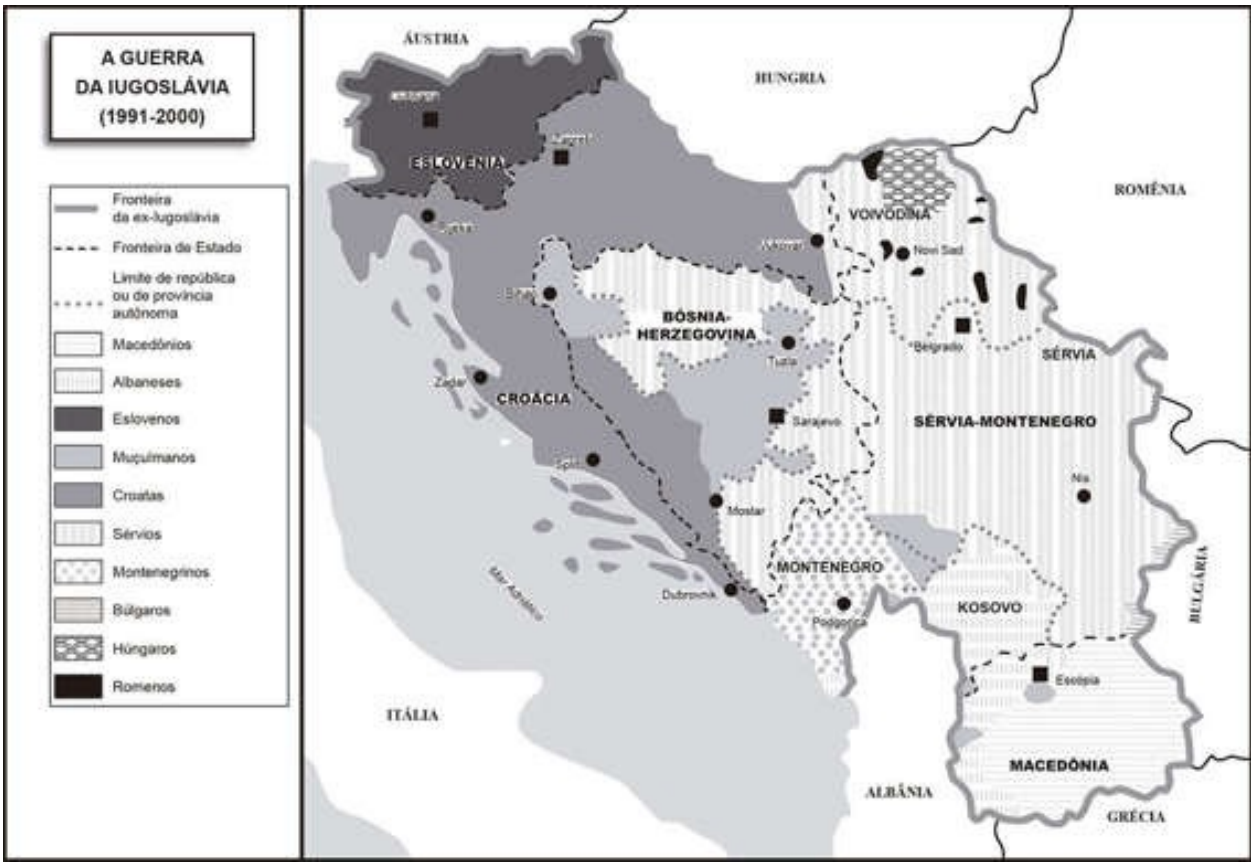
Desde 1992, enquanto chovem sobre Sarajevo os obuses sérvios, Zlatko Dizdarevic, então redator chefe do jornal *Oslobodenje* ("Libertação"), alerta seus visitantes: "Enquanto esse trio infernal – Milošević, Tudjman e seu *alter ego* bósnio Alija Izetbegović – não tiver saído de cena, nada fará calar os tambores da guerra." Como já parece distante aquele 28 de junho de 1989, quando o "rei Slobo" vestiu o manto de salvador dos sérvios perseguidos. Naquele dia, celebrava-se o 600º aniversário da Batalha de Kosovo Pole, o "Campo dos Melros", na qual o sultão otomano Murad I havia derrotado o príncipe ortodoxo Lazar. Por mais insólito que

isso possa parecer, a nação sérvia havia escolhido por mito fundador uma derrota. Em resumo, não era um bom começo. Ainda mais que logo seriam exumados inquietantes patronos. Os milicianos croatas ressuscitaram os emblemas do regime Ustasha de Ante Pavelić, protegido de Adolf Hitler e de Benito Mussolini.[3] Quanto aos sérvios, mudaram o rumo da epopeia dos tchetniks, os resistentes antinazistas do coronel monarquista Draža Mihailović.[4] Não há nada igual para reavivar os "braseiros mal apagados",[5] atiçados também pelas disparidades econômicas e ressentimentos sociais.

Os primórdios da grande carnificina têm algo de "ubuesco".[III] No seio da presidência federal, que agia como num teatro de sombras, a guerrilha é algo institucional, e mesmo jurídico. Nessa época, nas repúblicas rebeldes, limitam-se a brandir, de eleição em referendo, a única arma da cédula de votação. Legalismo enganador: os primeiros conflitos acontecem em agosto de 1990 na Croácia, em torno das barreiras levantadas nas estradas às portas de seus feudos locais pelos nacionalistas sérvios. Quanto aos três primeiros mortos, eles sucumbem em 31 de março de 1991 em Plitvice, aldeia croata. Um trimestre depois, a próspera Eslovênia, menos balcânica do que austro-húngara, se declara *urbi et orbi* soberana. Logo após, o primeiro-ministro iugoslavo, Ante Marković, agente de confiança de uma falência anunciada, ordena ao exército que detenha a dissidência. É que esse croata liberal vê aí um obstáculo fatal a seu ideal federalista, já moribundo. Os combates são violentos, mas breves. Embora deseje derrubar Liubliana, Milošević e os seus não podem invocar o dever de proteção à minoria sérvia: povoada em sua quase totalidade por eslovenos de origem, a república rebelde será poupada por sua homogeneidade étnica. Que lástima! O desfecho da queda de braço, apressado por uma mediação europeia, conduz o Ocidente a superestimar, num mesmo impulso, sua influência e o poder da diplomacia. Serão necessários três anos para que se compreenda que "Slobo" só entende a linguagem da força.

Se Liubliana e Zagreb proclamam de comum acordo sua "dissociação" da Federação Iugoslava em 25 de junho de 1991, a analogia termina aí, pois a presença em seu solo de uma poderosa comunidade sérvia promete à Croácia jornadas de cinzas. Nessa data, já se vão quatro meses que o enclave da Krajina, nos confins da vizinha Sérvia, retirou-se. E há algumas semanas milicianos massacraram uma equipe de policiais croatas em Borovo Selo. Logo, as escaramuças tomam a feição de guerra total com as forças federais do Exército Popular Iugoslavo (JNA).

Precedidos pela Alemanha, os 11 outros países membros da Comunidade Europeia reconhecem a independência das duas entidades pioneiras – Eslovênia e Croácia – em janeiro de 1992, sem lhes fornecer os meios de exercê-la. Favor apressado, que terá como efeito estimular o ardor dos belicosos. No ponto culminante de uma ofensiva de peso na Eslavônia, planície agrícola croata, o exército de Belgrado e suas milícias sitiam Vukovar a partir do final de agosto de 1991, dando assim o golpe de misericórdia a um décimo terceiro cessar-fogo natimorto. Às margens do Danúbio, a elegante cidade de fachadas em tom pastel, onde se recenseava antes da guerra 44% de croatas e 37% de sérvios, é tomada em 18 de novembro do mesmo ano. Naquele dia, Mile Dedaković, chamado "o Falcão", cérebro da resistência, dá pelo rádio aos últimos combatentes o sinal da rendição. De Vukovar, símbolo abandonado por Zagreb, não resta mais do que um pesadelo de ruínas, de lama e de sangue, que se soma à lista de mártires das cidades aniquiladas, Stalingrado, Dresden, Varsóvia, Beirute ou Cabul. Os sobreviventes? Aqueles a quem seus carrascos chamam de "ratos" emergem dos escombros do centro da cidade, espectros lívidos e aterrorizados. No dia seguinte à capitulação, 250 médicos, enfermeiras, doentes e combatentes desaparecem do hospital. Serão encontrados cinco anos depois 200 cadáveres perto dali, na vala de Ovcara. Mais ao sul, na costa dálmata, os artilheiros sérvios bombardeiam Dubrovnik, cujas velhas pedras lembravam o passado veneziano e também turco. Em Paris, o escritor Jean d'Ormesson anuncia sua intenção de saltar de paraquedas sobre a antiga Ragusa. O que ele não fará. As bombas caem do céu. Não os acadêmicos.



O recrudescimento

A cena data de março de 1992. Crivado de perguntas, um ministro bósnio balbucia em Sarajevo seu discurso atenuante. "Mas não", insiste ele, "a propagação não é inevitável. Nada prova que a guerra chegará à Bósnia-Herzegovina. Não é à toa que a descrevem como a Suíça dos Bálcãs". Esse Cândido[III] ignora que antes de 1975 Beirute figurava como a "Suíça do Oriente Médio" e que às vésperas do genocídio de 1994 Ruanda ainda era tida como a "Helvécia da África dos Grandes Lagos"? Que lástima! O destino da república encravada na região está inscrito em seus genes, pois a colcha de retalhos comunitária conta então com 44% de muçulmanos – religião elevada à categoria de nacionalidade no tempo do titoísmo –, 31% de sérvios e 17% de croatas.

Sarajevo… Foi ali que, em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, sobrinho do imperador Francisco José e herdeiro do trono austro-húngaro, sucumbiu às balas do anarquista sérvio Gavrilo Princip. "Aqueles tiros, martelam desde então os historiadores, farão oito milhões de mortos." De fato, o

assassinato desencadeou, pelo jogo das alianças, a Primeira Guerra Mundial.

A partir de fevereiro de 1992, distúrbios fervilham na Bósnia-Herzegovina. Mesmo motivo, mesma punição: como na Croácia, um embrião de "República sérvia" aparece aí em 6 de abril. Na véspera, dezenas de milhares de pacifistas haviam desfilado na rua principal de Sarajevo, brandindo a bandeira federal ou o busto de Tito. Até o momento em que franco-atiradores, menos francos do que covardes, emboscados no alto do hotel Holiday Inn ou do Museu Nacional, fuzilaram a multidão apavorada. Assim começa o sítio à capital cosmopolita, vitrine um pouco artificial de uma Iugoslávia multiétnica. E essa situação se prolongará por 43 meses. Ao final de maio, mudança de calibre: os primeiros tiros de obuses cobrem de luto a metrópole do heroísmo diário. Aí se arrisca a vida por um balde de água, um pedaço de pão ou uma acha para aquecimento. Aí se morre, mulher, criança, idoso, porque um franco-atirador bêbado cedeu a uma vontade de praticar tiro ao alvo. Aí se busca esconderijo nos porões, de onde os mais temerários só saem para atravessar os cruzamentos na correria, com a cabeça baixa e cheios de medo. Dia após dia, noite após noite, o desespero e o esgotamento ganham terreno. Como os cemitérios. Por falta de espaço, o cemitério do Lion avançou sobre a estrada para anexar o estádio mais abaixo.

Sarajevo é o diretor da fábrica de farinha que, firme sob a rajada de tiros, coloca toda a sua dignidade em seu nó de gravata. É a antiga cantora lírica reclusa no hospício de Nedzarici, ilha perdida em pleno campo de batalha, e que não entende nada desse tumulto aterrorizante. São as palavras do imã da mesquita do Bey, vestindo terno de três peças e com o barrete enterrado na cabeça, privado de sua filha e de suas ilusões por um bombardeio cego: "Eu sempre vivi voltado para o Ocidente", suspira ele. "Mas o Ocidente nos abandonou. E o afogado não olha a cor da boia que lhe lançam." É a insensível estudante que, para caçoar da morte, relê Chateaubriand em seu quarto glacial, à luz de uma vela. Em 27 de maio de 1992, três obuses de morteiro, atirados de um quartel federal, pulverizam uma padaria da rua Vase Miskina: 22 mortos. Depois será a vez de espectadores ceifados em plena partida de futebol, de meninos fulminados em meio a uma brincadeira de esconde-esconde, de uma família muçulmana dizimada durante o enterro de um dos seus.

Mas de onde vem essa ferocidade que leva camponeses sérvios travestidos de guerreiros, do alto de seus mirantes, a castigar os de baixo? Velho rancor do campo pela cidade, sua desenvoltura e suas audácias? Em parte, é isso. Cuidado com

Sodoma e Gomorra… É preciso, para compreender esse frenesi niilista, penetrar no mistério de Radovan Karadžić, o guru dos sérvios da Bósnia em seu bastião de Pale, estância termal situada no sudeste de Sarajevo. Karadžić, psiquiatra demente, encarnação da neurose balcânica, poeta menos maldito do que fracassado, nunca suportou que a elite bósnia, zombeteira por natureza, rejeitasse seus versos de rimador alucinado, no tempo em que ele ia de bar em bar em busca de público. Esse bloqueio sangrento é também a vingança do bronco de cabeleira grisalha.

Assim se abre a era dos milicianos, dos torturadores, dos estupradores, dos escroques, que saíram de seu marasmo pela guerra. De todos os malfeitores promovidos à categoria de ícones pela graça de um kalashnikov. Chegou o tempo da "limpeza étnica", da "purificação". Para falar claramente, o ódio do Outro em estado puro. Eis o tempo dos campos de concentração e dos espiões. A fábrica de cerâmica de Keraterm, as minas de ferro de Omarska, Ternopolie, Manjaca… O mundo descobre, incrédulo, esses rostos abatidos, com o olhar apagado, esses corpos descarnados por trás dos arames farpados. Em Foča, os soldados sérvios e seus milicianos fazem reinar o terror. Praticando, entre uma escola e um complexo esportivo, o estupro e a tortura.

Sem maniqueísmo: os discípulos de Karadžić não terão, longe disso, o monopólio dos crimes contra a humanidade e da crueldade. Vários chefões croatas mereceriam acabar seus dias nas celas do Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia, ou TPIY, de Haia (Holanda). A começar por aqueles que orquestraram, em abril de 1993, o massacre dos habitantes bósnios de Ahmici, ponto culminante da campanha de "depuração" realizada no vale de Lasva, na Bósnia central. Quanto às atrocidades perpetradas pelos "mujahedins", esses voluntários muçulmanos estrangeiros, elas mancharam gravemente a imagem dos muçulmanos de Sarajevo e de outros locais. Como prova, os massacres de setembro de 1995 em Kesten e no acampamento de Kamenica, em que morreram 52 soldados sérvios. E também, se o TPIY inocentou, em parte, o chefe de Estado-Maior do exército da Bósnia-Herzegovina Rasim Delić, esse mesmo tribunal o condenou em 2008 a três anos de prisão.

Diante do intolerável, a ONU acabará por instaurar "zonas de segurança". Na verdade, enclaves muçulmanos, reservas semiprotegidas, Goražde, Zepa, Bihać, Tuzla, Srebrenica. Srebrenica ou o outro nome da vergonha. Contudo, no prólogo escrito em 1993 não faltou bravura. Paralisados pela angústia, os civis que se

acotovelam em Srebenica retêm o general francês Philippe Morillon, chefe da Forpronu, a Força de Proteção das Nações Unidas. Tocado, esse Dom Quixote cheio de estrelas decide ficar e jura jamais deixar seus "carcereiros". Os quais consentem em capitular e rebatizam a rua central da cidade sitiada como "rua Filip-Morijon". Sursis enganador. Dois anos depois, entregue à própria sorte pelo presidente bósnio Izetbegović, que privilegia a salvação de Sarajevo, o enclave cai nas mãos de Ratko Mladić, chefe militar dos sérvio-bósnios. Vê-se então esse assassino atarracado acariciar a cabeça de um menino assustado e prometer aos prisioneiros pão e chocolate. Encenação obscena, prelúdio à mais vasta matança das guerras iugoslavas. De 7 mil a 10 mil muçulmanos são fuzilados, o êxodo dantesco dos sobreviventes perseguidos através dos bosques, tudo sob o olhar dos capacetes azuis holandeses petrificados. Bem mais tarde, Kofi Annan, secretário-geral da ONU, reconhecerá os "erros de julgamento" da época e essa terrível "incapacidade em captar a extensão do mal".

No braseiro balcânico, a safra 93 deve mais a Nero do que a Victor Hugo. O incêndio se propaga sobre uma nova frente, croato-bósnia dessa vez. Os radicais da "República Croata de Herzeg-Bosnia", principado autoproclamado, também sonham em desarticular o quebra-cabeça bósnio, dispostos a pactuar com o inimigo sérvio. O que é feito por seu chefe Mate Boban em Graz (Áustria), onde esboça a partilha com o bom Dr. Karadžić. A cidade em questão, na região, chama-se Mostar, uma Berlim banhada pelas águas do rio Neretva: 35% de croatas na margem ocidental e 34% de muçulmanos, eslavos islamizados, logo isolados em seu gueto da margem oriental, sob o olhar dos canhoneiros sérvios que dominam os pontos elevados. Em 9 de novembro, os croatas destroem a velha ponte otomana, "essa lua crescente feita de pedra" que atravessa o rio. Durante cinco séculos, a *Stari Most* (Ponte Velha) havia resistido às batalhas e aos terremotos. Paz a suas ruínas.

A hora do sobressalto

Em fevereiro de 1994, acontece, no centro de Sarajevo, "o massacre excessivo". Mais uma fórmula inepta usada pelos estrategistas de salão. Existiria, em matéria de carnificinas, um limite de tolerância a respeitar? Não importa: é nesses termos que "o concerto das Nações", que oscilava até então entre mutismo e cacofonia, percebe a tragédia do mercado de Markale, destruído por um obus de 120 milímetros.

Sessenta e oito mortos, corpos retalhados, pernas arrancadas, pedaços de carne projetados nas paredes. Dessa vez, a comunidade internacional eleva o tom. E intima os homens em armas da dupla Karadžić-Mladić a afastar seus canhões da capital. O vento mudou de direção, e o croata Franjo Tudjman sente isso. No ano de 1995, suas tropas reconquistam com violência a Eslavônia ocidental e a Krajina de Knin, enclave anexado pelo dentista separatista sérvio Milan Babić. Em 25 de maio, uma nova carnificina banha de sangue Tuzla, na Bósnia central: 76 mortos. Os caças bombardeiros da Aliança Atlântica entram em cena dois dias antes que os soldados do 3º Regimento de Infantaria da Marinha de Vannes (Morbihan) retomem à força a ponte de Vrbanja em Sarajevo. Em represália, os soldados carniceiros de Ratko Mladić sequestram 400 capacetes azuis da Forpronu, entre os quais uma centena de franceses. Desarmados, humilhados, os reféns serão reduzidos à condição de escudos humanos, dispersos ao acaso nos locais ameaçados pelos ataques da Otan, ora acorrentados ao pilar de uma ponte, ora ao portão metálico de um depósito de munições ou a um poste.

Suspensa por algum tempo, a campanha aérea é retomada em 21 de agosto, após uma enésima hecatombe num mercado de Sarajevo. A ONU exige, enfim, a retirada efetiva do armamento pesado de uma "zona de exclusão" de 20 quilômetros, instaurada… 18 meses antes. Milošević não tem mais escolha. Para salvar seu trono, ele precisa mostrar-se tolerante. Os discursos de Dayton (Ohio) darão origem a um acordo malfeito, assinado sob o teto do Eliseu em 14 de dezembro de 1995. No papel de mestre de cerimônias, Jacques Chirac, acompanhado de seu homólogo americano Bill Clinton, do primeiro-ministro russo Viktor Tchernomyrdin, do chanceler alemão Helmut Kohl, do britânico John Major e do espanhol Felipe González. Em 165 páginas e 102 mapas, o "Acordo de Paz", ditado essencialmente por Washington, põe fim à infernal ladainha das matanças. Mas também confirma o triunfo do purismo étnico e do primado das armas. E, em nome da *realpolitik*, eleva o "rei Slobo" ao nível de fiador do tratado. Dayton prolonga, além disso, a ficção de uma Bósnia-Herzegovina unitária. Na realidade, uma dupla reunida contra a natureza, na qual a *Republika srpska* de Karadžić convive com uma federação croato-muçulmana que ocupa 51% do território. A Forpronu se apaga dando lugar à Ifor – do inglês *Implementation Force* –, dispositivo multinacional de 60 mil homens colocado sob a autoridade da Otan. Precipitadas, se não malbaratadas, as eleições consagram em toda parte a supremacia das correntes ultranacionalistas.

“Uma Argélia no Orléanais”. Assim André Malraux descrevia o Kosovo, berço da nação sérvia e quebra-cabeça cuidadosamente escamoteado durante as negociações de Dayton. É ali, nessa província insubmissa povoada por 90% de albaneses, que se passará o último ato do drama iugoslavo. Preocupado em conter a ânsia dos adeptos da Grande Sérvia, Tito havia concedido aos kosovares uma ampla autonomia, que Milošević aboliu brutalmente em 1989. Nove anos depois, Belgrado, exasperada pelos golpes do Exército de Libertação do Kosovo (UCK), resolve liquidar a rebelião, ou, ainda, esvaziar a província de seus albanófonos. Aldeias incendiadas, saques, expulsões em massa, todo o arsenal é usado. Em 19 de janeiro de 1999, são descobertos em Račak os restos de cerca de quarenta camponeses executados. Como para apagar as procrastinações passadas e apaziguar sua consciência atormentada, o Ocidente fará aqui a guerra que havia deixado de fazer a tempo na Bósnia. Em 23 de março, a Aliança Atlântica desencadeia uma campanha de ataques aéreos de três meses. Em reação, o déspota sérvio intensifica a repressão, jogando nas estradas centenas de milhares de albaneses. Número igual ao de náufragos que virão encalhar no país das Águias – a Albânia soberana, cuja capital é Tirana – ou nas fossas macedônias de Blace.

Combalidos, os sérvios desafiam os “criminosos da Otan”, procurando o apoio do quepe verde-oliva de Slobo, guru deprimido, ou mesmo suicida, e de sua esposa masculinizada Mira Marković. Fidelidade efêmera: logo depois, o “povo glorioso” cujo heroísmo é exaltado por Belgrado já está cansado por ter de ir morrer pelo artesão de sua desgraça; e o rosário de preces do chauvinismo emperra. Enfraquecido, o Saddam Hussein dos Bálcãs deve render-se, se não a Canossa, pelo menos a Rambouillet. É, realmente, em Yvelines que ele cederá à exigência recusada com desdém algumas semanas antes. Ei-lo obrigado a retirar suas tropas da terra sagrada do Kosovo. O Campo dos Melros terá sido então seu canto do cisne. E o solista altivo da Grande Sérvia legará aos seus uma pátria encolhida, enfraquecida e taciturna. Como único saldo, Slobodan, o coveiro, terá direito a um duplo castigo: o exílio interno e, depois, em junho de 2001, uma passagem de ida para Haia (Holanda), sede do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia. É em sua cela do centro de detenção de Scheveningen, e antes mesmo que seu processo seja encerrado, que ele sucumbe de um infarto do miocárdio cinco anos depois. Derrubado por uma hemorragia interna em dezembro de 1999, Franjo Tudjman, por sua vez, havia escapado aos castigos do TPIY. Quanto ao bósnio Alija

Izetbegović, ele faleceu em Sarajevo em 19 de outubro de 2003, vencido por uma afecção cardíaca.

É tentador, com certeza, tratar o brutal desmembramento do reino dos eslavos do sul como um acontecimento secundário, um anacronismo, uma cauda de cometa histórica, a última convulsão, em seus confins meridionais, de um império soviético em fase terminal. O desmanche da "Titolândia" foi isso, mas não somente isso. Pois esse conflito considerado "de uma outra era" terá dissipado algumas quimeras atemporais e dinamitado a um alto custo um artifício geopolítico.

É certo que se previa que o rompimento do monolito comunista liberaria as pulsões nacionalistas reprimidas há meio século, e jamais desaparecidas. Mas ninguém havia previsto a intensidade e a brutalidade dos despertares identitários, que surgiram à medida que a queda de braço se radicalizava de convulsões religiosas, a ponto de atrair voluntários estrangeiros – russos ou gregos de um lado, árabes do outro. Não importa se a piedade complacente dos "muçulmanos" de Sarajevo se caracterizava por muitas exceções à regra: por mais simplista que seja, persistirá a ideia segundo a qual a linha de frente que opõe o Islã à Cristandade coincide com os meandros do Miljacka, o rio que atravessa Sarajevo. Corolário da constatação precedente, a expansão do fenômeno miliciano. Assoberbado, e depois despedaçado, o exército federal logo fracassa na tentativa de conter a capacidade de destruição de facções combatentes comandadas por "patriotas" locais, antigos oficiais, ex-condenados pela justiça ou chefes de gangues que comandam torcedores fanáticos de futebol. Enfim, o lamaçal balcânico terá posto em evidência a incapacidade da Europa supostamente unida em afinar seus violinos a fim de prevenir e depois tratar uma crise aguda ocorrida à sua porta. Reconhecendo unilateralmente, desde dezembro de 1991, a independência da Croácia e da Eslovênia, a Alemanha impôs a seus parceiros a lógica do fato consumado. Uma outra instituição supranacional padecerá mais ainda de sua falta de clarividência e de firmeza: a ONU. É verdade que suas retratações tiveram como efeito dopar o sentimento de impunidade dos incendiários de todas as crenças. Não há dúvida de que o arranjo nova-iorquino, cujos erros eram fustigados por Charles de Gaulle, perderia muito de seu crédito entre Belgrado, Zagreb e Sarajevo. A duas horas de avião de Paris.

Notas

[I] N. T.: A Shoah – palavra iídiche que significa "catástrofe" – designa a perseguição e o extermínio sistemáticos e burocráticos de cerca de 6 milhões de judeus pelo regime nazista e seus colaboradores. O termo grego "holocausto", que significa "sacrifício pelo fogo", também é utilizado. (CF. http://www.ushmm.org/fr/holocaustencyclopedia. Acesso em: 10 jun. 2015.)

[II] N.T.: Termo em russo que designa o funcionário do Partido Comunista que trabalha em tempo integral.

[III] N. T.: Referência à peça *Ubu rei*, de Alfred Jarry, na qual o personagem título assume o poder após assassinar seu antecessor e todos os que o desaprovavam.

[III] N. T.: Referência ao personagem Candide do conto filosófico de Voltaire que tem por título *Candide ou l'optimisme* (Cândido ou o otimismo).

[1] O nascimento de uma Federação dos Eslavos do Sul, sob o nome de "reino dos sérvios, dos croatas e dos eslovenos", se deu por meio de tratados anexos que regem o desmantelamento da Áustria-Hungria, negociados em Saint-Germain-en-Laye e depois no Trianon. O conjunto compreende então Sérvia, Montenegro, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina e Voivodina (minoria húngara). Essa cláusula da grande negociação de Versalhes será revogada em 2003.

[2] Presidente vitalício da RFSI, o marechal Josip Broz faleceu em Liubliana (Eslovênia) em 4 de maio de 1980. A Iugoslávia titoísta era composta de seis "Repúblicas Socialistas": Sérvia, ladeada de duas "províncias autônomas" (Kosovo e Voivodina), Croácia, Bósnia-Herzegovina, Eslovênia, Macedônia e Montenegro. Claramente, é uma colcha de retalhos comunitária, linguística e religiosa, cujos particularismos e antagonismos históricos fermentarão sob a estufa do comunismo.

[3] Fundador do movimento nacionalista croata dos Ustasha ("insurgentes", em servo-croata), o católico Ante Pavelić dirige o "Estado Independente da Croácia", criado em abril de 1941 e alinhado à Alemanha nazista e à Itália de Mussolini, das quais adota as instituições, os rituais e as obsessões. Seu regime persegue os judeus, os sérvios e os ciganos e suas tropas combatem ao lado das forças do Eixo os partidários comunistas de Tito e os resistentes monarquistas. Em 1945, Pavelić foge para a Argentina via Roma. Morre em 1959 em Madri, onde é enterrado.

[4] O general monarquista sérvio Dragoljub "Draža" Mihailović foi, à frente de seus voluntários tchetniks, a figura de proa da resistência ao ocupante nazista. Abandonado em 1944 pelos Aliados em benefício dos partidários comunistas, ele será condenado à morte e fuzilado em julho de 1946 sob as ordens de Tito. Se Charles de Gaulle sempre se recusou a encontrar este último, é porque o considerava, com razão, responsável pela execução de Mihailović, com quem havia estabelecido relações cordiais antes da Segunda Guerra Mundial.

[5] Título da coletânea de artigos do jornalista Yves Heller (morto em setembro de 1996), publicada pela Le Monde Éditions, 1996.

Bibliografia selecionada

BUISSON, Jean-Christophe. *Mihailović, héros trahi par les Alliés*. Paris: Perrin, 2011, col. "Tempus".

DÉRENS, Jean-Arnault; SAMARY Catherine. *Les Conflits yougoslaves de A a Z. Ivry-sur-Seine*: Éditions de l'Atelier, 2000.

DUCRET, Diane. *Femmes de dictateurs* II. Paris: Perrin, 2012.

GARDE, Paul. *Vie et mort de la Yougoslavie*. Paris: Fayard, 2000.

HARTMANN, Florence. *Milošević, la diagonale du fou.* Paris: Denoël, 1999.

HATZFELD, Jean. *L'Air de la guerre.* Paris: L'Olivier, 1994.

HOLBROOKE, Richard. *To End a War.* New York: Random House, 1998.

MORILLON, Philippe. *Croire et oser. Chronique de Sarajevo*. Paris: Grasset, 1994.

LES PERMANENCES BALKANIQUES AU XXe SIÈCLE. Paris: PUF, janvier 2005, col. "Guerres mondiales et conflits contemporains".

VERNET, Daniel; GONIN, Jean-Marc. *Le Rêve sacrifié: Chronique des guerres yougoslaves*. Paris: Odile Jacob, 1995.

A guerra no Afeganistão

(2001- ?)

Michel Goya

"É mais fácil estar em guerra com inimigos prudentes do que estar em paz com amigos insensatos."

Provérbio afegão.

"Para armar emboscadas, é preciso primeiro estar certo quanto ao terreno e quanto às populações vizinhas, sob pena de ver a armadilha voltar-se contra si."

Patrice Franceschi, *Ils ont choisi la liberté: la guerre d'Afghanistan* (1981).

Quando toma o poder por meio de um golpe de Estado em 17 de julho de 1973, o primeiro-ministro afegão, Mohammed Daoud, não sabe que acaba de abrir uma caixa de Pandora. A partir disso, o país vai enfrentar desordens e depois a guerra aberta. Os senhores da guerra mujahedin enfrentam o ocupante soviético (ver o capítulo de Marc Epstein) e depois o regime de Najibullah de 1979 a 1992, antes de serem castigados durante dois anos e rechaçados pela milícia dos talibãs ("estudantes de religião"). Estes últimos quase são vencedores quando acolhem Osama bin Laden e a al-Qaeda em 1996, fazendo do Afeganistão a base de retaguarda de um terrorismo internacional que vai enfurecer a potência americana.

Campanha brilhante, fracasso estratégico

As grandes evoluções da guerra no Afeganistão estão contidas nas decisões que se seguem aos atentados de 11 de setembro de 2001. Os Estados Unidos se beneficiam, então, de um vasto apoio internacional e principalmente, o que é essencial, do apoio do Paquistão. Eles poderiam ter escolhido, com esse apoio, promover uma campanha de ataques contra a al-Qaeda e fazer concessões aos

talibãs, aliados de Islamabad. Mas preferiram agir com os métodos de *soft power* seguidos por Bill Clinton para tentar, ao mesmo tempo, destruir rapidamente a organização terrorista e também castigar o Estado que a abrigava. Essa estratégia impunha, entretanto, uma vitória militar total, sob pena de ver os inimigos dos Estados Unidos refugiarem-se no Paquistão e de lá gerenciar o vazio político deixado pela extinção do regime talibã.

A Operação Enduring Freedom (Liberdade duradoura) começa em 8 de outubro com uma série de ataques aéreos, enquanto as forças especiais americanas entram em contato com os senhores da guerra uzbeques e tajiques, sempre em conflito com os talibãs e agrupados sob a bandeira da Aliança do Norte.[1] Foi necessário apenas pouco mais de um mês para varrer as forças inimigas e ocupar Cabul. O modelo operacional chega, então, a seus limites. Os senhores do norte são reticentes em engajar-se nas províncias dos pachtos do sul e do leste onde estão refugiados o mulá Omar, líder talibã, e Osama bin Laden, e o comando americano recusa-se a engajar tropas terrestres. Os americanos apelam, então, para homens importantes locais, pouco confiáveis, que permitem a fuga dos últimos inimigos para o Paquistão. Em meados de dezembro de 2001, a primeira fase da guerra está terminada. O sucesso tático não resultou num sucesso estratégico e a Operação Enduring Freedom se detém então na fronteira paquistanesa.

Após a recusa dos americanos quanto à volta ao poder do rei Zahir Xá, exilado desde 1973, e o desaparecimento do comandante Massud, herói da guerra contra os soviéticos, assassinado pela al-Qaeda em 9 de setembro, não há mais grandes figuras cuja legitimidade poderia impor-se a todos. Os americanos impõem então seus aliados da Aliança do Norte e colocam no poder Hamid Karzai, um chefe de tribo pachto próxima a eles há muitos anos. Essa dominação dos nortistas inverte a predominância tradicional das grandes tribos pachtos, de onde saíram os talibãs. Ela se revela ainda mais ineficaz porque a Constituição, adotada em 2004, introduz uma separação nítida dos poderes, o que resulta em negociações permanentes entre a presidência e os diversos homens fortes da Assembleia. As instituições e a administração que foram assim estabelecidas são fracas, corrompidas e pouco reconhecidas, sobretudo nas províncias pachtos. Para apoiá-las, o Conselho de Segurança das Nações Unidas organiza uma Força Internacional de Assistência e de Segurança (FIAS), cujos primeiros elementos chegam ao Afeganistão em janeiro de 2002.

Uma coalizão esquizofrênica

A Operação Enduring Freedom prossegue ao longo da fronteira com o Paquistão, com meios mais fortes, mas ainda limitados. Os efetivos americanos, aos quais se acrescentam algumas centenas de soldados aliados, são de 10 mil homens durante vários anos. Sua missão é destruir os últimos bolsões de resistência por uma combinação de ataques aéreos, ataques de forças especiais e operações de busca. Se essa prática, que se distancia da população, tem certa eficácia contra as organizações sem sede local, como a al-Qaeda, ela se revela infrutífera, para não dizer negativa, contra os talibãs. Procurar eliminar todos os rebeldes é na verdade um trabalho de Sísifo em meio a uma população pachto que conta vários milhões de homens em idade de pegar em armas e aos quais um código de honra severo impõe o dever de vingança.

Quanto à FIAS, que se constitui paralelamente, ela privilegia o apoio às forças de segurança afegãs e a ajuda ao desenvolvimento, excluindo qualquer ideia de operações de coerção. Pouco apreciada pelo Pentágono e também pelos senhores da guerra afegãos, que criam obstáculos para sua chegada em seus feudos, a FIAS fica, por muito tempo, limitada a 4 mil homens e concentrada em Cabul. Uma primeira mudança ocorre em agosto de 2003, quando os Estados Unidos decidem concentrar seus esforços sobre o Iraque e apelam para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para assegurar o comando da FIAS. Apoiando-se prioritariamente na rede das equipes de reconstrução provinciais (ou Provincial Reconstruction Teams, PRT) destinadas a favorecer o desenvolvimento econômico, as dezenas de contingentes da FIAS implantam-se nos setores calmos do norte do país ao final de 2003 e depois no leste, em 2005, antes de abordar, três anos depois, as províncias pachtos em 2006. Essa extensão é acompanhada de um aumento dos efetivos para até 20 mil homens. Os principais países envolvidos são o Reino Unido (6.000 soldados), a Alemanha (2.800), o Canadá (2.500), a Holanda (2.000) e a França (1.000).

Os esforços da coalizão são lentos em produzir efeitos. O exército nacional afegão só conta com 27 mil homens em 2006 para uma população de cerca de 31 milhões de habitantes. Essa instituição, e a polícia mais ainda, sofre com a falta de meios, com a corrupção, com uma taxa de deserção elevada e uma imagem desfavorável junto à população pachto.

A ajuda ao desenvolvimento demora a se estabelecer. Ela é dispersada entre centenas de organizações, governamentais ou não, às vezes concorrentes, e é insuficiente em relação às necessidades, que são imensas. Os efetivos e os meios engajados nessa ação civil representam cerca de 10% daqueles da ação militar, para finalmente oferecer uma ajuda por habitante dez vezes inferior àquela que foi proporcionada ao Kosovo desde 1999. Dos 30 bilhões de dólares prometidos em 2001, apenas 3 bilhões foram utilizados cinco anos depois para reconstruir a economia e os serviços sociais afegãos, com progressos inegáveis em algumas áreas como a saúde e a educação e algumas infraestruturas para as estradas de rodagem. O resto se perdeu em promessas não cumpridas, nos gastos das empresas ocidentais de expertise ou de segurança e nos gabinetes dos ministérios afegãos. Criando dependências, desequilíbrios locais e principalmente favorecendo a corrupção, os efeitos dessa ajuda sobre a segurança do país revelam-se insuficientes e muitas vezes contraproducentes.

Os novos rebeldes

Enquanto isso, os talibãs, ajudados pelos serviços especiais de Islamabad (Inter-Services Intelligence, ISI), souberam se transformar de simples milícia religiosa em organização de guerrilha – a mais eficaz da história afegã. Após uma fase de reorganização em torno da cidade paquistanesa de Quetta, eles se reintegram progressivamente, a partir de 2003, nas zonas rurais pachtos, partindo das províncias fronteiriças de Paktika e de Zabul para avançar em direção ao centro do país e ramificar-se em seguida para leste e principalmente para o sul. A partir de 2005, estabelecem-se solidamente nas duas grandes províncias do Helmand e de Kandahar, que são os principais centros de produção de ópio do mundo. Essa penetração, realizada com efetivos reduzidos, apoia-se, sobretudo, em alianças locais e num controle da população pelo medo, mas também pelos atrativos de uma administração e de uma justiça alternativas que aparecem como mais honestas e mais eficazes do que as do governo. Do rádio aos DVDs distribuídos nos bazares, passando pelos mexericos, os talibãs ganham progressivamente a batalha da propaganda.

A rebelião não se confunde com o movimento talibã, e este também não é unitário, pois, além do corpo principal, a Shura de Quetta,[2] ele acolhe organizações

associadas dentre as quais a principal é o grupo de Jalaluddin Haqqani.[3] Próxima dos ISI e implantada na província paquistanesa do Waziristão, a "rede Haqqani" é, em grande parte, responsável pela introdução dos ataques suicidas no Afeganistão. A leste, as províncias de Kunar e do Nurestão, hostis à presença estrangeira e de uma obediência religiosa oposta à dos talibãs, abrigam vários grupos, dos quais o mais importante é o Hezb-e-Islami Gulbuddin (HIG), fundado em 1977 por Gulbuddin Hekmatyar.[4]

No nível tático, os 200 a 300 mil combatentes rebeldes (dos quais apenas um quarto opera em tempo integral) conservam uma mobilidade bem superior à das forças americanas ou aliadas da coalizão, que estão protegidas, mas estáticas. Essa agilidade, associada ao conhecimento do terreno e principalmente do inimigo, do qual todos os movimentos são conhecidos, permite-lhes dispor da iniciativa quase completa dos combates e minar as estradas utilizando artefatos explosivos improvisados (IED: Improvised Explosive Device), responsáveis pela metade das perdas da coalizão a partir de 2006. As ações de combate não visam destruir fisicamente as forças inimigas, mas colocá-las na defensiva a fim de reduzir suas possibilidades de controle sobre a população, o que é o objetivo primeiro.

A virada de 2006

Em 2006, a extensão do mandato da FIAS no sul e no leste tem a função de revelar as fraquezas e as ilusões da coalizão. Antes de engajar suas forças na província de Helmand, o ministro da Defesa britânico, John Reid, declara que espera que nenhuma bala seja disparada. Na realidade, os primeiros soldados engajados descobriram que a zona considerada calma era ocupada por múltiplos senhores da guerra, traficantes de droga e grupos rebeldes que tiveram tempo de prosperar nesse vazio securitário e governamental. A surpresa também foi total para países como o Canadá ou a Holanda, adeptos das operações de manutenção da paz e cuja opinião pública foi muito abalada pela violência dos combates. A FIAS se acha, de repente, fragmentada entre os países da Aliança que se engajam em operações de combate – a contragosto como o Reino Unido, o Canadá e a Holanda, ou voluntariamente como a França a partir de 2008 – e aqueles que persistem em não querer fazê-lo, como a Alemanha, a Itália e a Espanha.

Todos os membros da Otan, em particular na cúpula de Bucareste no verão de

2008, entram em acordo sobre uma estratégia global combinando ações militares e econômicas com a implementação de uma boa governança afegã e de negociações com os Estados vizinhos. A ideia inspira-se nos princípios dos conflitos de contrainsurreição do século precedente, na Malásia ou na Argélia em particular, tentando aplicá-los num Estado estrangeiro soberano. Mas o que potências como o Reino Unido ou a França podiam empreender, pelo fato de terem um projeto político e uma unidade de direção, a Otan é incapaz de fazer com suas diferentes vias de comando, suas centenas de regras particulares de engajamento, seus múltiplos parceiros civis, organizações não governamentais ou sociedades militares privadas. Enfim, ela sofre por sua associação a um Estado afegão frágil e corrompido.

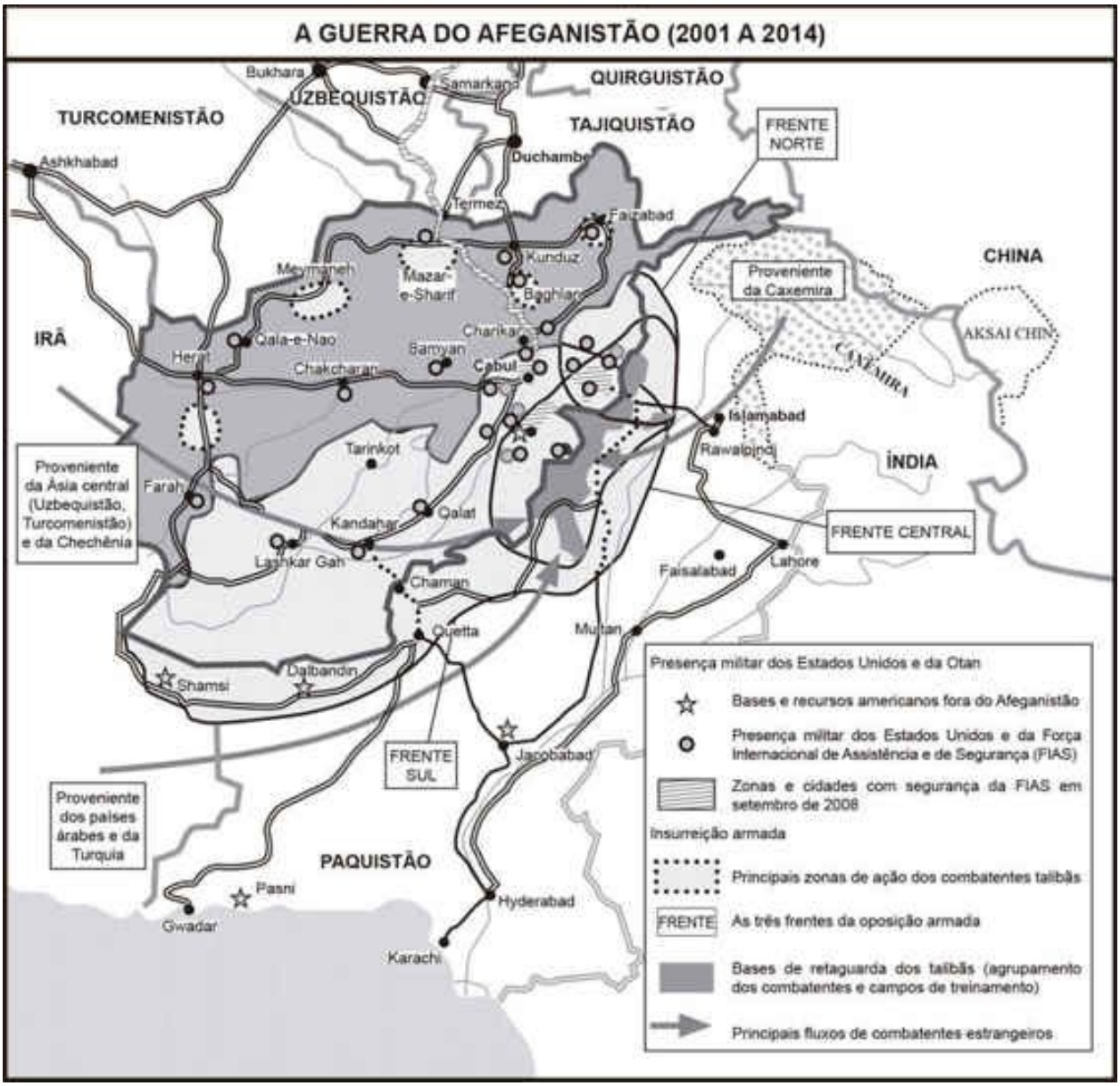
Apesar dos reforços sucessivos dos meios militares e civis, o fracasso é patente, acompanhado de uma contestação crescente da opinião pública ocidental. Em agosto de 2009, a FIAS conta com 64.500 homens, um soldado da coalizão para 465 afegãos, onde seriam necessários dez vezes mais. As ajudas internacionais e também as despesas diretas do Departamento Americano da Defesa acabam por criar entradas financeiras superiores ao produto interno bruto. Uma parte importante dessas somas favorece a corrupção e, através de estelionatos e desvios diversos, também os talibãs.

Para a maior parte dos observadores, a situação piora a cada instante, e as condições para uma vitória parecem afastar-se cada vez mais. Os rebeldes mantêm o controle das zonas rurais e ainda progridem no centro do Afeganistão atacando com frequência em Cabul, através da rede Haqqani, e também nas zonas calmas até então, como as províncias de Herat, a oeste, ou de Kunduz, ao norte.

O sobressalto falho

A segunda consequência da extensão da FIAS ao conjunto do território é a superposição geográfica de suas ações com a Enduring Freedom. Para ter mais coerência, as duas operações são colocadas, em 2008, sob um mesmo comando – que só podia ser americano. De fato, após uma fase de desinteresse, da invasão do Iraque em 2003 ao restabelecimento relativo da segurança nesse país cinco anos depois, a condução do conflito afegão se "reamericaniza" com a administração Obama. Os efetivos militares americanos são duplicados em um ano para atingir 65

mil homens em setembro de 2009, e, enquanto isso, é iniciada uma reflexão estratégica em profundidade.



No fundo, essa reflexão puramente americana se resume a um debate entre os partidários da luta antiterrorista e aqueles da contrainsurreição. Os primeiros dissociam a luta contra a al-Qaeda daquela contra as organizações afegãs, considerando que somente a primeira precisa realmente ser vencida e que a segunda ultrapassa os meios dos Estados Unidos. Os segundos estimam, ao contrário, que os dois conflitos, se têm uma forma diferente, continuam indissociáveis e que uma

vitória dos talibãs significaria também um retorno da al-Qaeda ao Afeganistão, e sua recuperação seria mais rápida se o campo islâmico radical aparecesse como vencedor.

No comando da FIAS e das tropas americanas desde junho de 2009, o general McChrystal pertence claramente a essa última escola, que se inspira na estratégia dita do "sobressalto" (*Surge*) que permitiu o restabelecimento da situação no Iraque em 2007-2008. McChrystal propõe de início causar surpresa graças a um reforço maciço e se concentrar na proteção das populações, em particular nas províncias difíceis. Ele espera, assim, demonstrar a determinação americana e obter o apoio de uma certa quantidade de chefes rebeldes. O exército e a polícia afegãos, cuja potência deve ser reforçada de imediato, assumirão depois progressivamente a responsabilidade das zonas que já estiverem em segurança. Em dezembro de 2009, o presidente Obama apoia essa concepção, fazendo duas importantes reduções: um engajamento de 30 mil homens, em vez dos 60 mil solicitados, e a promessa de retirada das tropas americanas a partir de meados de 2011. As forças americanas chegam a quase 100 mil homens para 40 mil soldados (dos quais 4 mil são franceses) das outras nações. A aplicação da primeira parte do plano é claramente uma derrota. As primeiras operações destinadas a reimplantar a administração afegã no Helmand se revelam mais uma vez infrutíferas, pois os talibãs retornam sistematicamente assim que as tropas da FIAS se ausentam. Num segundo momento, quando o general Petraeus[5] assume o comando, as operações tomam uma feição muito mais coercitiva, principalmente com uma multiplicação dos ataques das forças especiais. Se, por um lado, os talibãs parecem estar controlados, as operações de coerção ou de sedução da coalizão, por outro, parecem não ser suficientes para remediar uma desesperadora falta de eficácia e de legitimidade do governo afegão. Chega-se, assim, aos limites de uma doutrina de contrainsurreição que só é eficaz quando acompanhada de um projeto político coerente.

Caos suspenso

Na falta de uma vitória militar, duas evoluções permitem entrever a possibilidade de uma retirada honrosa da coalizão. A primeira é a eliminação de Osama bin Laden em 2 maio de 2011 por um ataque-relâmpago no Paquistão, confirmando o enfraquecimento geral da al-Qaeda e sua desaparição do território afegão. A segunda é ter conseguido com sucesso a formação acelerada das forças de

segurança afegãs. O Exército Nacional Afegão contava com 200 mil homens em 2012 contra 27 mil seis anos antes. A substituição das forças da Otan pelas forças de segurança locais pôde então efetuar-se progressivamente até o mês de junho de 2013. A partir dessa data, as forças da coalizão têm apenas uma missão de auxílio, de formação e de apoio logístico, a ser reduzido na proporção de um processo de desengajamento.

Para um custo humano de cerca de 3.400 soldados mortos (dos quais 2.300 eram americanos e 89 franceses) e o triplo de feridos gravemente, um custo financeiro de 83 bilhões de ajuda econômica e cerca de doze vezes mais de despesas militares, o balanço da intervenção internacional é considerado no mínimo medíocre. Os Estados Unidos e seus aliados deixam para trás um país mais dividido do que nunca e devastado em muitos lugares, mesmo que algumas regiões estejam relativamente prósperas. Os talibãs e seus aliados estão solidamente implantados no sul e no leste do país e têm uma grande liberdade de ação na maior parte das outras províncias. Eles estão contidos pelas forças de segurança afegãs, mas estas têm cada vez mais dificuldade à medida que o apoio da coalizão se reduz. Principalmente, essas forças não podem funcionar sem um financiamento exterior de pelo menos 4 bilhões de dólares por ano. Enquanto durar esse financiamento e permanecer no local uma força americana cujos contornos ainda estão por ser definidos, a situação de bloqueio pode permanecer a mesma ainda durante muitos anos. A situação política pode, por outro lado, mudar rapidamente em função da legitimidade dos novos homens no poder a partir das eleições presidenciais de 2014 e parlamentares de 2015, com um acordo possível com os talibãs ou ainda com o cansaço do Congresso dos Estados Unidos.

Notas

[1] A etnia dos pachtos, presente principalmente no sul e no leste do país, representa 40% da população. Os tajiques representam 32% da população, os azaras (xiitas) 9% e os uzbeques 8%.

[2] Organismo de comando dos talibãs.

[3] Político e chefe militar, membro da tribo pachto dos Zadran, permanece autônomo em relação aos talibãs, dos quais é um aliado.

[4] De início, ele combateu os soviéticos durante a Guerra do Afeganistão (1979-1989), no âmbito da Operação Ciclone da CIA e com o apoio do Inter-Services Intelligence paquistanês (ISI). No final de 2004, Hekmatyar

convoca a guerra santa contra os Estados Unidos.

[5] O general David Petraeus comandou as forças da coalizão no Iraque em 2007 e apareceu como o artesão da estabilização da situação nesse país. Em 2008, ele assumiu o comando do Central Command, responsável pela ação das forças americanas no grande Oriente Médio. Ele assume o comando das forças da coalizão no Afeganistão em junho de 2010, substituindo o general McChrystal, afastado de suas funções.

Bibliografia selecionada

ASQUIN, Hervé. *La guerre la plus longue.* Paris: Calmann-Lévy, 2013.

CHALIAND, Gérard. *L'Impasse afghane*. La Tour d'Aigues (France): Éditions de l'Aube, 2011.

DUPAIGNE, Bernard; ROSSIGNOL Gilles. *Le Carrefour afghan.* Paris: Gallimard, 2002.

HUBAC, Olivier; ANQUEZ, Matthieu. *L'Enjeu afghan: la défaite interdite.* Waterloo (Belgique): André Versaille, 2010.

JAUFFRET, Jean-Charles. *La guerre inachevée: Afghanistan, 2001-2013*. Paris: Autrement, 2013.

LAGARDE, Dominique. *Afghanistan. En finir avec la guerre?* Paris: Éditions L'Express, 2010.

LE NEN, Nicolas. *Task force Tiger: Journal de marche d'un chef de corps français en Afghanistan.* Paris: Economica, 2010.

MINGASSON, Nicolas. *Afghanistan, la guerre inconnue des soldats françai*s. Paris: Acropole, 2012.

A Guerra do Iraque: uma vitória-derrota

(2003)

Dominique Lagarde

Em Washington, logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, os neoconservadores que cercavam o presidente George W. Bush fariam de tudo para obter dele a queda do regime de Bagdá, mesmo sabendo que Saddam Hussein nada tinha a ver com a derrubada das Torres Gêmeas. Em 20 de março de 2003, o exército americano interveio no Iraque sem o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apesar da hostilidade da França, da Rússia e da China. Dez anos depois, o Iraque, livre de seu ditador, continua um barril de pólvora. Enquanto isso, a opinião pública americana retoma a preferência pelo isolacionismo.

A Guerra do Iraque teria acontecido sem Paul Wolfowitz? No momento dos atentados de 11 de setembro de 2001, esse ideólogo neoconservador é o número dois do Pentágono. Menos de uma semana após o desabamento das Torres Gêmeas, quando os Estados Unidos acabaram de declarar guerra ao terrorismo, ele se pronunciou por um ataque ao Iraque. Não era, aliás, a primeira vez. Em 1998, constatando o fracasso da política das sanções, ele havia enviado uma carta aberta ao presidente Clinton convidando-o a "expulsar Saddam Hussein e seu regime". Wolfowitz estava convencido, nesse final de 2001, de que o ditador iraquiano continuava a acumular armas de destruição em massa. Principalmente, estava convencido de que o Iraque, uma vez derrubado Saddam, seria uma democracia e que os outros países da região seguiriam rapidamente o mesmo caminho. Um "novo Oriente Médio" emergiria, então, inteiramente convertido aos valores de liberdade defendidos pelos Estados Unidos…

Seriam necessários alguns meses para impor sua concepção. Mesmo após investigações rigorosas, a CIA não consegue demonstrar que Saddam Hussein estava

por trás dos atentados de 11 de setembro ou que tenha tido algum vínculo com as redes de Osama bin Laden. Wolfowitz continua, contudo, a defender sua posição. Em janeiro de 2002, finalmente pôde ouvir George W. Bush, no "Discurso sobre o estado da União" (o discurso anual em que o presidente se dirige ao Congresso norte-americano), citar o Iraque entre os países do "Eixo do Mal". Mas seria necessário esperar mais alguns meses, até agosto de 2002, para que a derrubada de Saddam Hussein fosse definitivamente inscrita na agenda da Casa Branca. Em 26 de agosto de 2002, o vice-presidente Dick Cheney evoca pela primeira vez um "ataque preventivo", que se justificaria pela "ameaça nuclear iraquiana". É o início de uma formidável operação de desinformação que vai servir de pretexto à guerra. Os americanos acusam Saddam Hussein de ter reconstituído as armas de destruição em massa eliminadas durante os quatro anos de trabalho dos inspetores da ONU e de dissimular um arsenal químico e bacteriológico. Após a queda de Bagdá, o mundo descobriria que não era nada disso, simplesmente porque o país, anêmico após dez anos de embargo, não tinha meios para tanto.

Manobras na ONU

É no palácio de vidro das Nações Unidas, em Nova York, que se passa o primeiro episódio da Guerra do Iraque. Os diplomatas entram em acordo, no verão de 2002, sobre um sistema de inspeção reforçada. Uns esperam levar Saddam a cometer erros, outros, ao contrário, pôr um fim ao dossiê de sanções. Saddam Hussein acaba concordando, em 16 de setembro, com o retorno dos inspetores da ONU que tinham sido expulsos em 1998. Durante várias semanas, americanos e britânicos de um lado, franceses e russos do outro, vão batalhar firmemente. Os primeiros querem que o Conselho de Segurança autorize o recurso automático à força, no caso de o Iraque ter violado suas obrigações; os segundos são contra. Um texto de compromisso – a Resolução 1.441 – é finalmente adotado por unanimidade em 8 de novembro. Mas as divergências permanecem. Isso porque George W. Bush está determinado a entrar em guerra e o primeiro-ministro britânico Tony Blair está bastante decidido a segui-lo.

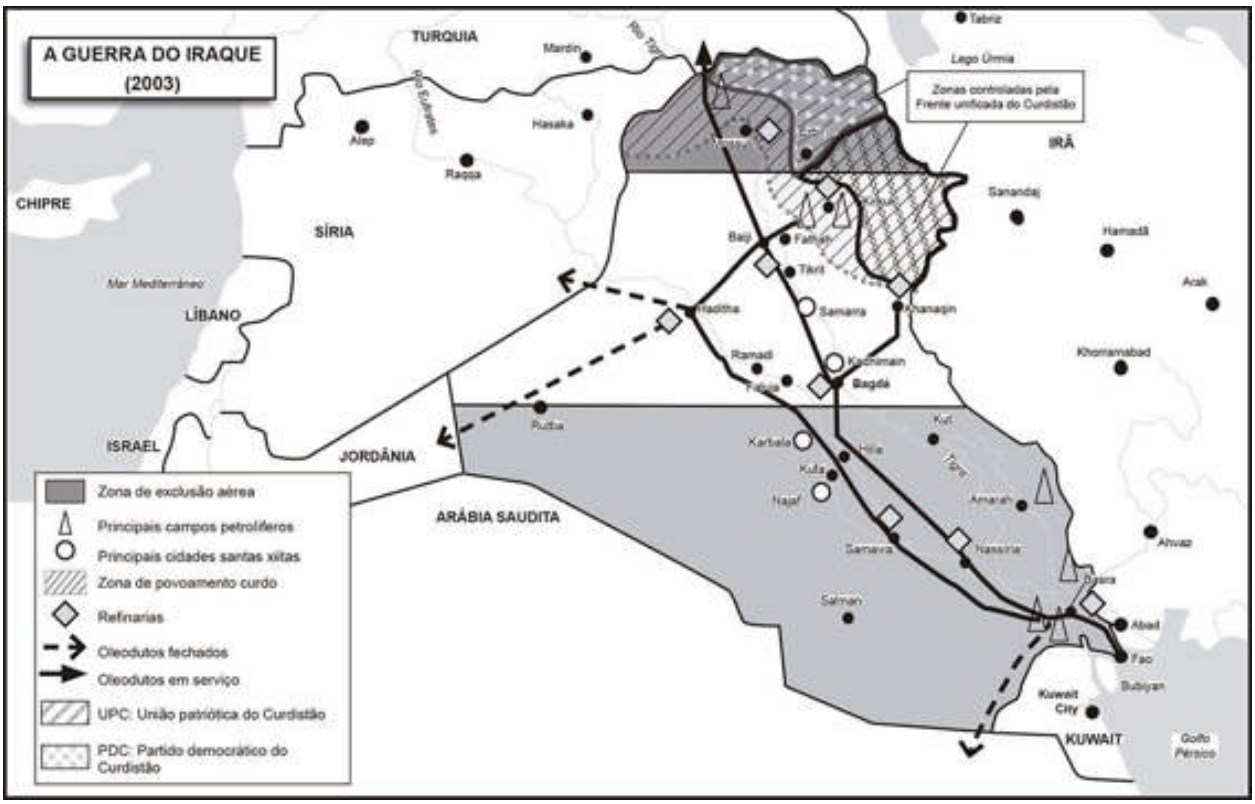
Em 5 de fevereiro de 2003, o secretário de Estado americano Colin Powell dirige-se diretamente ao Conselho de Segurança. Ladeado por George Tenet, o chefe da CIA, ele assegura que tem todas as provas da falsidade de Saddam. O

ditador iraquiano, diz ele, fez pesquisas "sobre dezenas de agentes biológicos que provocam doenças como a gangrena gasosa, a peste, o tifo, o cólera, a varíola e a febre hemorrágica". Para completar, ele também afirma que existe uma ligação entre Saddam Hussein e a central terrorista al-Qaeda. Ele acredita no que diz? Colin Powell reconhecerá, após a guerra, ter sido enganado pelos serviços de espionagem americanos. A menos que tenha sido cúmplice… Em 14 de fevereiro, é a vez de Dominique de Villepin, o ministro das Relações Exteriores francês, tomar a palavra na reunião da ONU. Advertindo contra os "riscos consideráveis" de uma intervenção militar, ele defende, em nome de um "velho país" que conheceu "as guerras, a ocupação, a barbárie", que a prioridade seja dada ao desarmamento pacífico do Iraque. Seu discurso é saudado por fortes aplausos. No entanto, americanos e britânicos, apoiados pelos espanhóis, não desistem de obter do Conselho de Segurança um novo texto validando seu projeto de guerra. As reuniões se sucedem nas Nações Unidas. Cada um se esforça para convencer seus aliados. A Europa está dividida: "novos" europeus, os países do leste alinham-se com Washington, enquanto Berlim apoia Paris. No Conselho de Segurança, seis países "flutuantes" – Chile, México, Guiné, Angola, Camarões e Paquistão – são ardentemente cortejados pelos dois lados. Em 10 de março, o ministro das Relações Exteriores russo, Igor Ivanov, promete que Moscou vetará uma resolução anglo-americana que autoriza o recurso à força. Jacques Chirac diz o mesmo algumas horas depois, durante uma entrevista na TF1. Washington e Londres desistem, então, de submeter seu texto ao Conselho de Segurança, cujos debates são adiados. Em 17 de março, a Casa Branca anuncia que os Estados Unidos entrarão em guerra se Saddam Hussein não deixar o poder em 48 horas. Os inspetores da ONU fazem suas malas. Em 20 de março, as primeiras bombas anglo-americanas são lançadas sobre a capital iraquiana e sobre os poços de petróleo do sul do país.

"Choque e pavor"

A coalizão reunida sob a bandeira de George W. Bush e Tony Blair não é tão ampla como a que tinha sido constituída para a Guerra do Golfo. Ela conta, entretanto, com cerca de trinta países, mesmo que a participação de muitos seja apenas simbólica. Mais de 300 mil homens são engajados. Contrariamente ao que acontecera em 1991, a campanha aérea e o avanço das forças terrestres são, desta

vez, conduzidos frontalmente. Algumas horas depois dos primeiros bombardeios, na noite de 20 de março, as primeiras tropas atravessam a fronteira do Kuwait, onde estavam de prontidão. No dia seguinte, os Royal Marines (marinheiros britânicos) tomam o controle das estações de bombeamento de petróleo da península de Fao, no sul do Iraque. Começa então uma campanha de bombardeios intensivos batizada de Choque e Pavor. Objetivo: esmagar o adversário, principalmente aniquilar sua vontade de combater, por uma demonstração de força espetacular. As infraestruturas são particularmente visadas: os meios de comunicação, os transportes, a distribuição de água, a eletricidade…



Os ataques terrestres visam tanto o sul quanto o norte do país. Em 23 de março, violentos combates opõem as tropas aliadas aos soldados iraquianos em Umm Qasr, Nassíria e em Basra, no sul. Três dias depois, mil soldados da 173ª Brigada do exército americano saltam de paraquedas no Curdistão, ao norte, onde estavam os combatentes curdos que avançavam na direção de Kirkuk, aproveitando-se do abandono pelo exército iraquiano de várias posições visadas pelos ataques americanos. Em 3 de abril, as tropas americanas se apoderam da cidade santa xiita de Najaf. No dia 9, elas controlam Bagdá. Investem de início contra o bairro do

poder na margem direita do Tigre, onde ficam o palácio da República, local de recepção dos hóspedes do regime, e os principais ministérios. Em pleno centro da capital iraquiana, a praça Al-Firdaus, alguns curiosos e jornalistas assistem à demolição de uma estátua de Saddam Hussein por um blindado americano. Os britânicos controlam, por sua vez, Basra, no sul, enquanto os curdos, apoiados pelos americanos, apoderam-se de Mossul, ao norte. Em 13 de abril, enfim, as tropas americanas entram em Tikrit, a cidade natal do ditador e onde seu meio-irmão, Barzan al-Tikriti, é preso. Os chefes das tribos pedem o cessar dos bombardeios para negociar a rendição dos milicianos. Em 1º de setembro, George W. Bush anuncia, a bordo do porta-aviões Abraham Lincoln, que "o essencial dos combates está terminado". Washington envia para o local alguns dirigentes da oposição, a quem são concedidas luxuosas moradias nos bairros chiques de Bagdá, e nomeia um diplomata, Paul Bremer, para comandar a reconstrução.

A pacificação do país, entretanto, está longe de ser concluída. E o tirano não é encontrado, assim como a maioria dos dirigentes do regime. Começa então uma verdadeira caçada aos baathistas. O Pentágono distribui a suas tropas um jogo de 55 cartas que representam as personalidades mais procuradas. A partir de meados de junho, as forças americanas reiniciam o ataque aos partidários de Saddam, que atacam a coalizão no "triângulo" sunita, no norte e no noroeste do país. Violentos combates acontecem em Faluja, depois em Mossul, onde os dois filhos e o neto do ditador são mortos. A cabeça de Saddam Hussein é colocada a prêmio: os americanos oferecem uma recompensa de 25 milhões de dólares por qualquer informação que leve a sua captura.

A escalada da violência

A partir do verão de 2003, os atentados se multiplicam: 22 mortos em 19 de agosto na sede da ONU em Bagdá. Dez dias depois em Najaf, mais de uma centena morre, entre os quais o aiatolá Mohammad Baqir al-Hakim, chefe da Assembleia Suprema da Revolução Islâmica no Iraque (ASRII), uma das personalidades xiitas mais respeitadas. Em 3 de setembro, o primeiro governo pós-Saddam presta juramento em Bagdá. Todas as tendências dos que estavam banidos estão ali representadas, mas em desacordo sobre quase tudo… Os curdos querem, primeiramente, assegurar-se de sua autonomia e do controle dos poços de petróleo

do norte, os xiitas, majoritários, se dividem em múltiplas facções mais ou menos próximas de Teerã, os sunitas, que se consideram vencidos, são tentados a se radicalizar. De ataques a represálias, a insegurança é total. Em meados de setembro, acontecem mais de 20 atentados em média por dia. Aos 13 mil iraquianos mortos durante a ofensiva, dos quais 4.300 civis, somam-se, a cada dia, dezenas de outros. Em meados de setembro, os Estados Unidos contam mais soldados mortos depois do fim das hostilidades do que durante a guerra propriamente dita. E Saddam, enquanto isso, está em fuga. Um punhado de outros dirigentes e membros de seu clã foram mortos ou interpelados. Apenas um – o ex-chefe de sua diplomacia, Tarek Aziz – se rendeu. Mas ele continua a se ocultar.

Dia 13 de dezembro de 2003: um pelotão de Marines penetra numa fazenda nas cercanias de Tikrit. Eles se dirigem para um esconderijo feito no subsolo, cuja entrada é dissimulada por tijolos e lixo. Desse buraco de ratos eles retiram um homem desgrenhado e abatido, que lhes pede para não atirar. O homem não oferece nenhuma resistência, indica sem que lhe perguntem que é Saddam Hussein, o rais, e se submete sem reclamar, sob a lente de uma câmera, às coletas de saliva destinadas a verificar seu DNA. Serão encontrados em sua toca 750 mil dólares em dinheiro, assim como uma pistola e dois kalashnikovs. O local, uma fazenda pertencente a um de seus antigos ajudantes de campo, teria sido revelado por um membro de sua família durante um interrogatório. Encarcerado em Camp Cropper, perto do aeroporto de Bagdá, o ex-ditador é condenado em 5 de novembro de 2006 pelo Tribunal Especial Iraquiano, encarregado de julgar os crimes do regime, e enforcado na madrugada de 30 de dezembro, nos subsolos de uma antiga caserna da informação militar no bairro xiita de Kadhimiya, em Bagdá. É enterrado no dia seguinte, às escondidas, em sua aldeia natal de Auja, perto de Tikrit.

A neutralização do tirano não significa o fim da violência, no entanto. No fim do ano de 2006, a Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que mais de 150 mil civis iraquianos foram mortos entre 2003 e 2006. Por sua vez, a ONU divulga a cifra de 34 mil apenas no ano de 2006. Não foi o que esperavam Paul Wolfowitz e os neoconservadores quando previram que a democracia floresceria no Iraque antes de se estender a toda a região… Os americanos ganharam a guerra, mas perderam a paz.

Os fracassados da reconstrução

A má gestão dos primeiros meses do pós-guerra explica em grande parte as dificuldades que emergiram em seguida. Desde as primeiras horas que se seguem à tomada de Bagdá, a capital é entregue às pilhagens. E os soldados americanos consentem, numa atitude que será criticada em seguida por muitos iraquianos. Mas é principalmente a maneira como o Iraque ocupado é administrado que vai acentuar as divisões e precipitar o país na guerra civil. Os arabistas do Departamento de Estado haviam soado o alarme diversas vezes, explicando que a instauração de uma democracia seria difícil nesse mosaico de tribos e de comunidades que forma o Iraque. Ora, eles são sistematicamente descartados pelo Pentágono da planificação e da supervisão do pós-guerra. Donald Rumsfeld, o secretário da Defesa, concede toda a sua confiança a um rico exilado xiita próximo dos neoconservadores, Ahmed Chalabi, que dará alguns conselhos que se revelarão desastrosos. É somente em 20 de janeiro de 2003, oito semanas antes do início da operação, que o Pentágono cria um gabinete da Reconstrução e de Ajuda Humanitária (ORHA). Mas jamais os efetivos americanos, tanto os militares quanto o pessoal civil, estarão à altura de suas funções. Duas decisões, sobretudo, tomadas por Paul Bremer durante os primeiros meses, têm graves consequências: a brutal "desbaathificação" do país, visando limpar a administração iraquiana de todos os membros do ex-partido único, promovida por Chalabi, e a dissolução do exército de Saddam Hussein. Esses dois decretos privam o país de sua coluna vertebral. Além disso, eles condenam ao desemprego, de um dia para o outro, milhares de funcionários e militares iraquianos, em sua maioria sunitas. Muitos deles, longe de serem militantes convictos, só tinham se filiado ao partido para poder fazer carreira. Enquanto são confiados praticamente todos os poderes aos xiitas, majoritários no país, a exclusão dos sunitas favorece o surgimento de um movimento insurgente ao qual vão aderir amplamente as principais tribos sunitas do centro do país. Essa rebelião é utilizada pela central terrorista de Osama bin Laden, que encontra aí um novo campo de batalha contra Washington. Os americanos acabarão por se conscientizar de seu erro. Uma nova estratégia é acionada sob a batuta do general David Petraeus, que consegue, a partir de 2008, convencer as tribos sunitas engajando e pagando seus milicianos, isolando, assim, a al-Qaeda. Paralelamente, pede-se aos xiitas no poder que façam uma política de reconciliação nacional. As eleições regionais de 31 de janeiro de 2009 marcam o retorno da minoria sunita ao jogo político. Em menos de um mês, em 27 de fevereiro, o novo presidente americano, Barack Obama, anuncia a retirada

progressiva das tropas americanas.

Pouco mais de dez anos depois da intervenção anglo-americana, o Iraque, livre de seu tirano, continua a ser um país muito instável. Ao norte, os curdos são os que se retiraram do jogo em melhores condições. Eles obtiveram uma ampla autonomia, são protegidos por suas próprias milícias e sua região, graças a seus recursos petrolíferos, está em plena expansão. Os cristãos, quase todos foram obrigados ao exílio. Mas xiitas e sunitas continuam a se enfrentar. Os primeiros, majoritários, dirigem o país através do partido islamita Dawa e do primeiro-ministro Nuri al-Maliki. Os segundos, marginalizados, são os grandes perdedores. Desde a partida do exército americano em 2011, a situação de segurança degradou-se ainda mais. Após uma relativa melhora em 2009 e 2010, o número de mortos aumentou em 2012, e de novo em 2013. Segundo a ONU, apenas durante o mês de abril de 2013, mais de 700 pessoas foram mortas e 1.600 feridas em confrontos entre xiitas e sunitas. Essa instabilidade explica em grande parte, sem dúvida, por que o país, mesmo sendo o 10º produtor de petróleo no mundo, apareça no 132º lugar mundial (em um total de 187) na tabela das Nações Unidas que mede o índice de desenvolvimento humano por meio de uma série de critérios.

O retorno do isolacionismo

A Guerra do Iraque também mudou o cenário regional. Paradoxo? São os mulás iranianos os principais beneficiários da vitória americana. Ao caçar Saddam Hussein, George W. Bush, na verdade, livrou-os de seu principal inimigo. Além disso, os líderes dos partidos xiitas, que exercem o poder atualmente em Bagdá, são todos, de algum modo, devedores das autoridades iranianas, que os haviam acolhido na época de Saddam. Assim, o Iraque hoje está fortemente sob a influência do Irã, um país abertamente contrário a Washington sob vários aspectos. Consequência: as petromonarquias sunitas do Golfo apoiam a oposição sunita, inclusive em sua tendência mais extremista… Uma situação que a recente guerra civil na Síria só podia agravar, uma vez que os sunitas ficaram a favor da rebelião contra o regime de Bachar el-Assad, que, por sua vez, era ajudado por Teerã.

Enfim, a Guerra do Iraque mudou os Estados Unidos, e não somente por causa do escândalo da prisão de Abu Ghraib.[1] Os americanos aprenderam à própria custa que era ilusório pretender controlar um país de cerca de 35 milhões de habitantes

sem mobilizar durante muitos anos efetivos enormes, o que mesmo a primeira potência mundial não pode se permitir. Após o Afeganistão, o Iraque, sem dúvida, cria uma consciência no Ocidente das dificuldades do *nation building* em países que, ao contrário da Alemanha de 1945, não têm nenhuma tradição democrática e que apresentam divergências internas. A Guerra do Iraque e seus 4.486 mortos americanos explicam certamente as reticências de Barack Obama em engajar o exército americano em novos conflitos. Na Líbia, ele não quis estar na primeira linha, preferindo deixar essa função para os franceses e para os britânicos. Na Síria, ele se mostrou, desde o começo da crise, de uma extrema prudência. Assim, durante o verão de 2013, bloqueou uma iniciativa conjunta do Departamento de Estado e do Pentágono, que desejavam fornecer armas aos rebeldes. Escaldados pela Guerra do Iraque – e pela do Afeganistão –, os americanos não querem mais, hoje, ser os policiais do mundo. Segundo uma pesquisa publicada em maio de 2013, na fase mais intensa da guerra civil na Síria, cerca de dois terços (62%) se diziam contrários a qualquer ação militar nesse país. Após ter, durante mais de meio século, dominado o mundo, os Estados Unidos hoje parecem voltar ao isolacionismo do período entre guerras. Daí a extrema prudência do presidente atual.

Nota

[1] Prisioneiros iraquianos torturados e humilhados pelos militares americanos encarregados de vigiá-los. O escândalo havia surgido em 2004 após a difusão de fotos explícitas.

Bibliografia selecionada

BLIX, Hans. *Irak, les armes introuvables*. Paris: Fayard, 2004.

BOZO, Frédéric. *Histoire secrète de la crise irakienne.* Paris: Perrin, 2013.

BUSH, George W. *Instants décisifs*. Paris: Plon, 2010.

CANTALOUBE, Thomas; VERNET, Henri. *Chirac contre Bush, l'autre guerre.* Paris, JC Lattès, 2004.

FRACHON, Alain; VERNET, Daniel. *L'Amérique des néoconservateurs. L'illusion messianique.* Paris: Perrin, 2011, col. "Tempus".

GUISNEL, Jean. *Bush contre Saddam. L'Irak, les faucons et la guerre.* Paris: La Découverte, 2003.

LA SABLIERE, Jean-Marc de. *Dans les coulisses du monde.* Paris: Robert Laffont, 2013.

LAURENS, Henry. *L'Orient arabe a l'heure américaine*. Paris: Hachette, 2008, col. "Pluriel".

LUIZARD, Pierre-Jean. *La Question irakienne.* Paris: Fayard, 2004.

Líbia: da tirania à anarquia

(2011)

Vincent Hugeux

No rastro de seus vizinhos – o tunisiano Ben Ali e o egípcio Mubarak –, Muamar Kadafi, guia para lá de imprevisível, será também varrido pelo vento da Primavera Árabe. Incentivador de uma insurreição fora do comum, o Ocidente, com a França à frente, pode com certeza gabar-se de um sucesso militar. Mas a Líbia, entregue ao caos, à lei das milícias e às pulsões separatistas, deve ainda inventar um "depois". Quanto ao espaço saheliano,[I] *sofrerá por muito tempo as consequências de uma aventura cujo impacto geopolítico foi amplamente subestimado.*

Nicolas Sarkozy esperava colher os louros graças à sua campanha líbia safra 2011. É provável que também acreditasse liquidar favoravelmente, desse modo, os desvarios e os desmentidos de Paris no prólogo tunisiano de uma tumultuada Primavera Árabe. E apagar a lembrança do tratamento principesco reservado ao ex-pária Muamar Kadafi, quando veio, em dezembro de 2007, plantar sua tenda beduína refrigerada sobre o gramado do hotel de Marigny, a dois passos do Palácio do Eliseu. Lastimável! Esse enredo otimista não se tornará realidade. Os estrategistas franceses deverão ceder os comandos da ofensiva militar, mais laboriosa do que o esperado, aos do Pentágono; o processo complacente para com o guia da *Jamahiriya*[II] – a República das massas – "líbia, árabe, popular e socialista", perseguirá por muito tempo ainda o predecessor de François Hollande, suspeito de ter negociado seus favores diplomáticos; quanto à "Líbia nova", Estado falido na origem e entregue de uma só vez ao arbítrio de falanges rivais, ela se libertou de seu tirano para mergulhar numa desordem sangrenta, arriscando instaurar por longo tempo um foco de instabilidade no limite de uma área saheliana arruinada pelos jihadistas e por traficantes de toda laia.

Aí está o legado mortal de Kadafi, sua vingança póstuma. Pois esse Lenin das areias, ao longo de seus 42 anos de reino, esforçou-se ao máximo para dissolver as instituições estatais no banho de sangue ácido de suas quimeras, teorizadas em três tomos no seu *Livro verde*, breviário utopista e grandiloquente. Não há mais cidadãos, mas súditos reduzidos a figurantes em "comitês populares", réplicas falsas de conselhos eleitos. Não há mais exército digno desse nome, mas sim unidades de elite de lealdade cega e uma densa rede de *mukhabarat,* agentes de informação de uma vigilância implacável. Nem há ideia de nação, mas uma galáxia de principados tribais cuja obediência era comprada a preço de ouro negro. E dizer que o jovem "oficial livre" nasseriano, filho único de um pastor miserável, nascido, segundo a lenda, sob uma tenda de pele de cabra, foi em 1969 (ano heroico) a figura de proa do golpe fatal à monarquia do indolente Idriss I, soberano que havia partido para a Turquia para usufruir de seu tratamento termal anual… Foi a ele que coube a honra de fazer a leitura do primeiro comunicado, idealista ao extremo, do Conselho de Comando da Revolução. "A esperança do mundo árabe", replica então Georges Pompidou, recém-empossado no Palácio do Eliseu.

Munido de um abundante guarda-roupa – da túnica enfeitada ao uniforme de opereta –, Kadafi vestirá alternadamente diversos figurinos. O do profeta da *Umma* árabe, a comunidade dos crentes, obstinado em aliar sua Líbia com seus vizinhos. O do benfeitor de terroristas, portadores, em todos os lugares, de uma máscara de "combatentes da liberdade". Além desses, o do pária arrependido, determinado, para passar a tempo para o lado bom do "eixo do Mal", a dispor de seu arsenal nuclear e químico. Aquele, enfim, do "rei dos reis tradicionais da África", continente que ele sufocava sob sua imperiosa atenção.

O recrudescimento

Vista das margens do Sena, a última Guerra de Muamar começa em 19 de março de 2011, quando um punhado de aviões Rafale e Mirage 2000 ostentando o emblema azul, branco e vermelho dá cobertura à coluna blindada "legalista" que avança para Benghazi, berço da insurreição. Ilusão de ótica. Pois a revolução, anunciada aqui e ali desde janeiro por tímidos desfiles, havia começado no centro da indócil capital da Cirenaica[III] um mês antes. Em 15 de fevereiro, a prisão do advogado dissidente Fathi Tirbil, fervoroso defensor dos direitos humanos, provoca,

diante do quartel-general da polícia e da sede do tribunal local, manifestações dispersadas pelo uso da força. Dias depois, inspirados pelos manifestantes de Túnis e do Cairo – o rais egípcio havia deixado seu palácio uma semana antes – os líderes das manifestações decretam, via rede social Facebook, um "dia de cólera", cuja onda de conflitos abala cerca de meia dúzia de cidades. Protegido por seus milicianos, o regime de Kadafi reprime as manifestações com balas reais; o que faz as manifestações cívicas se transformarem em motim, e depois em rebelião armada. No dia 19, Benghazi cai nas mãos dos revoltosos, os quais, ajudados pelas deserções de soldados e de policiais, logo se apoderam, entre Tobruk e Ras Lanuf, de toda a faixa litorânea oriental do país, muito rica em campos petrolíferos. Abalados pela brutalidade da repressão, eminentes dignitários da *Jamahiriya* aderem à revolta. A começar pelo general Abdel Fatah Yunes, ministro do Interior, e seu homólogo na Justiça, Mustapha Abdeljalil. O primeiro, cujo assassinato, em 28 de julho do mesmo ano, não será jamais elucidado, chega ao posto de chefe de Estado-Maior das forças rebeldes; o segundo toma a liderança de um Conselho Nacional de Transição (CNT), estabelecido em Benghazi, que Sarkozy, inebriado pelas críticas líricas do escritor e filósofo Bernard-Henri Lévy, apressa-se em reconhecer já a partir de 10 de março.

Enquanto, em Trípoli, o Guia desorientado jura ora não ceder jamais, ora perecer como mártir, recorrendo a discursos alucinados para difamar aqueles que ousam desafiá-lo, relegados ao nível de "ratos" drogados pela al-Qaeda ou financiados pelo inimigo sionista e seus aliados "cruzados", os rebeldes avançam com dificuldade para Sirte, feudo tribal dos Kadafi. Mais a oeste, a expansão progride. Principalmente em Misrata, zona portuária e comercial de grande importância, em Zawiya e em Zintan, praça-forte árabe-berbere do Jebel Nafusa a sudoeste de Trípoli. Entretanto, o vento logo muda de direção. Desorientado por algum tempo, o poder, embora sem o apoio da Liga Árabe – à exceção notável de Argélia, Síria e Iêmen –, lança a contraofensiva e reconquista, em meados de março, o núcleo petroleiro de Ajdabiya. No papel, é verdade, a *Jamahiriya* tem a vantagem numérica e de poder de fogo. Segundo o famoso International Institute for Strategic Studies (IISS) de Londres, Trípoli dispunha, em 2009, de 50 mil homens, sendo a metade de recrutas, 800 tanques, 400 canhões motorizados, 600 peças de artilharia e 200 aviões de combate. Inventário um tanto enganador. No dizer dos especialistas, menos da metade do efetivo tem o preparo necessário aos guerreiros. Ainda mais

que Kadafi não confia em sua tropa. Um sinal: na primavera de 2011, seus sargentos recrutadores ainda engajavam auxiliares subsaarianos, chamados a prestar serviço a uma Legião Islâmica povoada de mercenários chadianos, nigerianos ou malineses. Quanto à supremacia terrestre e aérea, minada com o passar do tempo pelo vírus da usura, ela se revela um socorro inútil quando o inimigo domina os ares. No conflito, o CNT alinha, ao que parece, 17 mil combatentes. Contingente aumentado ao longo das semanas pelo afluxo de voluntários e de desertores, e fragmentado em uma miríade de brigadas móveis, equipadas essencialmente com fuzis automáticos, com metralhadoras sobre pick-ups, com lança-foguetes e canhões antiaéreos. Bombardeio com arma pesada de um lado; ataques, incursões e emboscadas do outro: o balé inicial desenha a dramaturgia dos combates por vir.

Enquanto isso, a 8 mil quilômetros dali, a França trava, em plena ONU, uma outra batalha. E arranca à força, em 17 de março, o voto da Resolução 1.973 pelo Conselho de Segurança, apadrinhada pelo Reino Unido e pelo Líbano. A Rússia, a China e a Alemanha se abstêm. O que ocorre é que, em nome do dever de proteção aos civis líbios, o texto instaura uma *no fly zone* – zona de exclusão aérea – e autoriza o recurso aos bombardeios e a "toda medida necessária". Única opção banida: a expansão terrestre. Em resumo, uma maneira de dar carta branca. Já era tempo, pois o exército kadafista se aproxima dos subúrbios de Benghazi, levado pelo juramento de seus chefes: "Não haverá nem perdão, nem piedade."

O temido banho de sangue não acontecerá. Diante da urgência, a missão de reconhecimento feita em 19 de março por quatro Mirage e dois Rafale muda de natureza *in extremis*. Trata-se então de aniquilar algumas baterias de DCA (defesa antiaérea, também chamada de defesa contra aeronaves), assim como a vanguarda blindada dos atacantes. Decisivo, esse ataque é apenas o prelúdio de um intenso massacre efetuado por uma coalizão de 19 países, dotada de uma impressionante força aérea na qual os bombardeiros furtivos B-2 Spirit da US Air Force ladeiam os Tornados e os Eurofighter britânicos, os CF-18 canadenses ou os F-16 com as cores da Dinamarca, da Espanha, da Bélgica, do Qatar e dos Emirados Árabes Unidos. Para o Guia e os seus, o perigo vem não somente do céu, mas também do mar. Como prova, o dilúvio de mísseis Tomahawk atirados pelos submarinos americanos e britânicos que cruzam o Mediterrâneo.

O espectro da tempestade de areia

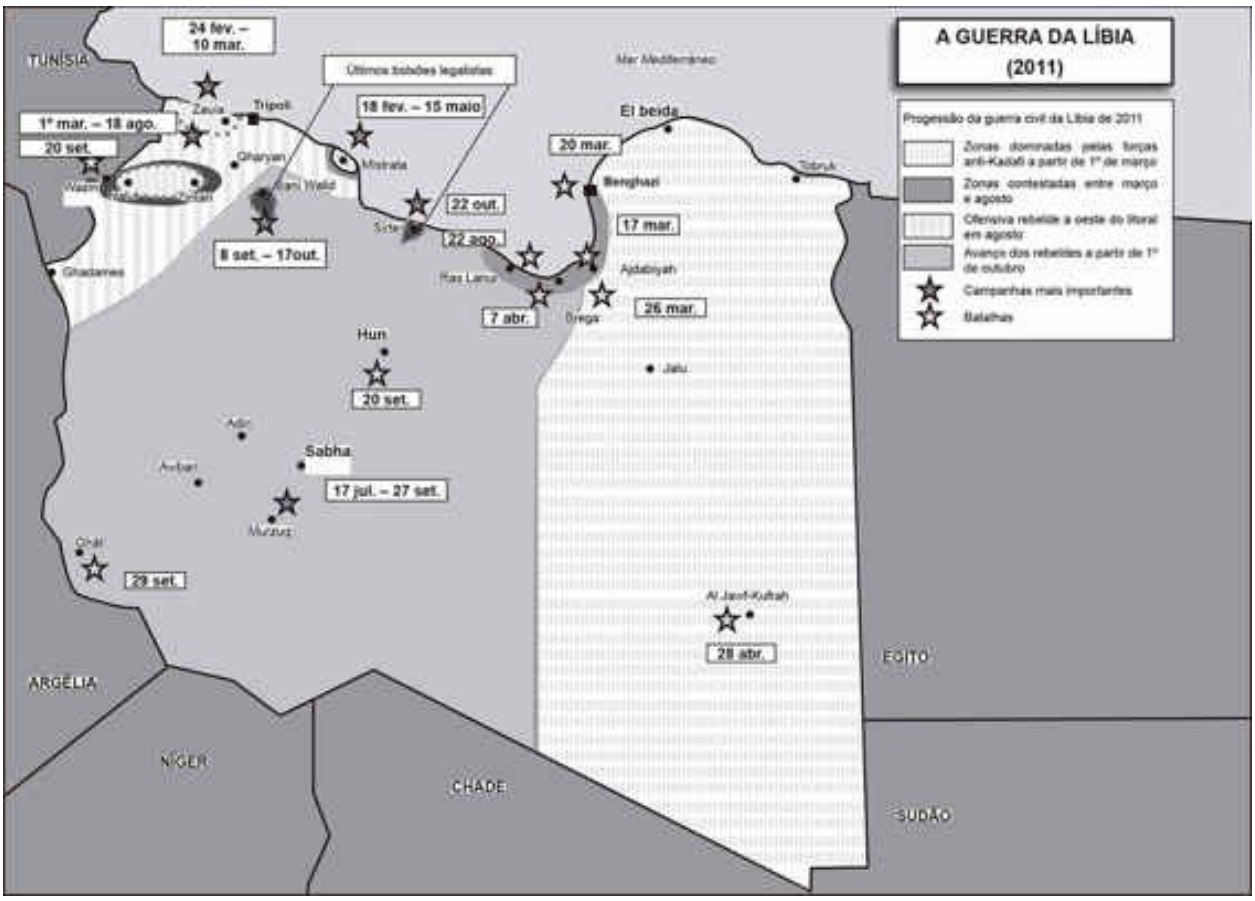
Em Paris, aposta-se numa derrota rápida do inimigo. "Uma questão de dias ou de semanas, mas não de meses", arrisca Alain Juppé, então ministro das Relações Exteriores. Errado: a Operação Aurora da Odisseia durará mais de um semestre. Por quê? Quatro fatores esclarecem a dilatação da data limite. De início, os ocidentais subestimam a capacidade de luta da guarda pretoriana da *Jamahiriya*, aliança de unidades de elite comandadas por filhos ou por zelosos vassalos de Muamar Kadafi. Depois, e simetricamente, eles tendem a idealizar a performance em combate daquela miscelânia de rebeldes, reunião incomum de voluntários de inegável valentia, mas desprovidos em sua maior parte de conhecimento militar. Se muitos oficiais, suboficiais ou homens de patente abraçaram a causa, nas linhas de frente encontram-se principalmente estudantes, professores, operários, engenheiros, magistrados ou enfermeiros. "Patético", dirá o almirante Edouard Guillaud, então chefe de Estado-Maior dos exércitos, estarrecido ante o amadorismo dos rebeldes.

Terceiro obstáculo, logo visível: a heterogeneidade de um CNT onde convivem monarquistas, liberais, islamitas, resistentes do interior e "retornados" da diáspora; mas também a persistência, no interior desse grupo, de velhas linhas de separação regionalistas. Historicamente permeáveis à tentação separatista, os rebeldes de Benghazi, muitas vezes, só têm desprezo pelo pouco ardor revolucionário dos tripolitanos. Quanto aos sitiados de Misrata, atores de uma resistência homérica unidos por uma consciência identitária aguda, reivindicarão um estatuto privilegiado conforme seus méritos. Enfim, as tensões e divergências patentes no interior da coalizão impedem sua eficácia operacional. Para despeito da França oficial, que nesse caso foi ignorada por Londres, o comando do dispositivo cabe à Otan. O que, levando-se em conta o peso inerente ao processo de decisão em vigor no seio da Aliança Atlântica, aumenta o intervalo dos ataques. Mísseis, drones, aviões abastecedores; mesmo que Washington retire precocemente sua frota de bombardeiros "matadores de tanques", a supremacia do arsenal *made in USA* priva Nicolas Sarkozy de sua *leadership* cronológica. Na realidade, quer se trate da escolha dos alvos ou da agenda dos ataques, são mesmo os Estados Unidos que dirigem a manobra.

Uma certeza: no final da primavera de 2011, surge o temor da estagnação. E não sem razão… Em campo, a insurreição coleciona revezes. É evidente que a caça a distância não é suficiente. Eis por que Paris engaja helicópteros de ataque e lança, de paraquedas, armamentos ultramodernos nos santuários rebeldes. Eis também por

que o patrocinador do Qatar intensifica suas entregas via Cirenaica. Eis enfim por que, preocupado em melhorar a coordenação entre a Otan e as tropas do CNT e em disciplinar os movimentos erráticos destas, as forças especiais francesas e britânicas e dos "conselheiros" com sotaque ianque fincam pé no leste, no coração do enclave portuário de Misrata e no Jebel Nafusa.

Aliás, é desse relevo escarpado, negligenciado sem razão pelos estrategistas do Guia, que virá o essencial para a salvação. A inflexão tática se revela eficaz. Em 15 de julho, os "montanheses" de Zintan arrombam o "ferrolho" de Gharyan, abrindo a via para a capital. Tudo indica que a malha protetora do último domínio kadafista se enfraquece. Já em meados de maio, os Misrati conseguiram expulsar dos muros os *snipers* (franco-atiradores) infiltrados na cidade. Para isso, os *thuwar* – rebeldes – perfuram as paredes das casas e os muros dos quintais, visando avançar sem serem vistos, para surpreender, com o uso de um punhal, se necessário, os franco-atiradores que espalham a morte do alto da torre Tamin, o imóvel mais elevado da avenida de Trípoli. Eles que, de costas para o mar, obstinavam-se a desafiar Kadafi, seus foguetes, seus obuses de morteiro e os tanques da 32ª Brigada, comandada por seu filho Khamis, conseguem, enfim, vencer a resistência kadafista.



Uma guerra sem fim?

Resta então organizar a junção que apressará o ataque em pinça a um bastião tripolitano que alguns ainda acreditam ser inexpugnável. Há semanas que os rebeldes, com o apoio de seus mentores ocidentais, infiltram armas e combatentes na capital. Para sair da sombra, suas células adormecidas só aguardam o apelo da Sereia, nome em código dessa operação *ad hoc*. Ele ressoa em agosto, em pleno mês do jejum do ramadã. Em 19 de agosto, Zawiya, cidade costeira estratégica a oeste de Trípoli, cede. Enquanto isso, os maquis de Zintan se aproximam pelo sul e os *thuwar* de Misrata, transportados de barco, atracam discretamente a bordo de botes infláveis na marina de Abu Sita, a leste da capital – onde, ironia da história, está ancorado o iate de Saadi, outro herdeiro de Muamar Kadafi. Dois dias depois, os rebeldes estão na praça. Seu objetivo: o palácio-caserna de Bab al-Azizia. O Guia desaparece na antevéspera da queda de seu fortim, conquistado em 23 de agosto. Sua esposa Safia e três de seus filhos – Aisha, "la pasionaria",[IV] em gravidez

adiantada, Mohamed e Hannibal – fogem pelo deserto na Argélia.[1] Ponta de lança do golpe: a brigada do "17 de Fevereiro", comandada por Abdel Hakim Belhadj, um antigo membro do Grupo Islâmico Combatente na Líbia, falange jihadista considerada próxima da Al-Qaeda.

A conquista do bunker kadafista anunciaria a hora do cessar-fogo? Com certeza não. Outros bastiões ainda resistem: Sirte, claro, mas também o oásis sulista de Sebha, no meio das dunas do Fezzan, e Bani Walid, feudo de uma tribo leal ao regime que está ameaçado. É necessário também, e principalmente, capturar o tirano execrado. A perseguição dura dois meses e termina em 20 de outubro numa adutora de drenagem feita de concreto, palco de uma caçada bárbara.[2] Nada detém então a sede de vingança dos vencedores. Serão encontrados nas vizinhanças do hotel Mahari de Sirte, não longe do último covil de Kadafi, os cadáveres de 53 homens executados a bala.

Três dias depois da morte do "caid" (chefe) em fuga, Mustapha Abdeljalil, frágil timoneiro do Conselho Nacional de Transição (CNT), anuncia solenemente a "libertação" do país. A Líbia libertada? De seu excêntrico carcereiro, sim. De seus demônios, certamente não. Não basta rebatizar, em homenagem aos "mártires", a Praça Verde, ainda ontem lugar de manifestações organizadas pela propaganda oficial, para purificar o passado e limpar o horizonte. Reabilitada, a bandeira da monarquia, derrubada em 1º de setembro de 1969, flutua não sobre uma nação, mas sobre um mosaico de baronatos regidos pela única lei das armas e forjados pelo irredentismo. Um índice em cem: 30 meses depois de terem capturado – em 19 de novembro – o filho mais novo do Guia, Saif al-Islam Kadafi, os milicianos de Zintan recusavam-se ainda a transferi-lo para Trípoli. Entregá-lo à Corte Penal Internacional (CPI) de Haia? Nunca se pensou nisso. Os vitoriosos da *Jamahiriya* preferem julgar – e, por conseguinte, condenar – seus caciques nos locais de seus crimes. E é mais do que provável que os mandatos de prisão emitidos desde 27 de junho de 2011 pela CPI contra o ex-herdeiro presumido do defunto Muamar e do cunhado e chefe dos serviços de informações deste último, Abdullah al-Senussi, preso no aeroporto de Nouakchott (Mauritânia) em março de 2012 e depois extraditado, continuarão letra morta.

A Líbia é logo tomada por vertigens, consequência do vazio político legado por Kadafi. Tanto na capital como no restante do país, os chefes de milícia estão equipados com fuzis kalashnikov e com lança-foguetes nos feudos urbanos. Há

conflitos em Benghazi, em Zintan e no sudeste desértico, teatro de embates homicidas entre tribos árabes, tuaregues e tubus. Mas há também a possibilidade de ocupar por algum tempo o aeroporto de Trípoli ou de destruir a sede da comissão eleitoral. É claro que o CNT se esforça por estabelecer uma aparência de autoridade, e mesmo por integrar os rebeldes num exército a ser reinventado e numa polícia embrionária. E, ainda, os cidadãos líbios elegem livremente em julho de 2012 – prática inédita – um Congresso Geral Nacional (CGN), arremedo de parlamento controlado nos bastidores pela Irmandade Muçulmana e em que logo se infiltrarão os incendiários islamitas. Mas a tragédia de Benghazi, que aconteceu algumas semanas depois, dá a exata medida da fragilidade do processo de normalização. Em 11 de setembro, um comando da Ansar al-Charia, facção salafista de estrita obediência religiosa, ataca o consulado dos Estados Unidos. Ataque fatal ao embaixador americano Christopher Stevens e a três de seus colaboradores, um diplomata e dois agentes de segurança.

Em Trípoli, onde um atentado com carro-bomba explode a embaixada da França em 23 abril de 2013, as gangues armadas adquirem o hábito de atingir ministérios e imóveis oficiais para impor suas reivindicações. É hora de purismo revolucionário. Presidente do CGN e, *de facto*, chefe de Estado interino, Mohamed al-Megaryef sucumbe a essa escalada em maio. Ao renunciar, esse velho dissidente não faz mais que antecipar os efeitos de uma "lei de exclusão" que, adotada sob pressão das milícias, afasta das esferas do poder quem quer que tenha servido ao governo de Kadafi… Cinco meses depois, um comando da "Célula das Operações Revolucionárias" surge no hotel Corinthia, palácio vizinho à medina de Trípoli, para, por conta de uma misteriosa "ordem superior", sequestrar o primeiro-ministro Ali Zidan. Mas ele, que será destituído em 11 de março de 2014, é posto em liberdade no mesmo dia. O que fica do episódio é uma forte impressão de caos. Impressão alimentada pelos confrontos homicidas que, em Benghazi, opõem valentões "laicos" e belicistas islamitas. Sem dúvida deve-se atribuir a essa guerrilha a eliminação do coronel Mustapha al-Barghathi, chefe da polícia militar líbia, abatido na porta de sua casa por "desconhecidos". Outro reflexo, mais prosaico, da impotência de uma autoridade central que não exerce autoridade: a queda, ao longo do verão de 2013, das receitas do ouro negro, que representam para o país 96% de sua renda. Lógica da questão: conduzidos pelo carismático Ibrahim al-Jadran, de cerca de 30 anos de idade, os franco-atiradores federalistas da Cirenaica mantêm os

terminais petroleiros sob seu controle, trancando o acesso a eles desde o início do verão de 2013, como instrumento de chantagem. Esses rebeldes serão vistos, em março de 2014, negociando com um misterioso cliente uma carga de petróleo bruto, logo levada por um navio-cisterna de bandeira norte-coreana que as forças leais a Trípoli tentarão deter inutilmente. Desafio perigoso, pois essa facção, pelo que se conhece de sua trajetória, aspira à guerra civil. Valorosa mas vulnerável, a sociedade civil líbia não escapa ao domínio da violência. Como prova, o assassinato, em 26 de julho de 2013, de Abdelsalam al-Mismari, advogado e militante renomado dos direitos civis. Policiais, oficiais, advogados, magistrados: em menos de dois anos, serão registrados, apenas na cidade de Benghazi, uma centena de assassinatos políticos infames mais ou menos direcionados e perpetrados com total impunidade. Há também estrangeiros entre as vítimas, como o engenheiro francês ceifado por disparos de kalashnikov em 2 de março de 2014.

Caixa de Pandora

O abismo aberto, assim, sob os passos da nova Líbia não é, de maneira alguma, uma questão interna. Ninguém ignora o quanto o naufrágio da *Jamahiriya* abalou o frágil Sahel. A abertura escancarada de arsenais superabundantes, o retorno em massa dos trabalhadores emigrados e dos legionários do exército de Kadafi precipitaram o naufrágio do Mali. Essa situação também serviu para abastecer o mercado negro do terror e estimulou a proliferação, do Senegal à Nigéria, via Mauritânia, Argélia, Burkina Faso, Níger, Chade, e mesmo a República Centro-Africana, de metástases terroristas. Árido, pouco povoado, esse imenso espaço de 8 milhões de quilômetros quadrados com riquezas ainda inexploradas – petróleo, urânio, ouro, manganês – não tinha necessidade desse afluxo de artefatos homicidas, ingredientes recentes de um coquetel explosivo em que se misturam permeabilidade das fronteiras, fraqueza do Estado, pobreza e tentações soberanistas. E eis que o Grande Sul líbio oferece à infantaria da jihad global, assim como aos traficantes de armas, de droga e de migrantes, novos santuários – dos quais os estrategistas ocidentais e toda a vizinhança, do Egito à Tunísia via Níger e Mali, temem a intensa nocividade.

Esse pandemônio teria surgido subitamente no território saara-saheliano, causado pelo sopro do vento do deserto? Evidentemente não. Na França e em

outros países, muitos analistas civis e militares tinham previsto o potencial explosivo da caixa de Pandora líbia. Tempo perdido: seus avisos eram inaudíveis para os dirigentes decididos a vestir a toga de libertador, ocultando em suas dobras conivências passadas. Esta é, provavelmente, a lição mais cruel do conflito, réplica do precedente iraquiano: destronar um tirano, por mais abjeto que ele seja, não garante em nada a mudança para a democracia, e ainda menos a estabilidade regional. De maneira implícita, os mísseis Tomahawk, os F-16 e os Rafale terão deixado em seu rastro outros ensinamentos. Primeiramente, e apesar do que isso implica para os respectivos orgulhos nacionais, a permanência da primazia americana no comando de todo dispositivo militar multinacional de envergadura. Depois, o caráter inevitável das divergências no interior da Otan, atestada pela hostilidade da Turquia aos ataques aéreos, e da Europa, supostamente unida, mas que apresentou reticências alemãs e polonesas. Enfim, a dimensão aleatória da caução da ONU. Embora tal ausência de lucidez não seja admitida por suas respectivas diplomacias, Moscou e Pequim não terão dificuldades, para justificar suas obstruções futuras, em acusar o lado ocidental de tê-los coagido afastando-se do espírito da Resolução 1.973.

Parece que a verdade é a primeira vítima de toda guerra. Não há dúvida de que a ilusão lírica da liberdade ao som do canhão a segue de perto. Ouve-se daqui o aforismo desabusado que um Woody Allen beduíno poderia enunciar: "Deus está morto, Kadafi está morto, e a própria Líbia não está se sentindo bem".

Notas

[I] N. T.: A expressão "espaço saheliano" refere-se à região do Sahel ao sul do Saara, zona de transição entre o deserto e o espaço tropical úmido do Sudão. (CF. http://www.larousse.fr/encyclopedie/autre-region/le_Sahel/142026; acesso em: 12 ago. 2015.)

[II] N. T.: "*Jamahiriya*" é a designação da forma de governo criada por Kadafi, que significa "estado das massas", sendo parte do nome oficial da Líbia desde 1977.

[III] N. T.: "Cirenaica" designa, atualmente, a região oriental da Líbia, que faz fronteira com o Egito. É um nome derivado da cidade de Cirene, a mais importante da região na Antiguidade.

[IV] N.T.: Aisha, única filha de Muamar Kadafi (que, além dela, teve 7 filhos homens), distinguiu-se por sua militância política em defesa do regime instituído por seu pai na Líbia, sendo comparada indiretamente a outras mulheres militantes através do epíteto "la pasionaria", atribuído pela primeira vez a Dolores Ibarruri,

líder do partido comunista por ocasião da Guerra Civil Espanhola.

[1] Desde então, Aisha e Mohamed se fixaram em Omã, onde obtiveram asilo político. Quanto a Saadi, refugiado por muito tempo em Niamey (Níger), foi entregue às "autoridades" de Trípoli em 6 de março de 2014. Os outros três filhos do falecido coronel Kadafi – Seif al-Arab, Khamis e Moatassim – morreram durante os combates ou durante a perseguição que se seguiram.

[2] Ler o capítulo sobre as últimas horas de Muamar Kadafi em *Les Derniers Jours des dictateurs* (Paris: Perrin, 2012; Paris: Pocket, 2014).

Bibliografia selecionada

BRAVIN, Hélene. *Kadhafi, vie et mort d'un dictateur.* Paris: Bourin, 2012.

BURGAT, François; LARONDE, André. *La Libye*. Paris: PUF, 2003, col. "Que sais-je?".

COJEAN, Annick. *Les Proies. Dans le harem de Kadhafi.* Paris: Grasset, 2012.

GRACIET, Catherine. S*arkozy-Kadhafi. Histoire secrète d'une trahison.* Paris: Seuil, 2013.

HAIMZADEH, Patrick. *Au coeur de la Libye de Kadhafi.* Paris: JC Lattès, 2011.

LÉVY, Bernard-Henri. *La guerre sans l'aimer*. Paris: Grasset, 2011.

MANDRAUD, Isabelle. *Du Djihad aux urnes, le parcours singulier d'Abdelhakim Belhadj*. Paris: Stock, 2013.

MARTINELLI, Mgr Giovanni. *Evêque chez Kadhafi.* Montrouge (France): Bayard, 2011.

NAJJAR, Alexandre. *Anatomie d'un tyran.* Arles: Actes Sud, 2011.

NOTIN, Jean-Christophe. *La Vérité sur notre guerre en Libye.* Paris: Fayard, 2012.

Blitzkrieg no Mali

(2013)

Pierre Servent

A Operação Serval veio para contradizer muitas análises tidas como verdades absolutas pouco tempo antes de seu lançamento inesperado no começo de 2013. A França interveio praticamente sozinha, ao contrário da previsão segundo a qual essa hipótese não mais ocorreria nos conflitos contemporâneos. Ela não se atolou nos combates, como prediziam alguns oráculos brandindo o espectro do Afeganistão. Enfim, o tema da perda da mobilidade do exército, por ter sido obrigado a voltar para uma morna vida de caserna após sua retirada precipitada da Ásia Central, revelou-se defasado.

Uma *pequena guerra*… com grandes efeitos estratégicos. É assim que se pode resumir o que aconteceu no começo do ano de 2013 no norte do Mali, sem diminuir em nada a incrível proeza logística e operacional da França, saudada por todos os seus aliados, principalmente africanos. Em três semanas, a Defesa mobilizou no Sahel 1.500 veículos, cerca de 50 aviões e helicópteros de combate e de transporte e enviou mais de 4 mil homens,[1] graças principalmente ao apoio logístico de alguns países aliados. Num país que tem duas vezes e meia a extensão da França, despejou-se em algumas semanas um fluxo logístico equivalente ao que tinha saído do Afeganistão durante todo o ano de 2012.[2] O calor extremo (até 65 °C), a natureza caótica e instável do terreno – entre areia e paisagem lunar –, que causavam distensões musculares, impuseram aos homens e às máquinas restrições extremas. Mas isso não impediu nem a velocidade nem a combatividade francesa. O ataque francês conduziu os primeiros comandos das forças especiais ao norte do país apenas vinte dias após o início de da Operação Serval. Uma verdadeira Blitzkrieg nas areias e nas rochas. No final de março, as operações mais impositivas estavam concluídas. Em 11 de julho de 2013, ou seja, seis meses após o início das

hostilidades, a ONU assumia a sequência com a Minusma.[3] E, no mês seguinte, uma eleição presidencial, conduzida em condições convenientes,[4] dava enfim ao país um poder legal saído das urnas. Um resultado inconcebível alguns meses antes e que não foi alcançado antecipadamente...

A Operação Serval – do nome de um pequeno felino africano malandro e sorrateiro – aconteceu num ambiente de ordem determinado pelo chefe dos exércitos, François Hollande, sobre o qual todos os testemunhos militares que foram colhidos convergem para qualificá-lo de "muito claro e particularmente vigoroso". A França não descobriu o dossiê em 2013. O ministro da Defesa, Jean-Yves Le Drian, trabalhava há meses para sensibilizar, não sem dificuldade, a comunidade internacional à necessidade de uma intervenção africana com apoio ocidental para salvar o Mali e o Sahel da gangrena salafista-jihadista. Paris só podia se alarmar ao ver que em apenas dez anos o GSPC,[5] um pequeno grupo de combatentes salafistas que escaparam da terrível guerra civil argelina (200 mil mortos), tinha conseguido constituir um enorme tesouro de guerra graças ao "*business*" dos sequestros de ocidentais (várias dezenas de milhões de euros). O GSPC conseguiu estabelecer vínculos fortes com a população, chegando mesmo a casar alguns de seus chefes de guerra com jovens das grandes tribos de Tombuctu, e acabou ocupando o norte do Mali com a ajuda de aliados locais independentistas (tuaregues por conveniência). Reconhecido pela al-Qaeda, o GSPC, que se tornou a al-Qaeda do Maghreb islâmico (AQMI), estendeu progressivamente sua sombra em toda a região, formando e financiando alguns grupos terroristas, principalmente mauritanos ou nigerianos (Boko Haram).[6] Anotações do serviço de informações francês destacavam, também, a vontade dos islamitas de fazer avançar seus peões ainda mais longe, no Senegal, onde os franceses – alvos privilegiados – são muito numerosos.

Membro permanente do Conselho de Segurança, a França se sentia um pouco isolada em assumir o dossiê saheliano. Na verdade, ninguém desejava fazê-lo, nem a União Europeia, que estimava que só havia desvantagem para ela na África, nem a Comunidade dos Estados da África Ocidental (Cedeao), na qual numerosos chefes de Estado estavam enfrentando perturbações internas. Menos ainda os Estados Unidos, cada vez mais inclinados ao isolamento e à reorganização asiática. Foi, portanto, com muita má vontade que os Estados africanos se declararam prontos a intervir militarmente, em 2013, com o apoio da ONU e a ajuda logística dos europeus, franceses à frente, para libertar o norte do Mali. Mas os riscos de que o

projeto terminasse mal eram ainda maiores. Potência tutelar na região, a Argélia via com maus olhos essa presença da antiga potência colonial em seu quintal. A Argélia vigiava há muito tempo o sul de sua imensa fronteira permeável e parecia estar satisfeita com o *status quo*, apadrinhando ao longo dos anos acordos efêmeros entre Bamako e os tuaregues do norte, fazendo um jogo duplo ou triplo com os grupos terroristas em função de seus interesses. Todo mundo andava pisando em ovos... exceto os jihadistas dos Katibas (grupos de combate) comandados por dois argelinos, Abdelhamid Abu Zeid[7] e Mokhtar Belmokhtar.[8] Era essa a situação em dezembro de 2012, uma espécie de impasse, dando aos jihadistas em toda a faixa saheliana uma autoridade psicológica considerável, reforçada por sua capacidade em comprar os homens e as consciências graças aos frutos de seus tráficos numerosos.

Parada à força

Em 11 de janeiro de 2013, Paris decide então intervir com energia atendendo ao pedido do governo provisório de Bamako e da comunidade internacional. O objetivo era evitar que uma coalizão de jihadistas terroristas e de independentistas viesse a invadir o sul do país após ter ocupado o norte no ano anterior. Duas colunas de ataque (mais de mil combatentes) avançam desde a véspera sobre a "linha de demarcação": elas reúnem tuaregues convertidos à charia (Ansar Dine),[9] islamitas mafiosos locais (o Mujao)[10] sob o comando de jihadistas estrangeiros partidários da AQMI. Os veículos pesados equipados com canhões sem recuo, metralhadoras pesadas e lança-chamas, levando cada um deles de 5 a 15 combatentes, substituem os atacantes montados em dromedários das expedições de outrora. Os dois grupos avançam, a leste, para Diabali, a oeste, para Mopti-Sévaré. São como dois ferrolhos a serem arrombados para poder invadir o sul.

A França não deixa passar uma ocasião tão propícia, pois os jihadistas estão, pela primeira vez, maciçamente a descoberto e em movimento. Suas forças atingem as colunas de ataque com sucesso, pelo fato de estarem pré-posicionadas, principalmente as forças especiais (Burkina Faso) e seus aviões de combate (Chade). Uma boa notícia inesperada, além disso, vem da Argélia.[11] O presidente Bouteflika aceita rapidamente – em 14 de janeiro – o uso de seu espaço aéreo por aviões-caças Rafale que partiram da França (Saint-Dizier) para um ataque de 4 mil quilômetros.[12] Uma evolução ligada, sem dúvida, à visita de Estado bem-sucedida

realizada pelo presidente Hollande a Argel algumas semanas antes. Ao norte do Mali, os militares franceses não estão em terra desconhecida. Há muitos anos que Paris e seus aliados americanos puseram sob vigilância essa zona saheliana que se tornara uma base de origem da influência salafista em toda essa região, na qual vários franceses foram feitos reféns. O general de brigada Grégoire de Saint-Quentin, que comanda a Operação Serval, está muito bem preparado para essa função por ter trabalhado com antecedência, na sede do estado-maior das forças armadas, no planejamento dos alvos a serem atacados se um dia fosse necessário. Isso não quer dizer que a França soubesse antecipadamente que desenvolveria tal operação, mas somente que, não estando excluída tal hipótese, o trabalho de preparação devia ser feito e atualizado continuamente, sobretudo graças às contribuições de alta qualidade dos serviços de informações franceses (DGSE/Serviços secretos e DRM/Direção da informação militar).

Apenas algumas horas depois do início da cavalgada jihadista, a França mobiliza os helicópteros de suas forças especiais (FS). O primeiro francês a morrer, o tenente Damien Boiteux, é um piloto de Gazelle das FS.[13] Os Mirage vindos de N'Djamena atacam em seguida, destruindo as cabeças de coluna, bloqueando sua progressão, e depois, rapidamente, visam às linhas de provisões dos jihadistas. Atacados na parte dianteira, cortados por trás, os jihadistas terroristas logo ficam sem fôlego. Até então habituados a avançar sem esforço, estão desorientados, abatidos, paralisados. O raio cai sobre suas cabeças sem que possam percebê-lo. Destruídos pelas bombas, pelos foguetes e pelas rajadas de metralhadoras, os jihadistas tentam então evaporar-se, dispersar-se em pequenas entidades. É o que os militares franceses chamam de "efeito mercúrio". Alguns deles se escondem no local, procurando abrigo – inclusive do lado mauritano – para escapar aos olhos dos pilotos franceses e dos sistemas de vigilância. Os homens da al-Qaeda compreendem logo, de sua parte, que há perigo se permanecerem. Recusando o combate direto, deslocam a marcha forçada da noite em direção ao santuário do Adrar des Ifoghas (extremo norte), sem passar pelo abrigo de Tombuctu, onde têm uma base de retaguarda. Deixam ali numerosos computadores, documentos políticos, manuais de combate do perfeito terrorista e outras instruções de camuflagem para escapar aos sistemas de vigilância ocidentais que farão as delícias dos comandos das forças especiais que foram as primeiras a chegar ao local.[14] Esses documentos explorados pelo serviço de informação permitirão principalmente confirmar o comando à distância da AQMI realizado pelo

emir da organização terrorista, Abdelmalek Droukdel, escondido em algum lugar nas montanhas argelinas. Algumas cartas revelam a cólera de Droukdel, que acusa seus companheiros de quererem impor a charia ao Mali de maneira rápida demais e de dar as costas à população muçulmana ao destruir com barras de ferro os túmulos dos 333 santos de Tombuctu, "a pérola do Islã".

A reconquista

Se em seu passado militar a França pôde ser acusada de não ter sabido adaptar-se "aos atritos da guerra", no dizer de Clausewitz, nos últimos conflitos manifestou, ao contrário, sua aptidão para fazê-lo e para impor ao adversário seu próprio ritmo da guerra. A Operação Serval é uma ilustração flagrante disso, apesar do tamanho gigantesco de um campo de batalha que coloca por vezes a base logística de partida a 2 mil quilômetros do teatro dos combates mais afastado. A pressão sobre o adversário nunca enfraqueceu até os últimos combates na fortaleza da AQMI, no extremo norte do país. É notável como os franceses desencadearam logo a fase de reconquista, quase simultaneamente à retenção das pick-ups de frente dos jihadistas. Isso foi feito com o apoio militar dos chadianos (2 mil homens comandados pelo filho do presidente Idriss Déby) e de alguns elementos malineses esparsos subitamente reconfortados ao se acharem enfim do lado dos vencedores. O trabalho francês foi facilitado pelos drones de vigilância americanos, pelo transporte estratégico de alguns países europeus e pela decisão da Argélia e do Níger em fechar o mais hermeticamente possível suas fronteiras. Presos na teia, aos jihadistas só restava morrer no local. O que eles fizeram.

Enquanto os comandos e a aviação das forças especiais, os Mirage e Rafale da aeronáutica e os Atlantic 2 da marinha armados de torpedos iniciam uma perseguição aos homens da al-Qaeda, as forças convencionais asseguram a conquista e o domínio das antigas praças-fortes da coalizão terrorista. Duzentos legionários do 2º Regimento Estrangeiro de Paraquedistas (2º REP) saltam sobre Tombuctu na madrugada de 27 para 28 de janeiro para cobrir o aeroporto e proteger a vizinhança a fim de permitir a chegada de reforços. No Eliseu, o general Benoît Puga, chefe de Estado-Maior particular do presidente Hollande, está mais do que feliz com essa operação (oficial do 2º REP, quando era um jovem tenente[15] havia saltado sobre Kolwezi [ex-Zaire] em 1978). Os comandos das forças especiais também assaltam

pelos ares o reduto dos jihadistas, cujos acessos estão minados e fortemente defendidos. Em outro lugar, no aeroporto de Gao, outro feudo terrorista, os aviões de transporte do esquadrão Poitou (FS), com a ajuda de seus colegas dos comandos do ar das forças especiais (CPA10), vão proceder a aterrissagens de ataque[16] com risco máximo. Os terroristas haviam espalhado na pista aparelhos de terraplanagem destruídos, carcaças de veículos queimadas, que normalmente impediriam qualquer aterrissagem. Não contam com a destreza dos pilotos franceses, que posam seu C-160 Transall parando a apenas alguns metros dos obstáculos.

Sem querer minimizar o papel das forças convencionais vindas da metrópole (3ª Brigada Mecanizada comandada pelo general Barrera) ou de toda a região (Chade, Costa do Marfim, Senegal), o papel da aeronáutica e das forças especiais foi crucial. É provavelmente por isso que, quando se evoca Serval com o chefe de Estado-Maior da aeronáutica, o general Denis Mercier, e com o chefe das forças especiais de então, o general Christophe Gomart,[17] eles exibem o mesmo sorriso largo ao afirmar em uníssono que, neste caso, "praticamente todas as habilidades de seu instrumento de trabalho puderam ser utilizadas com pleno sucesso". O general de Saint-Quentin elogia, por sua vez, "a cultura expedicionária francesa forjada por quarenta anos de operações exteriores" que conjuga o alto valor técnico dos equipamentos e a resistência do soldado. O general Hervé Charpentier,[18] que nesses últimos anos foi responsável pela condição operacional das forças, destaca o quanto a qualidade das formações em combate dadas nos diferentes centros de instrução, somada à experiência das últimas operações (Bálcãs, Ásia Central, África), permitiu aos soldados franceses enfrentar uma operação particularmente difícil e instável. Sua maturidade operacional e sua capacidade de resistir e enfrentar dificuldades num meio hostil foram decisivas num contexto marcado por uma grande complementaridade das forças (terra, ar, mar) e um comando de operações em torno do general de Saint-Quentin permitindo traduzir da maneira mais inteligente possível os objetivos estratégicos do Estado-Maior dos exércitos em ordens operacionais coerentes para o nível tático.[19]

Em Paris, reuniões de enquadramento e de coordenação eram realizadas no hotel de Brienne três vezes por dia, em torno do diretor de gabinete do ministro da Defesa, Cédric Lewandowski. O que não acontecia desde… 1956 e a operação de Suez. Um comando a rédeas curtas "para evitar a perda de informação e de sinergia", dizia-se então entre os que trabalhavam com Jean-Yves Le Drian. Ele

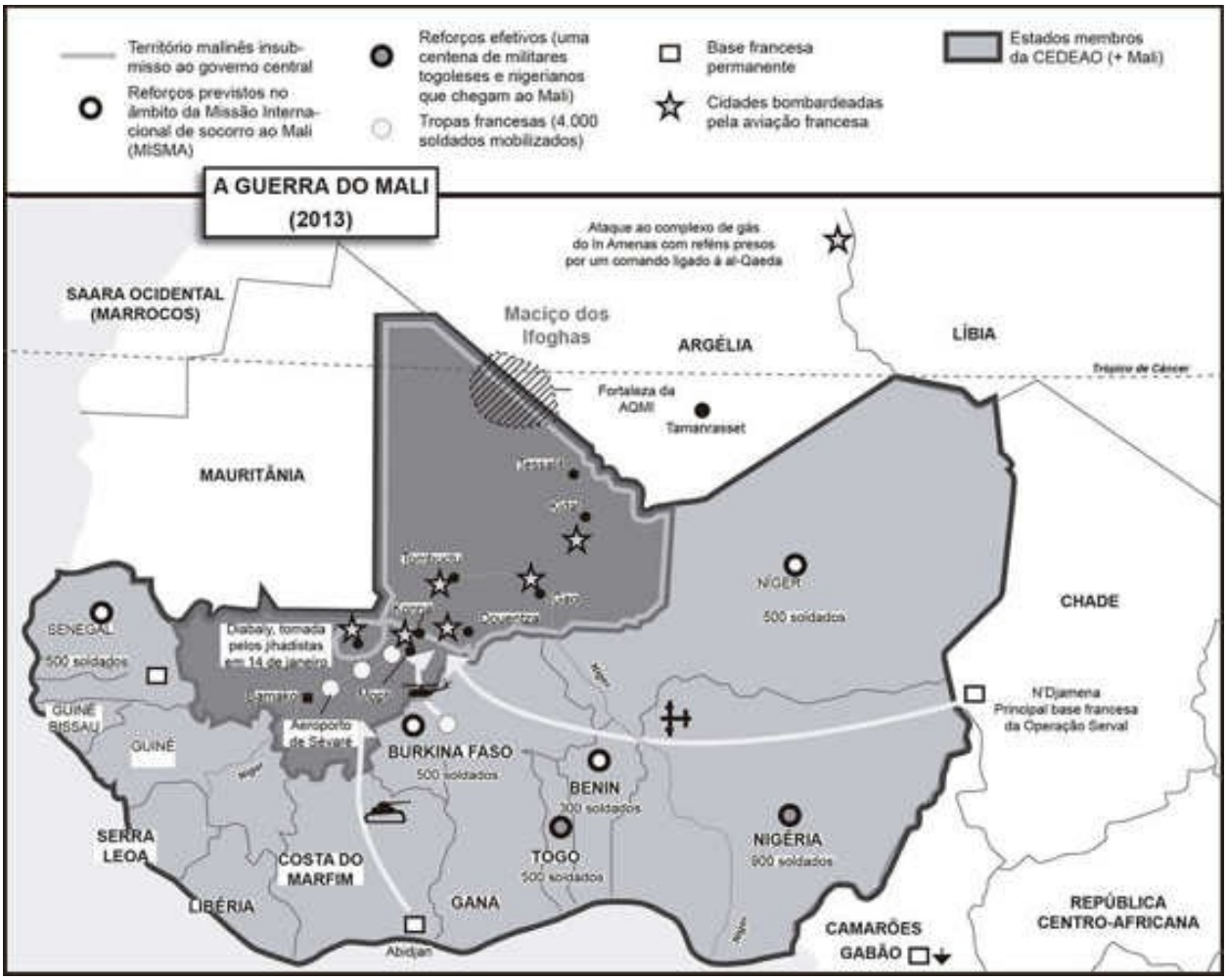
traduzia igualmente a vontade do ministro da Defesa em colocar sua marca e romper com o papel apagado de seus antecessores na era Sarkozy. Essas reuniões tinham a missão de preparar os conselhos de defesa em torno do chefe de Estado e tomar decisões estratégicas.[20] A mais de 4 mil quilômetros da rua Saint-Dominique, sede da Defesa, a temperatura exterior não era a mesma. Nas areias malinesas, era preciso viver e combater em condições de uma extrema rusticidade. Nos veículos blindados de combate de infantaria (VBCI), a temperatura interior só baixava até 35 °C apesar da climatização. Do lado de fora, estava 65 °C. E nem todos os veículos utilizados eram climatizados... Ao norte, os veículos pesados das forças especiais deviam, muitas vezes, contornar dunas imensas por não poderem abordá-las de frente… como o faziam os tuaregues[21] que os acompanhavam com seus próprios veículos. As forças convencionais vindas da metrópole viram a sola dos calçados de seus combatentes se descolar sob o efeito do calor extremo. O abastecimento de água sendo crucial, era preciso que a logística despejasse todos os dias 20 toneladas de água para que cada homem pudesse beber seus 10 litros. À noite, os combatentes ouviam as pedras rachar sob o efeito da diferença de temperatura em relação ao dia. Ao norte, os legionários encontraram um excelente complemento alimentar. Eles comiam as cebolas ricas em vitaminas dos pomares da AQMI. O abastecimento de cerveja nunca lhes faltou. O general Barrera cuidou disso pessoalmente. Comandando os elementos terrestres, ele confirma o que disse o general Charpentier: "O treinamento ao combate nos centros de formação na França desenvolveu uma capacidade de adaptação que teve um papel importante num cenário particularmente hostil."

Durante a fase ativa dos combates, mobilizações sofisticadas e combates diretos foram justapostos. Modernidade e rusticidade! Com seus aviões e seus helicópteros de combate, sua artilharia potente (o canhão Caesar),[22] suas capacidades de informação, sua logística eficiente, a França impôs seu poderio com a ajuda de alguns aliados.[23] No solo, os homens da Serval às vezes combatiam a uma curta distância. Foi a 15 metros que um soldado do 92º RI abateu com sua pistola automática um jihadista que estava atirando um foguete num caminhão-pipa cheio de gasolina. Por sorte, o foguete explodiu atrás do veículo. Em outro ponto, após uma noite passada numa zona de combates a curta distância, franceses são atacados ao acordar por um jihadista que atira neles com um kalashnikov. Ele passou a noite toda sob os corpos de seus companheiros mortos na véspera, e então foi abatido sem

que houvesse perdas do lado francês. “Um verdadeiro golpe de sorte a essa distância!”, comenta um coronel.

Ao ataque da fortaleza

Os combates para tomar a fortaleza da AQMI foram dos mais violentos. Em fevereiro, os franceses investem do solo e do céu contra as posições dos terroristas identificadas pelo serviço de informação no maciço dos Ifoghas. As duas primeiras investidas não resultam em nada de particular. Há talvez depósitos de armas e de munições, mas não combatentes. A terceira investida acertou na mosca o alvo (28 de fevereiro). Os serviços de escuta captam instantaneamente um grande número de emissões telefônicas por satélite que partem em direção a países da região (inclusive Líbia, Tunísia)… e à Europa. Eles estão ali. É preciso desalojá-los. A artilharia e os helicópteros de combate Tigre bombardeiam, e a infantaria inicia o ataque. Os chadianos estão cientes. No vale de Amettetai (Adrar de Tigharghâr), avançam a leste em direção à fortaleza dos jihadistas, posicionando-se em forma de pinça com os franceses que estão a oeste e ao norte. Mais habituados à devastação fulgurante do que ao lento combate a pé, os bravos soldados chadianos atacam em grupo e frontalmente: perdem em algumas horas cerca de trinta combatentes e lamentam a ocorrência de mais de sessenta feridos. Perfeitamente entrincheirados num labirinto de pedras empilhadas e de blocos lunares, os atiradores de elite da AQMI visam sistematicamente a cabeça ou o ventre. A equipe médica francesa (pessoal cuidador, acompanhantes de voo, tripulações) faz um trabalho notável para tratar os feridos, estabilizá-los e evacuá-los das zonas de combate.



As forças especiais, entretanto, agem de preferência à noite. Seus atiradores de elite eliminam um a um, a grande distância, os *snipers* (franco-atiradores) que estão em frente. Os combates são intensos, os jihadistas são mortos no local ou são atingidos. Os chadianos reivindicam a morte de um dos líderes históricos da al-Qaeda, Abu Zeid.[24] A França confirma sua morte após exame do DNA do corpo encontrado. No santuário dos loucos de Allah, franceses e chadianos descobrem uma pequena cidade, com seus pomares, suas oficinas de conserto e de confecção de IED (artefatos explosivos), seus depósitos de armas, seus alojamentos com grupos de geradores, seus centros de instrução. Um aparelho de terraplanagem permitiu cavar abrigos e trincheiras. Há igualmente ambulatórios bem equipados nos quais franceses e chadianos encontram feridos que recebiam soro intravenoso, mortos por seus ferimentos durante o "sítio". Consternados, eles concluem que os jihadistas souberam atrair para sua causa garotos (de 10 a 14 anos), muitas vezes drogados,

que lhes serviam de auxiliares e de bucha de canhão. Alguns foram mortos durante os ataques. O ministério da Defesa continua impreciso sobre esse balanço: os combates teriam causado várias centenas de mortes (500 a 600) e 450 prisões do lado jihadista.

"A determinação dos terroristas em defender seu santuário foi total", explica o general de Saint-Quentin. "Eles escolheram se defender até o último limite em posições bem preparadas. Após o fim dos combates, descobrimos uma organização que não imaginávamos. Não se imaginava a que ponto suas redes, sua organização militar e orgânica eram estruturadas." Para o novo chefe das forças especiais, os franceses e seus aliados africanos não somente quebraram a coluna vertebral da AQMI no Sahel, eles também "quebraram psicologicamente o poder de um mito" que aos olhos da população parecia invencível. Quanto ao general Barrera, terá a grande alegria de desfilar no 14 de julho de 2013 na avenida dos Champs-Elysées, ao lado do general Jean-Jacques Borel, seu homólogo na aeronáutica.[25] Trazendo no pescoço a gravata da ordem nacional malinesa entregue pelo presidente do Mali, ele é cumprimentado por todos os chefes de Estado africanos que vieram admirar suas tropas desfilar em Paris com a força Serval. E lhe dizem a cada encontro: "Obrigado, a França não salvou somente o Mali, foi todo o Sahel que ela salvou do perigo jihadista!".

Os efeitos estratégicos da Operação Serval são inegáveis. Se as metástases islamitas-jihadistas ainda são numerosas no Sahel, e até às margens do Mediterrâneo, um foco canceroso extremamente virulento foi destruído em algumas semanas após ter-se propagado tranquilamente no corpo pouco vigoroso do norte do Mali durante dez anos. Além disso, os malineses recuperaram sua unidade territorial e elegeram um presidente da República democraticamente logo após a libertação do seu território. Se tudo continua, entretanto, com uma grande fragilidade, principalmente pela hostilidade histórica entre "sul negro" e "norte de pele clara", pela ruptura do movimento tuaregue e pelas tensões internas no exército malinês,[26] muito poucos observadores teriam imaginado tais avanços um ano antes.

Apesar disso, a presença da França[27] será duradoura na região. No mês de novembro de 2013, ela teve de reforçar sua presença militar em Kidal, bastião nortista dos tuaregues, onde dois jornalistas franceses de RFI tinham sido sequestrados e depois covardemente assassinados a alguns quilômetros de distância. Uma ação que leva a marca de fábrica da AQMI, realizada por intermediários

tuaregues islamizados, alguns dias depois da libertação inesperada de quatro reféns franceses ("os quatro de Arlit"). Na mesma época, com os primeiros batalhões do novo exército malinês e das forças da ONU, a força Serval perseguia os focos terroristas na curva do Niger, destruindo estoques de armas e oficinas de fabricação de bombas artesanais para camicases. A operação havia recebido um nome bem escolhido: Operação Hidra. A Hidra de Lerna, animal mitológico com corpo de cachorro e com muitas cabeças monstruosas que se multiplicavam quando eram cortadas… Um dos doze trabalhos de Hércules. Hoje o das forças de paz que agem no Sahel. Não são, portanto, alguns anos que se devem contar para conseguir cortar todas as cabeças, mas sim… décadas.

Notas

[1] No total, mais de 5 mil militares foram mobilizados nessa operação.

[2] *Bilan géostratégique*, número extra, *Le Monde*, 2013.

[3] Missão das Nações Unidas para a estabilização do Mali. Sucedeu à Misma, a força africana de apoio ao Mali, que ela integrou.

[4] Em 18 de junho um acordo é assinado em Uagadugu (Burkina Faso) entre as autoridades malinesas e os grupos rebeldes, dentre eles o MNLA (Movimento Nacional de Libertação do Azawad/Tuaregues), para a realização de uma eleição presidencial e a presença de forças malinesas no norte.

[5] Grupo salafista de predicação e de combate.

[6] Ler principalmente: "L'expansion d'al-Qaida au Maghreb islamique dans le nord de l'Afrique", de autoria do comissário de divisão Philippe Migaux, *Bulletin de la réunion des oficiers de reserva du service d'état-major*, n° 658, décembre 2012.

[7] Morto em combate no norte do Mali (batalha de Tigharghâr) em fevereiro. Substituído em setembro de 2013 pelo argelino Said Abu Moughatil.

[8] De cognome "M. Marlboro" ou "Le Borgne" [o caolho], ele combateu no Afeganistão e fez passar sua enfermidade acidental por um ferimento de guerra. Grande traficante (cigarros, sequestros, armas, drogas etc.) foi condenado à morte à revelia por Argel. Em 2013, toma distância da AQMI, que reclama de sua independência e de seus excessivos tráficos. Em 2013, os americanos põem sua cabeça a prêmio por 5 milhões de dólares.

[9] Os defensores do Islã.

[10] Movimento pela unicidade e pela jihad na África Ocidental.

[11] Em 16 de janeiro, ou seja, cinco dias depois da intervenção francesa, a Argélia é vítima de um ataque

terrorista de grande envergadura: seu campo de extração de gás de Tigantourine (1.600 quilômetros ao sul de Argel, a dois passos da fronteira líbia) é atacado por um comando jihadista. Todos os membros do comando (32) serão mortos, assim como 38 reféns. Tendo em vista a amplidão do ataque, é muito possível que tenha sido preparado com bastante antecedência e executado com urgência, segundo a evolução do cenário malinês.

[12] O ataque mais longo da história aérea francesa, conduzido por quatro Rafale: dez horas de voo, duas horas de combate na zona, vinte alvos a atingir.

[13] Uma bala de kalashnikov seccionou sua artéria femoral. Apesar disso, ele voltará de helicóptero para a base, com seu copiloto, antes de morrer por causa do ferimento. Foi promovido ao posto de comandante postumamente. Sete soldados franceses morreram no Mali no momento em que estas linhas foram escritas (janeiro de 2014).

[14] A coleta de material foi tão importante que jornalistas que chegaram a esta cidade pouco depois dos comandos acharam nas casas documentos confidenciais com o selo AQMI.

[15] Adepto dos ataques verticais, como chefe das forças especiais, ele tinha convencido, em 2007, o general Jean-Louis Georgelin (chefe do estado-maior dos exércitos) a fazer seus homens saltarem sobre Birao, na África Central, para bloquear *in extremis* um avanço rebelde e, na passagem, eliminar o cerco a elementos franceses retidos em terra. Um sucesso pouco conhecido.

[16] Isso possibilita o desembarque pela rampa traseira, em alguns segundos, de uma patrulha de vários veículos capazes de produzir um grande poder de fogo.

[17] Substituído no verão de 2013 pelo general Grégoire de Saint-Quentin.

[18] Atualmente governador militar de Paris (GMP).

[19] É o que se chama de "nível operatório" que faz a junção entre o estratégico e o tático para assegurar ao general de Saint-Quentin a coerência do conjunto. O posto de comando operatório planeja e ordena a maneira pela qual os diferentes componentes (terra, ar, mar) vão ser empregados e coordena esse emprego com os outros atores (aliados, forças africanas, exército malinês etc.).

[20] Estavam presentes, além de Cédric Lewandowski, o conselheiro especial e assessor do ministro Jean-Claude Mallet, o conselheiro de comunicação do ministro Sacha Mandel, o chefe do gabinete militar general Antoine Noguier, o general Didier Castres, subchefe de Operações (Estado-Maior dos Exércitos), o general Didier Bolelli (Direção da Informação Militar/DRM), o general Frédéric Beth (Direção Geral da Segurança Exterior/DGSE), o general Christophe Gomart (Forças Especiais), o general Jean-Pierre Bosser (Direção da Proteção e da Segurança da Defesa/DPSD). O Quai d'Orsay estava também representado em alto nível.

[21] Membros do Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA). Aliados temporários dos jihadistas em 2012, finalmente se opuseram a eles quando constataram que os jihadistas não queriam a independência do norte, mas que desejavam transformar o país em Estado islâmico radical. Esmagados militarmente pelos jihadistas, ficaram aliviados com a chegada dos franceses.

[22] Caminhão equipado com um canhão de artilharia de 155 mm que pode atirar até a 40 quilômetros com uma precisão métrica. É uma arma de apoio que foi empregada com frequência no Afeganistão.

[23] Principalmente os drones de vigilância americanos.

[24] Seu verdadeiro nome era Mohammed Ghdiri. Esse argelino, anteriormente do GSPC, comandava uma das duas grandes katibas da AQMI. Era responsável por numerosos sequestros de ocidentais.

[25] Chefe do Estado-Maior do comando da defesa aérea e das operações aéreas baseado em Lyon-Mont-Verdun.

[26] Em 2012, um golpe militar havia tirado do poder o presidente Amadou Toumani Touré (de cognome "ATT"). O homem forte da junta, o capitão Sanogo, foi promovido general de corpo de exército em 2013, após a libertação do Mali. Por isso, permanecem as tensões no que ainda resta do exército entre tropas fiéis a ATT e antigos golpistas… quando não são problemas de soldos não pagos que jogam nas ruas de Bamako soldados enraivecidos (outubro de 2013). Um programa de *training* europeu trabalha para a reconstrução *ex nihilo* do exército malinês para poder lhe assegurar coerência e capacidade de combate ao ajudá-lo a reintegrar o berço da nova democracia malinesa saída das urnas.

[27] Em outono de 2013, Paris negociava com Bamako acordos de defesa.

Bibliografia selecionada

FLICHY, Thomas (dir.). *Opération Serval au Mali. L'intervention française décryptée*. Panazol (France): Lavauzelle, 2013.

LASSERRE, Isabelle; OBERLÉ, Thierry. *Notre guerre secrète au Mali*. Paris: Fayard, 2013.

SAINT-QUENTIN, Général Grégoire de. "Premières leçons opératives de l'opération Serval", *Revue Défense nationale*, n° 763, octobre 2013

Cronologia seletiva

por Alexia Eychenne

1914

28 de junho

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo desencadeia a Primeira Guerra Mundial.

1916

21 de fevereiro

A Alemanha lança uma ofensiva em Verdun, uma das mais longas e homicidas da guerra: cerca de 162 mil soldados franceses e 143 mil alemães são mortos, além de mais de 400 mil feridos, até a vitória francesa nove meses depois.

1917

7 de novembro

A Revolução de Outubro põe Lenin e os bolcheviques no poder na Rússia. A guerra civil russa opõe, durante três anos, o Exército Vermelho às tropas brancas partidárias do czarismo. Os combates, o "terror", as fomes e as epidemias provocam cerca de 8 milhões de mortes.

1918

11 de novembro

Elaborado após a fuga do imperador Guilherme II, o governo da República Alemã assina o armistício em Rethondes, na França. O balanço da Primeira Guerra Mundial chega a cerca de 20 milhões de vítimas.

1919

21 de janeiro

O parlamento irlandês proclama a independência da Irlanda. O Exército Republicano Irlandês (IRA) ataca os britânicos e seus aliados. Em 6 de dezembro de 1921, o tratado anglo-irlandês cria o Estado Livre da Irlanda, ficando o norte da ilha ligado ao Reino Unido.

Fevereiro

Travam-se combates entre unidades polonesas e o Exército Vermelho soviético. A Polônia lança a ofensiva em março. Em agosto de 1920, os russos são empurrados até o rio Vístula. A guerra russo-polonesa chega ao fim pelo Tratado de Riga em 18 de março de 1921.

15 de maio

O exército grego desembarca em Smirna, na Anatólia, em nome do tratado de Moudros que assinala a capitulação do Império Otomano. Os turcos detêm seu avanço em janeiro de 1921. Em 11 de outubro de 1922, o armistício de Mudanya encerra o conflito.

19 de maio

O desembarque de Mustafa Kemal, chamado Atatürk, em Samsun, marca o início da guerra de independência turca entre os revolucionários no poder e os Aliados da Primeira Guerra Mundial. Ela chega ao fim com o armistício de Mudanya. A República da Turquia é criada em 29 de outubro de 1923.

1927

12 de abril

O massacre de comunistas em Xangai pelos nacionalistas do Kuomintang de Chiang Kai-shek inicia a guerra civil chinesa. A Guerra Sino-Japonesa de 1937 força a aliança de nacionalistas e comunistas, mas os confrontos são retomados em 1945, até a criação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949.

1932

Junho

A Guerra do Chaco opõe a Bolívia e o Paraguai, à procura de petróleo nesse deserto. O Tratado de Buenos Aires põe fim à guerra em julho de 1938 e assinala a vitória do Paraguai, que mantém o controle de uma grande parte do Chaco. Balanço: cerca de 100 mil vítimas.

1936

17 de julho

Golpe de Estado de generais contra o governo espanhol da Frente Popular. Início da guerra civil que opõe os nacionalistas, que têm o apoio do exército, aos republicanos. Em 28 de março de 1939, Franco instala uma ditadura em Madri, que se prolonga até sua morte em 20 de novembro de 1975; 360 mil civis e militares perecem no conflito.

1937

7 de julho

O Japão, que havia invadido a Manchúria e várias regiões chinesas a partir de 1931, aproveita-se de um incidente numa ponte de Pequim para lançar a ofensiva na capital. Início da segunda Guerra Sino-Japonesa que opõe o Império do Sol Nascente aos nacionalistas chineses e aos comunistas. Mais de 8 milhões de civis e 3 milhões de militares morrem no conflito, que termina em 1945.

1939

3 de setembro

A França e o Reino Unido declaram guerra à Alemanha dois dias depois da invasão da Polônia pela Wehrmacht. Início da Segunda Guerra Mundial.

Outono

Hitler concentra sua ofensiva no oeste após a ocupação da Polônia. Início da "guerra falsa", com sete meses sem operações militares importantes. A ofensiva é retomada em maio de 1940. A França ocupada assina o armistício em 22 de junho.

1940

Julho

A Luftwaffe inicia a batalha da Inglaterra e bombardeia Londres todos os dias a partir de setembro. Os britânicos resistem bravamente, obrigando a Alemanha a diminuir os ataques progressivamente.

1941

22 de junho

Início da Operação Barbarossa. A Alemanha envia 4 milhões de homens para combater a URSS. A contraofensiva soviética de dezembro marca o início de uma longa guerra de desgaste.

7 de dezembro

Um ataque aéreo japonês sobre a base militar de Pearl Harbor provoca a entrada dos Estados Unidos no conflito.

1942

Setembro

A Alemanha inicia a ofensiva contra a cidade russa de Stalingrado. Os combates de rua resistem até a rendição das tropas alemãs, em 2 de fevereiro de 1943. Meio milhão de soldados alemães e 200 mil russos morrem nos confrontos.

1943

Julho

Mussolini é preso e o partido fascista italiano, dissolvido. O novo governo assina o armistício com os Aliados no dia 3 de setembro do mesmo ano, mas a Alemanha invade o norte e o centro do país e instala o Duce em Salò. A pequena República fascista só será desfeita em abril de 1945.

1944

6 de junho

Divisões aliadas marítimas e aéreas – mais de 150 mil homens no total – desembarcam na Normandia. Paris é libertada em 25 de agosto.

1945

8 de maio

A Alemanha capitula. A Segunda Guerra Mundial, a mais homicida da história, faz cerca de 50 milhões de mortos.

6 de agosto

Por decisão do presidente americano Harry Truman, uma bomba atômica é lançada sobre a cidade japonesa de Hiroshima e três dias depois sobre Nagasaki, para acabar com a guerra no Pacífico. Os ataques matam mais de 150 mil civis. O Japão capitula em 2 de setembro.

1946

Outono

Os comunistas gregos, que resistiram à Alemanha, formam um governo de oposição ao regime de Georges II, que é apoiado pelo Reino Unido e depois pelos Estados Unidos. A guerra civil que se segue é vencida pela

monarquia em 29 agosto de 1949. Ela faz mais de 150 mil vítimas.

23 de novembro
A França bombardeia Haiphong para restabelecer sua autoridade sobre a Indochina, contra o Vietminh de Ho Chi Minh. A derrota de Dien Bien Phu precipita o fim da guerra. Em 1954, a Conferência de Genebra divide o Vietnã em dois: o Norte comunista de Ho Chi Minh, e o Sul do nacionalista Ngô Dinh Diem, ajudado pelos Estados Unidos.

1947

2 de novembro
Após a divisão da Índia em meados de agosto, a invasão da Caxemira pelo Paquistão desencadeia a primeira Guerra Indo-Paquistanesa. Em 1º de janeiro de 1949, a ONU divide em dois o território reivindicado pelos dois países e coloca a linha de cessar-fogo sob mandato internacional.

1948

Fevereiro
A recusa em reconhecer a vitória do chefe da oposição Otilio Ulate Blanco na eleição presidencial desencadeia uma guerra na Costa Rica. Duas mil pessoas perdem a vida em 44 dias de confrontos. A abolição do exército é decretada em 1º de dezembro e perdura até hoje.

15 de maio
O Egito, a Jordânia, a Síria, o Líbano e o Iraque declaram guerra a Israel, Estado recém-proclamado. Os quatro primeiros assinam armistícios a partir de fevereiro de 1949 e Israel conserva os territórios adquiridos. O Egito administra Gaza, a Transjordânia ocupa a parte oriental de Jerusalém e a Cisjordânia. Mais de 500 mil refugiados palestinos deslocam-se para os países vizinhos.

1950

25 de junho
A Coreia do Norte invade a Coreia do Sul atravessando o Paralelo 38 que as separa. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a França apoiam o Sul, enquanto a China apoia o Norte. O conflito termina em 27 de julho de 1953 após a morte de 2 milhões de civis e militares.
7 de outubro

A China invade o Tibete. O dalai-lama foge pela fronteira indiana. Seus representantes e o exército chinês assinam, em 23 de maio de 1951, um acordo de 17 pontos sobre a "libertação pacífica do Tibete", que reconhece a soberania chinesa.

1954

Novembro

A data dedicada à festa de Todos os Santos marca o início sangrento da guerra da Argélia que opõe os nacionalistas da Frente de Libertação Nacional (FLN) ao poder francês. Em 1956, os confrontos se estendem a todo o território. A França mobiliza mais de um milhão de convocados. Os acordos de Evian reconhecem o Estado argelino em 18 de março de 1962. Balanço: mais de 300 mil mortos argelinos e cerca de 30 mil no campo francês, dos quais 27.500 militares.

1955

18 de agosto

Uma insurreição tem início no sul do Sudão, menos de um ano antes da independência prevista pelo Reino Unido. Em 1972, um acordo de paz dá autonomia ao Sudão do Sul, mas a guerra civil é retomada em 1983; 500 mil pessoas são mortas na primeira parte do conflito.

1960

Uma guerrilha de extrema esquerda se forma na Guatemala. Ataques e assassinatos políticos são organizados contra o poder, que reprime violentamente os rebeldes. A guerra civil termina em dezembro de 1996, após mais de 200 mil mortes, principalmente nas aldeias maias, entre as quais mais de 600 teriam sido o teatro de massacres.

1961

Setembro

Início da guerra de independência da Eritreia, incorporada à Etiópia em 1952. Em 1991, a queda do general Hailé Mariam permite que os independentistas negociem sua soberania, obtida por referendo em 1993. Um acordo de paz é assinado em 18 de junho de 2000. Dois milhões de pessoas morreram nos combates ou de fome.

1962

27 de setembro

O golpe de Estado de Abdullah as-Sallal contra o rei Muhammad al-Badr marca o início da Guerra do Iêmen. Março de 1963: o Egito lança a ofensiva contra os monarquistas, apoiados pela Arábia Saudita. Guerra de desgaste até a tomada de Sanaa pelos republicanos. Um cessar-fogo será assinado em novembro de 1970. Mais de 100 mil pessoas pereceram, sendo muitos milhares de egípcios.

20 de outubro

A China invade a Índia e toma posse de zonas fronteiriças. Um cessar-fogo é declarado em 20 de novembro, mas a China conserva o Aksai Chin, na Caxemira, sempre reivindicado pela Índia. Cerca de 2 mil soldados indianos e mil chineses teriam sido mortos.

1965

7 de fevereiro

Os Estados Unidos bombardeiam o Vietnã do Norte, e depois intervêm no Sul, iniciando a Guerra do Vietnã. O agravamento do conflito conjugado à contestação pacifista obrigam Richard Nixon a iniciar uma retirada no final de 1968. Um cessar-fogo é assinado em Paris em 27 de janeiro de 1973. A República Socialista do Vietnã é criada em 2 de julho de 1976 após a invasão do Vietnã do Sul pelo Vietnã do Norte.

22 de agosto

O Paquistão inicia uma incursão na Caxemira indiana, provocando a segunda Guerra Indo-Paquistanesa. O exército indiano atravessa a fronteira em direção a Lahore. Fim do conflito em 23 de setembro e retirada das tropas até as fronteiras anteriores. Balanço: 3 mil vítimas do lado indiano e 4 mil no Paquistão.

1966

Agosto

Início da guerra da fronteira sul-africana que opõe África do Sul e Angola. Em janeiro de 1988, os exércitos angolano e cubano enfrentam a União Nacional pela Independência de Angola (Unita), com o apoio da África do Sul, sem que nenhuma das partes vença. Acordo de paz assinado em 22 de agosto de 1988.

1967

30 de maio

Biafra, na região do sudeste da Nigéria, declara independência. A França e a China apoiam o movimento, contrariamente aos Estados Unidos, ao Reino Unido e à URSS. Capitulação dos separatistas é assinada em 12 de janeiro de 1970. Um milhão de pessoas morrem no conflito.

5 de junho

Israel ataca em seis dias o Egito, a Síria e a Jordânia. A ofensiva aérea e depois terrestre leva à ocupação de Gaza, do Sinai, da Jerusalém oriental, da Cisjordânia e do Golã. A ONU exige um cessar-fogo em 7 de junho. A Resolução 242, de 22 de novembro, prevê a retirada dos territórios ocupados, mas ela não será respeitada.

1970

Abril

Os Estados Unidos e o Vietnã do Sul intervêm no Camboja para impedir uma invasão comunista à margem da guerra do Vietnã. O Vietnã do Norte, por sua vez, inicia a ofensiva. A Guerra, que causou cerca de 500 mil vítimas, termina com a derrubada do governo cambojano e a chegada ao poder dos Khmers vermelhos, em 17 de abril de 1975.

17 de setembro

A Jordânia bombardeia campos de refugiados palestinos para reafirmar sua autoridade sobre as zonas controladas pela Organização de Liberação da Palestina (OLP) e em represália a vários atentados. De 3 mil a 10 mil pessoas teriam sido mortas, em sua maioria civis.

1971

26 de março

O Paquistão oriental separa-se e se autoentitula Bangladesh. O Paquistão ocidental envia seu exército para lá. A Índia apoia os independentistas e obtém a vitória em alguns dias. O Paquistão reconhece o novo país no ano seguinte. De um a três milhões de civis teriam morrido.

1973

O Chade e a Líbia se enfrentam pelo controle da faixa de Aozou. O regime de Muamar Kadafi invade o Chade e põe no poder, em 1981, o rebelde Gukuni Ueddei. Em agosto de 1983, a França intervém contra a Líbia. Cessar-fogo assinado em 1988. A Corte internacional de justiça decide em favor do Chade em 1994.

6 de outubro

O Egito e a Síria atacam Israel no dia do Yom Kippur. Em 22 de outubro, a ONU reclama um cessar-fogo, aceito por Israel e pelo Egito; 7 mil capacetes azuis são enviados ao local. A guerra teria provocado mais de 10 mil mortes.

1974

20 de julho

A Turquia invade Chipre após a tentativa de golpe de Estado de oficiais gregos da guarda nacional contra o presidente cipriota, e controla mais de 30% da ilha. Uma linha desmilitarizada separa desde então esse território da República de Chipre e atravessa a capital Nicósia.

1975

13 de abril

No Líbano, passageiros de um ônibus com uma maioria de palestinos são mortos por falangistas. Seguem-se represálias entre esses milicianos cristãos maronitas e os palestinos aliados à esquerda libanesa, levando à primeira guerra do Líbano. Tropas sírias entram em Beirute um ano depois, com o apoio dos Estados Unidos e de Israel.

17 de abril

Os Khmers vermelhos dirigidos por Pol Pot tomam o poder no Camboja e criam a República democrática do Kampuchea. Dois milhões de pessoas morrem no genocídio que se segue.

Novembro

O Marrocos e a Mauritânia retomam o controle do Saara ocidental descolonizado pela Espanha. Resistência da Frente Polisario, grupo independentista criado em 1973, apoiado pela Argélia e pela Líbia. Um acordo é assinado com a Mauritânia em agosto de 1979 e com o Marrocos em 6 de setembro de 1991, mas nenhum plano de paz surte efeito. Balanço: cerca de 16 mil vítimas.

Novembro

A independência da Angola, em guerra com Portugal desde 1961, desencadeia uma guerra civil entre os dois principais movimentos independentistas: o MPLA, apoiado pela URSS, e o Unita, pelos Estados Unidos. Um cessar-fogo intervém em 4 de abril de 2002 após a morte do chefe da Unita, Jonas Savimbi; 500 mil pessoas morrem durante os vinte e sete anos de guerra.

7 de dezembro

A Indonésia invade o Timor Leste, recém-independente de Portugal. Os combates opõem o exército à resistência leste-timorense e se prolongam até o referendo sobre a independência organizado em 1999. Mais de 100 mil civis e militares do Timor Leste desaparecem no conflito.

1977

Início da guerra civil de Moçambique, entre a ditadura comunista da Frente de Libertação de Moçambique e a Resistência Nacional de Moçambique, apoiada pela África do Sul. Acordo de paz é assinado em Roma em 4 de outubro de 1992. 800 mil pessoas foram mortas.

Março

O assassinato de um dignitário druso reacende a Guerra no Líbano. Israel invade o sul do país em fevereiro de 1978. Uma força da ONU, a FINUL, é enviada ao local. O Conselho de Segurança pede um cessar-fogo em 21 de julho.

23 de julho

O exército somaliano invade a região etíope do Ogaden. A Etiópia, auxiliada por Cuba, toma a frente do combate em janeiro de 1978 e obtém o controle do Ogaden no mês de março do mesmo ano.

1979

25 de dezembro

A URSS invade o Afeganistão, mas não avança diante de uma guerrilha sustentada pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita. O acordo de 14 de abril de 1988 prevê sua retirada, mas a guerra se transforma em conflito entre islamitas fundamentalistas e moderados, e põe em cena rivalidades étnicas. O conflito teria feito 1,8 milhão de mortos, dos quais mais de 500 mil civis.

1980

22 de setembro

O Iraque ataca o Irã. Em dificuldade, o regime de Saddam Hussein aceita um cessar-fogo em agosto de 1988, e depois um retorno ao *status quo*. A guerra causa cerca de 700 mil mortes.

1981

Fevereiro

Grupos formados por antigos adversários do presidente Idi Amin Dada atacam o governo ugandense. Em 1985, há golpe de Estado contra o chefe do governo Milton Obote. Um acordo é assinado em dezembro, mas o regime cai diante de um novo ataque no mês seguinte; 500 mil pessoas teriam morrido.

1982

2 de abril

O exército argentino desembarca no arquipélago das Malvinas (Falkland) para recuperar essas ilhas situadas ao largo de suas costas, território britânico desde 1833. O Reino Unido de Margaret Thatcher reage e vence o conflito em 14 de junho. A guerra provoca a queda da junta que estava no poder em Buenos Aires.

Junho

Israel invade o Líbano. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) abandona Beirute bombardeada. As tropas israelenses penetram no país e autorizam os falangistas a entrar nos acampamentos palestinos. Várias centenas de refugiados são mortos em 16 de setembro em Sabra e Chatila.

1983

23 de julho

A rebelião separatista tâmul pega em armas contra o governo cingalês de Colombo e apodera-se do nordeste do Sri Lanka. A guerra civil termina em agosto de 2009, após uma ofensiva homicida do exército e a morte do chefe dos Tigres tamúlicos, Velupillai Prabhakaran. O conflito teria provocado mais de 60 mil mortes.

1984

26 de abril

O estado de emergência é declarado no Sudão, enquanto a guerra civil é retomada após uma primeira fase encerrada em 1972. Os separatistas do sul do país opõem-se ao governo central num conflito que termina em janeiro de 2005. Balanço: cerca de 2 milhões de vítimas e vários milhões de desabrigados.

1985

Junho

Combates entre uma milícia xiita próxima da Síria e os palestinos do Líbano fazem cerca de 20 mil vítimas. O Acordo de Taif é assinado em 5 de novembro de 1989 e prevê um cessar-fogo, a retirada das tropas sírias do Líbano e o desmanche das milícias. Em 15 anos, a guerra civil libanesa causou 150 mil mortes.

1987

9 de dezembro

Um acidente entre um caminhão israelense e um veículo palestino marca o início da Primeira Intifada. "Guerra das pedras" contra o exército israelense, greves e manifestações se sucedem durante mais de quatro anos. Mais de 1.100 palestinos e 160 israelenses teriam morrido nesses confrontos, que terminam graças aos Acordos de Oslo, assinados em setembro de 1993.

1989

24 de dezembro

No comando da Frente Nacional Patriótica da Libéria, Charles Taylor lança uma ofensiva contra o governo e provoca a guerra civil da Libéria. A ação de uma força de interposição africana em agosto de 1990 põe fim ao conflito que fez mais de 200 mil vítimas. Charles Taylor é eleito presidente em 19 agosto de 1995 após uma série de acordos.

1990

2 de agosto

O Iraque inicia a Guerra do Golfo ao invadir o Kuwait. À frente de uma força internacional sob mandato da ONU, os Estados Unidos lançam a operação Tempestade do Deserto em janeiro de 1991. O Iraque é vencido e ocupado; 100 mil iraquianos e mais de 250 soldados da coalizão teriam morrido.

1991

Janeiro

Rebeldes tomam Mogadíscio, provocando a fuga do presidente somaliense Mohamed Siad Barre. Uma guerra civil irrompe entre senhores de guerra. Iniciada em 9 de dezembro de 1992, a Operação Restore Hope tem como finalidade restaurar a paz e lutar contra a fome. Os soldados da ONU, derrotados, deixam o país em 1995. As eleições de 2000 não põem fim à guerra, que toma a forma de uma insurreição islamita. Mais de 300 mil pessoas morreram.

23 de março

O ataque a um posto de fronteira próximo à Libéria provoca a guerra civil de Serra Leoa. Charles Taylor, chefe dos rebeldes da Frente Nacional Patriótica da Libéria, é acusado de ser o instigador do ataque. Fim da guerra em janeiro de 2002. Balanço: cerca de 100 mil mortos e numerosas vítimas de maus-tratos, inclusive amputações.

25 de junho

A Croácia e a Eslovênia declaram sua independência da Iugoslávia, seguidas pela Bósnia e a Macedônia. Os sérvios e o governo federal reagem em 1992. Operações de limpeza étnica na Bósnia levam a Otan a intervir. Em 1995, os acordos de Dayton põem fim ao conflito que causou mais de 200 mil vítimas. Segue-se a inculpação de vários chefes militares por crimes contra a humanidade. O sérvio Slobodan Milošević morre durante seu processo.

Dezembro

O exército argelino anula as eleições legislativas com receio de uma vitória da Frente Islâmica da Salvação (FIS) e instaura o estado de emergência. Assassinatos, atentados islamitas e repressão violenta do exército se sucedem durante quinze anos. Em 29 de setembro de 2005, um decreto anistia os islamitas que tenham entregado as armas. A guerra civil argelina causou 100 mil mortes.

1993

21 de outubro

Um golpe de Estado militar no Burundi desencadeia uma guerra civil entre as etnias hutu e tutsi. Em outubro de 2001, uma nova Constituição prevê que os dois grupos se alternem no poder. Acordo de paz assinado em maio de 2005. O conflito causou 260 mil mortes.

1994

6 de abril

O atentado contra o avião do presidente ruandês Juvenal Habyarimana marca o início do genocídio contra a etnia tutsi e os oponentes hutus, por milicianos hutus apoiados pelas forças armadas ruandesas. Em 22 de junho, a ONU autoriza uma intervenção armada. Formação de um governo de união em 19 de julho. O Tribunal penal internacional para a Ruanda é constituído em novembro para julgar os responsáveis pelo genocídio; 800 mil pessoas foram massacradas.

4 de maio

Uma guerra civil tem início no Iêmen. O sul do país proclama a criação de um novo Estado e bombardeia a capital Sanaa. O norte do país reage atacando a cidade de Aden, que retoma o controle em 7 de julho. A guerra faz mais de 7 mil mortos.

Dezembro

A Rússia envia seu exército para a Chechênia, onde, desde 1992, estão em conflito as forças do governo e seus adversários. A Rússia bombardeia e depois ocupa Grozny. A cidade é retomada pelos chechenos no ano seguinte. Em 31 agosto de 1996, o Acordo de Khassaviurt prevê a retirada dos russos e a autonomia da Chechênia; 80 mil chechenos e 4 mil soldados russos teriam morrido.

1996

Fevereiro

O Partido Comunista do Nepal lança ataques contra o poder monárquico e reivindica o afastamento do rei. O conflito causa mais de 12.500 vítimas até o acordo de paz de 21 de novembro de 2006. No acordo está prevista a integração dos combatentes maoístas nas instituições e a eleição de uma assembleia constituinte.

1998

22 de março

O Exército de libertação do Kosovo (uçk) criado em 1996 toma o controle de um terço do território. No ano seguinte, a Otan bombardeia as infraestruturas militares e econômicas da Iugoslávia. Belgrado aceita a administração provisória da província pela ONU; 10 mil albaneses do Kosovo teriam morrido nas operações de limpeza étnica.

Agosto

Grupos armados com o apoio de Ruanda e de Uganda lançam a ofensiva contra o governo na República Democrática do Congo, que tem o apoio de Angola, Namíbia e Zimbábue. De um a três milhões de pessoas teriam morrido nesse conflito regional, que termina com a formação de um governo de transição em 30 de junho de 2003.

1999

1º de outubro

A Rússia acusa os chechenos de terem realizado atentados e invade a Chechênia. Em fevereiro de 2000, Grozny é abandonada. Vladimir Putin designa o pró-russo Akhmad Kadyrov para governar a Chechênia. Após nove anos pontuados por atentados, o conflito termina oficialmente em 16 de abril de 2009. Condenação da Rússia pela Corte europeia dos direitos humanos por desaparecimentos de civis – 25 mil teriam morrido.

2000

Julho

Início da segunda guerra civil da Libéria, após os ataques lançados a partir dos países vizinhos por grupos de adversários contra Charles Taylor. Cessar-fogo assinado em 17 de junho de 2003 em Acra. Charles Taylor renuncia em 11 de agosto e se exila na Nigéria.

28 de setembro

A visita do chefe do Likud israelense, Ariel Sharon, na esplanada das Mesquitas em Jerusalém, desencadeia a Segunda Intifada. Os confrontos entre palestinos e forças de segurança israelenses ganham a Cisjordânia e Gaza. O exército deixa Gaza em 2005, mas as tensões continuam. Mais de 4.500 morreram, sendo a maioria palestinos.

2001

7 de outubro

Em resposta ao 11 de setembro, os Estados Unidos invadem o Afeganistão. Em 27 de novembro, um acordo prevê a criação de um governo dirigido por Hamid Karzai, eleito presidente em 2004. O conflito se arrasta por causa da guerrilha dos talibãs e dos jihadistas da al-Qaeda. Um total de 10 mil civis afegãos teriam sido mortos, assim como 3.400 soldados da coalizão, sendo 2.300 americanos.

2002

19 de setembro

Tentativa de golpe de Estado na Costa do Marfim contra o presidente Laurent Gbagbo. Os rebeldes tomam várias cidades do norte. Após a intervenção de tropas africanas e francesas, o acordo de Marcoussis de janeiro de 2003 prevê um governo de reconciliação. Em novembro de 2004, a reconquista do norte reaviva as tensões, que continuam fortes.

2003

Fevereiro

Os rebeldes do Darfour, do oeste do Sudão, procuram derrubar o regime de Cartum. Em julho, a ONU denuncia as extorsões dos milicianos aliados ao poder. As negociações estão ainda em curso. Um total de 200 mil pessoas morreram no conflito. O presidente Omar al-Bashir é denunciado pela CPI por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

19 de março

Os Estados Unidos e o Reino Unido atacam o Iraque, acusado de possuir armas de destruição em massa. A queda do regime em 7 de abril provoca guerrilha e confrontos entre xiitas, sunitas e curdos. Saddam Hussein é enforcado em 30 de dezembro de 2006. Os Estados Unidos deixam o Iraque em fins de 2012. Balanço provisório: mais de 100 mil iraquianos e 4 mil soldados americanos mortos.

2008

7 de agosto

A Geórgia lança uma ofensiva na Ossétia do Sul, província separatista. A Rússia intervém, enquanto a Abkhazia, outra região independentista, entra em guerra. Um cessar-fogo é assinado em 16 de agosto. Várias centenas de civis, quase chegando a mil, teriam perecido no conflito, sempre latente desde então.

2010

Novembro

A eleição para presidente contestada na Costa do Marfim provoca uma nova guerra civil, que resulta na prisão de Laurent Gbagbo e na vitória de Alassane Ouattara.

2011

15 de fevereiro

Após as primaveras árabes na Tunísia e no Egito, uma insurreição sacode a Líbia, violentamente reprimida. A ONU autoriza o uso da força contra o regime. Os primeiros bombardeios sob comando da Otan acontecem em 19 de março. O poder do coronel Kadafi desmorona em agosto e o ditador é morto em 20 de outubro.

2013

11 de janeiro

A pedido do Mali, a França intervém contra a ofensiva de grupos jihadistas. Os exércitos francês e africano retomam pouco a pouco o controle do norte do país. Em 18 de junho, autoridades e rebeldes tuaregues do norte assinam um acordo que abre o caminho para a eleição presidencial de 28 de julho.

Os autores

Alexia Eychenne é jornalista e colabora em diferentes jornais e revistas sobre assuntos internacionais, econômicos e sociais.

Dominique Lagarde é um importante repórter da seção "Monde" [Mundo] do *L'Express*. Seu último livro publicado é *Algérie, la désillusion* (ed. L'Express Roularta).

Emmanuel Hecht é editor da seção "Livres" [Livros] do *L'Express*.

Grégoire Kauffmann, doutor em História, docente na Sciences-Po em Paris, pesquisa sobre a história das direitas radicais. Prepara uma obra dedicada aos colaboradores franceses exilados na Espanha após a Segunda Guerra Mundial.

Ivan Cadeau, gestor e doutor em História, é pesquisador no "Service Historique de la Défense" [Serviço Histórico da Defesa]. Especialista nas Guerras da Indochina e da Coreia, ensina em diferentes organismos do exército. Publicou *La guerre de Corée 1950-1953* pela editora Perrin.

Jean-Christophe Buisson, 45 anos, especialista em Bálcãs e mundo eslavo, é redator chefe de Cultura e Arte de viver do *Figaro Magazine*. É autor de várias obras, entre as quais: *Il s'appelait Vlassov, Mihailović, Histoire de Belgrade* e *Assassinés.*

Jean-Louis Margolin, ex-aluno da École Normale Supérieure, professor concursado de História, leciona na Universidade de Aix-Marseille e é pesquisador no Institut de Recherches Asiatiques de Marseille [Instituto de pesquisas asiáticas de Marselha]. Pesquisa principalmente sobre a violência política na Ásia Oriental a partir do fim do século XIX e publicou *L'Armée de l'empereur: violences et crimes du Japon en guerre, 1937-1945*. Prepara para a editora Perrin uma obra sobre a guerra da Ásia-Pacífico.

Jean-Yves Le Naour tornou-se, em poucos anos, um dos melhores historiadores

da Primeira Guerra Mundial, à qual dedicou várias obras, entre as quais *Les Soldats de la honte, 1914: La grande illusion* e *1915: L'enlisement.* Essas obras foram publicadas pela editora Perrin.

Marc Epstein é editor da seção "Monde" [Mundo] da revista *L'Express*.

Michel Goya, coronel, oficial das tropas da marinha, formado pela École de Guerre [Escola de Guerra] e doutor em História, dirige o departamento de pesquisa do "Centre de doctrine d'emploi des forces de l'armée de terre" [Centro de doutrina de emprego das forças do exército]. É autor de várias obras, entre as quais *Irak: Les armées du chaos, L'Invention de la guerre moderne (1871-1918)* e *Sous le feu. La mort comme hipothèse de travail.*

Olivier Wieviorka é professor na École Normale Supérieure [Escola Normal Superior] de Cachan e membro sênior do Institut Universitaire de France [Instituto Universitário da França]. Especialista em Segunda Guerra Mundial, publicou *Histoire du Débarquement* (Seuil, 2007; reeditada em versão ilustrada, 2014) e *Histoire de la Résistance. 1940-1945* (Perrin, 2013).

Pierre Journoud, doutor em História, especialista em sudeste da Ásia – e particularmente do Vietnã –, é pesquisador no Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire [Instituto de pesquisa estratégica da Escola Militar] (IRSEM). É o autor de *De Gaulle et le Vietnam* e, com *Hugues Tertrais, de Paroles de Dien Bien Phu: les survivants témoignent.*

Pierre Pellissier, paralelamente à sua carreira de jornalista político marcada por dois períodos no jornal *Figaro* (1960 a 1975 e depois 1985 a 1995) e um período radiofônico (RMC e France Inter), dedica-se a obras históricas. É autor das biografias de Robert Brasillach e Prosper Mérimée. É também autor, na editora Perrin, de *La Bataille d'Alger, Dien Bien Phu* e de obras sobre o marechal de Lattre de Tassigny e sobre os generais Massu e Salan.

Pierre Razoux é diretor de pesquisas no Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire [Instituto de pesquisa estratégica da Escola militar] (IRSEM). Publicou *La guerre Iran-Irak* pela editora Perrin (2013).

Pierre Servent, historiador militar e especialista em conflitos contemporâneos,

lecionou durante vinte anos na École de Guerre. Coronel da reserva, é o "consultor militar" de France 2 e colabora com muitos organismos das mídias escritas e audiovisuais. Publicou uma dezena de obras, entre as quais, pela editora Perrin, *Von Manstein* e *Le Complexe de l'autruche. Pour en finir avec les défaites françaises 1870-1914-1940…*

Vincent Hugeux é um importante repórter da seção "Monde" do *L'Express*. Seu último livro publicado se intitula *Reines d'Afrique: Le roman vrai des Premières Dames*, pela editora Perrin.